MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Relatório de Atividades 2013

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Relatório de Atividades
2013

São Luís
2014

Organização

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Diretor-Geral

FABÍOLA FERNANDES FAHEÍNA FERREIRA
Diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais

CLÁUDIO MARCELO ARAÚJO AMORIM
Assessor de Planejamento Geral

LUSELIAS SOARES SALES LOPES
Analista Ministerial

CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA
Chefe de Secretaria da ASPLAN

RAFAEL ROCHA RIBEIRO
Analista Ministerial

Supervisão editorial

MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS SANTOS
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

RÔMOLLO DE SÁ MALTA
Chefe da Seção de Editoração e Publicação

Revisão

LUSELIAS SOARES SALES LOPES
Analista Ministerial

CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA
Chefe de Secretaria da ASPLAN

CLÁUDIO MARCELO ARAÚJO AMORIM
Assessor de Planejamento Geral

JOSÉ LUIZ DINIZ
Coordenador de Comunicação

Normalização

MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS SANTOS
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

CONCEIÇÃO DE MARIA LIMA GUEDES
Analista Ministerial

Diagramação e arte final
Wemerson Duarte Macedo

Fotos:
Arquivo da Coordenadoria de Comunicação/PGJ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
Rua Osvaldo Cruz, 1396 – Centro.
São Luís – Maranhão – CEP: 65.020-910
Fone: (98) 3219 1600 – www.mpma.mp.br

Maranhão. Ministério Público.
Relatório de atividades 2013. – São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2014.

164 p.: il.

1. Ministério Público – Maranhão – Relatório I. Título.

CDU 347.963 (812.1)

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
GESTÃO 2013

REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA
Procuradora-Geral de Justiça

SUVAMY VIVEKANANDA MEIRELES
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos
(até abr./2013)

JOAQUIM HENRIQUE DE CARVALHO LOBATO
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos
(até jun./2013)

SÂMARA ASCAR SAUAIA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos
(até set./2013)

TEREZINHA DE JESUS GUERREIRO BONFIM
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos
(a partir de nov./2013)

TEREZINHA DE JESUS GUERREIRO BONFIM
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
(até nov./2013)

SELENE COELHO DE LACERDA
Corregedora-Geral do Ministério Público (até abr./2013)

JOAQUIM HENRIQUE DE CARVALHO LOBATO
Subcorregedor-Geral do Ministério Público (até abr./2013)

SUVAMY VIVEKANANDA MEIRELES
Corregedor-Geral do Ministério Público

RITA DE CÁSSIA MAIA BAPTISTA MOREIRA
Subcorregedora-Geral do Ministério Público

MARILÉA CAMPOS DOS SANTOS COSTA
Ouvidora-Geral do Ministério Público

SIRLEI CASTRO AIRES RODRIGUES
Chefe de Gabinete da PGJ

MARCOS VALENTIM PINHEIRO PAIXÃO
Assessor-Chefe da PGJ

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
Diretora da Escola Superior do Ministério Público

MÁRCIO THADEU SILVA MARQUES
Coordenador do Centro de Apoio Operacional
da Infância e Juventude

LUÍS FERNANDO CABRAL BARRETO JÚNIOR
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente,
Urbanismo e Patrimônio Cultural

JOSÉ HENRIQUE MARQUES MOREIRA
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa
do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa

SANDRA LÚCIA MENDES ALVES ELOUF
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de
Direitos Humanos e Cidadania

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde

PAULO SILVESTRE AVELAR SILVA
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa
do Direito à Educação

RONALD PEREIRA DOS SANTOS
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos
Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência

JOSÉ CLÁUDIO ALMADA LIMA CABRAL MARQUES
Coordenador dos Centros de Apoio Operacional Criminal e do
Controle Externo da Atividade Policial

LÍTIA TERESA COSTA CAVALCANTI
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor

LUIZ GONZAGA MARTINS COÊLHO
Diretor-Geral

ABELARDO TEIXEIRA BALLUZ
Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira

FABÍOLA FERNANDES FAHEÍNA FERREIRA
Diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais

LUÍS ANDRÉ GURGEL FIGUEIREDO
Coordenador de Assuntos Estratégicos e Inteligência

ROSEANE BRANDÃO PANTOJA
Coordenadora de Administração

IVONEIDE QUEIROZ SANTOS
Coordenadora de Gestão de Pessoas

TATIANA ALVES DE PAULA
Coordenadora de Orçamento e Finanças

MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS SANTOS
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

FRANCISCO COLOMBO LOBO
Coordenador de Comunicação

ALAN ROBERT DA SILVA RIBEIRO
Coordenador de Modernização e Tecnologia da Informação

ANA MARIA ÁLVARES NUNES DO RÊGO
Coordenadora de Processos

JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES FURTADO
Coordenador de Serviços Gerais

GILBERTO DUAILIBE MOUCHEREK
Coordenador de Obras, Engenharia e Arquitetura

JOSÉ WALTER GONÇALVES SILVA JÚNIOR
Coordenador da Folha de Pagamento

VICEMIR TEIXEIRA MOTA FONTENELLE
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CARLOS ALBERTO PINHEIRO BARROS JÚNIOR
Assessor-Chefe de Auditoria

CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA
Assessora-Chefe de Controle Interno

WALTER DA CONCEIÇÃO ANDRADE BRAGA
Assessor-Chefe da Assessoria Técnica

LUCAS ARAÚJO DUAILIBE PINHEIRO
Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica da Administração

CLÁUDIO MARCELO ARAÚJO AMORIM
Assessor-Chefe da Assessoria de Planejamento Geral

ANDREA DE MELO NOGUEIRA DUARTE
Chefe de Cerimonial

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Regina Lúcia de Almeida Rocha
Presidente

José Antonio Oliveira Bents
Maria dos Remédios Figueiredo Serra
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
Iracy Martins Figueiredo Aguiar
Ana Lídia de Mello e Silva Morais
Lígia Maria da Silva Cavalcanti
Suvamy Vivekananda Meireles
Krishnamurti Lopes Mendes França
Raimundo Nonato de Carvalho Filho
Selene Coelho de Lacerda
José Henrique Marques Moreira
Domingas de Jesus Froz Gomes
Francisco das Chagas Barros de Sousa
Cézar Queiroz Ribeiro
Clodenilza Ribeiro Ferreira
Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim
Regina Maria da Costa Leite
Flávia Tereza de Viveiros Vieira
Paulo Roberto Saldanha Ribeiro
Teodoro Peres Neto
Rita de Cassia Maia Baptista Moreira
Marco Antonio Anchieta Guerreiro
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro
Sâmara Ascar Sauaia
Themis Maria Pacheco de Carvalho
Maria Luíza Ribeiro Martins Cutrim
Mariléa Campos dos Santos Costa
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato
Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
Eduardo Daniel Pereira Filho

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Biênio (2013 -2015)

TITULARES

Regina Lúcia de Almeida Rocha
Procuradora-Geral de Justiça

Suvamy Vivekananda Meireles
Corregedor-Geral do Ministério Público

Raimundo Nonato de Carvalho Filho
Conselheiro

Francisco das Chagas Barros de Sousa
Conselheiro

Rita de Cassia Maia Baptista Moreira
Conselheira

Joaquim Henrique de Carvalho Lobato
Conselheiro

Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
Conselheira

SUPLENTES

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau

Domingas de Jesus Fróz Gomes

PROMOTORES(AS) DE JUSTIÇA DISTRIBUÍDOS POR ENTRÂNCIA ANO 2013

ENTRÂNCIA FINAL (TOTAL: 114 – em ordem alfabética)

1. Abel José Rodrigues Neto
2. Adélia Maria Souza Rodrigues Morais
3. Agamenon Batista de Almeida Júnior
4. Alineide Martins Rabelo Costa
5. Ana Luíza Almeida Ferro
6. Ana Teresa Silva de Freitas
7. Andria Márcia Ribeiro de Souza
8. Antônio Augusto Nepomuceno Lopes
9. Araceles Lima Ribeiro
10. Arnoldo Jorge de Castro Ferreira
11. Carlos César Silva Lindoso
12. Carlos Alberto Garcia
13. Carlos Augusto da Silva Oliveira
14. Carlos Henrique Rodrigues Vieira
15. Carlos Jorge Avelar Silva
16. Cássius Guimarães Chai
17. Christiane de Maria Ericeira Silva
18. Cláudio Alberto Gabriel Guimarães
19. Cláudio José Sodré
20. Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
21. Cláudio Rebelo Correa Alencar
22. Cristiane Gomes Coelho Maia Lago
23. Danilo José de Castro Ferreira
24. Doracy Moreira Reis Santos
25. Ednarg Fernandes Marques
26. Eliane da Costa Ribeiro Azor
27. Elyjeane Alves Carvalho
28. Emmanuella Souza Barros Bello Peixoto
29. Esdras Liberalino Soares Júnior
30. Fanny de Sousa Brandes
31. Fátima Maria Sousa Arôso Mendes
32. Fernanda Helena Nunes Ferreira
33. Fernanda Maria Gonçalves de Carvalho
34. Francisco de Aquino da Silva
35. Gilberto Câmara França Júnior
36. Giorgionni Matos Lauande Fonseca
37. Giselle Silva da Cunha Arôso
38. Gladston Fernandes de Araújo
39. Haroldo Paiva de Brito
40. Herberth Costa Figueiredo
41. Ilana Franco Bouéres Laender Moraes
42. Ironilde Sousa Ribeiro
43. João Leonardo Sousa Pires Leal
44. José Alexandre Rocha
45. José Augusto Cutrim Gomes
46. José Cláudio Almada Lima Cabral Marques
47. José de Ribamar Sanches Prazeres
48. José Lucíolo Gorayeb Santos
49. José Osmar Alves
50. Justino da Silva Guimarães
51. Karla Adriana Holanda Farias Vieira
52. Laert Pinho de Ribamar
53. Lana Cristina Barros Pessoa
54. Lena Cláudia Ripardo Pauxis
55. Lindonjonson Gonçalves de Sousa
56. Lítia Teresa Costa Cavalcanti
57. Lize de Maria Brandão de Sá Costa
58. Lúcia Cristiana Silva Chagas
59. Luís Carlos Correia Duarte
60. Luís Fernando Cabral Barreto Júnior
61. Luiz Muniz Rocha Filho
62. Luiz Gonzaga Martins Coelho
63. Lusival Santos Gaspar Dutra
64. Márcia Haydée Porto de Carvalho
65. Márcia Lima Buhatem
66. Márcia Moura Maia
67. Márcio Thadeu Silva Marques
68. Marco Aurélio Batista Barros
69. Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues
70. Marco Aurélio Ramos Fonseca
71. Marcos Valentim Pinheiro Paixão
72. Maria da Glória Mafra Silva
73. Maria da Graça Peres Soares Amorim
74. Maria de Fátima Santana Borges
75. Maria de Jesus Rodrigues Araújo Heilmann
76. Maria de Lourdes Sousa Ribeiro
77. Maria do Socorro Assunção Gomes
78. Maria do Socorro Viégas Reis Leite
79. Maria Luciane Lisboa Belo
80. Maria Teresa Pestana Chaves Barros
81. Marinete Ferreira Silva Avelar
82. Martha Helena Costa Ribeiro
83. Maruschka de Mello e Silva
84. Moema Figueiredo Viana Pereira
85. Nacor Paulo Pereira dos Santos
86. Norimar Gomes Nascimento Campos
87. Núbia Zeíle Pinheiro Gomes
88. Orfileno Bezerra Neto
89. Orlando Pacheco de Andrade Filho
90. Oziel Costa Ferreira Neto
91. Paulo Roberto Barbosa Ramos
92. Paulo Silvestre Avelar Silva

93. Pedro Lino Silva Curvelo
94. Raimundo Nonato Sousa Cavalcante
95. Raquel Silva de Castro
96. Ricardo Henrique de Almeida
97. Rodolfo Soares dos Reis
98. Ronald Pereira dos Santos
99. Rosanna Conceição Gonçalves
100. Ruy Antônio Vieira de Carvalho
101. Samaroni de Sousa Maia
102. Sarah Albuquerque de Sousa Santos
103. Sebastiana de Cássia Araújo Muniz
104. Selma Regina Souza Martins
105. Sidneya Madalena M Nazareth Liberato
106. Sirlei Castro Aires Rodrigues
107. Susete Marques Palmeira
108. Tarcísio José de Sousa Bonfim
109. Theresa Maria Muniz R. de La Iglesia
110. Valdenir Cavalcante Lima
111. Vicente de Paulo Silva Martins
112. Washington Luiz Maciel Cantanhede
113. Willer Siqueira Mendes Gomes
114. Zanony Passos Silva Filho

ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA (TOTAL: 92 – em ordem alfabética)

1. Albert Lages Mendes
2. Alessandro Brandão Marques
3. Aline Silva Albuquerque
4. Alline Matos Pires
5. Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite
6. Ana Cláudia Cruz dos Anjos
7. André Charles Alcântara Martins Oliveira
8. André Luís Lopes Rocha
9. Antônio Borges Nunes Júnior
10. Antônio Coelho Soares Júnior
11. Antônio de Pádua Luz
12. Antônio Lisboa de Castro Viana Júnior
13. Camila Gaspar Leite
14. Carla Mendes Pereira Alencar
15. Carla Tatiana Pereira de Jesus
16. Carlos Henrique Brasil Teles de Menezes
17. Carlos Rafael Fernandes Bulhão
18. Carlos Róstão Martins Freitas
19. Carlos Serra Martins
20. Cristiane Carvalho Melo Monteiro
21. Dailma Maria de Melo Brito
22. Domingos Eduardo da Silva
23. Douglas Assunção Nojosa
24. Edilson Santana de Sousa
25. Eduardo Borges Oliveira
26. Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça
27. Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares
28. Eveline Barros Malheiros
29. Fábio Henrique Meireles Mendes
30. Fábio Menezes de Miranda
31. Fabíola Fernandes Faheína Ferreira
32. Fernando Antônio Berniz Aragão
33. Fernando Evelim de Miranda Menezes
34. Flávia Valéria Nava Silva
35. Francisco Teomário Serejo Silva
36. Frank Teles de Araújo
37. Frederik Bacellar Ribeiro
38. Gabriela Brandão da Costa Tavernard
39. Geraulides Mendonça Castro
40. Giovanni Papini Cavalcanti Moreira
41. Glauce Mara Lima Malheiros
42. Gleudson Malheiros Guimarães
43. Guaracy Martins Figueiredo
44. Gustavo Antônio Chaves Dias
45. Gustavo de Oliveira Bueno
46. Henrique Helder de Lima Pinho
47. Herlane Maria Fernandes de Carvalho
48. Ilana Franco Bouéres Laender Morais
49. Ilma de Paiva Pereira
50. Isabelle de Carvalho Fernades Saraiva
51. Jadilson Cirqueira de Sousa
52. Jerusa Capistrano Pinto Bandeira
53. João Marcelo Moreira Trovão
54. Joaquim Ribeiro de Sousa Júnior
55. John Derrick Barbosa Braúna
56. Jorge Luís Ribeiro de Araújo
57. José das Chagas Leitão Júnior
58. José Jailton Andrade Cardoso
59. Klicia Luiza Castro de Menezes
60. Lays Gabriella Pedrosa Souza
61. Leonardo Rodrigues Tupinambá
62. Letícia Teresa Sales Freire
63. Linda Luz Matos Carvalho
64. Luís Samarone Batalha Carvalho
65. Márcio José Bezerra Cruz
66. Marco Antônio Camardella da Silveira
67. Marco Antônio Santos Amorim
68. Maria José Lopes Corrêa
69. Moisés Caldeiras Brant
70. Nadja Veloso Cerqueira
71. Nahyma Ribeiro Abas
72. Newton de Barros Bello Neto

73. Pablo Bogéa Pereira Santos
74. Patrícia Espínola Passos Silva
75. Paulo José Miranda Goulart
76. Raimundo Benedito Barros Pinto
77. Raquel Chaves Duarte Sales
78. Raquel Pires de Castro
79. Reginaldo Júnior Carvalho
80. Rodrigo de Vasconcelos Ferro
81. Rosalvo Bezerra de Lima Filho
82. Samara Cristina Mesquita Pinheiro
83. Samira Mercês Santos
84. Sandra Soares Pontes
85. Sandro Pofahl Bíscaro
86. Saulo Jerônimo Leite Barbosa de Almeida
87. Sérgio Henrique Furtado Coelho
88. Sérgio Ricardo Souza Martins
89. Simone Chrystine Santana Valadares
90. Uiuara de Melo Medeiros
91. Vicente Gildásio Leite Júnior
92. Wlademir Soares de Oliveira

ENTRÂNCIA INICIAL (TOTAL: 61 – em ordem alfabética)

1. Aarão Carlos Lima Castro
2. Alenilton Santos da Silva Júnior
3. Ana Virgínia Pinheiro Holanda de Alencar
4. Benedito de Jesus Nascimento Neto
5. Bianka Sekeff Salem Rocha
6. Carlos Augusto Ribeiro Barbosa
7. Carlos Augusto Soares
8. Carlos Pinto de Almeida Júnior
9. Celso Antônio Fernandes Coutinho
10. Cláudio Borges dos Santos
11. Clodoaldo Nascimento Araújo
12. Clodomir Bandeira Lima Neto
13. Cristiane dos Santos Donatini
14. Crystian Gonzalez Boucinhas
15. Elisete Pereira dos Santos
16. Érica Éllen Beckman da Silva
17. Fábio Murilo da Silva Portela
18. Fernando José Alves Silva
19. Francisco de Assis Silva Filho
20. Francisco de Assis Silva Júnior
21. Francisco Fernando de Miranda Menezes Filho
22. Gabriel Sodré Gonçalves
23. Hagamenon de Jesus Azevedo
24. João José e Silva Veras
25. José Carlos Faria Filho
26. José Emanuel da Silva e Sousa
27. José Márcio Maia Alves
28. Juarez Medeiros Filho
29. Julio Aderson Borralho Magalhaes Segundo
30. Karina Freitas Chaves
31. Karine Guará Brusaca Pereira
32. Karini Kirimes Viegas
33. Larissa Socrátes de Bastos
34. Laura Amélia Barbosa
35. Leonardo Santana Modesto
36. Lícia Ramos Cavalcante
37. Lindemberg do Nascimento Malagueta Vieira
38. Lúcio Leonardo Fróz Gomes
39. Luís Eduardo Souza e Silva
40. Maria Cristina Lima Lobato Murillo
41. Maria do Nascimento Carvalho Serra
42. Marina Carneiro Lima
43. Michelle Adriane Saraiva Silva
44. Nelson Nedes Ribeiro Guimarães
45. Ossian Bezerra Pinho Filho
46. Paloma Ribeiro Gonçalves de Pinho Reis
47. Patrícia Fernandes Costa Ferreira
48. Paulo Roberto da Costa Castilho
49. Raimundo Nonato Leite Filho
50. Reinaldo Campos Castro Júnior
51. Renato Igor Viturino Aragão
52. Ricardo Misko Campeiro
53. Rita de Cassia Pereira Souza
54. Rodrigo Ronaldo Martins Rebelo da Silva
55. Romero Lucas Rangel Piccoli
56. Sandro Carvalho Lobato de Carvalho
57. Sílvia Menezes de Miranda
58. Tharles Cunha Rodrigues Alves
59. Valéria Chaib Amorim de Carvalho
60. Weskley Pereira de Moraes
61. Williams Silva de Paiva

APRESENTAÇÃO

Ao se iniciar um novo ano de trabalho, o Ministério Público do Estado do Maranhão apresenta o relatório referente à sua atuação administrativa e institucional no ano de 2013.

O objetivo de sempre e melhor servir à sociedade maranhense e brasileira anima e encoraja os membros do Ministério Público a buscar o máximo de sua capacidade de trabalho, almejando sempre os resultados mais proveitosos possíveis para a população.

Tais esforços têm inequívoco reflexo no cotidiano do maranhense, seja na constante e incansável busca pela melhoria da qualidade dos serviços públicos e de relevância pública, seja na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, seja na promoção da ação penal pública ou na defesa do regime democrático e da ordem jurídica.

O Ministério Público progride, ano após ano, sempre visando, no horizonte, à melhoria da qualidade de vida da população, ciente de que este é o nosso papel constitucional.

O presente relatório renova o compromisso do Ministério Público com suas missões constitucionais e reitera a postura de serviço e compromisso com a sociedade e com os nossos membros e servidores, aos quais buscamos sempre prestar contas de nossa atuação.

Não há como pensar no futuro sem definição clara do que realmente queremos. Esta é a realidade que está a desafiar neste momento a Instituição.

Não há espaços para amadorismo e para os impulsos que transbordam dos ideais e dos sonhos. O futuro tem a marca da necessidade do planejamento. Todavia, já não basta apenas planejar. Aliás, nunca bastou. Deve haver o necessário planejamento, efetivo, objetivo e democrático, que sirva de suporte à gestão estratégica que o implantará.

No ano passado, importantes questionamentos chegaram às Promotorias e Procuradorias de Justiça do Estado do Maranhão. O Ministério Público pautou sua atuação na garantia dos direitos à Educação, Saúde, Segurança Pública, Meio Ambiente, à Mulher vítima de violência, Infância e Juventude.

Também não se descurou, a Instituição, do cotidiano das pessoas, como se pode perceber através da

enorme quantidade de atendimento realizado e soluções obtidas em questões tão díspares como o acesso a medicamentos ou a garantia de acessibilidade a edifícios, falta de atendimento em hospitais, garantia de leitos.

A atuação do Ministério Público no combate à corrupção continuou firme e constante, tendo sido alcançado o maior número de ajuizamentos de ações penais contra autoridades detentoras de prerrogativas de foro dos últimos anos, bem como trabalho profícuo na área da transparência fiscal e cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

Sob o ponto de vista administrativo, é mister que se diga que as finanças da Instituição estão rigorosamente equilibradas, com os passivos financeiros e sociais devidamente satisfeitos, e que se iniciou, ainda em 2013, diversos processos licitatórios para melhoria do sistema de tecnologia da informação, melhorando assim o parque tecnológico do Ministério Público do Maranhão. Cumpre ainda destacar a finalização e entrega da primeira etapa do prédio das promotorias da capital, com a conclusão da reforma estrutural e início da licitação da segunda etapa da reforma. Ainda em 2013 foram realizadas diversas licitações e assinaturas de contratos visando à contratação de segurança armada e vigilância eletrônica para as Promotorias de Justiça do Estado.

Com isso, o Ministério Público ruma, firmemente, para consolidar uma estrutura que garantirá a todos os membros e servidores e à população maranhense sempre a melhor qualidade na prestação dos serviços da Instituição.

O Ministério Público do Maranhão, com maior satisfação, vem, portanto, renovar seu compromisso com a República e a Democracia, apresentando seu relatório anual de atividades para conhecimento da sociedade à qual serve com infindável denodo, buscando a excelência na sua atuação.

REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA

Procuradora-Geral de Justiça

SUMÁRIO

1 **MISSÃO INSTITUCIONAL** 13

2 **O ESTADO DO MARANHÃO** 15

3 **O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO** 17

4 **A ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR** 19
4.1 A Procuradoria Geral de Justiça 19
4.2 A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos 19
4.3 A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos 19
4.4 O Colégio de Procuradores de Justiça 19
4.5 O Conselho Superior do Ministério Público 20
4.6 A Corregedoria Geral do Ministério Público 20
4.7 Promotorias de Justiça 21
4.7.1 Promotorias de Justiça Distribuídas por Regiões 21

5 **DADOS DA ATIVIDADE FUNCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM 2013** 23
5.1 Atuação no 1º Grau 23
5.2 Atuação no 2º Grau 55
5.2.1 Procuradorias de Justiça Cível 55
5.2.2 Procuradorias de Justiça Criminal 56
5.3 Atividades Administrativas da Corregedoria Geral do Ministério Público em 2013 57

6 **ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS AUXILIARES** 59
6.1 Secretaria para Assuntos Institucionais 59
6.1.1 Área Legislativa Institucional 59
6.1.2 Área Institucional 59
6.1.3 Reuniões externas e Audiências Públicas 63
6.2 Centros de Apoio Operacional 64
6.2.1 Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania 64
6.2.2 Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde 66
6.2.3 Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial 67
6.2.4 Centro de Apoio Operacional Criminal 69
6.2.5 Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação 70
6.2.6 Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude 72
6.2.7 Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural 75
6.2.8 Centro de Apoio Operacional do Consumidor 78

7 **GESTÃO DO CONHECIMENTO** 79
7.1 Escola Superior do Ministério Público do Maranhão 79
7.2 Coordenadoria de Documentação e Biblioteca 87

8 **APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE** 91
8.1 Ouvidoria Geral do Ministério Público 91
8.2 Coordenadoria de Comunicação 93
8.3 Programa Memória Institucional 104
8.4 Promotoria Comunitária Itinerante 105
8.5 Portal da Transparência 106

9 **GESTÃO ADMINISTRATIVA** 107
9.1 Diretoria Geral 107
9.2 Assessoria Jurídica da Administração 109
9.3 Assessoria de Planejamento Geral 109

10 **GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA** 111
10.1 Coordenadoria de Orçamento e Finanças 111

11 **GESTÃO DE PESSOAS** 115
11.1 Coordenadoria de Gestão de Pessoas 115
11.2 Coordenadoria de Folha de Pagamento 119

12 **GESTÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO** 125
12.1 Coordenadoria de Serviços Gerais 125
12.2 Assessoria Técnica 127
12.3 Assessoria de Controle Interno 128
12.4 Assessoria de Auditoria Interna 129
12.5 Comissão Permanente de Licitação 131
12.6 Chefia de Cerimonial 132

13 **GESTÃO DE INFRAESTRUTURA** 135
13.1 Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura 135

14 **GESTÃO DE BENS PATRIMONIAIS** 139
14.1 Coordenadoria de Administração 139

15 **GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** 145
15.1 Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação 145

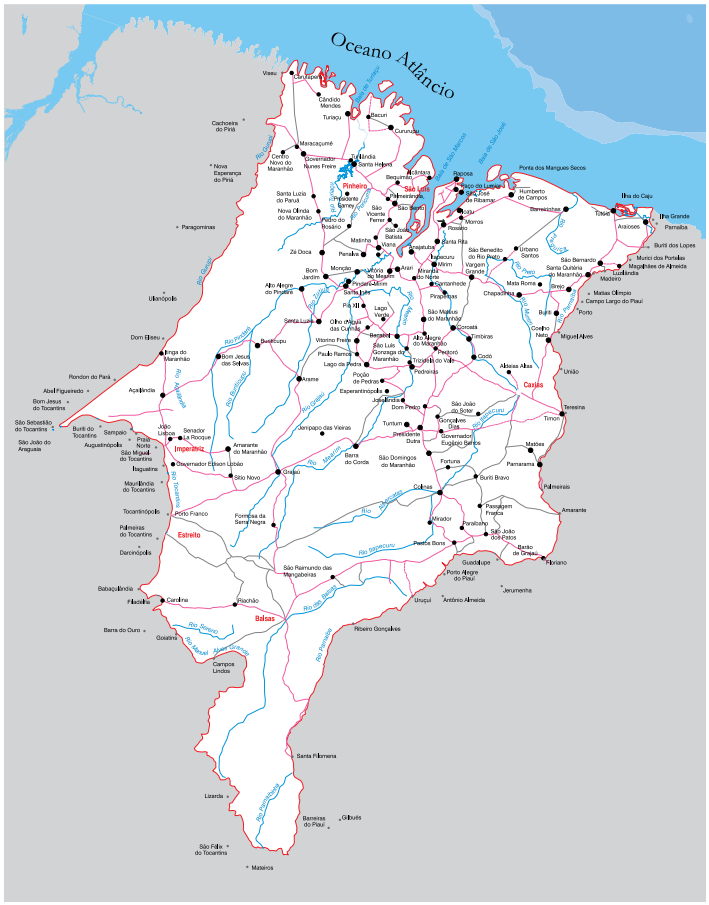
16 **ATOS NORMATIVOS - 2013** 157

17 **ANEXO** 161
ANEXO A - Informações ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)
Resolução nº 74/2011 161

1 MISSÃO INSTITUCIONAL

"O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis" ***(art. 127 da Constituição Federal/1988)***.

2 O ESTADO DO MARANHÃO



Do ponto de vista da economia, o Maranhão cresceu, nos últimos quatro anos, contudo figura entre os estados brasileiros com os piores indicadores socioeconômicos. É o penúltimo no ranking do IDH nacional com 0,639. Possui a pior renda per capta média (R$ 360,43), o 2º pior índice de expectativa de vida (70,4), o 6º pior percentual da população de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo (29,60) e o 9º na faixa de 15 a 17 anos com fundamental completo (47,84) - dados PNUD/IPEA 2013.

Com relação à participação do Estado no Produto Interno Bruto do Brasil, registrou-se no ano de 2011 uma participação de 1,3%. Para os anos anteriores essa participação foi de: 1,2% em 2010, 1,2% em 2009; 1,3% em 2008; 1,2% em 2007.

Tabela 1 - Participação do Nordeste, Maranhão no Produto Interno Bruto do Brasil 2007 - 2011.

Abrangência Geográfica	Participação no Produto Interno Bruto do Brasil (%)				
	2007	2008	2009	2010	2011
Brasil	100	100	100	100	100
Nordeste	13,1	13,1	13,5	13,5	13,4
Maranhão	1,2	1,3	1,2	1,2	1,3

Fonte: IBGE; IMESC

No âmbito interno, os cinco maiores PIBs municipais (São Luís, Imperatriz, Açailândia, Balsas e Timon) concentram 51,40% da economia maranhense e os 212 municípios restantes respondem por 48,60%, caracterizando a enorme desigualdade na distribuição da renda, o que se reflete em vários outros indicadores sociais e econômicos.

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, divulgado pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), aponta que o Maranhão tem o segundo pior IDH do País, atrás apenas de Alagoas. O índice, calculado com base em dados de 2010, leva em conta a expectativa de vida, a escolaridade e a renda da população. A taxa do Maranhão é semelhante à obtida em 2012 pela Síria, país que vive em guerra civil.

Quadro 1 - Indicadores socioeconômicos do Estado do Maranhão 2010

De acordo com o Altas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, mais da metade da riqueza do Maranhão concentra-se nas mãos dos 10% mais ricos. Os dados, de 2010, apontam que 39% dos moradores do Estado vivem na pobreza. E uma em cada cinco pessoas com 15 anos ou mais não sabem ler e escrever.

As causas dessas iniquidades são atribuídas a uma profunda desigualdade econômica, a uma histórica concentração de renda e de poder político, gerador de uma brutal segregação social, que priva milhares de maranhenses de terem acesso a condições mínimas de sobrevivência.

Contraditoriamente, esse mesmo estado violador dos direitos humanos de grande parte de sua população, é rico de recursos naturais, possuidor de uma das mais importantes bacias hidrográficas do país, bem como imensas faixas de terras agricultáveis, grandes jazidas de gás e campos com possibilidades de extração de petróleo, dentre outros. Possui ainda um patrimônio histórico e cultural reconhecido nacional e internacionamente, tendo São Luís, a capital do estado, recebido o título de Patrimônio Histórico da Humanidade, outorgado pela UNESCO.

3 O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

O Ministério Público do Maranhão é o órgão estatal que tem como função principal zelar pela boa aplicação da lei, pela ordem jurídica e pelo estado democrático de direito e foi criado para defender os interesses da sociedade. Cabe-lhe, enquanto um agente de transformação a serviço da cidadania, dos interesses sociais e da democracia, tomar providências para que se cumpra a lei, por exemplo, quando um grupo de pessoas, a comunidade ou a própria sociedade se sente lesada em algum de seus direitos garantidos por lei.

Sua organização e funcionamento são estabelecidos pela Lei Federal nº 8.625/95 e, no âmbito estadual, pela Lei Complementar nº 013/91. Conta com seus órgãos de Administração Superior (Procuradoria Geral de Justiça, Colégio de Procuradores, Conselho Superior, Corregedoria Geral), de Administração (Procuradorias e Promotorias de Justiça) e de Execução (procurador-geral, Conselho Superior, procuradores e promotores de justiça).

Por fim, também fazem parte da estrutura organizacional do Ministério Público, como órgãos auxiliares, a Secretaria para Assuntos Institucionais (Secinst), a Ouvidoria, os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, a Escola Superior do Ministério Público (ESMP), os órgãos de apoio técnico e administrativo e os estagiários.

4 A ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

A Lei Complementar Estadual n. 013/97 definiu a estrutura do Ministério Público do Estado do Maranhão, compreendendo Órgãos de Administração Superior, de Administração, de Execução e Órgãos Auxiliares.

São Órgãos da Administração Superior do Ministério Público: a Procuradoria Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria Geral do Ministério Público.

4.1 A Procuradoria Geral de Justiça

É órgão da Administração Superior do Ministério Público. A chefia da Instituição cabe ao procurador-geral de justiça, nomeado pelo governador do Estado, a partir de lista tríplice formada em eleição pelos membros da Instituição, dentre procuradores e promotores de justiça com mais de 10 anos de carreira, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Além das funções de natureza administrativa, o procurador-geral de justiça atua como órgão de execução. Nessa qualidade, age perante a segunda instância do Poder Judiciário estadual, sendo legitimado ativo para os feitos de competência originária do Tribunal de Justiça. Além disso, atua na revisão do arquivamento de inquérito policial e nos casos de não formulação de propostas de transação penal e de suspensão condicional do processo, quando houver a remessa dos feitos pelos diversos juízos de direito do Estado, dentre outras atribuições legais.

O procurador-geral de justiça, para o desempenho de suas atribuições, conta com o auxílio da Assessoria Especial, constituída preferencialmente por membros do Ministério Público de sua livre escolha e chefiada por um deles.

Em casos de afastamentos e impedimentos, o procurador-geral de justiça é substituído pelo subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos e pelo subprocurador-geral de justiça para Assuntos Administrativos.

4.2 A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos tem, dentre suas principais funções estabelecidas pelo Ato Regulamentar nº 20/2008, que coordenar os serviços da Assessoria do procurador-geral de justiça, podendo subscrever quaisquer manifestações no processo judicial e nos autos de procedimento administrativo; ajuizar as ações cíveis e criminais de competência do Tribunal de Justiça, cabendo-lhe, ainda, interpor todos os recursos previstos na legislação processual e constitucional, sem prejuízo da prioridade de atribuição conferida ao procurador-geral de justiça.

4.3 A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos tem um importante papel junto à Procuradoria Geral de Justiça, auxiliando no desenvolvimento da política administrativa da Instituição e supervisionando o trabalho realizado pelos órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério Público.

4.4 O Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça é formado por todos os procuradores de justiça em atividade e presidido pelo procurador-geral, cabendo-lhe, dentre outras importantes atribuições, opinar sobre matérias relativas à autonomia do Ministério Público, bem como sobre outras de interesse institucional; propor ao Poder Legislativo a destituição do procurador-geral de justiça; eleger e destituir o corregedor-geral e o ouvidor-geral do Ministério Público; recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público; propor a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais, dentre outras atribuições que lhe forem conferidas por lei.

Colégio de Procuradores realiza sessão de Vitaliciamento e posse de promotores de justiça

4.5 O Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público é integrado pelo procurador-geral de justiça e pelo corregedor-geral do Ministério Público, como membros natos, e por cinco procuradores de justiça, como membros eleitos para um mandato de dois anos, possuindo atribuições como órgão da Administração Superior e como órgão de execução.

Compete-lhe, entre outras atividades, elaborar as listas sêxtuplas a que se referem os artigos 94, caput, e 104, parágrafo único, II, da Constituição Federal e o artigo 77 da Constituição Estadual; indicar ao procurador-geral de justiça, em lista tríplice, os candidatos a promoção ou remoção por merecimento, bem como o nome do mais antigo membro do Ministério Público para promoção ou remoção por antiguidade; indicar promotores de justiça para substituição por convocação na 2ª instância; aprovar os pedidos de remoção por permuta entre membros do *Parquet* na carreira; decidir sobre vitaliciamento de membro na carreira; determinar a disponibilidade e a remoção de membro do Ministério Público, por motivo de interesse público; aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre as reclamações formuladas a respeito; regulamentar o processo de escolha dos candidatos do Ministério Público para membros do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça, bem como exercer outras atribuições previstas em lei.

4.6 A Corregedoria Geral do Ministério Público

A Corregedoria Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, entre outras atribuições, a de realizar correições e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça, remetendo relatórios reservados ao Conselho Superior e ao Colégio de Procuradores; propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da lei, a confirmação ou não de membro do Ministério Público na carreira; fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução.

Cabe-lhe instaurar, de ofício ou por provocação dos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público, processo disciplinar contra membro do Ministério Público, presidindo-o e aplicando as sanções administrativas cabíveis, assegurada ampla defesa; encaminhar ao procurador-geral de justiça os processos administrativos disciplinares que incumbam a este decidir; manter prontuário atualizado dos membros da Ins-

tituição; remeter aos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público informações necessárias ao desempenho de suas atribuições.

Também deve apresentar ao procurador-geral de justiça, na primeira quinzena de fevereiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça relativas ao ano anterior; elaborar a escala de férias dos promotores de justiça e das respectivas substituições, submetendo-a em prazo oportuno ao procurador-geral de justiça.

4.7 Promotorias de Justiça

São órgãos de administração do Ministério Público com atribuições fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça mediante proposta do procurador-geral de justiça e exercidas por promotores de justiça para o desempenho das funções institucionais do *Parquet* nas Comarcas, nas esferas judicial e extrajudicial. As Promotorias de Justiça, com exclusividade ou cumulativamente, têm atribuição nas diversas áreas, tais como: criminal, da ordem tributária, da infância e juventude, da moralidade administrativa, da cidadania e fundações, do meio ambiente, do consumidor, da família, da Fazenda Pública, dos registros públicos, dos Juizados Especiais Cíveis, entre outras.

Tabela 2 - Distribuição das Promotorias de Justiça – 2013

N° MUNICÍPIOS	**217**
N° COMARCAS	**112**
N° PROMOTORIAS DE JUSTIÇA	**312**
N° PROMOTORES DE JUSTIÇA	**268**

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2013.

Tabela 3 - Número de Comarcas por Entrância

ENTRÂNCIA	N° DE COMARCAS	N° DE PROMOTORIAS	N° DE PROMOTORES
FINAL	1	117	115
INTERMEDIÁRIA	35	119	92
INICIAL	76	76	61
TOTAL	**112**	**312**	**268**

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2013.

4.7.1 Promotorias de Justiça Distribuídas por Regiões

Quadro 2 - Distribuição das Promotorias de Justiça

1ª REGIÃO – METROPOLITANA (04 Comarcas)	
São Luís (Capital)	Raposa
Paço do Lumiar	São José de Ribamar
2ª REGIÃO – PRÉ-AMAZÔNICA (13 Comarcas)	
Buriticupu	Pindaré-Mirim
Bom Jardim	Santa Inês
Cândido Mendes	Santa Iuzia do Paruá
Carutapera	Santa Iuzia
Governador Nunes Freire	Turiaçu
Maracaçumé	Zé doca
Monção	
3ª REGIÃO – BAIXADA (16 Comarcas)	
Alcântara	Olinda Nova
Bacuri	Pinheiro

Bequimão	Penalva
Cururupu	Santa Helena
Cedral	São Vicente Ferrer
Guimarães	São João Batista
Matinha	São Bento
Mirinzal	Viana
4ª REGIÃO – COCAIS (24 Comarcas)	
Barão de Grajaú	Passagem Franca
Buriti bravo	Presidente Dutra
Caxias	Paraibano
Codó	Parnarama
Colinas	Santo Antônio dos Lopes
Coroatá	São Francisco do Maranhão
Coelho neto	São João dos Patos
Dom Pedro	São Domingos do Maranhão
Governador Eugênio Barros	Sucupira do norte
Matões	Timbiras
Mirador	Timon
Pastos Bons	Tuntum
5ª REGIÃO – MEARIM (16 Comarcas)	
Arari	Paulo Ramos
Anajatuba	Pedreiras
Bacabal	Pio XII
Barra do Corda	Poção de Pedras
Esperantinópolis	São Mateus
Igarapé Grande	São Luís Gonzaga
Joselândia	Vitorino Freire
Lago da Pedra	Vitória do Mearim
6ª REGIÃO – BAIXO PARNAÍBA (18 Comarcas)	
Araioses	Morros
Barreirinhas	Magalhães de Almeida
Brejo	Rosário
Buriti	Santa Rita
Cantanhede	Santa Quitéria
Chapadinha	São Benardo
Humberto de Campos	Tutóia
Icatu	Urbanos Santos
Itapecuru-Mirim	Vargem Grande
7ª REGIÃO – TOCANTINA (11 Comarcas)	
Açailândia	Itinga do Maranhão
Arame	João Lisboa
Amarante do Maranhão	Montes Altos
Estreito	Porto Franco
Grajaú	Senador La Roque
Imperatriz	
8ª REGIÃO – SUL DO MARANHÃO (08 Comarcas)	
Alto Parnaíba	Riachão
Balsas	São Domingos do Azeitão
Carolina	São Raimundo das Mangabeiras
Loreto	Tasso Fragoso

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2013.

5 DADOS DA ATIVIDADE FUNCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM 2013

5.1 Atuação no 1º Grau

Tabela 4 - Comparativo das Ações Penais 2010 – 2013

INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS							
DOS CRIMES	2010	2011	Aumento de 2010 a 2011 (%)	2012	2013	Aumento de 2012 a 2013 (%)	TOTAL
ABORTO							
Recebidos e instaurados	44	8	-81,8%	7	7	0,0%	**66**
Despachados	41	7	-82,9%	5	9	80,0%	**62**
Saldo com prazo vencido	0	1	0,0%	1	0	-100,0%	**2**
Saldo sem prazo vencido	2	1	-50,0%	2	0	-100,0%	**5**
Transações Penais	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	**1**
Arquivados	14	1	-92,9%	0	3	0,0%	**18**
Denúncias oferecidas	14	4	-71,4%	2	2	0,0%	**22**
Baixados para diligência	5	5	0,0%	6	4	-33,3%	**20**
HOMICÍDIO DOLOSO							
Recebidos e instaurados	1658	1951	17,7%	2253	3206	42,3%	**9068**
Despachados	1574	1897	20,5%	1944	3102	59,6%	**8517**
Saldo com prazo vencido	33	4	-87,9%	3	7	133,3%	**47**
Saldo sem prazo vencido	387	449	16,0%	306	402	31,4%	**1544**
Transações Penais	12	12	0,0%	20	6	-70,0%	**50**
Arquivados	73	218	198,6%	340	274	-19,4%	**905**
Denúncias oferecidas	970	935	-3,6%	830	982	18,3%	**3717**
Baixados para diligência	615	815	32,5%	762	1769	132,2%	**3961**
HOMICÍDIO CULPOSO							
Recebidos e instaurados	210	137	-34,8%	235	288	22,6%	**870**
Despachados	214	130	-39,3%	221	284	28,5%	**849**
Saldo com prazo vencido	4	7	75,0%	3	3	0,0%	**17**
Saldo sem prazo vencido	57	22	-61,4%	11	54	390,9%	**144**
Transações Penais	12	22	83,3%	3	1	-66,7%	**38**
Arquivados	31	17	-45,2%	43	26	-39,5%	**117**
Denúncias oferecidas	96	57	-40,6%	101	87	-13,9%	**341**
Baixados para diligência	77	50	-35,1%	91	139	52,7%	**357**
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA							
Recebidos e instaurados	53	77	45,3%	58	143	146,6%	**331**
Despachados	47	71	51,1%	49	134	173,5%	**301**
Saldo com prazo vencido	1	1	0,0%	9	7	-22,2%	**18**
Saldo sem prazo vencido	12	7	-41,7%	0	37	0,0%	**56**
Transações Penais	1	2	100,0%	1	14	1300,0%	**18**
Arquivados	7	7	0,0%	13	11	-15,4%	**38**
Denúncias oferecidas	27	40	48,1%	34	67	97,1%	**168**
Baixados para diligências	13	18	38,5%	20	41	105,0%	**92**
ORDEM TRIBUTÁRIA							
Recebidos e instaurados	128	142	10,9%	82	250	204,9%	**602**
Despachados	169	135	-20,1%	62	220	254,8%	**586**
Saldo com prazo vencido	1	3	200,0%	3	5	66,7%	**12**

Saldo sem prazo vencido	19	59	210,5%	20	105	425,0%	**203**
Transações Penais	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Arquivados	34	27	-20,6%	26	19	-26,9%	**106**
Denúncias oferecidas	9	16	77,8%	18	16	-11,1%	**59**
Baixados para diligências	41	34	-17,1%	28	154	450,0%	**257**
ORDEM ECONÔMICA							
Recebidos e instaurados	2	11	450,0%	5	7	40,0%	**25**
Despachados	9	10	11,1%	3	6	100,0%	**28**
Saldo com prazo vencido	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	**1**
Saldo sem prazo vencido	8	3	-62,5%	2	6	200,0%	**19**
Transações Penais	1	0	-100,0%	1	0	-100,0%	**2**
Arquivados	0	0	0,0%	0	1	0,0%	**1**
Denúncias oferecidas	1	1	0,0%	1	2	100,0%	**5**
Baixados para diligências	1	1	0,0%	0	6	0,0%	**8**
TORTURA							
Recebidos e instaurados	43	22	-48,8%	15	23	53,3%	**103**
Despachados	44	18	-59,1%	11	22	100,0%	**95**
Saldo com prazo vencido	3	0	-100,0%	0	0	0,0%	**3**
Saldo sem prazo vencido	5	9	80,0%	4	1	-75,0%	**19**
Transações Penais	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Arquivados	7	3	-57,1%	4	2	-50,0%	**16**
Denúncias oferecidas	12	8	-33,3%	2	12	500,0%	**34**
Baixados para diligências	21	6	-71,4%	7	7	0,0%	**41**
MEIO AMBIENTE							
Recebidos e instaurados	588	723	23,0%	618	1239	100,5%	**3168**
Despachados	553	661	19,5%	550	1197	117,6%	**2961**
Saldo com prazo vencido	2	3	50,0%	1	2	100,0%	**8**
Saldo sem prazo vencido	167	136	-18,6%	67	166	147,8%	**536**
Transações Penais	56	17	-69,6%	26	38	46,2%	**137**
Arquivados	54	89	64,8%	90	234	160,0%	**467**
Denúncias oferecidas	112	124	10,7%	158	87	-44,9%	**481**
Baixados para diligências	119	231	94,1%	241	615	155,2%	**1206**
CRIANÇA E ADOLESCENTE							
Recebidos e instaurados	205	219	6,8%	251	533	112,4%	**1208**
Despachados	179	221	23,5%	233	513	120,2%	**1146**
Saldo com prazo vencido	1	0	-100,0%	0	37	0,0%	**38**
Saldo sem prazo vencido	21	23	9,5%	18	31	72,2%	**93**
Transações Penais	5	4	-20,0%	0	2	0,0%	**11**
Arquivados	7	15	114,3%	22	31	40,9%	**75**
Denúncias oferecidas	102	71	-30,4%	118	226	91,5%	**517**
Baixados para diligências	45	39	-13,3%	58	224	286,2%	**366**
CONSUMIDOR							
Recebidos e instaurados	44	60	36,4%	73	75	2,7%	**252**
Despachados	57	40	-29,8%	62	40	-35,5%	**199**
Saldo com prazo vencido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Saldo sem prazo vencido	47	56	19,1%	11	52	372,7%	**166**
Transações Penais	1	2	100,0%	1	0	-100,0%	**4**
Arquivados	15	6	-60,0%	11	1	-90,9%	**33**
Denúncias oferecidas	22	20	-9,1%	24	21	-12,5%	**87**
Baixados para diligências	12	13	8,3%	32	12	-62,5%	**69**

MILITARES							
Recebidos e instaurados	185	77	-58,4%	133	159	19,5%	**554**
Despachados	183	72	-60,7%	133	157	18,0%	**545**
Saldo com prazo vencido	21	2	-90,5%	0	0	0,0%	**23**
Saldo sem prazo vencido	85	0	-100,0%	0	70	0,0%	**155**
Transações Penais	5	0	-100,0%	0	1	0,0%	**6**
Arquivados	76	12	-84,2%	24	2	-91,7%	**114**
Denúncias oferecidas	38	12	-68,4%	22	27	22,7%	**99**
Baixados para diligências	62	53	-14,5%	78	40	-48,7%	**233**
ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR							
Recebidos e instaurados	129	44	-65,9%	74	48	-35,1%	**295**
Despachados	123	43	-65,0%	67	47	-29,9%	**280**
Saldo com prazo vencido	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	**1**
Saldo sem prazo vencido	64	12	-81,3%	7	4	-42,9%	**87**
Transações Penais	3	2	-33,3%	2	1	-50,0%	**8**
Arquivados	8	5	-37,5%	9	2	-77,8%	**24**
Denúncias oferecidas	87	46	-47,1%	35	15	-57,1%	**183**
Baixados para diligências	32	26	-18,8%	28	18	-35,7%	**104**
ESTUPRO							
Recebidos e instaurados	561	693	23,5%	755	938	24,2%	**2947**
Despachados	537	656	22,2%	685	899	31,2%	**2777**
Saldo com prazo vencido	2	3	50,0%	2	3	50,0%	**10**
Saldo sem prazo vencido	146	121	-17,1%	68	107	57,4%	**442**
Transações Penais	3	8	166,7%	9	2	-77,8%	**22**
Arquivados	30	56	86,7%	55	57	3,6%	**198**
Denúncias oferecidas	381	373	-2,1%	392	460	17,3%	**1606**
Baixados para diligências	141	210	48,9%	255	349	36,9%	**955**
ESTELIONATO							
Recebidos e instaurados	575	556	-3,3%	576	722	25,3%	**2429**
Despachados	523	545	4,2%	518	675	30,3%	**2261**
Saldo com prazo vencido	6	9	50,0%	10	38	280,0%	**63**
Saldo sem prazo vencido	146	136	-6,8%	48	170	254,2%	**500**
Transações Penais	6	10	66,7%	11	0	-100,0%	**27**
Arquivados	78	50	-35,9%	60	59	-1,7%	**247**
Denúncias oferecidas	269	230	-14,5%	233	227	-2,6%	**959**
Baixados para diligências	243	215	-11,5%	238	389	63,4%	**1085**
FURTO							
Recebidos e instaurados	2032	1884	-7,3%	2075	2472	19,1%	**8463**
Despachados	1873	1749	-6,6%	1919	2341	22,0%	**7882**
Saldo com prazo vencido	7	5	-28,6%	10	36	260,0%	**58**
Saldo sem prazo vencido	401	394	-1,7%	146	582	298,6%	**1523**
Transações Penais	45	41	-8,9%	45	7	-84,4%	**138**
Arquivados	153	177	15,7%	182	233	28,0%	**745**
Denúncias oferecidas	1447	1156	-20,1%	1208	1202	-0,5%	**5013**
Baixados para diligências	416	466	12,0%	477	825	73,0%	**2184**
EXTORSÃO							
Recebidos e instaurados	50	26	-48,0%	49	30	-38,8%	**155**
Despachados	38	23	-39,5%	49	27	-44,9%	**137**
Saldo com prazo vencido	1	1	0,0%	0	0	0,0%	**2**

Saldo sem prazo vencido	6	2	-66,7%	0	8	0,0%	**16**
Transações Penais	3	2	-33,3%	1	0	-100,0%	**6**
Arquivados	4	2	-50,0%	2	2	0,0%	**10**
Denúncias oferecidas	28	27	-3,6%	31	18	-41,9%	**104**
Baixados para diligências	21	14	-33,3%	16	7	-56,3%	**58**
RACISMO							
Recebidos e instaurados			0,0%		4	0,0%	**4**
Despachados			0,0%		4	0,0%	**4**
Saldo com prazo vencido			0,0%		0	0,0%	**0**
Saldo sem prazo vencido			0,0%		0	0,0%	**0**
Transações Penais			0,0%		0	0,0%	**0**
Arquivados			0,0%		1	0,0%	**1**
Denúncias oferecidas			0,0%		1	0,0%	**1**
Baixados para diligências			0,0%		2	0,0%	**2**
RECEPTAÇÃO							
Recebidos e instaurados	338	291	-13,9%	346	438	26,6%	**1413**
Despachados	305	263	-13,8%	325	406	24,9%	**1299**
Saldo com prazo vencido	3	0	-100,0%	2	9	350,0%	**14**
Saldo sem prazo vencido	82	73	-11,0%	19	82	331,6%	**256**
Transações Penais	11	9	-18,2%	17	11	-35,3%	**48**
Arquivados	18	28	55,6%	26	24	-7,7%	**96**
Denúncias oferecidas	227	160	-29,5%	170	225	32,4%	**782**
Baixados para diligências	89	70	-21,3%	105	119	13,3%	**383**
ROUBO							
Recebidos e instaurados	1735	1773	2,2%	2070	2604	25,8%	**8182**
Despachados	1612	1736	7,7%	1925	2491	29,4%	**7764**
Saldo com prazo vencido	2	7	250,0%	5	57	1040,0%	**71**
Saldo sem prazo vencido	343	466	35,9%	140	733	423,6%	**1682**
Transações Penais	9	31	244,4%	37	4	-89,2%	**81**
Arquivados	73	84	15,1%	82	121	47,6%	**360**
Denúncias oferecidas	1449	1236	-14,7%	1340	1369	2,2%	**5394**
Baixados para diligências	312	386	23,7%	460	891	93,7%	**2049**
LESÃO CORPORAL							
Recebidos e instaurados	1266	1147	-9,4%	1235	1192	-3,5%	**4840**
Despachados	1195	1070	-10,5%	1163	1114	-4,2%	**4542**
Saldo com prazo vencido	25	5	-80,0%	6	11	83,3%	**47**
Saldo sem prazo vencido	301	265	-12,0%	66	188	184,8%	**820**
Transações Penais	78	69	-11,5%	77	36	-53,2%	**260**
Arquivados	86	72	-16,3%	75	73	-2,7%	**306**
Denúncias oferecidas	660	568	-13,9%	570	523	-8,2%	**2321**
Baixados para diligências	347	323	-6,9%	385	466	21,0%	**1521**
RESPONSABILIDADE							
Recebidos e instaurados	24	31	29,2%	34	35	2,9%	**124**
Despachados	23	23	0,0%	24	31	29,2%	**101**
Saldo com prazo vencido	0	0	0,0%	0	2	0,0%	**2**
Saldo sem prazo vencido	5	8	60,0%	10	6	-40,0%	**29**
Transações Penais	1	2	100,0%	2	0	-100,0%	**5**
Arquivados	11	7	-36,4%	7	0	-100,0%	**25**
Denúncias oferecidas	17	39	129,4%	43	27	-37,2%	**126**
Baixados para diligências	13	7	-46,2%	15	21	40,0%	**56**

CÓDIGO DE TRÂNSITO							
Recebidos e instaurados	1052	896	-14,8%	1076	1877	74,4%	**4901**
Despachados	962	849	-11,7%	996	1760	76,7%	**4567**
Saldo com prazo vencido	14	3	-78,6%	0	14	0,0%	**31**
Saldo sem prazo vencido	274	189	-31,0%	80	476	495,0%	**1019**
Transações Penais	43	49	14,0%	82	35	-57,3%	**209**
Arquivados	195	105	-46,2%	150	254	69,3%	**704**
Denúncias oferecidas	515	390	-24,3%	415	763	83,9%	**2083**
Baixados para diligências	239	267	11,7%	320	716	123,8%	**1542**
ENTORPECENTES							
Recebidos e instaurados	1723	1700	-1,3%	1985	1825	-8,1%	**7233**
Despachados	1643	1631	-0,7%	1793	1663	-7,3%	**6730**
Saldo com prazo vencido	15	4	-73,3%	1	7	600,0%	**27**
Saldo sem prazo vencido	307	289	-5,9%	190	185	-2,6%	**971**
Transações Penais	25	29	16,0%	30	22	-26,7%	**106**
Arquivados	31	54	74,2%	62	57	-8,1%	**204**
Denúncias oferecidas	1179	1145	-2,9%	1146	1207	5,3%	**4677**
Baixados para diligências	193	199	3,1%	220	266	20,9%	**878**
ELEITORAL							
Recebidos e instaurados	196	223	13,8%	168	813	383,9%	**1400**
Despachados	226	216	-4,4%	153	815	432,7%	**1410**
Saldo com prazo vencido	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	**1**
Saldo sem prazo vencido	64	68	6,3%	15	36	140,0%	**183**
Transações Penais	17	5	-70,6%	8	5	-37,5%	**35**
Arquivados	23	7	-69,6%	5	35	600,0%	**70**
Denúncias oferecidas	119	62	-47,9%	63	73	15,9%	**317**
Baixados para diligências	47	41	-12,8%	43	99	130,2%	**230**
IMPRENSA							
Recebidos e instaurados	6	8	33,3%	1	0	-100,0%	**15**
Despachados	6	8	33,3%	1	0	-100,0%	**15**
Saldo com prazo vencido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Saldo sem prazo vencido	1	1	0,0%	0	0	0,0%	**2**
Transações Penais	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Arquivados	1	3	200,0%	0	0	0,0%	**4**
Denúncias oferecidas	0	4	0,0%	2	0	-100,0%	**6**
Baixados para diligências	0	1	0,0%	0	0	0,0%	**1**
LICITAÇÕES							
Recebidos e instaurados	26	18	-30,8%	20	27	35,0%	**91**
Despachados	22	17	-22,7%	15	21	40,0%	**75**
Saldo com prazo vencido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Saldo sem prazo vencido	15	1	-93,3%	5	0	-100,0%	**21**
Transações Penais	0	0	0,0%	2	0	-100,0%	**2**
Arquivados	6	1	-83,3%	1	0	-100,0%	**8**
Denúncias oferecidas	18	16	-11,1%	13	26	100,0%	**73**
Baixados para diligências	1	1	0,0%	2	6	200,0%	**10**
LEI MARIA DA PENHA							
Recebidos e instaurados	1553	1493	-3,9%	2142	4159	94,2%	**9347**
Despachados	1488	1425	-4,2%	2008	4093	103,8%	**9014**
Saldo com prazo vencido	3	4	33,3%	8	7	-12,5%	**22**

Saldo sem prazo vencido	255	223	-12,5%	126	221	75,4%	**825**
Arquivados	213	135	-36,6%	180	135	-25,0%	**663**
Denúncias oferecidas	1045	843	-19,3%	1096	1568	43,1%	**4552**
Baixados para diligências	352	437	24,1%	738	1596	116,3%	**3123**
PORTE DE ARMA							
Recebidos e instaurados	1301	1077	-17,2%	1221	1603	31,3%	**5202**
Despachados	1192	1019	-14,5%	1159	1587	36,9%	**4957**
Saldo com prazo vencido	3	2	-33,3%	1	16	1500,0%	**22**
Saldo sem prazo vencido	215	246	14,4%	145	332	129,0%	**938**
Transações Penais	11	27	145,5%	29	3	-89,7%	**70**
Arquivados	62	49	-21,0%	52	54	3,8%	**217**
Denúncias oferecidas	985	731	-25,8%	815	994	22,0%	**3525**
Baixados para diligências	304	274	-9,9%	278	482	73,4%	**1338**
DIVERSOS							
Recebidos e instaurados	3868	3515	-9,1%	3735	4154	11,2%	**15272**
Despachados	3588	3255	-9,3%	3332	3813	14,4%	**13988**
Saldo com prazo vencido	340	822	141,8%	11	178	1518,2%	**1351**
Saldo sem prazo vencido	913	826	-9,5%	545	866	58,9%	**3150**
Transações Penais	132	160	21,2%	163	60	-63,2%	**515**
Arquivados	384	422	9,9%	338	432	27,8%	**1576**
Denúncias oferecidas	950	921	-3,1%	965	1005	4,1%	**3841**
Baixados para diligências	1257	1298	3,3%	1370	1798	31,2%	**5723**
AUDIÊNCIAS REALIZADAS							
Judiciais	14840	17900	20,6%	19942	15613	-21,7%	**68295**
Extrajudiciais	982	730	-25,7%	950	684	-28,0%	**3346**
EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE							
Prescrição	678	340	-49,9%	357	394	10,4%	**1769**
Decadência	83	104	25,3%	110	27	-75,5%	**324**
Outras causas	416	353	-15,1%	387	242	-37,5%	**1398**
PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS ADM. CRIMINAL							
Instaurados	366	152	-58,5%	132	51	-61,4%	**701**
concluídos	303	241	-20,5%	95	67	-29,5%	**706**
andamento	3103	2031	-34,5%	1350	722	-46,5%	**7206**
ATENDIMENTO AO PÚBLICO CRIMINAL	6522	5631	-13,7%	4988	3921	-21,4%	**21062**
PROCESSOS CRIMINAIS DE 1º GRAU							
DOS CRIMES							
ABORTO							
Recebidos	23	10	-56,5%	70	15	-78,6%	**118**
Despachados	24	7	-70,8%	70	15	-78,6%	**116**
Saldo com prazo vencido	5	0	-100,0%	0	0	0,0%	**5**
Saldo sem prazo vencido	3	3	0,0%	4	0	-100,0%	**10**
Suspensão do processo	2	0	-100,0%	0	1	0,0%	**3**
Alegações finais	7	11	57,1%	28	0	-100,0%	**46**
Aditamentos	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	**1**
Recursos	0	1	0,0%	1	1	0,0%	**3**
Contra razões	3	3	0,0%	6	0	-100,0%	**12**
Absolvições de acordo	0	0	0,0%	3	0	-100,0%	**3**

Absolvições contrário ao pedido	1	0	-100,0%	3	0	-100,0%	**4**
Condenações parcial ao pedido	1	1	0,0%	1	1	0,0%	**4**
Condenações conforme pedido	1	3	200,0%	7	1	-85,7%	**12**
Extinção de punibilidade por prescrição	2	7	250,0%	13	1	-92,3%	**23**
Extinção de punibilidade decadência	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Extinção de punibilidade por outras causas	5	0	-100,0%	2	1	-50,0%	**8**
HOMICÍDIO DOLOSO							
Recebidos	2413	2403	-0,4%	2515	3004	19,4%	**10335**
Despachados	2312	2336	1,0%	2350	2952	25,6%	**9950**
Saldo com prazo vencido	7	10	42,9%	18	17	-5,6%	**52**
Saldo sem prazo vencido	423	518	22,5%	199	327	64,3%	**1467**
Suspensão do processo	14	29	107,1%	16	30	87,5%	**89**
Alegações finais	685	622	-9,2%	595	589	-1,0%	**2491**
Aditamentos	49	33	-32,7%	51	58	13,7%	**191**
Recursos	42	30	-28,6%	59	65	10,2%	**196**
Contra razões	185	204	10,3%	197	233	18,3%	**819**
Absolvições de acordo	24	34	41,7%	36	7	-80,6%	**101**
Absolvições contrário ao pedido	14	16	14,3%	13	9	-30,8%	**52**
Condenações parcial ao pedido	22	43	95,5%	11	22	100,0%	**98**
Condenações conforme pedido	128	108	-15,6%	68	94	38,2%	**398**
Extinção de punibilidade por prescrição	69	66	-4,3%	49	100	104,1%	**284**
Extinção de punibilidade por decadência	5	1	-80,0%	1	0	-100,0%	**7**
Extinção de punibilidade por outras causas	58	85	46,6%	79	119	50,6%	**341**
HOMICÍDIO CULPOSO							
Recebidos	209	151	-27,8%	280	231	-17,5%	**871**
Despachados	202	137	-32,2%	225	227	0,9%	**791**
Saldo com prazo vencido	6	4	-33,3%	10	3	-70,0%	**23**
Saldo sem prazo vencido	79	37	-53,2%	45	49	8,9%	**210**
Suspensão do processo	9	3	-66,7%	3	1	-66,7%	**16**
Alegações finais	73	27	-63,0%	55	39	-29,1%	**194**
Aditamentos	20	7	-65,0%	17	9	-47,1%	**53**
Recursos	5	2	-60,0%	0	4	0,0%	**11**
Contra razões	13	6	-53,8%	9	11	22,2%	**39**
Absolvições de acordo	5	22	340,0%	12	7	-41,7%	**46**
Absolvições contrário ao pedido	1	1	0,0%	1	2	100,0%	**5**
Condenações parcial ao pedido	2	0	-100,0%	0	3	0,0%	**5**
Condenações conforme pedido	14	2	-85,7%	3	8	166,7%	**27**

Extinção de punibilidade por prescrição	3	6	100,0%	4	24	500,0%	**37**
Extinção de punibilidade por decadência	0	1	0,0%	0	0	0,0%	**1**
Extinção de punibilidade por outras causas	11	47	327,3%	41	15	-63,4%	**114**
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA							
Recebidos	92	104	13,0%	76	173	127,6%	**445**
Despachados	86	83	-3,5%	73	179	145,2%	**421**
Saldo com prazo vencido	0	6	0,0%	0	0	0,0%	**6**
Saldo sem prazo vencido	11	21	90,9%	3	43	1333,3%	**78**
Suspensão do processo	4	1	-75,0%	1	2	100,0%	**8**
Alegações finais	19	18	-5,3%	22	53	140,9%	**112**
Aditamentos	1	0	-100,0%	0	3	0,0%	**4**
Recursos	4	3	-25,0%	2	4	100,0%	**13**
Contra razões	1	3	200,0%	4	4	0,0%	**12**
Absolvições de acordo	3	3	0,0%	3	3	0,0%	**12**
Absolvições contrário ao pedido	6	1	-83,3%	1	2	100,0%	**10**
Condenações parcial ao pedido	0	0	0,0%	0	1	0,0%	**1**
Condenações conforme pedido	3	3	0,0%	5	8	60,0%	**19**
Extinção de punibilidade por prescrição	9	15	66,7%	12	6	-50,0%	**42**
Extinção de punibilidade por decadência	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Extinção de punibilidade por outras causas	11	10	-9,1%	12	7	-41,7%	**40**
ORDEM TRIBUTÁRIA							
Recebidos	127	112	-11,8%	120	71	-40,8%	**430**
Despachados	134	99	-26,1%	98	70	-28,6%	**401**
Saldo com prazo vencido	3	1	-66,7%	3	0	-100,0%	**7**
Saldo sem prazo vencido	6	14	133,3%	19	19	0,0%	**58**
Suspensão do processo	10	1	-90,0%	1	0	-100,0%	**12**
Aditamentos	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	**1**
Alegações finais	3	9	200,0%	12	1	-91,7%	**25**
Recursos	7	0	-100,0%	1	0	-100,0%	**8**
Contra razões	6	10	66,7%	13	3	-76,9%	**32**
Absolvições de acordo	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Absolvição contrário ao pedido	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	**1**
Condenações parcial ao pedido	1	1	0,0%	0	0	0,0%	**2**
Condenações conforme pedido	1	4	300,0%	3	0	-100,0%	**8**
Extinção de punibilidade por prescrição	3	0	-100,0%	3	1	-66,7%	**7**
Extinção de punibilidade por decadência	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Extinção de punibilidade por outras causas	1	1	0,0%	3	6	100,0%	**11**

TORTURA							
Recebidos	29	30	3,4%	31	20	-35,5%	**110**
Despachados	25	27	8,0%	27	20	-25,9%	**99**
Saldo com prazo vencido	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	**1**
Saldo sem prazo vencido	6	7	16,7%	8	5	-37,5%	**26**
Suspensão do processo	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Alegações finais	9	15	66,7%	19	7	-63,2%	**50**
Aditamentos	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	**1**
Recursos	1	0	-100,0%	1	0	-100,0%	**2**
Contra razões	2	5	150,0%	6	4	-33,3%	**17**
Absolvições de acordo	2	0	-100,0%	0	1	0,0%	**3**
Absolvições contrário ao pedido	0	1	0,0%	0	1	0,0%	**2**
Condenações parcial ao pedido	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	**1**
Condenações conforme pedido	2	1	-50,0%	1	2	100,0%	**6**
Extinção de punibilidade por prescrição	0	1	0,0%	2	0	-100,0%	**3**
Extinção de punibilidade por decadência	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	**1**
Extinção de punibilidade por outras causas	0	1	0,0%	1	0	-100,0%	**2**
MEIO AMBIENTE							
Recebidos	157	148	-5,7%	185	181	-2,2%	**671**
Despachados	161	137	-14,9%	176	182	3,4%	**656**
Saldo com prazo vencido	2	1	-50,0%	0	1	0,0%	**4**
Saldo sem prazo vencido	26	26	0,0%	23	26	13,0%	**101**
Suspensão do processo	1	3	200,0%	3	5	66,7%	**12**
Alegações finais	10	30	200,0%	32	10	-68,8%	**82**
Aditamentos	2	4	100,0%	2	2	0,0%	**10**
Recursos	1	1	0,0%	1	3	200,0%	**6**
Contra razões	2	3	50,0%	5	0	-100,0%	**10**
Absolvição de acordo	2	3	50,0%	2	0	-100,0%	**7**
Absolvições contrário ao pedido	1	2	100,0%	0	0	0,0%	**3**
Condenações parcial ao pedido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Condenações conforme pedido	2	0	-100,0%	1	2	100,0%	**5**
Extinção de punibilidade por prescrição	2	3	50,0%	2	12	500,0%	**19**
Extinção de punibilidade por decadência	1	1	0,0%	0	0	0,0%	**2**
Extinção de punibilidade por outras causas	13	5	-61,5%	5	10	100,0%	**33**
CRIANÇA E ADOLESCENTE							
Recebidos	243	164	-32,5%	222	668	200,9%	**1297**
Despachados	198	147	-25,8%	204	573	180,9%	**1122**
Saldo com prazo vencido	1	0	-100,0%	5	9	80,0%	**15**
Saldo sem prazo vencido	20	17	-15,0%	23	41	78,3%	**101**

Suspensão do processo	10	3	-70,0%	2	3	50,0%	**18**
Alegações finais	68	43	-36,8%	48	51	6,3%	**210**
Aditamentos	1	2	100,0%	1	4	300,0%	**8**
Recursos	4	2	-50,0%	3	6	100,0%	**15**
Contra razões	5	3	-40,0%	9	23	155,6%	**40**
Absolvição de acordo	0	1	0,0%	2	1	-50,0%	**4**
Absolvição contrário ao pedido	1	1	0,0%	1	2	100,0%	**5**
Condenações parcial ao pedido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Condenações conforme pedido	2	5	150,0%	9	2	-77,8%	**18**
Extinção de punibilidade por prescrição	4	0	-100,0%	0	5	0,0%	**9**
Extinção de punibilidade por decadência	1	1	0,0%	1	1	0,0%	**4**
Extinção de punibilidade por outras causas	13	12	-7,7%	15	9	-40,0%	**49**
CONSUMIDOR							
Recebidos	15	55	266,7%	62	8	-87,1%	**140**
Despachados	10	43	330,0%	55	7	-87,3%	**115**
Saldo com prazo vencido	4	0	-100,0%	0	0	0,0%	**4**
Saldo sem prazo vencido	14	14	0,0%	10	2	-80,0%	**40**
Suspensão do processo	0	1	0,0%	1	0	-100,0%	**2**
Alegações finais	2	3	50,0%	8	0	-100,0%	**13**
Aditamentos	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Recursos	2	3	50,0%	2	0	-100,0%	**7**
Contra razões	0	0	0,0%	9	0	-100,0%	**9**
Absolvição de acordo	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Absolvição contrário ao pedido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Condenações parcial ao pedido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Condenações conforme pedido	0	0	0,0%	1	0	-100,0%	**1**
Extinção de punibilidade por prescrição	0	0	0,0%	1	0	-100,0%	**1**
Extinção de punibilidade por decadência	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Extinção de punibilidade por outras causas	0	0	0,0%	6	0	-100,0%	**6**
MILITARES							
Recebidos	133	132	-0,8%	137	15	-89,1%	**417**
Despachados	133	121	-9,0%	127	15	-88,2%	**396**
Saldo com prazo vencido	13	10	-23,1%	0	0	0,0%	**23**
Saldo sem prazo vencido	118	12	-89,8%	19	0	-100,0%	**149**
Suspensão do processo	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Alegações finais	1	6	500,0%	15	1	-93,3%	**23**
Aditamentos	1	1	0,0%	0	0	0,0%	**2**
Recursos	3	6	100,0%	4	0	-100,0%	**13**
Contra razões	2	1	-50,0%	2	0	-100,0%	**5**

Absolvição de acordo	1	0	-100,0%	3	0	-100,0%	**4**
Absolvição contrário ao pedido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Condenações parcial ao pedido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Condenações conforme pedido	0	0	0,0%	11	0	-100,0%	**11**
Extinção de punibilidade por prescrição	0	15	0,0%	12	1	-91,7%	**28**
Extinção de punibilidade por decadência	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	**1**
Extinção de punibilidade por outras causas	1	23	2200,0%	26	0	-100,0%	**50**
ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR							
Recebidos	130	125	-3,8%	117	42	-64,1%	**414**
Despachados	128	114	-10,9%	110	41	-62,7%	**393**
Saldo com prazo vencido	1	2	100,0%	2	0	-100,0%	**5**
Saldo sem prazo vencido	23	33	43,5%	19	5	-73,7%	**80**
Suspensão do processo	1	4	300,0%	2	2	0,0%	**9**
Alegações finais	56	43	-23,2%	55	4	-92,7%	**158**
Aditamentos	1	1	0,0%	1	1	0,0%	**4**
Recursos	6	4	-33,3%	4	1	-75,0%	**15**
Contra razões	8	13	62,5%	15	5	-66,7%	**41**
Absolvições de acordo	1	1	0,0%	1	0	-100,0%	**3**
Absolvições contrário ao pedido	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	**1**
Condenações parcial ao pedido	3	0	-100,0%	0	0	0,0%	**3**
Condenações conforme pedido	7	2	-71,4%	2	1	-50,0%	**12**
Extinção de punibilidade por prescrição	2	2	0,0%	3	2	-33,3%	**9**
Extinção de punibilidade por decadência	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	**1**
Extinção de punibilidade por Outras causas	2	2	0,0%	2	3	50,0%	**9**
ESTUPRO							
Recebidos	634	770	21,5%	786	733	-6,7%	**2923**
Despachados	625	717	14,7%	690	713	3,3%	**2745**
Saldo com prazo vencido	3	9	200,0%	12	3	-75,0%	**27**
Saldo sem prazo vencido	91	105	15,4%	85	114	34,1%	**395**
Suspensão do processo	5	2	-60,0%	3	6	100,0%	**16**
Alegações finais	237	252	6,3%	232	202	-12,9%	**923**
Aditamentos	8	13	62,5%	9	18	100,0%	**48**
Recursos	9	14	55,6%	12	11	-8,3%	**46**
Contra razões	34	47	38,2%	55	48	-12,7%	**184**
Absolvições de acordo	7	10	42,9%	9	4	-55,6%	**30**
Absolvições contrário ao pedido	5	2	-60,0%	2	5	150,0%	**14**
Condenações parcial ao pedido	5	0	-100,0%	1	2	100,0%	**8**

Condenações conforme pedido	27	20	-25,9%	21	21	0,0%	**89**
Extinção de punibilidade por prescrição	16	7	-56,3%	12	7	-41,7%	**42**
Extinção de punibilidade por decadência	1	0	-100,0%	2	1	-50,0%	**4**
Extinção de punibilidade por outras causas	24	32	33,3%	28	19	-32,1%	**103**
ESTELIONATO							
Recebidos	322	381	18,3%	353	288	-18,4%	**1344**
Despachados	319	359	12,5%	332	280	-15,7%	**1290**
Saldo com prazo vencido	2	0	-100,0%	0	2	0,0%	**4**
Saldo sem prazo vencido	32	57	78,1%	35	74	111,4%	**198**
Suspensão do processo	9	17	88,9%	5	15	200,0%	**46**
Alegações finais	74	110	48,6%	115	81	-29,6%	**380**
Aditamentos	3	5	66,7%	6	11	83,3%	**25**
Recursos	4	3	-25,0%	4	4	0,0%	**15**
Contra razões	28	18	-35,7%	23	7	-69,6%	**76**
Absolvições de acordo	12	4	-66,7%	5	3	-40,0%	**24**
Absolvições contrário ao pedido	4	4	0,0%	3	1	-66,7%	**12**
Condenações parcial ao pedido	4	2	-50,0%	1	1	0,0%	**8**
Condenações conforme pedido	28	41	46,4%	45	18	-60,0%	**132**
Extinção de punibilidade por prescrição	61	26	-57,4%	28	15	-46,4%	**130**
Extinção de punibilidade por decadência	1	4	300,0%	1	0	-100,0%	**6**
Extinção de punibilidade por outras causas	27	33	22,2%	39	25	-35,9%	**124**
FURTO							
Recebidos	2033	2210	8,7%	1963	1981	0,9%	**8187**
Despachados	2034	2135	5,0%	1800	1898	5,4%	**7867**
Saldo com prazo vencido	11	11	0,0%	5	10	100,0%	**37**
Saldo sem prazo vencido	241	420	74,3%	230	411	78,7%	**1302**
Suspensão do processo	91	54	-40,7%	33	40	21,2%	**218**
Alegações finais	612	684	11,8%	605	556	-8,1%	**2457**
Aditamentos	28	54	92,9%	33	32	-3,0%	**147**
Recursos	27	29	7,4%	18	16	-11,1%	**90**
Contra razões	41	66	61,0%	112	59	-47,3%	**278**
Absolvição de acordo	33	39	18,2%	40	38	-5,0%	**150**
Absolvição contrário ao pedido	23	25	8,7%	10	18	80,0%	**76**
Condenações parcial ao pedido	35	17	-51,4%	11	20	81,8%	**83**
Condenações conforme pedido	116	184	58,6%	155	186	20,0%	**641**
Extinção de punibilidade por prescrição	126	120	-4,8%	86	93	8,1%	**425**
Extinção de punibilidade por decadência	2	6	200,0%	3	1	-66,7%	**12**

Extinção de punibilidade por outras causas	131	109	-16,8%	96	120	25,0%	**456**
EXTORSÃO							
Recebidos	48	34	-29,2%	35	26	-25,7%	**143**
Despachados	44	34	-22,7%	32	25	-21,9%	**135**
Saldo com prazo vencido	1	2	100,0%	0	1	0,0%	**4**
Saldo sem prazo vencido	7	19	171,4%	5	13	160,0%	**44**
Suspensão do processo	2	0	-100,0%	2	0	-100,0%	**4**
Alegações finais	20	24	20,0%	16	8	-50,0%	**68**
Aditamentos	0	1	0,0%	2	0	-100,0%	**3**
Recursos	1	4	300,0%	1	0	-100,0%	**6**
Contra razões	4	3	-25,0%	8	2	-75,0%	**17**
Absolvições de acordo	1	1	0,0%	1	1	0,0%	**4**
Absolvições contrário ao pedido	1	0	-100,0%	1	0	-100,0%	**2**
Condenações parcial ao pedido	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	**1**
Condenações conforme pedido	1	3	200,0%	5	4	-20,0%	**13**
Extinção de punibilidade por prescrição	2	4	100,0%	3	0	-100,0%	**9**
Extinção de punibilidade por decadência	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	**1**
Extinção de punibilidade por outras causas	1	3	200,0%	2	4	100,0%	**10**
RECEPTAÇÃO							
Recebidos	288	274	-4,9%	265	274	3,4%	**1101**
Despachados	282	269	-4,6%	260	263	1,2%	**1074**
Saldo com prazo vencido	1	0	-100,0%	1	0	-100,0%	**2**
Saldo sem prazo vencido	22	64	190,9%	9	54	500,0%	**149**
Suspensão do processo	11	16	45,5%	7	13	85,7%	**47**
Alegações finais	76	67	-11,8%	68	67	-1,5%	**278**
Aditamentos	7	6	-14,3%	3	7	133,3%	**23**
Recursos	5	9	80,0%	5	2	-60,0%	**21**
Contra razões	10	21	110,0%	15	6	-60,0%	**52**
Absolvição de acordo	1	2	100,0%	1	5	400,0%	**9**
Absolvições contrário ao pedido	3	12	300,0%	4	1	-75,0%	**20**
Condenações parcial ao pedido	0	4	0,0%	2	2	0,0%	**8**
Condenações conforme pedido	15	15	0,0%	17	20	17,6%	**67**
Extinção de punibilidade por prescrição	17	8	-52,9%	7	12	71,4%	**44**
Extinção de punibilidade por decadência	1	1	0,0%	0	0	0,0%	**2**
Extinção de punibilidade por outras causas	20	25	25,0%	30	31	3,3%	**106**
ROUBO							
Recebidos	2969	3200	7,8%	3410	3172	-7,0%	**12751**
Despachados	2816	3026	7,5%	3265	3065	-6,1%	**12172**

Saldo com prazo vencido	11	24	118,2%	20	41	105,0%	**96**
Saldo sem prazo vencido	348	648	86,2%	285	865	203,5%	**2146**
Suspensão do processo	21	28	33,3%	16	23	43,8%	**88**
Alegações finais	866	932	7,6%	1180	1045	-11,4%	**4023**
Aditamentos	45	51	13,3%	39	37	-5,1%	**172**
Recursos	54	38	-29,6%	37	51	37,8%	**180**
Contra razões	267	302	13,1%	350	388	10,9%	**1307**
Absolvição de acordo	69	45	-34,8%	45	62	37,8%	**221**
Absolvição contrário ao pedido	31	24	-22,6%	17	32	88,2%	**104**
Condenações parcial ao pedido	37	32	-13,5%	25	21	-16,0%	**115**
Condenações conforme pedido	310	370	19,4%	366	505	38,0%	**1551**
Extinção de punibilidade por prescrição	42	62	47,6%	68	29	-57,4%	**201**
Extinção de punibilidade por decadência	3	5	66,7%	2	0	-100,0%	**10**
Extinção de punibilidade por outras causas	70	97	38,6%	109	118	8,3%	**394**
LESÃO CORPORAL							
Recebidos	1009	954	-5,5%	850	693	-18,5%	**3506**
Despachados	986	890	-9,7%	750	682	-9,1%	**3308**
Saldo com prazo vencido	3	3	0,0%	3	3	0,0%	**12**
Saldo sem prazo vencido	125	185	48,0%	112	83	-25,9%	**505**
Suspensão do processo	32	21	-34,4%	12	23	91,7%	**88**
Alegações finais	271	226	-16,6%	215	180	-16,3%	**892**
Aditamentos	15	14	-6,7%	15	23	53,3%	**67**
Recursos	5	8	60,0%	5	4	-20,0%	**22**
Contra razões	26	29	11,5%	24	17	-29,2%	**96**
Absolvição de acordo	11	8	-27,3%	11	5	-54,5%	**35**
Absolvições contrário ao pedido	5	8	60,0%	3	15	400,0%	**31**
Condenações parcial ao pedido	4	7	75,0%	4	5	25,0%	**20**
Condenações conforme pedido	34	28	-17,6%	38	36	-5,3%	**136**
Extinção de punibilidade por prescrição	77	44	-42,9%	39	24	-38,5%	**184**
Extinção de punibilidade por decadência	8	3	-62,5%	2	2	0,0%	**15**
Extinção de punibilidade por outras causas	57	78	36,8%	75	62	-17,3%	**272**
RESPONSABILIDADE							
Recebidos	38	49	28,9%	22	19	-13,6%	**128**
Despachados	33	41	24,2%	18	21	16,7%	**113**
Saldo com prazo vencido	1	3	200,0%	0	0	0,0%	**4**
Saldo sem prazo vencido	15	10	-33,3%	8	3	-62,5%	**36**
Suspensão do processo	1	4	300,0%	2	0	-100,0%	**7**
Alegações finais	16	18	12,5%	8	4	-50,0%	**46**
Aditamentos	1	1	0,0%	0	2	0,0%	**4**

Recursos	1	2	100,0%	1	0	-100,0%	**4**
Contra razões	1	4	300,0%	1	0	-100,0%	**6**
Absolvição de acordo	0	0	0,0%	0	1	0,0%	**1**
Absolvições Contrário	0	1	0,0%	0	0	0,0%	**1**
Condenações parcial ao pedido	1	4	300,0%	0	0	0,0%	**5**
Condenações conforme pedido	10	2	-80,0%	3	3	0,0%	**18**
Extinção de punibilidade por prescrição	1	3	200,0%	1	0	-100,0%	**5**
Extinção de punibilidade por decadência	1	1	0,0%	0	0	0,0%	**2**
Extinção de punibilidade por outras causas	2	1	-50,0%	4	2	-50,0%	**9**
CÓDIGO DE TRÂNSITO							
Recebidos	482	531	10,2%	625	576	-7,8%	**2214**
Despachados	458	495	8,1%	590	554	-6,1%	**2097**
Saldo com prazo vencido	4	11	175,0%	2	13	550,0%	**30**
Saldo sem prazo vencido	40	88	120,0%	48	86	79,2%	**262**
Suspensão do processo	20	20	0,0%	26	66	153,8%	**132**
Alegações finais	116	143	23,3%	135	102	-24,4%	**496**
Aditamentos	7	12	71,4%	22	20	-9,1%	**61**
Recursos	6	13	116,7%	3	7	133,3%	**29**
Contra razões	22	37	68,2%	27	18	-33,3%	**104**
Absolvições de acordo	24	9	-62,5%	18	9	-50,0%	**60**
Absolvições contrário ao pedido	4	10	150,0%	3	0	-100,0%	**17**
Condenações parcial ao pedido	2	5	150,0%	4	0	-100,0%	**11**
Condenações conforme pedido	13	15	15,4%	25	34	36,0%	**87**
Extinção de punibilidade por prescrição	29	17	-41,4%	23	22	-4,3%	**91**
Extinção de punibilidade por decadência	1	2	100,0%	2	0	-100,0%	**5**
Extinção de punibilidade por outras causas	35	27	-22,9%	44	71	61,4%	**177**
ENTORPECENTES							
Recebidos	3161	3663	15,9%	3610	2981	-17,4%	**13415**
Despachados	3132	3597	14,8%	3451	2917	-15,5%	**13097**
Saldo com prazo vencido	8	9	12,5%	3	27	800,0%	**47**
Saldo sem prazo vencido	205	482	135,1%	301	196	-34,9%	**1184**
Suspensão do processo	10	13	30,0%	17	29	70,6%	**69**
Alegações finais	479	682	42,4%	906	888	-2,0%	**2955**
Aditamentos	20	38	90,0%	25	15	-40,0%	**98**
Recursos	30	44	46,7%	65	51	-21,5%	**190**
Contra razões	124	215	73,4%	305	239	-21,6%	**883**
Absolvições de acordo	32	27	-15,6%	29	49	69,0%	**137**
Absolvições contrário ao pedido	19	19	0,0%	40	71	77,5%	**149**
Condenações parcial ao pedido	39	23	-41,0%	54	48	-11,1%	**164**

Condenações conforme pedido	181	147	-18,8%	217	237	9,2%	**782**
Extinção de punibilidade por prescrição	43	66	53,5%	73	70	-4,1%	**252**
Extinção de punibilidade por decadência	3	1	-66,7%	3	1	-66,7%	**8**
Extinção de punibilidade por outras causas	53	61	15,1%	95	56	-41,1%	**265**
ELEITORAL							
Recebidos	659	298	-54,8%	470	298	-36,6%	**1725**
Despachados	675	290	-57,0%	460	293	-36,3%	**1718**
Saldo com prazo vencido	3	5	66,7%	1	1	0,0%	**10**
Saldo sem prazo vencido	30	53	76,7%	18	22	22,2%	**123**
Suspensão do processo	4	0	-100,0%	0	27	0,0%	**31**
Alegações finais	85	52	-38,8%	74	49	-33,8%	**260**
Aditamentos	10	12	20,0%	22	11	-50,0%	**55**
Recursos	7	12	71,4%	8	5	-37,5%	**32**
Contra razões	9	7	-22,2%	13	11	-15,4%	**40**
Absolvições de acordo	10	8	-20,0%	0	2	0,0%	**20**
Absolvições contrário ao pedido	3	2	-33,3%	0	0	0,0%	**5**
Condenações parcial ao pedido	8	12	50,0%	4	0	-100,0%	**24**
Condenações conforme pedido	2	0	-100,0%	8	4	-50,0%	**14**
Extinção de punibilidade por prescrição	3	2	-33,3%	2	0	-100,0%	**7**
Extinção de punibilidade por decadência	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	**1**
Extinção de punibilidade por outras causas	89	13	-85,4%	19	11	-42,1%	**132**
IMPRENSA							
Recebidos	12	12	0,0%	6	0	-100,0%	**30**
Despachados	10	11	10,0%	5	0	-100,0%	**26**
Saldo com prazo vencido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Saldo sem prazo vencido	1	2	100,0%	1	0	-100,0%	**4**
Suspensão do processo	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Alegações finais	1	0	-100,0%	1	0	-100,0%	**2**
Aditamentos	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Recursos	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Contra razões	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Absolvições de acordo	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Absolvições contrário ao pedido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Condenações parcial ao pedido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Condenações conforme pedido	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	**1**
Extinção de punibilidade por prescrição	1	1	0,0%	0	0	0,0%	**2**
Extinção de punibilidade por decadência	0	1	0,0%	0	0	0,0%	**1**

Extinção de punibilidade por outras causas	2	0	-100,0%	1	0	-100,0%	**3**
LICITAÇÕES							
Recebidos	13	35	169,2%	36	52	44,4%	**136**
Despachados	12	35	191,7%	29	48	65,5%	**124**
Saldo com prazo vencido	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	**1**
Saldo sem prazo vencido	4	14	250,0%	7	5	-28,6%	**30**
Suspensão do processo	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Alegações finais	5	9	80,0%	8	17	112,5%	**39**
Aditamentos	0	0	0,0%	0	3	0,0%	**3**
Recursos	0	0	0,0%	1	0	-100,0%	**1**
Contra razões	1	3	200,0%	3	2	-33,3%	**9**
Absolvições de acordo	0	0	0,0%	0	2	0,0%	**2**
Absolvições contrário ao pedido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Condenações parcial ao pedido	0	1	0,0%	0	0	0,0%	**1**
Condenações conforme pedido	1	4	300,0%	0	0	0,0%	**5**
Extinção de punibilidade por prescrição	0	0	0,0%	0	1	0,0%	**1**
Extinção de punibilidade por decadência	1	1	0,0%	0	0	0,0%	**2**
Extinção de punibilidade por outras causas	1	3	200,0%	2	0	-100,0%	**6**
LEI MARIA DA PENHA							
Recebidos	1041	957	-8,1%	1582	2734	72,8%	**6314**
Despachados	1015	944	-7,0%	1450	2710	86,9%	**6119**
Saldo com prazo vencido	4	3	-25,0%	2	11	450,0%	**20**
Saldo sem prazo vencido	72	113	56,9%	96	66	-31,3%	**347**
Suspensão do processo	25	24	-4,0%	28	7	-75,0%	**84**
Alegações finais	275	279	1,5%	393	306	-22,1%	**1253**
Aditamentos	17	24	41,2%	48	31	-35,4%	**120**
Recursos	29	29	0,0%	38	110	189,5%	**206**
Contra razões	26	27	3,8%	31	24	-22,6%	**108**
Absolvições de acordo	11	6	-45,5%	6	5	-16,7%	**28**
Absolvições contrário ao pedido	3	5	66,7%	3	6	100,0%	**17**
Condenações parcial ao pedido	3	5	66,7%	4	5	25,0%	**17**
Condenações conforme pedido	86	23	-73,3%	38	65	71,1%	**212**
Extinção de punibilidade por prescrição	18	20	11,1%	16	13	-18,8%	**67**
Extinção de punibilidade por decadência	3	2	-33,3%	6	8	33,3%	**19**
Extinção de punibilidade por outras causas	24	25	4,2%	39	35	-10,3%	**123**
PORTE DE ARMA							
Recebidos	1372	1207	-12,0%	1231	1152	-6,4%	**4962**
Despachados	1301	1169	-10,1%	1186	1144	-3,5%	**4800**

Saldo com prazo vencido	4	12	200,0%	4	1	-75,0%	**21**
Saldo sem prazo vencido	126	256	103,2%	117	219	87,2%	**718**
Suspensão do processo	19	23	21,1%	12	21	75,0%	**75**
Alegações finais	558	435	-22,0%	400	384	-4,0%	**1777**
Aditamentos	45	15	-66,7%	8	10	25,0%	**78**
Recursos	16	13	-18,8%	12	7	-41,7%	**48**
Contra razões	39	52	33,3%	57	46	-19,3%	**194**
Absolvições de acordo	32	31	-3,1%	14	8	-42,9%	**85**
Absolvições contrário ao pedido	7	3	-57,1%	1	18	1700,0%	**29**
Condenações parcial ao pedido	9	7	-22,2%	4	2	-50,0%	**22**
Condenações conforme pedido	106	86	-18,9%	98	123	25,5%	**413**
Extinção de punibilidade por prescrição	56	41	-26,8%	44	31	-29,5%	**172**
Extinção de punibilidade por decadência	11	9	-18,2%	7	0	-100,0%	**27**
Extinção de punibilidade por outras causas	57	53	-7,0%	70	64	-8,6%	**244**
DIVERSOS							
Recebidos	4005	3902	-2,6%	3980	4016	0,9%	**15903**
Despachados	3838	3839	0,0%	3760	3817	1,5%	**15254**
Saldo com prazo vencido	14	33	135,7%	30	10	-66,7%	**87**
Saldo sem prazo vencido	859	450	-47,6%	580	538	-7,2%	**2427**
Suspensão do processo	97	97	0,0%	80	39	-51,3%	**313**
Alegações finais	519	650	25,2%	450	524	16,4%	**2143**
Aditamentos	49	112	128,6%	70	40	-42,9%	**271**
Recursos	58	49	-15,5%	35	37	5,7%	**179**
Contra razões	95	108	13,7%	111	80	-27,9%	**394**
Absolvições de acordo	33	37	12,1%	20	36	80,0%	**126**
Absolvições contrário ao pedido	27	22	-18,5%	28	18	-35,7%	**95**
Condenações parcial ao pedido	19	17	-10,5%	9	9	0,0%	**54**
Condenações conforme pedido	115	119	3,5%	120	120	0,0%	**474**
Extinção de punibilidade por prescrição	166	128	-22,9%	98	126	28,6%	**518**
Extinção de punibilidade por decadência	53	20	-62,3%	16	11	-31,3%	**100**
Extinção de punibilidade por outras causas	214	224	4,7%	247	253	2,4%	**938**
TRIBUNAL DO JÚRI							
Absolvições requeridas MP	98	112	14,3%	115	91	-20,9%	**416**
Absolvições não requeridas MP	103	90	-12,6%	70	114	62,9%	**377**
Condenações	320	238	-25,6%	312	318	1,9%	**1188**
Contra razões do MP	138	73	-47,1%	66	66	0,0%	**343**
Sessões	422	371	-12,1%	358	390	8,9%	**1541**
Recursos do MP	141	97	-31,2%	48	40	-16,7%	**326**
Outras manifestações	1281	1388	8,4%	656	540	-17,7%	**3865**

EXECUÇÃO PENAL							
Autorização de saída	1354	1219	-10,0%	1100	799	-27,4%	**4472**
Extinção de pena	492	1477	200,2%	800	775	-3,1%	**3544**
Incidentes da execução	152	428	181,6%	430	179	-58,4%	**1189**
Livramento condicional	671	429	-36,1%	440	284	-35,5%	**1824**
Penas alternativas	102	90	-11,8%	80	20	-75,0%	**292**
Recursos do MP	37	159	329,7%	139	126	-9,4%	**461**
Prog. Regime cump. Pena	1096	1023	-6,7%	1150	881	-23,4%	**4150**
Remição	282	379	34,4%	367	339	-7,6%	**1367**
Sursis	37	33	-10,8%	56	58	3,6%	**184**
Outras manifestações	37	133	259,5%	145	5484	3682,1%	**5799**
PARECERES E REQUERIMENTOS							
Habeas corpus	59	52	-11,9%	53	51	-3,8%	**215**
Liberdade provisória	3927	3109	-20,8%	2857	2330	-18,4%	**12223**
Relaxamento de prisão em flagrante	1677	1585	-5,5%	1265	1016	-19,7%	**5543**
Prisão preventiva	1647	1942	17,9%	2326	3262	40,2%	**9177**
Prisão temporária	426	291	-31,7%	255	227	-11,0%	**1199**
Outras manifestações	11836	11819	-0,1%	11510	14296	24,2%	**49461**
CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL							
Visitas a estabelecimentos prisionais, delegacias e outros	824	922	11,9%	1015	829	-18,3%	**3590**
Proced. investigativos instaurados	366	366	0,0%	385	123	-68,1%	**1240**
Proced. investigativos concluídos	303	241	-20,5%	215	67	-68,8%	**826**
Proced. investigativos em andamento	295	203	-31,2%	185	1060	473,0%	**1743**
Recomendações expedidas	71	92	29,6%	86	249	189,5%	**498**
Denúncias oferecidas	426	289	-32,2%	502	354	-29,5%	**1571**
Ações penais julgadas procedentes	80	76	-5,0%	123	75	-39,0%	**354**
Ações penais julgadas improcedentes	3	31	933,3%	47	0	-100,0%	**81**
Req. de instauração de inquéritos policiais	523	1021	95,2%	761	639	-16,0%	**2944**
IMPROBIDADE DE AUTORIDADES POLICIAIS							
Representações recebidas	116	145	25,0%	157	147	-6,4%	**565**
Inquéritos civis instaurados	12	122	916,7%	147	6	-95,9%	**287**
Ações civis pública	16	15	-6,3%	23	16	-30,4%	**70**
Pedidos procedentes	3	16	433,3%	26	7	-73,1%	**52**
Pedidos improcedentes	120	1	-99,2%	1	1	0,0%	**123**
Perda do cargo	150	2	-98,7%	4	0	-100,0%	**156**
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL							
Termos circunstanciados Recebidos	7592	7171	-5,5%	7050	7786	10,4%	**29599**
Audiências realizadas	9490	9106	-4,0%	10457	8493	-18,8%	**37546**
Absolvições	112	167	49,1%	97	41	-57,7%	**417**

Arquivamentos	2562	1341	-47,7%	1907	1825	-4,3%	**7635**
Condenações	145	147	1,4%	356	48	-86,5%	**696**
Composições civis homologadas	1695	1618	-4,5%	1741	1152	-33,8%	**6206**
Denúncias oferecidas	1202	967	-19,6%	1378	1047	-24,0%	**4594**
Extinção da punibilidade	2402	1661	-30,8%	1663	1648	-0,9%	**7374**
Pareceres	4017	4120	2,6%	4395	2915	-33,7%	**15447**
Recursos do Ministério Público	28	21	-25,0%	35	35	0,0%	**119**
Suspensão do Processo	123	172	39,8%	160	96	-40,0%	**551**
Transações penais	2415	2069	-14,3%	2173	1379	-36,5%	**8036**
Outras manifestações	2277	2267	-0,4%	3004	4569	52,1%	**12117**
Atendimento ao público	2520	2399	-4,8%	2557	1331	-47,9%	**8807**

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2013.

Tabela 5 - Comparativo das Ações Cíveis 2010 - 2013

INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS							
ESPECIFICAÇÕES	**2010**	**2011**	**Aumento de 2010 a 2011 (%)**	**2012**	**2013**	**Aumento de 2012 a 2013 (%)**	**TOTAL**
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA							
Instaurados	685	555	-19,0%	595	483	-18,8%	**2318**
Arquivados sem ajustamento de conduta	188	157	-16,5%	120	143	19,2%	**608**
Arquivados com ajustamento de conduta	10	22	120,0%	16	3	-81,3%	**51**
Ações civil ajuizada	352	479	36,1%	441	434	-1,6%	**1706**
Saldo com prazo vencido	34	9	-73,5%	1	34	3300,0%	**78**
Saldo sem prazo vencido	200	225	12,5%	72	551	665,3%	**1048**
MEIO AMBIENTE							
Instaurados	32	84	162,5%	75	120	60,0%	**311**
Arquivados sem ajustamento de conduta	9	21	133,3%	18	26	44,4%	**74**
Arquivados com ajustamento de conduta	11	4	-63,6%	2	0	-100,0%	**17**
Ações civil ajuizada	14	32	128,6%	18	23	27,8%	**87**
Saldo com prazo vencido	1	0	-100,0%	1	0	-100,0%	**2**
Saldo sem prazo vencido	16	22	37,5%	32	0	-100,0%	**70**
SAÚDE							
Instaurados	53	71	34,0%	55	93	69,1%	**272**
Arquivados sem ajustamento de conduta	37	30	-18,9%	34	29	-14,7%	**130**
Arquivados com ajustamento de conduta	11	5	-54,5%	2	36	1700,0%	**54**
Ações civil ajuizada	21	36	71,4%	30	55	83,3%	**142**
Saldo com prazo vencido	3	1	-66,7%	0	4	0,0%	**8**
Saldo sem prazo vencido	25	24	-4,0%	37	28	-24,3%	**114**
CONSUMIDOR							
Instaurados	26	38	46,2%	52	10	-80,8%	**126**
Arquivados sem ajustamento de conduta	7	11	57,1%	16	0	-100,0%	**34**
Arquivados com ajustamento de conduta	0	13	0,0%	26	1	-96,2%	**40**
Ações civil ajuizada	7	18	157,1%	22	4	-81,8%	**51**
Saldo com prazo vencido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Saldo sem prazo vencido	9	15	66,7%	34	0	-100,0%	**58**
OUTROS							
Instaurados	482	447	-7,3%	503	319	-36,6%	**1751**

Arquivados sem ajustamento de conduta	112	62	-44,6%	31	214	590,3%	**419**
Arquivados com ajustamento de conduta	215	197	-8,4%	381	9	-97,6%	**802**
Ações civil ajuizada	211	28	-86,7%	55	64	16,4%	**358**
Saldo com prazo vencido	2	25	1150,0%	37	5	-86,5%	**69**
Saldo sem prazo vencido	73	134	83,6%	138	104	-24,6%	**449**
PROCESSOS CÍVEIS DE 1º GRAU							
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA							
Recebidos	828	1345	62,4%	1265	1429	13,0%	**4867**
Despachados com prazo vencido	23	41	78,3%	45	144	220,0%	**253**
Despachados sem prazo vencido	642	1161	80,8%	1078	1215	12,7%	**4096**
Saldo	170	143	-15,9%	124	64	-48,4%	**501**
Julgamentos procedente conforme parecer	95	101	6,3%	171	59	-65,5%	**426**
Julgamentos procedente parcial ao pedido	13	6	-53,8%	13	9	-30,8%	**41**
Julgamentos improcedência contrária	34	22	-35,3%	21	36	71,4%	**113**
MEIO AMBIENTE							
Recebidos	60	64	6,7%	296	321	8,4%	**741**
Despachados com prazo vencido	2	3	50,0%	5	9	80,0%	**19**
Despachados sem prazo vencido	59	179	203,4%	231	299	29,4%	**768**
Saldo	0	55	0,0%	111	12	-89,2%	**178**
Julgamentos procedente conforme parecer	0	4	0,0%	3	3	0,0%	**10**
Julgamentos procedente parcial ao pedido	0	0	0,0%	0	1	0,0%	**1**
Julgamentos improcedência contrária	0	0	0,0%	1	0	-100,0%	**1**
SAÚDE							
Recebidos	477	299	-37,3%	312	321	2,9%	**1409**
Despachados com prazo vencido	0	8	0,0%	7	41	485,7%	**56**
Despachados sem prazo vencido	465	387	-16,8%	305	308	1,0%	**1465**
Saldo	5	0	-100,0%	0	15	0,0%	**20**
Julgamentos procedente conforme parecer	82	47	-42,7%	40	64	60,0%	**233**
Julgamentos procedente parcial ao pedido	5	1	-80,0%	1	9	800,0%	**16**
Julgamentos improcedência contrária	52	2	-96,2%	2	1	-50,0%	**57**
CONSUMIDOR							
Recebidos	84	78	-7,1%	184	30	-83,7%	**376**
Despachados com prazo vencido	8	5	-37,5%	5	1	-80,0%	**19**
Despachados sem prazo vencido	72	66	-8,3%	174	26	-85,1%	**338**
Saldo	13	6	-53,8%	5	7	40,0%	**31**
Julgamentos procedente conforme parecer	2	3	50,0%	9	0	-100,0%	**14**
Julgamentos procedente parcial ao pedido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Julgamentos improcedência contrária	4	0	-100,0%	0	0	0,0%	**4**
OUTROS							
Recebidos	27588	25557	-7,4%	26660	20702	-22,3%	**100507**
Despachados com prazo vencido	997	713	-28,5%	755	821	8,7%	**3286**

Despachados sem prazo vencido	23235	23189	-0,2%	24159	19630	-18,7%	**90213**
Saldo	3544	2526	-28,7%	2098	2379	13,4%	**10547**
Julgamentos procedente conforme parecer	2069	1555	-24,8%	904	3396	275,7%	**7924**
Julgamentos procedente parcial ao pedido	138	45	-67,4%	110	215	95,5%	**508**
Julgamentos improcedência contrária	25	27	8,0%	38	103	171,1%	**193**
AÇÕES PROPOSTAS							
Interdição	347	400	15,3%	445	314	-29,4%	**1506**
Alimentos	5759	5390	-6,4%	4885	4103	-16,0%	**20137**
Investigação de paternidade	1319	1285	-2,6%	1110	878	-20,9%	**4592**
Outras	2918	2496	-14,5%	2300	2392	4,0%	**10106**
PARECERES E REQUERIMENTOS							
Adoção	1057	979	-7,4%	900	898	-0,2%	**3834**
Ação popular	216	172	-20,4%	180	78	-56,7%	**646**
Alimentos	11705	10822	-7,5%	11526	12290	6,6%	**46343**
Alvarás	2733	2561	-6,3%	2115	1949	-7,8%	**9358**
Curatelas	2078	2172	4,5%	2100	2291	9,1%	**8641**
Divórcios	3661	4278	16,9%	4845	4809	-0,7%	**17593**
Eleitoral	4322	3459	-20,0%	18571	13168	-29,1%	**39520**
Falências e concordatas	40	37	-7,5%	94	7	-92,6%	**178**
Fazenda pública	2809	2841	1,1%	2853	2839	-0,5%	**11342**
Guarda e Responsabilidade	0	0	0,0%	0	1769	0,0%	**1769**
Habilitação de casamento	16064	11835	-26,3%	5940	7362	23,9%	**41201**
Homologação de acordo	2140	2047	-4,3%	2200	2016	-8,4%	**8403**
Inventário	535	553	3,4%	635	537	-15,4%	**2260**
Investigação de paternidade	4451	4010	-9,9%	4280	4072	-4,9%	**16813**
Mandado de Segurança	1276	1305	2,3%	1184	1606	35,6%	**5371**
Posse propriedades	199	182	-8,5%	231	165	-28,6%	**777**
Processo cautelar	497	342	-31,2%	411	173	-57,9%	**1423**
Processo execução	4150	4651	12,1%	4950	4757	-3,9%	**18508**
Registro público	7507	4834	-35,6%	8572	8048	-6,1%	**28961**
Responsabilidade civil	449	347	-22,7%	602	369	-38,7%	**1767**
Separação	1339	603	-55,0%	450	282	-37,3%	**2674**
Sucessões	41	76	85,4%	83	44	-47,0%	**244**
Suprimento judicial	162	179	10,5%	175	166	-5,1%	**682**
União estável	1332	1126	-15,5%	1335	1527	14,4%	**5320**
Outros assuntos	10014	9437	-5,8%	10833	7783	-28,2%	**38067**
RECURSOS							
Apelação de Razões	92	83	-9,8%	116	264	127,6%	**555**
Apelação de Contrarrazões	129	117	-9,3%	188	93	-50,5%	**527**
Agravo - Razões	15	14	-6,7%	7	22	214,3%	**58**
Agravo – Contrarrazões	49	61	24,5%	69	47	-31,9%	**226**
Outros recursos e contrarrazões do MP	35	69	97,1%	229	151	-34,1%	**484**
AUDIÊNCIAS							
Audiências Judiciais	28004	25284	-9,7%	25565	32977	29,0%	**111830**
Audiências Extrajudiciais	3517	3876	10,2%	4115	5255	27,7%	**16763**
Atendimento ao público	29403	31980	8,8%	27645	31377	13,5%	**120405**

MATÉRIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE							
ATOS INFRACIONAIS							
Boletins de ocorrência outras noticias recebidas	1515	1370	-9,6%	2250	2333	3,7%	**7468**
Boletins arquivados sem concessão de remição	214	170	-20,6%	145	200	37,9%	**729**
Representações de atos oferecidas	1085	944	-13,0%	993	1290	29,9%	**4312**
Saldo sem prazo vencido	57	1 17	105,3%	169	160	-5,3%	**503**
Saldo com prazo vencido	51	151	196,1%	35	10	-71,4%	**247**
Visitas e inspeções a unidade de internação	26	45	73,1%	110	88	-20,0%	**269**
REMISSÕES							
Sem medida socioeducativa	172	102	-40,7%	110	220	100,0%	**604**
Com medida socioeducativa	271	250	-7,7%	596	625	4,9%	**1742**
Advertência	165	210	27,3%	336	279	-17,0%	**990**
Reparação de dano	118	96	-18,6%	170	9	-94,7%	**393**
Prestação de serviço	57	139	143,9%	157	108	-31,2%	**461**
Liberdade assistida	27	57	111,1%	137	225	64,2%	**446**
Homologadas	315	355	12,7%	770	630	-18,2%	**2070**
Não homologadas	31	11	-64,5%	12	8	-33,3%	**62**
MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVA APLICADA							
Internação	74	79	6,8%	110	154	40,0%	**417**
Semiliberdade	8	13	62,5%	23	31	34,8%	**75**
Liberdade assistida	38	38	0,0%	44	72	63,6%	**192**
Prestação de serviço à comunidade	97	115	18,6%	141	45	-68,1%	**398**
Reparação de dano	107	56	-47,7%	58	7	-87,9%	**228**
Advertência	105	51	-51,4%	93	151	62,4%	**400**
MEDIDAS DE PROTEÇÃO							
Guarda	716	723	1,0%	835	465	-44,3%	**2739**
Tutela	197	219	11,2%	244	117	-52,0%	**777**
Adoção	246	230	-6,5%	294	160	-45,6%	**930**
Outras do art. 101 do ECA	173	214	23,7%	247	215	-13,0%	**849**
PROCESSOS DA ÁREA INFRACIONAL							
Recebidos	2016	1830	-9,2%	2217	2645	19,3%	**8708**
Despachados	1972	1855	-5,9%	2155	2512	16,6%	**8494**
Julgados com representações procedentes	111	130	17,1%	136	71	-47,8%	**448**
Julgados com representações parcial procedentes	5	5	0,0%	6	7	16,7%	**23**
Julgados improcedentes	9	12	33,3%	16	5	-68,8%	**42**
Pareceres e Requerimentos	1093	1588	45,3%	1687	2208	30,9%	**6576**
Audiências Judiciais	1477	987	-33,2%	1647	1482	-10,0%	**5593**
Audiências Extrajudiciais	694	1151	65,9%	818	607	-25,8%	**3270**
Atendimento ao público	3124	3969	27,0%	5956	887	-85,1%	**13936**
DEFESA DOS DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS							
INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS							
Instaurados	408	443	8,6%	357	134	-62,5%	**1342**
Arquivados sem ajustamento de conduta	9	5	-44,4%	3	22	633,3%	**39**
Arquivados com ajustamento de conduta	6	0	-100,0%	1	6	500,0%	**13**
Ações civil ajuizada	45	76	68,9%	105	34	-67,6%	**260**

Apuração de infração administrativa	15	11	-26,7%	12	16	33,3%	**54**
Destituições de pátrio poder	101	103	2,0%	84	18	-78,6%	**306**
Processos judiciais recebidos	5214	5020	-3,7%	5682	4707	-17,2%	**20623**
Processos judiciais devolvidos	5320	4790	-10,0%	5332	4402	-17,4%	**19844**
Saldo de processos	263	564	114,4%	350	387	10,6%	**1564**
Audiências Judiciais	3865	2290	-40,8%	3062	1427	-53,4%	**10644**
Audiências Extrajudiciais	1584	1015	-35,9%	1054	985	-6,5%	**4638**
Pareceres e Requerimentos	2174	1871	-13,9%	3075	2601	-15,4%	**9721**
Julgamentos procedente	218	381	74,8%	390	588	50,8%	**1577**
Julgamentos c/ procedência parcial	96	69	-28,1%	78	89	14,1%	**332**
Julgamentos improcedente	11	29	163,6%	39	113	189,7%	**192**
Atendimento ao público	10850	9595	-11,6%	10200	7853	-23,0%	**38498**
PATRIMÔNIO PÚBLICO							
Ações de execução	371	468	26,1%	537	283	-47,3%	**1659**
Ações civil pública	571	564	-1,2%	535	568	6,2%	**2238**
Notificações e Requisições	1731	1475	-14,8%	1965	1036	-47,3%	**6207**
Promoções e arquivamentos	205	213	3,9%	250	134	-46,4%	**802**
Julgamentos procedentes	35	47	34,3%	61	25	-59,0%	**168**
Julgamentos improcedente	12	18	50,0%	12	30	150,0%	**72**
Recomendações	108	111	2,8%	110	79	-28,2%	**408**
Representações	94	132	40,4%	233	137	-41,2%	**596**
Termo de ajustamento de conduta	20	29	45,0%	70	21	-70,0%	**140**
Audiências Públicas	84	53	-36,9%	55	12	-78,2%	**204**
Audiências Judiciais	183	102	-44,3%	395	104	-73,7%	**784**
Audiências Extrajudiciais	169	176	4,1%	186	128	-31,2%	**659**
Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados	881	929	5,4%	831	135	-83,8%	**2776**
Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos	812	1158	42,6%	719	115	-84,0%	**2804**
Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento	1788	2576	44,1%	2930	2135	-27,1%	**9429**
Processos recebidos	437	820	87,6%	1350	656	-51,4%	**3263**
Processos devolvidos	397	733	84,6%	1237	632	-48,9%	**2999**
Saldo de processos	98	47	-52,0%	113	18	-84,1%	**276**
Atendimento ao público	1273	1008	-20,8%	1060	838	-20,9%	**4179**
SANÇÕES APLICADAS PARA ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA							
Perdas de bens	39	15	-61,5%	30	21	-30,0%	**105**
Ressarcimento de dano	60	28	-53,3%	32	38	18,8%	**158**
Perda da função pública	40	16	-60,0%	23	22	-4,3%	**101**
Suspensão dos direitos políticos	60	29	-51,7%	44	25	-43,2%	**158**
Multas civis	60	31	-48,3%	52	29	-44,2%	**172**
Proibição de contratar com o poder público	55	25	-54,5%	38	22	-42,1%	**140**
Proibições de receber créditos ou incentivos	45	27	-40,0%	33	15	-54,5%	**120**
MEIO AMBIENTE							
FLORESTAS							
Ações civis públicas	3	3	0,0%	6	1	-83,3%	**13**
Requisições	60	66	10,0%	116	129	11,2%	**371**
Arquivamentos	6	7	16,7%	13	14	7,7%	**40**
Julgamentos procedentes	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Julgamentos improcedente	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**

Recomendações	10	19	90,0%	11	37	236,4%	**77**
Audiências públicas	10	13	30,0%	12	2	-83,3%	**37**
Termo de ajustamento de conduta	11	2	-81,8%	2	1	-50,0%	**16**
FAUNA							
Ações civis públicas	3	1	-66,7%	0	0	0,0%	**4**
Requisições	5	2	-60,0%	4	5	25,0%	**16**
Arquivamentos	0	0	0,0%	1	0	-100,0%	**1**
Julgamentos procedentes	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Julgamentos improcedente	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Recomendações	0	1	0,0%	1	0	-100,0%	**2**
Audiências públicas	4	5	25,0%	3	0	-100,0%	**12**
Termo de ajustamento de conduta	2	0	-100,0%	0	0	0,0%	**2**
LICENCIAMENTO							
Ações civis públicas	1	0	-100,0%	3	0	-100,0%	**4**
Requisições	16	40	150,0%	30	16	-46,7%	**102**
Arquivamentos	0	0	0,0%	0	1	0,0%	**1**
Julgamentos procedentes	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	**1**
Julgamentos improcedente	0	4	0,0%	1	0	-100,0%	**5**
Recomendações	8	3	-62,5%	6	0	-100,0%	**17**
Audiências públicas	1	3	200,0%	6	0	-100,0%	**10**
Termo de ajustamento de conduta	1	1	0,0%	2	0	-100,0%	**4**
LOTEAMENTOS							
Ações civis públicas	1	2	100,0%	2	0	-100,0%	**5**
Requisições	8	3	-62,5%	6	7	16,7%	**24**
Arquivamentos	0	0	0,0%	1	1	0,0%	**2**
Julgamentos procedentes	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	**1**
Julgamentos improcedente	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Recomendações	2	4	100,0%	7	2	-71,4%	**15**
Audiências públicas	2	1	-50,0%	1	0	-100,0%	**4**
Termo de ajustamento de conduta	0	2	0,0%	3	0	-100,0%	**5**
POLUIÇÃO							
Ações civis públicas	16	13	-18,8%	16	7	-56,3%	**52**
Requisições	118	111	-5,9%	190	219	15,3%	**638**
Arquivamentos	17	9	-47,1%	22	27	22,7%	**75**
Julgamentos procedentes	1	0	-100,0%	0	3	0,0%	**4**
Julgamentos improcedente	0	2	0,0%	0	0	0,0%	**2**
Recomendações	27	32	18,5%	33	18	-45,5%	**110**
Audiências públicas	3	7	133,3%	10	1	-90,0%	**21**
Termo de ajustamento de conduta	3	2	-33,3%	3	5	66,7%	**13**
OUTROS							
Ações civis públicas	15	32	113,3%	33	23	-30,3%	**103**
Requisições	78	161	106,4%	138	54	-60,9%	**431**
Arquivamentos	37	49	32,4%	50	20	-60,0%	**156**
Julgamentos procedentes	0	2	0,0%	4	5	25,0%	**11**
Julgamentos improcedente	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Recomendações	39	21	-46,2%	27	4	-85,2%	**91**
Termo de ajustamento de conduta	11	8	-27,3%	13	3	-76,9%	**35**
Audiências Públicas	63	36	-42,9%	46	2	-95,7%	**147**
Audiências Judiciais	59	67	13,6%	77	91	18,2%	**294**

Audiências Extrajudiciais	93	68	-26,9%	88	141	60,2%	**390**
Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados	122	125	2,5%	139	85	-38,8%	**471**
Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos	428	321	-25,0%	354	241	-31,9%	**1344**
Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento	1298	1109	-14,6%	1312	1264	-3,7%	**4983**
Processos Recebidos	133	156	17,3%	236	314	33,1%	**839**
Processos Devolvidos	127	153	20,5%	228	502	120,2%	**1010**
Saldo de Processos	14	9	-35,7%	8	12	50,0%	**43**
Atendimento ao público	1199	1024	-14,6%	1036	804	-22,4%	**4063**
CONSUMIDOR							
Ações civil públicas	20	23	15,0%	25	23	-8,0%	**91**
Notificações e Requisições	359	385	7,2%	375	397	5,9%	**1516**
Promoções e arquivamentos	8	24	200,0%	27	52	92,6%	**111**
Julgamentos procedentes	5	2	-60,0%	3	6	100,0%	**16**
Julgamentos improcedente	0	9	0,0%	8	0	-100,0%	**17**
Recomendações	99	168	69,7%	177	26	-85,3%	**470**
Representações recebidas	29	46	58,6%	59	47	-20,3%	**181**
Termo de ajustamento de conduta	20	11	-45,0%	14	21	50,0%	**66**
Audiências Públicas	4	12	200,0%	13	3	-76,9%	**32**
Audiências Judiciais	72	70	-2,8%	133	21	-84,2%	**296**
Audiências Extrajudiciais	100	267	167,0%	279	231	-17,2%	**877**
Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados	53	133	150,9%	135	491	263,7%	**812**
Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos	9	45	400,0%	42	79	88,1%	**175**
Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento	249	339	36,1%	292	55	-81,2%	**935**
Processos Recebidos	34	111	226,5%	120	63	-47,5%	**328**
Processos Devolvidos	63	114	81,0%	112	59	-47,3%	**348**
Saldo de processos	15	17	13,3%	8	7	-12,5%	**47**
Atendimento ao público	1918	2080	8,4%	1990	1483	-25,5%	**7471**
SAÚDE							
Ações civil públicas	55	54	-1,8%	58	111	91,4%	**278**
Notificações e Requisições	1598	1060	-33,7%	1738	1485	-14,6%	**5881**
Promoções e arquivamentos	21	50	138,1%	74	27	-63,5%	**172**
Julgamentos procedentes	28	17	-39,3%	38	42	10,5%	**125**
Julgamentos improcedente	3	5	66,7%	5	1	-80,0%	**14**
Recomendações	91	117	28,6%	167	125	-25,1%	**500**
Representações recebidas	35	53	51,4%	56	32	-42,9%	**176**
Termo de ajustamento de conduta	44	24	-45,5%	39	2	-94,9%	**109**
Audiências Públicas	75	74	-1,3%	79	44	-44,3%	**272**
Audiências Judiciais	192	137	-28,6%	182	20	-89,0%	**531**
Audiências Extrajudiciais	163	95	-41,7%	126	158	25,4%	**542**
Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados	33	43	30,3%	56	78	39,3%	**210**
Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos	31	34	9,7%	52	40	-23,1%	**157**
Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento	585	622	6,3%	875	1213	38,6%	**3295**
Processos Recebidos	82	159	93,9%	292	191	-34,6%	**724**
Processos Devolvidos	77	59	-23,4%	282	220	-22,0%	**638**
Saldo de Processos	5	0	-100,0%	10	46	360,0%	**61**
Atendimento ao público	1706	1355	-20,6%	1610	1661	3,2%	**6332**
INSPEÇÃO SANITÁRIA DE COMPLEXIDADE							
Baixa	14	20	42,9%	20	17	-15,0%	**71**
Média	16	21	31,3%	32	17	-46,9%	**86**

Alta	25	15	-40,0%	30	19	-36,7%	**89**
Procedimentos de investigação prévia	21	28	33,3%	20	178	790,0%	**247**
MATÉRIA CÍVEL - IDOSO							
Ações civil públicas	24	12	-50,0%	15	36	140,0%	**87**
Notificações e Requisições	233	322	38,2%	961	843	-12,3%	**2359**
Promoções e arquivamentos	51	63	23,5%	221	87	-60,6%	**422**
Julgamentos procedentes	4	0	-100,0%	10	2	-80,0%	**16**
Julgamentos improcedente	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Recomendações	45	32	-28,9%	61	33	-45,9%	**171**
Representações recebidas	5	19	280,0%	28	12	-57,1%	**64**
Fiscalização e atendimento em entidade	8	5	-37,5%	6	8	33,3%	**27**
Procedimentos de investigação prévia	46	48	4,3%	50	19	-62,0%	**163**
Termo de ajustamento de conduta	6	4	-33,3%	3	3	0,0%	**16**
Palestras	35	24	-31,4%	37	16	-56,8%	**112**
Audiências Públicas	3	8	166,7%	14	10	-28,6%	**35**
Audiências Judiciais	55	77	40,0%	84	54	-35,7%	**270**
Audiências Extrajudiciais	48	100	108,3%	136	201	47,8%	**485**
Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados	0	13	0,0%	22	9	-59,1%	**44**
Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos	10	31	210,0%	47	21	-55,3%	**109**
Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento	338	439	29,9%	488	792	62,3%	**2057**
Processos Recebidos	7	55	685,7%	82	66	-19,5%	**210**
Processos Devolvidos	7	49	600,0%	80	66	-17,5%	**202**
Saldo de processos	0	6	0,0%	2	3	50,0%	**11**
Atendimento ao público	1024	1120	9,4%	1199	1363	13,7%	**4706**
PORTADORES DE DEFICIÊNCIA							
Ações civil públicas	17	12	-29,4%	17	28	64,7%	**74**
Notificações e Requisições	576	949	64,8%	972	481	-50,5%	**2978**
Promoções e arquivamentos	124	198	59,7%	121	11	-90,9%	**454**
Julgamentos procedentes	12	19	58,3%	10	15	50,0%	**56**
Julgamentos improcedente	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Recomendações	20	23	15,0%	38	22	-42,1%	**103**
Representações recebidas	0	44	0,0%	47	15	-68,1%	**106**
Fiscalização e atendimento em entidade	3	7	133,3%	8	8	0,0%	**26**
Procedimentos de investigação prévia	0	7	0,0%	5	10	100,0%	**22**
Termo de ajustamento de conduta	6	10	66,7%	10	1	-90,0%	**27**
Palestras	11	17	54,5%	17	7	-58,8%	**52**
Audiências Públicas	2	9	350,0%	14	12	-14,3%	**37**
Audiências Judiciais	29	39	34,5%	46	25	-45,7%	**139**
Audiências Extrajudiciais	139	213	53,2%	222	70	-68,5%	**644**
Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados	139	95	-31,7%	92	8	-91,3%	**334**
Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos	109	52	-52,3%	57	62	8,8%	**280**
Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento	1049	1719	63,9%	1488	946	-36,4%	**5202**
Processos Recebidos	52	99	90,4%	82	122	48,8%	**355**
Processos Devolvidos	50	99	98,0%	80	119	48,8%	**348**
Saldo de processos	1	0	-100,0%	2	6	200,0%	**9**
Atendimento ao público	436	716	64,2%	599	512	-14,5%	**2263**
EDUCAÇÃO							
Ações civil públicas	7	21	200,0%	27	19	-29,6%	**74**
Notificações e Requisições	504	315	-37,5%	372	344	-7,5%	**1535**

Promoções e arquivamentos	59	62	5,1%	73	16	-78,1%	**210**
Julgamentos procedentes	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Julgamentos improcedente	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Recomendações	56	59	5,4%	65	26	-60,0%	**206**
Representações recebidas	113	81	-28,3%	84	17	-79,8%	**295**
Procedimentos de investigação prévia	32	84	162,5%	85	178	109,4%	**379**
Inspeções	430	115	-73,3%	118	51	-56,8%	**714**
Termo de ajustamento de conduta	7	3	-57,1%	7	4	-42,9%	**21**
Palestras	31	36	16,1%	38	58	52,6%	**163**
Audiências Públicas	10	5	-50,0%	9	1	-88,9%	**25**
Audiências Judiciais	2	6	200,0%	12	5	-58,3%	**25**
Audiências Extrajudiciais	192	84	-56,3%	175	273	56,0%	**724**
Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados	39	39	0,0%	54	176	225,9%	**308**
Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos	44	17	-61,4%	15	19	26,7%	**95**
Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento	765	265	-65,4%	227	207	-8,8%	**1464**
Processos Recebidos	16	55	243,8%	83	23	-72,3%	**177**
Processos Devolvidos	16	50	212,5%	80	22	-72,5%	**168**
Saldo de processos	0	5	0,0%	3	7	133,3%	**15**
Atendimento ao público	2111	1732	-18,0%	1888	1769	-6,3%	**7500**
ORDEM TRIBUTÁRIA							
Ações civil públicas	8	2	-75,0%	3	7	133,3%	**20**
Notificações e Requisições	14	47	235,7%	50	5	-90,0%	**116**
Promoções e arquivamentos	1	6	500,0%	8	1	-87,5%	**16**
Julgamentos procedentes	0	1	0,0%	1	0	-100,0%	**2**
Julgamentos improcedente	0	0	0,0%	0	2	0,0%	**2**
Recomendações	11	14	27,3%	15	0	-100,0%	**40**
Representações recebidas	13	20	53,8%	21	2	-90,5%	**56**
Procedimentos de investigação prévia	43	20	-53,5%	28	5	-82,1%	**96**
Inspeções	10	14	40,0%	12	0	-100,0%	**36**
Termo de ajustamento de conduta	1	11	1000,0%	18	0	-100,0%	**30**
Palestras	3	5	66,7%	5	0	-100,0%	**13**
Audiências Públicas	1	1	0,0%	1	1	0,0%	**4**
Audiências Judiciais	12	4	-66,7%	6	26	333,3%	**48**
Audiências Extrajudiciais	27	44	63,0%	55	2	-96,4%	**128**
Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados	5	7	40,0%	10	13	30,0%	**35**
Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos	14	43	207,1%	40	7	-82,5%	**104**
Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento	65	46	-29,2%	55	276	401,8%	**442**
Processos Recebidos	2	3	50,0%	4	15	275,0%	**24**
Processos Devolvidos	2	2	0,0%	4	15	275,0%	**23**
Saldo de processos	0	0	0,0%	4	4	0,0%	**8**
Atendimento ao público	135	168	24,4%	170	4	-97,6%	**477**
FUNDAÇÕES							
Acordos judiciais	1	2	100,0%	2	0	-100,0%	**5**
Acordos Extrajudiciais	21	11	-47,6%	14	1	-92,9%	**47**
Análise de estatuto	9	4	-55,6%	10	4	-60,0%	**27**
Análise de prestação de contas	26	16	-38,5%	14	3	-78,6%	**59**
Petições iniciais ajuizadas	2	2	0,0%	5	0	-100,0%	**9**
Pedidos procedentes	2	0	-100,0%	1	0	-100,0%	**3**
Pedidos improcedentes	0	0	0,0%	1	0	-100,0%	**1**

Notificações e requisições	150	345	130,0%	573	44	-92,3%	**1112**
Audiências públicas	2	6	200,0%	8	0	-100,0%	**16**
Audiências Judiciais	103	109	5,8%	177	17	-90,4%	**406**
Audiências Extrajudiciais	89	104	16,9%	121	20	-83,5%	**334**
Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados	30	140	366,7%	256	12	-95,3%	**438**
Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos	11	135	1127,3%	157	2	-98,7%	**305**
Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento	44	25	-43,2%	25	4	-84,0%	**98**
Processos Recebidos	11	5	-54,5%	13	0	-100,0%	**29**
Processos Devolvidos	11	5	-54,5%	13	0	-100,0%	**29**
Saldo de processos	0	2	0,0%	0	1	0,0%	**3**
Atendimento ao público	711	626	-12,0%	785	178	-77,3%	**2300**
CIDADÃO							
Ações civil públicas	96	239	149,0%	244	241	-1,2%	**820**
Notificações e Requisições	845	1383	63,7%	1216	1520	25,0%	**4964**
Promoções e arquivamentos	79	94	19,0%	106	51	-51,9%	**330**
Julgamentos procedentes	19	2	-89,5%	3	31	933,3%	**55**
Julgamentos improcedente	11	1	-90,9%	2	97	4750,0%	**111**
Recomendações	131	167	27,5%	171	68	-60,2%	**537**
Representações recebidas	37	50	35,1%	106	54	-49,1%	**247**
Procedimentos de investigação prévia	22	19	-13,6%	22	23	4,5%	**86**
Inspeções	61	62	1,6%	68	44	-35,3%	**235**
Termo de ajustamento de conduta	13	12	-7,7%	22	34	54,5%	**81**
Palestras	129	52	-59,7%	66	19	-71,2%	**266**
Audiências Públicas	3	17	466,7%	22	42	90,9%	**84**
Audiências Judiciais	349	344	-1,4%	353	276	-21,8%	**1322**
Audiências Extrajudiciais	123	207	68,3%	240	424	76,7%	**994**
Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados	96	76	-20,8%	89	66	-25,8%	**327**
Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos	35	32	-8,6%	36	8	-77,8%	**111**
Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento	1665	2290	37,5%	2095	172	-91,8%	**6222**
Processos Recebidos	276	180	-34,8%	375	755	101,3%	**1586**
Processos Devolvidos	259	177	-31,7%	345	770	123,2%	**1551**
Saldo de processos	17	23	35,3%	30	21	-30,0%	**91**
Atendimento ao público	6756	6859	1,5%	7345	8057	9,7%	**29017**
MATÉRIA CÍVEL - ITINERANTE							
EDUCAÇÃO							
Audiências	14	17	21,4%	12	36	200,0%	**79**
Arquivamentos	0	0	0,0%	3	0	-100,0%	**3**
Termo de ajustamento de conduta	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Execução - TAC	0	0	0,0%	0	1	0,0%	**1**
Notificações e Requisições	4	5	25,0%	6	8	33,3%	**23**
Recomendações e solicitações	4	7	75,0%	17	10	-41,2%	**38**
Reuniões externas	2	4	100,0%	5	4	-20,0%	**15**
Procedimentos Administrativos Instaurados	1	0	-100,0%	0	2	0,0%	**3**
Procedimentos Administrativos Concluídos	1	0	-100,0%	0	2	0,0%	**3**
Procedimentos Administrativos em Andamento	3	0	-100,0%	0	13	0,0%	**16**
Atendimento ao público	58	66	13,8%	71	118	66,2%	**313**

TRANSPORTE							
Audiências	2	5	150,0%	5	0	-100,0%	**12**
Arquivamentos	0	0	0,0%	0	1	0,0%	**1**
Termo de ajustamento de conduta	1	1	0,0%	1	0	-100,0%	**3**
Execução - TAC	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Notificações e Requisições	2	5	150,0%	11	0	-100,0%	**18**
Recomendações e solicitações	2	8	300,0%	14	7	-50,0%	**31**
Reuniões externas	1	1	0,0%	2	1	-50,0%	**5**
Procedimentos Administrativos Instaurado	0	0	0,0%	0	1	0,0%	**1**
Procedimentos Administrativos Concluídos	0	0	0,0%	0	2	0,0%	**2**
Procedimentos Administrativos em Andamento	3	1	-66,7%	1	0	-100,0%	**5**
Atendimento ao público	13	12	-7,7%	14	6	-57,1%	**45**
SEGURANÇA							
Audiências	6	5	-16,7%	6	0	-100,0%	**17**
Arquivamentos	0	0	0,0%	0	1	0,0%	**1**
Termo de ajustamento de conduta	1	1	0,0%	0	0	0,0%	**2**
Execução - TAC	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Notificações e Requisições	27	20	-25,9%	23	5	-78,3%	**75**
Recomendações e solicitações	10	9	-10,0%	10	7	-30,0%	**36**
Reuniões externas	2	2	0,0%	2	2	0,0%	**8**
Procedimentos Administrativos Instaurado	6	3	-50,0%	5	3	-40,0%	**17**
Procedimentos Administrativos Concluídos	1	1	0,0%	2	2	0,0%	**6**
Procedimentos Administrativos em Andamento	3	2	-33,3%	2	3	50,0%	**10**
Atendimento ao público	25	23	-8,0%	25	27	8,0%	**100**
INFRA-ESTRUTURA							
Audiências	4	6	50,0%	0	0	0,0%	**10**
Arquivamentos	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Termo de ajustamento de conduta	0	1	0,0%	0	0	0,0%	**1**
Execução - TAC	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Notificações e Requisições	0	8	0,0%	12	3	-75,0%	**23**
Recomendações e solicitações	3	5	66,7%	4	17	325,0%	**29**
Reuniões externas	1	1	0,0%	2	2	0,0%	**6**
Procedimentos Administrativos Instaurado	1	1	0,0%	1	3	200,0%	**6**
Procedimentos Administrativos Concluídos	1	2	100,0%	2	1	-50,0%	**6**
Procedimentos Administrativos em Andamento	14	6	-57,1%	6	7	16,7%	**33**
Atendimento ao público	8	13	62,5%	16	21	31,3%	**58**
CONSUMIDOR							
Audiências	39	56	43,6%	54	0	-100,0%	**149**
Arquivamentos	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Termo de ajustamento de conduta	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Execução - TAC	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Notificações e Requisições	22	3	-86,4%	4	0	-100,0%	**29**

Recomendações e solicitações	2	2	0,0%	2	0	-100,0%	**6**
Reuniões externas	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	**1**
Procedimentos Administrativos Instaurado	3	0	-100,0%	0	0	0,0%	**3**
Procedimentos Administrativos Concluído	1	1	0,0%	1	0	-100,0%	**3**
Procedimentos Administrativos em Andamento	2	2	0,0%	4	1	-75,0%	**9**
Atendimento ao público	87	59	-32,2%	98	41	-58,2%	**285**
FAMÍLIA							
Audiências	238	300	26,1%	317	95	-70,0%	**950**
Arquivamentos	5	4	-20,0%	5	2	-60,0%	**16**
Termo de ajustamento de conduta	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Execução - TAC	0	1	0,0%	1	0	-100,0%	**2**
Notificações e Requisições	40	53	32,5%	100	13	-87,0%	**206**
Recomendações e solicitações	13	12	-7,7%	18	2	-88,9%	**45**
Reuniões externas	7	1	-85,7%	1	1	0,0%	**10**
Procedimentos Administrativos Instaurado	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Procedimentos Administrativos Concluído	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Procedimentos Administrativos em Andamento	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Atendimento ao público	260	486	86,9%	785	1016	29,4%	**2547**
INFÂNCIA E JUVENTUDE							
Audiências	62	80	29,0%	88	6	-93,2%	**236**
Arquivamentos	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Termo de ajustamento de conduta	0	0	0,0%	0	1	0,0%	**1**
Execução - TAC	1	1	0,0%	0	1	0,0%	**3**
Notificações e Requisições	15	22	46,7%	55	18	-67,3%	**110**
Recomendações e solicitações	9	9	0,0%	14	6	-57,1%	**38**
Reuniões externas	5	2	-60,0%	5	3	-40,0%	**15**
Procedimentos Administrativos Instaurado	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Procedimentos Administrativos Concluído	0	1	0,0%	0	0	0,0%	**1**
Procedimentos Administrativos em Andamento	2	1	-50,0%	0	0	0,0%	**3**
Atendimento ao público	115	260	126,1%	802	131	-83,7%	**1308**
SAÚDE							
Audiências	8	8	0,0%	9	2	-77,8%	**27**
Arquivamentos	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Termo de ajustamento de conduta	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Execução - TAC	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**
Notificações e Requisições	11	12	9,1%	13	38	192,3%	**74**
Recomendações e solicitações	14	15	7,1%	33	15	-54,5%	**77**
Reuniões externas	1	3	200,0%	5	6	20,0%	**15**
Procedimentos Administrativos Instaurado	0	0	0,0%	0	3	0,0%	**3**
Procedimentos Administrativos Concluído	0	0	0,0%	0	0	0,0%	**0**

Procedimentos Administrativos em Andamento	0	0	0,0%	0	6	0,0%	**6**
Atendimento ao público	27	16	-40,7%	41	65	58,5%	**149**
OUTROS							
Arquivamentos	0	10	0,0%	53	0	-100,0%	**63**
Termo de ajustamento de conduta	14	1	-92,9%	1	0	-100,0%	**16**
Execução - TAC	0	0	0,0%	1	0	-100,0%	**1**
Notificações e Requisições	7	16	128,6%	59	77	30,5%	**159**
Recomendações e solicitações	16	47	193,8%	95	52	-45,3%	**210**
Reuniões externas	16	15	-6,3%	29	38	31,0%	**98**
Audiências Públicas	28	11	-60,7%	16	1	-93,8%	**56**
Audiências Judiciais	48	70	45,8%	72	57	-20,8%	**247**
Audiências Extrajudiciais	25	27	8,0%	33	12	-63,6%	**97**
Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados	32	5	-84,4%	0	21	0,0%	**58**
Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos	1	2	100,0%	0	14	0,0%	**17**
Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento	116	52	-55,2%	54	21	-61,1%	**243**
Processos Recebidos	144	72	-50,0%	80	0	-100,0%	**296**
Processos Devolvidos	109	40	-63,3%	50	0	-100,0%	**199**
Saldo de processos	35	32	-8,6%	30	0	-100,0%	**97**
Atendimento ao público	328	718	118,9%	635	498	-21,6%	**2179**
JUNTO AS TURMAS RECURSAIS							
PROCESSOS CRIMINAIS							
Recebidos	333	198	-40,5%	195	22	-88,7%	**748**
Devolvidos	295	186	-36,9%	186	22	-88,2%	**689**
Saldo	71	15	-78,9%	9	0	-100,0%	**95**
Manifestações e pareceres	158	100	-36,7%	114	15	-86,8%	**387**
PROCESSOS CÍVEIS							
Recebidos	633	517	-18,3%	526	134	-74,5%	**1810**
Devolvidos	723	499	-31,0%	506	158	-68,8%	**1886**
Saldo	186	18	-90,3%	20	4	-80,0%	**228**
Manifestação e pareceres	403	121	-70,0%	132	61	-53,8%	**717**
Sessões	70	34	-51,4%	36	15	-58,3%	**155**
Atendimento ao público	359	92	-74,4%	100	18	-82,0%	**569**
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL							
Processos Recebidos	526	299	-43,2%	326	215	-34,0%	**1366**
Processos Devolvidos	546	243	-55,5%	310	198	-36,1%	**1297**
Saldo processos	73	58	-20,5%	16	18	12,5%	**165**
Audiências	591	852	44,2%	817	184	-77,5%	**2444**
Pareceres	452	188	-58,4%	343	175	-49,0%	**1158**
Atendimento ao público	1577	858	-45,6%	870	527	-39,4%	**3832**

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2013.

5.2 Atuação no 2º Grau

5.2.1 Procuradoria de Justiça Cível

Em 2013, a Procuradoria de Justiça Cível apresentou a seguinte movimentação processual:

Tabela 6 - Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Cível

Ano	Saldo Ano Anterior	Recebidos no Período	Devolvidos com Parecer	Saldo Final	Sessões
2009	354	7.005	7.063	296	-
2010	296	8.854	8.685	465	202
2011	465	10.347	10.383	429	191
2012	429	13.541	12.946	1024	194
2013	1024	17.291	17.952	363	244

Fonte: Coordenadoria de Processos/PGJ, 2013.

- Atividade processual dos Membros das Procuradorias de Justiça Cíveis em 2013

Tabela 7 - Atividade Processual 1ª Procuradoria Cível

1ª. PROCURADORIA CÍVEL					
Procurador(a)	Mandado de Segurança	Agravo de Instrumento	Apelação Cível	Remessa	Outros
José Antônio Oliveira Bents	40	114	506	36	16
Domingas Froz Gomes	51	151	711	56	385
Terezinha Guerreiro Bonfim	42	127	600	47	31
Marco Antonio A. Guerreiro	55	151	733	46	41

Fonte: Coordenadoria de Processos/PGJ, 2013.

Tabela 8 - Atividade Processual 2ª Procuradoria Cível

2ª. PROCURADORIA CÍVEL					
Procurador(a)	Mandado de Segurança	Agravo de Instrumento	Apelação Cível	Remessa	Outros
Raimundo Nonato de C. Filho	34	114	605	38	26
Clodenilza Ribeiro Ferreira	45	129	725	49	38
Maria Luíza Ribeiro Martins	20	64	381	28	17
Sandra Lúcia A. Elouf	43	112	582	47	24
Eduardo Daniel Pereira Filho	2	3	39	1	2

Fonte: Coordenadoria de Processos/PGJ, 2013.

Tabela 9 - Atividade Processual 3ª Procuradoria Cível

3ª. PROCURADORIA CÍVEL					
Procurador(a)	Mandado de Segurança	Agravo de Instrumento	Apelação Cível	Remessa	Outros
Iracy Martins Figueiredo	40	122	562	34	34
Ana Lídia de Melo Moraes	31	105	473	23	30
Themis Maria P. de Carvalho	33	112	545	44	33
Mariléa Campos S. Costa	36	94	594	51	28

Fonte: Coordenadoria de Processos/PGJ, 2013.

Tabela 10 - Atividade Processual 4ª Procuradoria Cível

4ª. PROCURADORIA CÍVEL					
Procurador(a)	Mandado de Segurança	Agravo de Instrumento	Apelação Cível	Remessa	Outros
José Henrique Moreira	33	97	631	33	44

Francisco Barros de Sousa	36	84	502	42	104
Cezar Queiroz Ribeiro	42	96	550	41	367
Paulo Roberto R. Saldanha	41	138	776	49	45

Fonte: Coordenadoria de Processos/PGJ, 2013.

Tabela 11 - Atividade Processual 5ª Procuradoria Cível

5ª. PROCURADORIA CÍVEL					
Procurador(a)	Mandado de Segurança	Agravo de Instrumento	Apelação Cível	Remessa	Outros
Teodoro Peres Neto	62	161	877	61	115
Sâmara Ascar Sauáia	45	119	666	39	28
Joaquim Henrique Lobato	52	132	873	57	122

Fonte: Coordenadoria de Processos/PGJ, 2013.

5.2.2 Procuradoria de Justiça Criminal

Em 2013, a Procuradoria de Justiça Criminal apresentou a seguinte movimentação processual:

Tabela 12 - Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Criminal

ANO	Saldo Ano Anterior	Recebidos no Período	Devolvidos com Parecer	Saldo Final	Sessões
2009	84	2915	2935	64	-
2010	64	3366	3385	45	157
2011	45	3572	3553	64	148
2012	64	4860	4807	117	162
2013	117	4556	4645	28	156

Fonte: Coordenadoria de Processos/PGJ, 2013.

- Atividade processual dos Membros das Procuradorias de Justiça Criminais em 2013

Tabela 13 - Atividade Processual 1ª Procuradoria Criminal

1ª. PROCURADORIA CRIMINAL						
Procurador(a)	Habeas Corpus	Apel. Criminal	Rec. Habeas Corpus	Rec. Sent. Estrito	Rec. Criminal	Outros
Maria dos Remédios F. Serra	94	126	-	17	-	46
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	255	337	-	59	-	86
Suvamy Vivekananda Meireles	-	-	-	-	-	
Selene Coelho de Lacerda	90	96	-	17	-	35

Fonte: Coordenadoria de Processos /PGJ, 2013.

Tabela 14 - Atividade Processual 2ª Procuradoria Criminal

2ª. PROCURADORIA CRIMINAL						
Procurador(a)	Habeas Corpus	Apel. Criminal	Rec. Habeas Corpus	Rec. Sent. Estrito	Rec. Criminal	Outros
Regina Lúcia de Almeida Rocha	-	-	-	-	-	-
Lígia Maria da Silva Cavalcanti	118	117	-	25	-	28
Krishnamurti Lopes Mendes França	200	236	-	41	-	66
Regina Maria da Costa Leite	102	124	-	18	-	45

Fonte: Coordenadoria de Processos /PGJ, 2013.

Tabela 15 - Atividade Processual 3ª Procuradoria Criminal

3ª. PROCURADORIA CRIMINAL						
Procurador(a)	Habeas Corpus	Apel. Criminal	Rec. Habeas Corpus	Rec. Sent. Estrito	Rec. Criminal	Outros
José Argolo Ferrão Coelho	240	235	-	44	-	139
Flávia Teresa de Viveiros Vieira	304	245	-	43	-	102
Rita de Cassia Maia B. Moreira	216	229	-	27	-	54
Maria de Fátima R. T. Cordeiro	110	146	-	16	-	28

Fonte: Coordenadoria de Processos /PGJ, 2013.

- Movimentação processual da Procuradora-Geral de Justiça em 2013

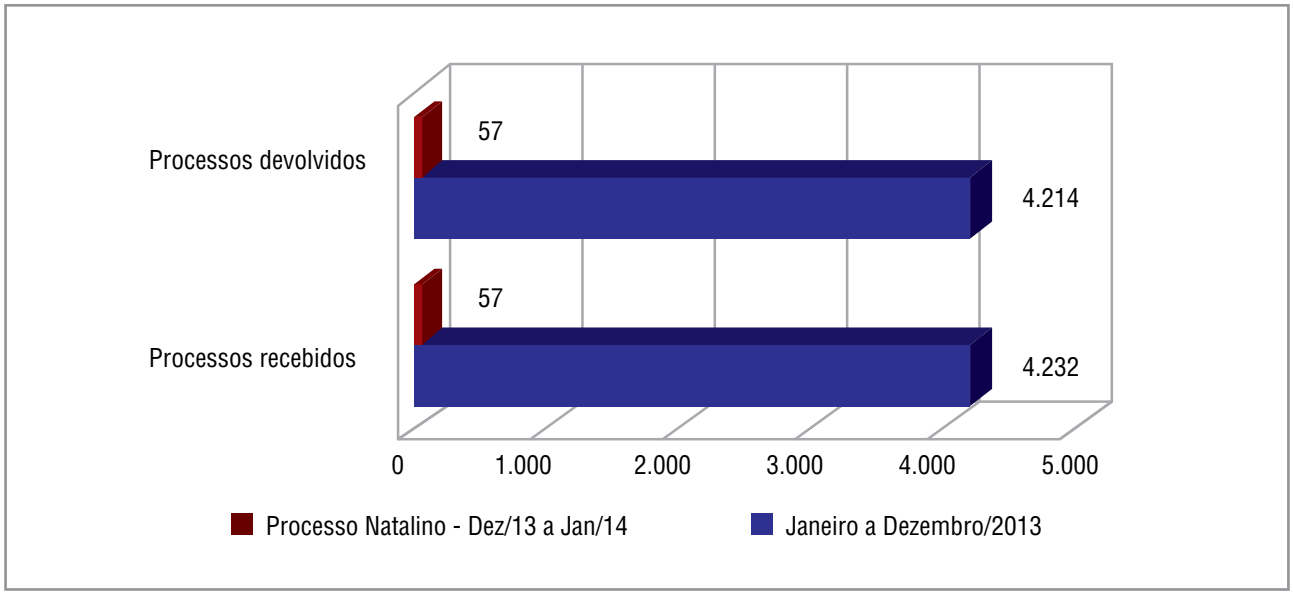


Gráfico 1 - Movimentação Processual da PGJ em 2013

Fonte: Coordenadoria de Processos /PGJ, 2013.

5.3 Atividades Administrativas da Corregedoria Geral do Ministério Público em 2013

Tabela 16 - Atividades da Corregedoria Geral em 2013

SETORES	ATIVIDADES	2013
Corregedoria e Subcorregedoria	Correições e Visitas de Inspeção de 1ª instância	**99**
Assessoria	Notificações	**5**
Assessoria	Pareceres da Assessoria	**715**
Assessoria	Processos Administrativos Disciplinares	**2**
Assessoria	Sindicâncias	**3**
Assessoria	Vitaliciamento	**33**
Assessoria	Estágio Probatório	**3**
Assessoria	Atos de Recomendações	**6**
Assessoria	Exercício no Magistério	**15**
Gabinete	Comunicação Interna	**186**
Gabinete	Ofícios Recebidos	**2080**
Gabinete	Ofícios Expedidos	**967**
Gabinete	Ofícios Circulares	**38**
Gabinete	Memorandos	**368**
Gabinete	Processos Administrativos Despachados	**1215**
Estatística	Mapas de Produtividade	**2313**
Estatística	Relatório de Promoção e Remoção	**64**

Fonte: Corregedoria Geral/PGJ, 2013.

6 ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS AUXILIARES

6.1 Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST)

O Ministério Público do Estado do Maranhão, através da Secretaria para Assuntos Institucionais desenvolve suas atribuições em parceria com a Assessoria Especial de Assuntos Legislativos e Institucionais, Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça, CAOPs e Coordenadorias primando pelo cumprimento da Lei Complementar 013/91, Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça e das diretrizes do Planejamento Estratégico 2012-2016.

Diante deste contexto, durante o ano de 2013 foram realizadas ações e desenvolvidos projetos institucionais nas áreas da Educação, Saúde, Probidade Administrativa, Criminal, Meio Ambiente e Criança e Adolescente sendo cumpridas as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico e plano de ações delineado pela Administração Superior.

Também foram priorizadas ações nas áreas de melhoria salarial dos membros e servidores, com a produção de projetos de leis, todos sancionados pelo Governo do Estado, bem como criação de novos cargos na estrutura administrativa do Ministério Público, primando assim, pela melhoria da prestação do serviço à sociedade.

Na área institucional a prioridade foi realizar projetos com o objetivo de garantir a efetividade do direito à Saúde, Educação, Segurança Pública e na garantia dos direitos à Infância e Adolescência.

Coube ainda à Secretaria para Assuntos Institucionais encaminhar ao Conselho Nacional do Ministério Público as informações relativas à Resolução nº 74, no que tange à Gestão Administrativa do *Parquet* maranhense, conforme Anexo A.

6.1.1 Área Legislativa Institucional

- Foram apresentadosos 06 (seis) Projetos de Lei pela procuradora-geral de justiça ao Colégio de Procuradores e sancionados pela governadora do Estado do Maranhão, que dizem respeito às garantias e vantagens dos membros e servidores do Ministério Público, bem como Minutas de Resolução, Atos Regulamentares e Ordem de Serviços (ver Atos Normativos).

PARCERIAS INSTITUCIONAIS/CONVÊNIOS

- Foram estabelecidos acordos de cooperação técnica, científica e operacional com instituições de ensino superior, como a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Associação Teresinense de Ensino (ATE); conselhos de classe (Conselho Regional de Medicina – CRM, Regional de Contabilidade - CRC, Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Regional de Nutricionistas da 6ª Região – CRN/6); órgãos públicos estaduais e municipais (Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJ/MA; Instituto Médico Legal – IML; Instituto de Criminalística do Estado do Maranhão – Icrim; Secretaria de Estado da Mulher; Secretaria de Estado da Segurança Pública; Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão; Secretaria Municipal de Fazenda (Semfaz) e com outras unidades do Ministério Público, como o do Estado do Paraná e o Ministério Público Federal.

6.1.2 Área Institucional

- Criação de Comissão Especial de promotores de justiça para apurar não pagamento dos salários dos servidores municipais de São Luís no mês de dezembro de 2012;
- Assinatura de ato regulamentar para uso de Sistema de Investigações de Movimentações Bancárias (Simba);
- Realização de visitas itinerantes às promotorias de Justiça do interior do Estado, como parte do projeto de interiorização da administração do Ministério Público do Maranhão;
- Contratação de empresa para realização de concurso para servidores;
- Discussão da campanha “Brasil Contra a Impunidade” com profissionais da imprensa, num café da manhã, na sede da AMPEM;
- Formalização de doação de veículos oriundos de TAC para a Procuradoria Geral de Justiça;
- Discussão da Campanha contra PEC 37 com a sociedade civil;
- Comemoração pelo Dia da Mulher em Brasília/DF. O Ministério Público do Estado do Maranhão, através da procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, participou da solenidade de

comemoração pelo Dia da Mulher, programada pelo Governo Federal para Brasília, no dia 8 de março de 2013;

- Reuniões do Fórum Permanente;
- Encontro com gestores públicos, durante o IV Encontro de Gestores Públicos, realizado no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, com o tema “Desenvolvimento local, transparência e controle: o desafio da nova gestão municipal”. O evento foi promovido pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) e Sebrae;

Encontro com Gestores Públicos

- Lançamento da Campanha “Conte até 10” em Santa Inês;
- PGJ anuncia obras nas Promotorias de Santa Inês, Pindaré e Bacabal, para garantir melhores condições de trabalho a membros e servidores, ampliando o atendimento à comunidade;
- Designação de comissão para revisar Plano de Cargos e Salários dos servidores da PGJ;
- Lançamento da Campanha Brasil contra a Impunidade em São Luís.
- PGJ recebe projeto para criação de novos cargos de promotor de justiça. A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, recebeu uma proposta de criação de novas promotorias na estrutura do Ministério Público do Maranhão. O projeto foi entregue pelo procurador de justiça Raimundo Nonato de Carvalho Filho, presidente da comissão que elaborou o documento;
- Participação na mobilização nacional contra PEC 37 em Brasília/DF;

Mobilização nacional contra PEC 37

Mobilização nacional contra PEC 37

- Realização do II Encontro Estadual de Educação do Ministério Público do Maranhão;
- Proposta de renovação de convênio de combate à evasão fiscal entregue à SEFAZ;
- Assinado Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça para a cessão do Digidoc, sistema de informática de tramitação de documentos e processos de gestão administrativa, orçamentária e financeira;
- PGJ recebe visita de presidente do Conselho Regional de Engenharia do Maranhão visando a proposição de um Termo de Cooperação Técnica entre as instituições, com a finalidade de assegurar o acompanhamento pelo Crea dos projetos e obras de engenharia e arquitetura do Ministério Público do Maranhão;
- Visita da secretária de estado da Igualdade Racial, Claudett Ribeiro;
- Inauguração do novo prédio do Memorial do MPMA;

Vista do novo prédio do Memorial do MPMA

Inauguração da nova sede do Memorial do MPMA

- Procuradora-Geral de Justiça é eleita vice-presidente do CNPG. A procuradora-geral de justiça do Ministério Público do Maranhão, Regina Lúcia de Almeida Rocha, foi eleita, por unanimidade, no dia 30 de julho, vice-presidente da Região Nordeste do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais (CNPG). A posse foi realizada em Brasília, na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). A procuradora-geral do MPDFT, Eunice Carvalhido, é a nova presidente do CNPG.

Promotorias de Justiça de Timon

- PGJ pede apoio do Ministério da Justiça para combater violência no Maranhão. O Ministério Público do Estado do Maranhão através da procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, reuniu-se com a secretária nacional de Segurança Pública, Regina Minc, na sede do Ministério da Justiça, em Brasília, para debater a situação do sistema de segurança pública estadual. A representante do Ministério Público pediu o investimento do Governo Federal em ações que previnam a violência e combatam a impunidade;
- MPMA recebe visita de superintendente do Banco do Brasil;
- Emissão de Recomendação aos promotores de justiça da capital e do interior para que incluam, nos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) que forem firmados, cláusula que informe as formas de contato com a Ouvidoria do Ministério Público do Maranhão;
- Representação contra advogado que ofendeu nordestinos;
- Lançamento do Programa Interinstitucional por Educação de Qualidade;
- Parceria com empresa de telefonia no combate a corrupção;
- Reunião com secretarias de Planejamento e de Justiça e Administração Penitenciária, com o objetivo de tomar conhecimento das medidas a serem adotadas na área da Execução Penal no Maranhão;
- Realização do I Encontro Estadual de Inteligência;
- CNMP realiza inspeção no sistema carcerário a pedido do MPMA. A Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Sistema Prisional, no Controle Externo da Atividade Policial e na Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) realizou visita ao Maranhão. A vinda da comissão atendeu à solicitação da procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha e teve como objetivo verificar as condições do Complexo Penitenciário de Pedrinhas e da Central de Custódia de Presos da Justiça (CCPJ) do bairro do Anil. A penitenciária de Pedrinhas foi palco de várias rebeliões em 2013, que resultou na morte de mais de nove detentos e um número acima de 20 feridos;

CNMP realiza inspeção no sistema carcerário

- Discussão da violência com lideranças empresariais;
- Homologação da licitação para construção da futura sede das Promotorias de Imperatriz;

- Criação do grupo de promotores itinerantes. A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, e o corregedor-geral do Ministério Público do Maranhão, Suvamy Vivekananda Meireles, assinaram o Ato Regulamentar Conjunto nº 16/2013, que instituiu o Grupo de promotores de justiça Itinerantes (GPI). O grupo vai auxiliar no desempenho das atividades processuais e extraprocessuais junto às Promotorias de Justiça, na capital e no interior, quando o elevado número de procedimentos administrativos justificar a sua atuação;
- Comandante da PM visita a procuradora-geral de justiça. O objetivo do encontro foi estreitar os laços entre o MPMA e a Polícia Militar e aumentar a parceria institucional nas ações de prevenção e combate à criminalidade;
- MPMA adere à campanha Papai Noel dos Correios. A escola adotada para receber doações de membros e servidores da instituição foi a Unidade de Ensino Básico Rio Grande, localizada no Distrito Industrial, que enviou 273 cartas de alunos endereçadas a Papai Noel, solicitando brinquedos;

Campanha Papai Noel dos Correios

- MPMA realizou ação social no Bairro de Fátima. O projeto MP em Ação promoveu no Centro de Ensino Médio Gonçalves Dias, no Bairro de Fátima, uma série de serviços gratuitos aos moradores da região nas áreas de saúde, cidadania e justiça. O evento foi realizado em alusão ao Dia do Ministério Público, comemorado em 14 de dezembro.
- Realização de Audiência com moradores de povoado de Grajaú;
- Realização de palestras sobre a Campanha de Segurança Institucional no MPMA.

6.1.3 Reuniões externas e Audiências Públicas

Reuniões externas e Audiências Públicas com Órgãos Públicos e Parceiros Institucionais (Poder Judiciário, Executivo e Legislativo, Conselhos Estaduais e Sociais) no ano de 2013:

- Visita ao Congresso Nacional para tratar sobre a PEC 37 – PEC DA IMPUNIDADE;
- Participação das reuniões do Programa Estadual de Proteção à Vítimas e Testemunhas - PROVITA;
- Participação das reuniões do Plano Estadual de Combate ao Trabalho Escravo e Plano Estadual de Combate à Tortura;
- Participação das reuniões da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do Maranhão;
- Participação em reuniões do CNMP;
- Participação no Fórum Nacional de Gestão do CNMP, como integrante titular;
- Articulação com órgãos públicos e instituições privadas acerca de assuntos institucionais;
- Acompanhamento dos promotores de justiça em reuniões externas;
- Reuniões internas com membros e servidores para o aperfeiçoamento das normas internas, fluxogramas de trabalho e elaboração de metas;
- Organização dos eventos institucionais do Ministério Público.

6.2 Centros de Apoio Operacional (CAOPS)

Os Centros de Apoio Operacionais são órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público e a eles cumpre estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e tenham atribuições comuns; promover o levantamento periódico das necessidades materiais das Promotorias, adotando as providências necessárias para supri-las;

Incumbe-lhes remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados a sua atividade; estabelecer intercâmbio permanente com órgãos ou entidades públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados ne-cessários ao desempenho de suas funções; remeter anualmente ao procurador-geral de justiça relatório das atividades do Ministério Público relativas a sua área de atuação; exercer outras funções compatíveis com suas finalidades, inclusive o exercício de qualquer atividade de órgão de execução, vedada a expedição de atos normativos.

6.2.1 Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAOp/DHC)

Ministério Público-MA
CAOP/DH

No decorrer de 2013, o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAOp/DHC) desenvolveu e participou das seguintes atividades:

- Coordenação conjunta das ações integradas decorrentes dos convênios, protocolos de intenções e acordos institucionais referentes à área de direitos humanos;
- Acompanhamento processual de ações nas comarcas e no Tribunal de Justiça quanto à sua área de atuação;
- Apoio aos órgãos de execução quanto às atividades relativas ao direito material e processual referente às atribuições cíveis e criminais concernentes à tortura, relações raciais, idosos, apoio às vítimas de violência e defesa do controle social do uso dos meios de comunicação em atenção à dignidade do ser humano;

Reunião do CAOp/DHC com representantes dos cultos afro

- Envio de Comunicações e Ofícios Circulares, via e-mail, a todos os promotores de justiça com atuação na área de direitos humanos, repassando informações e recomendações vindas do Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNPG e de outros órgãos com atuação na defesa dos direitos humanos;
- Encaminhamento e confirmação, via e-mail, de informações relevantes aos promotores (as) das Comarcas do interior do Estado, para reforçar e incentivar o trabalho destes na garantia dos direitos humanos, como participar de eventos e encontros. Um exemplo desse tipo de ação foi o encaminhamento do convite feito ao CAOp/DHC para participar do lançamento do *Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Cururupu*;
- Participação na Audiência Pública sobre "Os números da criminalidade na Grande São Luis", ocorrida no dia 18.12.13, junto com a SMDH, SEDIHC, OAB/MA, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Movimento sem Terra, União por Moradia Popular, Defensoria Pública do Maranhão; Movimento Justiça nos Trilhos; Movimento Quilombola; CEBS – Comunidades Eclesiais de Base; ASP – Associação de Saúde da Periferia;
- Aproximação e estreitamento das relações com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, para implementação dos Conselhos Municipais de Direitos Humanos pelo interior do Maranhão;
- Divulgação de notícias relacionadas à garantia dos direitos humanos na página do CAOp/DHC na internet;
- Reformulação da página do CAOp/DHC no site do Ministério Público;
- Atendimento à população, mesmo não sendo o CAOp/DHC um órgão de execução, mas sim de apoio aos membros do Ministério Público. Casos de desrespeito aos direitos humanos e de tortura foram recebidos, dado as devidas providências e posteriormente acompanhados até que se tenha alcançado a solução satisfatória da demanda.

a) Participação do CAOp/DHC em eventos, encontros e reuniões no ano de 2013

- Participação nas reuniões preparatórias para o Fórum Mundial de Direitos Humanos – Seção Maranhão, na sede da SMDH – Sociedade Maranhense de Direitos Humanos;
- Participação na Mesa de Diálogo: *A Política de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas enquanto mecanismo de combate à impunidade no Maranhão;*
- Participação nas Reuniões ordinárias do CEDDH/MA;
- Participação da coordenadora do CAOp/DHC, Dra. Sandra Elouf, compondo a mesa da Solenidade de lançamento do Selo Unicef Município Aprovado Edição 2013, bem como assinatura do Termo de Compromisso de Construção e Consolidação da Agenda Criança Amazônia, um pacto pela infância na Amazônia Legal Brasileira;
- Participação na solenidade de abertura do *III Encontro Estadual de Mulheres de Axé: desafios e compromissos na implementação das políticas públicas;*
- Participação no Fórum Mundial de Direitos Humanos – Seção Maranhão, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Maranhão;
- Participação no lançamento do Programa "Maranhão sem Homofobia" e do Plano Estadual de Promoção da Cidadania e de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Maranhão, um evento promovido pela Vice-Governadoria e Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania – SEDIHC;
- Reunião Técnica do CAOp/DHC com a Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial – SEIR e representantes de religiões e cultos de matriz africana, para tratar do Direito à Liberdade de Consciência e Crença e ao Livre Exercício dos Cultos Religiosos;
- Participação na 1ª Reunião da Comissão Estadual de Gestão Integrada para desenvolvimento da Agenda Social Quilombola/Programa Brasil Quilombola, comissão instituída pelo Decreto Estadual nº 29.486/2013.

6.2.2 Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAOp-Saúde)

No decorrer de 2013, o Centro de Apoio Operacional da Saúde (CAOp-Saúde) desenvolveu e participou das seguintes atividades:

- Apoio às atividades desenvolvidas no âmbito das Promotorias de Justiça das diversas comarcas do Estado do Maranhão, com atribuição na defesa do direito à saúde, amplamente intensificado, conforme as solicitações encaminhadas ao CAOp-Saúde, mais especificamente às referentes à marcação de consultas e cirurgias na rede pública de saúde, daqueles casos em que havia necessidade da intervenção do Ministério Público, bem como nas articulações com os demais órgãos governamentais como a Secretaria de Estado da Saúde, Secretarias Municipais de Saúde, Unidades Básicas de Saúde e outras instituições ligadas ao segmento;
- Iniciadas várias parcerias importantes, como por exemplo, com a UFMA/UNASUS, na construção de ações voltadas para a capacitação de membros e servidores do Ministério Público, assim como para os conselheiros e agentes comunitários de saúde vinculados aos municípios maranhenses;
- Realização do I Encontro Regional de Saúde da Região Tocantina, na Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (Unisulma), nos dias 23 e 24 de outubro de 2013, em parceria com a SECINST e com as Promotorias de Justiça Especializadas no Direito à Saúde de São Luís e Imperatriz. Na oportunidade foi lançado o Programa Institucional “Direito à Saúde: prevenção, controle e combate à corrupção”. Contou com a participação do procuradora de justiça e coordenador do CAOp do Paraná, Dr. José Adalberto Dazzi, dos promotores de justiça interantes do CAOp-Saúde do Maranhão, Drs. Herberth Costa Figueiredo, Maria da Glória Mafra Silva e Emannuella de Sousa Bello Peixoto, integrantes da equipe do CAOp-Saúde e da Profa. Dra. Elda Coelho de Azevedo Bussinguer, coordenadora de projetos da Faculdade de Direito de Vitória (ES);

Abertura Encontro Regional de Saúde em Imperatriz

- Capacitação sobre Sistemas de Informação da Saúde, realizada nos dias 28 e 29 de novembro de 2013, como resultado do I Encontro Regional de Saúde da Região Tocantina, em parceria com a SECINST e a Planejamento do MPMA, e com a colaboração do Ministério da Saúde e UNASUS/UFMA;
- Atualização da página do CAOp-Saúde, no site do Ministério Público com mais informações sobre legislação, recomendações, peças jurídicas e diversas orientações para dar maior efetividade na atuação dos promotores de justiça e fortalecer atuação institucional do Ministério Público, através do CAOp-Saúde.

6.2.3 Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (CAOp-CEAP)

No decorrer de 2013, o Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (CAOp-CEAP) desenvolveu e participou das seguintes atividades:

- Envio de sugestões à procuradora-geral de justiça para elaboração da política institucional e de programas específicos, inclusive alterações legislativas e edições de normas jurídicas, visando contribuir para a melhoria da atuação do CEAP, por meio de ações coordenadas, para dar efetividade ao exercício da função constitucional do Ministério Público no controle externo da atividade policial, buscando uma maior integração entre Ministério Público e órgãos policiais;
- Envio de ofício à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão (Delegada-Geral de Polícia e Superintendente de Polícia Civil da Capital), a fim de que a SSP/MA expedisse recomendação a todos os delegados de polícia no sentido de que fosse encaminhado ao Ministério Público do Maranhão o inteiro teor das cópias dos autos da prisão em flagrante, e não somente as comunicações por meio de ofícios, visando melhorar a atuação do controle externo da atividade policial em nossa capital e atendendo ao disposto à Recomendação n.º 002/2013 da Corregedoria Geral do Ministério Público do Maranhão;
- Realização de oficina com os promotores de justiça com atuação na área criminal da Capital e do Interior visando ao aperfeiçoamento dos referidos membros no exercício do controle externo da atividade policial, no mês de junho/13;
- Participação do coordenador do CAOp-CEAP no I Fórum Permanente do Ministério Público do Maranhão, na cidade de Timon, no mês e agosto/13, sendo realizada, na ocasião, com os Promotores da Regional de Timon, oficina de trabalho acerca do controle externo da atividade policial;
- Realização de visita institucional ao Centro de Apoio Operacional Criminal do Ministério Público do Ceará (CAOCRIM/MPCE), para conhecer práticas êxitosas na área do controle externo da atividade policial, bemo como a participação do coordenador do CAOp-CEAP no I Encontro de Coordenadores do Controle Externo da Atividade Policial.

Outras Atividades

a) Remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados a sua atividade.

- Envio aos promotores de justiça com a tuação na área criminal de modelo para manifestação em Inquérito Policial concedendo à autoridade policial a dilação de prazo.

b) Colaborar com os órgãos do Estado, notadamente na área de segurança, na identificação dos principais problemas relativos à violência, tais como levantamento das áreas de maior incidência de criminalidade, assim como dos crimes mais frequentes, identificando, ainda, o perfil do criminoso e da vítima.

- Realização do I Fórum de Justiça Criminal em parceria com o Tribunal de Justiça (TJMA), Defensoria Pública (DPE), Secretaria de Segurança Pública (SSP/MA), OAB/MA e Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (SEJAP), dia 17 de julho de 2013, por iniciativa do coordenador do CAOp-CEAP, para reunir e discutir proposições visando à melhoria da Segurança Pública no Estado do Maranhão;
- Realização de Audiência Pública, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, dia 18 de dezembro de 2013, visando discutir, com entidades públicas (Judiciário Estadual, Justiça Federal, OABMA, SEJAP, PMMA e MPMA) e a Sociedade Civil organizada, propostas para o combate à criminalidade no Maranhão.

Audiência Pública sobre violência e propostas para o combate à criminalidade no Maranhão

c) Apresentar aos órgãos da administração superior do Ministério Público sugestões visando estabelecer política institucional para funcionamento das promotorias de justiça de Investigação Criminal e daquelas que possuam atribuição nessa área de atuação, inclusive no que concerne a programas específicos;

- Nesse item, foi encaminhado ofício à Sra. procuradora-geral de justiça a fim de que houvesse adoção de providências contra a portaria nº 440/2012, da Delegacia Geral de Policia Civil do Maranhão, pois em tal expediente constava que cabiam somente as autoridades policiais do Estado, requisitar o exame de corpo de delito respectivo, após investigação prévia do fato noticiado como acidente de trânsito, verificados indícios de crime;
- Enviado ofício ao corregedor-geral solicitando encaminhamento de recomendação aos promotores das Varas Criminais e dos Juizados Especiais Criminais da capital para cumprimento no disposto da Resolução vigente em junho de 2013 (Resolução nº 002/2011-CPMP) especificamente naquilo que dizia respeito ao cumprimento das atribuições das Promotorias do Controle Externo da Atividade Policial. Dentre as recomendações estão: que a distribuição de todos Inquéritos Policiais instaurados pelas Delegacias de Polícia da Capital fosse realizada diretamente ao CAOp-CEAP, e não mais ao setor de protocolo; a unificação dos CAOp-CEAP e do CAOPCrim e a elaboração de ato conjunto que previsse a obrigatoriedade de alimentação, por parte dos promotores de justiça da área Criminal, dos sistemas informatizados disponibilizados pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Maranhão;
- Realizada a atualização da página do CAOp-CEAP no sitío do MPMA na internet.

6.2.4 Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOPCrim)

a) Representar o Ministério Público, quando cabível e por delegação do procurador-geral de justiça nos órgãos que atuem na respectiva área (*Item VI da Resolução 02/97 - CPMP*)**.**

- Visando ao cumprimento da respectiva atribuição, a procuradora-geral de justiça designou o coordenador do CAOPCrim, José Cláudio Cabral Marques, como representante do Ministério Público do Maranhão junto à Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública do CNMP – ENASP, na qualidade de gestor de metas, afetas à área.

b) Colaborar junto aos setores públicos ou privados em campanhas educativas à sua área de atuação (*Item VII da Resolução 02/97 - CPMP*)**.**

- Realização da campanha educativa “Conte até 10”, de iniciativa do CNMP e parceria da ENASP, com realização de palestras em escolas, empresas, órgãos públicos, visando sensibilizar a sociedade para evitar os homicídios cometidos por impulso, que ocorrem em situações como brigas em bares, discussões no trânsito ou entre vizinhos.

c) Divulgar atividades do Ministério Público na área de sua atuação (*Item XI da Resolução 02/97 - CPMP*).

- Constante no inciso XI da norma que instituiu o CAOPCrim, o canal utilizado para divulgação via Internet das atividades dos trabalhos do Ministério Público na área da criminalidade, à Execução Penal e ao Tribunal do Júri foi a página do referido Centro de Apoio no sítio da Instituição.

d) Sugerir a edição de atos e instruções tendentes à melhoria dos serviços do Ministério Público **(***Item XII da Resolução 02/97 - CPMP***)**.

- Envio de ofício à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão (Delegada-Geral de Polícia e Superintendente de Polícia Civil da Capital) a fim de que a SSP /MA expedisse recomendação a todos os Delegados de Policia no sentido de fosse encaminhado ao Ministério Público do Maranhão o inteiro teor das cópias dos autos da prisão em flagrante, e não somente as comunicações por meio de ofícios.

e) Prestar orientação técnico-jurídica aos órgãos de execução do Ministério Público no exercício de suas atividades institucionais. (*Item XV da Resolução 02/97 - CPMP*).

- Envio aos promotores de justiça com atuação na área criminal de modelo para manifestação em Inquérito Policial concedendo à autoridade policial a dilação de prazo.

6.2.5 Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAOp/EDUCAÇÃO)

O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação foi criado pela Resolução nº. 12/2013-CPMP, publicada no Diário Oficial do dia 18 de janeiro de 2013, e implementado em agosto de 2013, na qualidade de órgão auxiliar do Ministério Público. A despeito de sua recente implementação, está desenvolvendo importantes atividades em sua área de atuação, inclusive a título de monitoramento dos indicadores sociais, com o intuito de promover um mapeamento da educação no Estado do Maranhão.

O CAOp/EDUCAÇÃO, juntamente com a Secretaria para Assuntos Institucionais, trabalha na formalização de uma parceria com a Escola de Formação de Governantes para a implantação do Programa SOMA – Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação, cujo objetivo é a avaliação dos projetos e planos de ação na área da educação, e a criação de um banco de dados de indicadores sociais, alimentado por comissões de monitoramento a serem instituídas em todos os municípios maranhenses, de modo a subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida no Estado (Processo nº. 10562AD/2013).

Além desse importante trabalho, há que se destacar a implementação do Programa Interinstitucional "Educação de qualidade: direito de todo maranhense", promovido pelo Ministério Público do Maranhão, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação e das Promotorias de Justiça em Defesa do Direito à Educação, cujo objetivo é estimular o Órgão Ministerial e demais parceiros a assegurar o acesso permanente a uma educação de qualidade a todo maranhense, por meio da realização de encontros regionais e audiências públicas em diversos municípios, visando à elaboração de estratégias para a melhoria dos índices da educação, com destaque à qualidade da educação, transporte escolar, alimentação escolar e educação infantil, além do combate à corrupção.

a) Participação em eventos, encontros, seminários, palestras.

- Reunião do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Neste evento, o Coordenador do CAOp/EDUCAÇÃO foi convidado a participar da referida reunião, com o objetivo de discutir pontos importantes acerca da aplicação e do gerenciamento dos recursos advindos do referido fundo;
- II Seminário Educacional de Cooperação Estado e Municípios. O evento, promovido pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc), em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (Uema), a União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado do Maranhão (Undime/Ma) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), contou com a participação deste Centro de Apoio Operacional;
- Reunião do CAOp/EDUCAÇÃO, com a participação de representantes da Assessoria de Planejamento do MPMA e da Escola de Formação de Governantes – EFG;
- Conferência Maranhense de Educação – COMAE. Realizada no Centro de Convenções, o evento teve como objetivo debater proposições norteadoras para o Plano Estadual de Educação, que orientarão a Política Nacional obedecendo à indicação de responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas, também com a importante contribuição deste CAOp;
- Lançamento do Programa Interinstitucional "Educação de qualidade: direito de todo maranhense". Realizado pelo Ministério Público do Maranhão, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação e das Promotorias de Justiça em Defesa do Direito à Educação, no auditório do Ministério Público Federal, em São Luís, o Programa foi lançado com a participação de diversas entidades relacionadas à área da educação;
- I Reunião Técnica dos Programas Federais da Educação. Este evento, realizado pela Controladoria-Geral da União Regional/MA e pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA), teve a participação do CAOp/EDUCAÇÃO e apresentou como objetivo o esclarecimento de dúvidas dos gestores públicos

municipais acerca da operacionalização de programas, tais como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE);

- Encontro Regional da Educação - Programa Interinstitucional do Ministério Público do Maranhão "Educação de qualidade: direito de todos os maranhenses" - REGIONAL PEDREIRAS. Também promovido pelo Ministério Público do Maranhão, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação e das Promotorias de Justiça em Defesa do Direito à Educação, o evento foi realizado na Faculdade de Educação São Francisco, em Pedreiras-MA, e reuniu diversas autoridades da região para discutir as diretrizes educacionais e garantir o cumprimento do direito à educação de qualidade em todos os níveis naquela região;

Abertura do II Encontro Estadual de Educação do MPMA

- III Seminário Educacional de Cooperação Estado e Municípios. O evento, promovido pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc), em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (Uema), a União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado do Maranhão (Undime/Ma) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), contou com a participação deste Centro de Apoio Operacional, inclusive na mesa de abertura do evento, com a presença do Coordenador deste CAOp, Paulo Silvestre Avelar Silva;
- IV Encontro Maranhense Sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero no Cotidiano Escolar (EMEMCE) e o IV Simpósio Maranhense de Pesquisadores sobre Mulher, Relações de Gênero e Educação. Tendo como tema as "Diversas Faces da Violência contra a Mulher no cotidiano Escolar", nos aspectos físico, psicológico, simbólico, dentre outros, o evento contou com a participação e importantes contribuições deste Centro de Apoio;
- Estruturação do sítio eletrônico do CAOp/EDUCAÇÃO, com informações relacionadas à área da educação, legislação temática, notícias, termos de ajustamento de conduta, banco de peças, acompanhamento dos projetos educacionais em execução, dentre outras atividades essenciais à efetivação e à consolidação do Centro de Apoio.

6.2.6 Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ)

Durante o ano de 2013, o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ) desenvolveu e participou das seguintes atividades:

a) Realização de eventos formativos, mobilizações e articulações, promovidos pelo CAOp/IJ, sobre os direitos de crianças e adolescentes para promotores de justiça com atuação na infância e juventude, demais servidores do Ministério Público e com a participação de organizações do Sistema de Garantia de Direitos.

- Reunião de Trabalho com promotores de justiça integrantes do CAOp/IJ, sala dos Órgãos Colegiados, com a participação dos promotores de justiça das comarcas de Santa Inês e Matinha, com o objetivo de traçar o Plano Anual de Trabalho do CAOp/IJ;
- Capacitação sobre a utilização da ferramenta SIMEC (Sistema de Monitoramento) atrelado ao Disque 100, na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em Brasília-DF;
- Campanha “Violência Sexual Deixa Marcas!”, uma iniciativa do Ministério Público do Maranhão, através do CAOp/IJ, em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-MA), entre outras organizações, realizaram diversas ações de mobilização social na capital e em diversos municípios em alusão ao “18 de Maio” - Dia Nacional de Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O CAOp/IJ forneceu às promotorias materiais da campanha (panfletos, cartazes, camisas, cartilhas e banneres) para fortalecer as ações municipais;

Campanha “Violência Sexual Deixa Marcas!” - Escola José Arcanjo

Campanha 18 de Maio. CAOp/IJ

- Audiência Pública sobre o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes do Maranhão, *em parceria com* a Comissão de *Direitos Humanos* e das Minorias da Assembleia Legislativa e com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-MA), ação preliminar e preparativa ao "18 de Maio";
- Apresentar a Rede Estadual pela Primeira Infância do Maranhão, na plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Luís (CMDCA-SL), pautar a temática e propor ao conselho a elaboração conjunta do Plano Municipal pela Primeira Infância da Capital;
- Seminário "Justiça Restaurativa – Tecendo a Rede", idealizado e organizado em conjunto pelo CAOp/IJ e outras instituições integrantes da Rede Maranhense de Justiça Juvenil, a partir do Grupo de Trabalho de Justiça Restaurativa, cujo objetivo geral consistiu em sensibilizar juízes, promotores de justiça, defensores públicos e policiais, no sentido de proporcionar uma aproximação ao conceito e aplicabilidade da Justiça Restaurativa, a fim de fomentar a implantação em suas práticas;
- Palestra "O Sistema de Justiça juvenil e a Escola", proferida em escola públicas de São Luís pela promotora de justiça da Infância e Juventude, Fernanda Helena Nunes Ferreira, integrante do CAOp/IJ, intenção é divulgar o trabalho que é feito pelo MP e pela Justiça para proteger os direitos das crianças e adolescentes;
- Reunião de Trabalho com os Promotores Integrantes do CAOp/IJ, 19 e 20 de setembro/2012, no auditório do Tribunal de Contas Estadual, tendo como pauta: conselho tutelar, atendimento socioeducativo no Maranhão, acolhimento familiar e institucional, rede de atendimento e Disque 100, estratégias de investigação e publicização de Nota Técnica;

b) Apoio às Promotorias de Justiça do Maranhão:

- Orientações e acompanhamento em inspeções realizadas nas Unidades de Atendimentos Socioeducativo da Capital, São José de Ribamar e Imperatriz, para contribuir com a instauração de inquérito policial, bem como, com Ação Civil Pública contra o Estado do Maranhão e a Funac e representação ao Ministério Público do Trabalho para averiguar as condições de insalubridade a que estão submetidos os servidores da instituição;
- Acompanhar inspeções no Centro de Perícia Técnica da Criança e do Adolescente (CPTCA), órgão que integra o Centro de Proteção à Criança e ao Adolescente (CPCA), elaborar relatório das vistorias realizadas na CPTCA, a fim de levantar a forma como o mesmo vem funcionando e apontar os déficits e encaminhamentos a serem tomados;

- Orientações as Promotorias de Justiça sobre a implantação, funcionamento, eleição e adequações das leis municipais dos Conselhos Tutelares;
- Reuniões com a Empresa Vale e parceiros sobre a Ação Civil Pública realizada pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Santa Luzia, e sobre Plano de Segurança elaborado pela Empresa Vale S/A visando minimizar e/ou sanar o problema do transporte clandestino de crianças e adolescentes nos vagões dos trens da empresa. Indicar perito para fazer a crítica do Plano de Seguração, bem como, mobilizar parceiros para custear as despesas do profissional indicado para realizar o serviço.

c) Elaboração de Notas Técnicas, para subsidiar a atuação dos promotores de justiça sobre:

- Nota Técnica nº 01/2013-CAOp/IJ, para Promotoria de Justiça de Estreito. Ementa: Composição do Conselho Tutelar – Ausência de suplentes – desnecessária a convocação de nova eleição, dada a existência de outros candidatos que concorreram no processo eleitoral e que podem assumir o encargo da suplência;
- Nota Técnica nº 02/2013-CAOp/IJ, para PJIJ de Açailândia. Ementa: Eleição do Conselho Tutelar – Vedação de formação de chapas – Resolução nº 139 do CONANDA – Fiscalização;
- Nota Técnica nº 04/2013-CAOp/IJ. Ementa: Origem e importância do DISQUE 100, como ferramenta de denúncia e, posterior, apuração de situações de abuso e exploração contra crianças e adolescentes. Sugestões de procedimentos para apuração das denúncias
- Apoio e participação do CAOp/IJ em eventos desenvolvidos pelo Ministério Público Estadual e por organizações do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente:
- IV Encontro com Gestores Públicos "O desenvolvimento local, transparência e controle. O desafio da nova gestão municipal", realizado pelo Ministério Público do Maranhão, o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE) e o Sebrae, em São Luís;
- Seminário de Construção do Plano Estadual de Prevenção do Trabalho Infantil, realizado pelo Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Maranhão (FEPETIMA), em São Luís;
- I e II Worskop de Construção do Plano Estadual pela Primeira Infância, realizado pela Ong BEMFAM, em São Luís;
- Seminário "Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Grandes Eventos e Obras e Técnicas de Investigações Psíquicas de Crianças e Adolescentes", realizado pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) e Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNPG, em Brasília-DF;
- II Encontro Estadual de Educação do Ministério Público, em São Luís;
- Seminário Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, realizado pela Plan International e Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil (FEPETIMA), em São Luís.

d) O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude participa sistematicamente dos seguintes Comitês, Redes Focais e Grupos de Trabalho:

- Comitê de Monitoramento da Violência Sexual, do qual o CAOp/IJ é integrante e tem por finalidade monitorar as ações do Plano Estadual de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, é articulado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão (CEDCA-MA) e conta com a participação de organizações governamentais e não-governamentais. Elaborada em 2013 a revisão do Plano Estadual;
- Rede Estadual da Primeira Infância do Maranhão (REPI-MA), da qual o CAOp/IJ compõem o Grupo Gestor com as atribuições de coordenação e secretaria-executiva. A rede realiza plenárias mensais, é formada por um conjunto de instituições da sociedade civil e poder público, atuantes na promoção e defesa dos direitos da primeira infância no Maranhão. A rede estadual integra um movimento nacional que tem como missão fomentar a elaboração, o aprimoramento e a integração das políticas nacionais para as crianças até os 6 anos de idade, monitorando e avaliando sua implementação; além de consolidar e disseminar conhecimento e informações sobre as temáticas dessa faixa etária e organizar ações de mobilização social e política visando à defesa e promoção de seus direitos. Durante 2013, o CAOp/IJ representou a REPI-MA em diversas ações de articulação, sensibilização e mobilização de parceiros, bem como, na construção do Plano Estadual pela Primeira Infância e na sensibilização para construção dos Planos Municipais;
- Rede Maranhense de Justiça Juvenil e no Grupo de Trabalho de Justiça Juvenil Restaurativa, composta pelo Ministério Público e por mais 21 organizações governamentais e não-governamentais, desde 2009. Tem como objetivo ampliar e qualificar a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto, o

desenvolvimento de práticas restaurativas e a implementação de políticas públicas voltadas a adolescentes em conflito com a lei. A dinâmica de funcionamento é através de plenárias mensais e dos grupos de trabalho específicos para aprofundar os debates e operacionalizar as deliberações. O CAOp/IJ acompanha e apoia as ações do Grupo de Trabalho sobre Justiça Restaurativa que desenvolve diversas ações para difundir o paradigma restaurativo no sistema de justiça e de atendimento ao adolescente em conflito com a lei;

- Comissão Permanente da Infância e da Juventude (COPEIJ), do Grupo Nacional de Direitos Humanos, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, que tem como objetivo proporciona o intercâmbio de experiências entre Membros do Ministério Público, por meio das comissões permanentes. O CAOp/IJ participou das reuniões da COPEIJ e realizou o levantamento estadual do atendimento socioeducativo para subsidiar as ações da COPEIJ junto a Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República na implementação do Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo.

6.2.7 Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO-UMA)

CAO-UMA

a) Atividades previstas na lei complementar nº013/91;

b) Estimular a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e tenham atribuições comuns.

Em 2013, foram retomadas as reuniões técnicas e de capacitação dos promotores de justiça, sem prejuízo do contato direto. Assim, foram realizadas as seguintes reuniões temáticas, que nominamos como Oficinas de Trabalho:

- Oficina sobre Resíduos sólidos e valoração de danos ambientais

As duas oficinas foram realizadas na Escola Superior do Ministério Público nos dias 25 e 26 de março de 2013, em regime de 8h (oito) horas cada oficina.

No dia 25/03/2013, foi realizada a Oficina de trabalho sobre Resíduos Sólidos e Saneamento, demandas permanentes dos promotores de justiça e que constam do Planejamento Estratégico em execução. A oficina foi ministrada pelo procurador de justiça Saint-Clair Honorato dos Santos, do Ministério Público do Estado do Paraná e pelo promotor de justiça da Paraíba, José Farias de Souza Filho.

Oficina de trabalho sobre Resíduos Sólidos e Saneamento

Foram abordados aspectos da Lei nº12.305/2010 e apresentadas experiências exitosas em municípios do Paraná e da Paraíba, que adotaram a coleta seletiva e a gestão por cooperativas de catadores.

Participaram 21 (vinte e um) promotores de justiça dessa oficina e os promotores de Açailândia e de Pedreiras demonstraram interesse em implementar modelos sustentáveis de resíduos sólidos em suas comarcas.

- Oficina de Valoração de Serviços e Danos Ambientais

No dia 26 de abril de 2013, foi realizada a Oficina de Valoração de Serviços e Danos Ambientais ministrada por peritos do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente do Ministério Público de Minas Gerais, Luciano Alvarenga e Nivaldo Caetano a qual teve a presença de 21 (vinte e um) promotores de justiça. A realização dessa oficina se deu em continuidade a palestra sobre esse tema realizada no Congresso Estadual de 2012 e que encerra assunto de importância vital para atuação do Ministério Público no campo da responsabilidade civil.

- Proteção das florestas

Sobre esse tema, foram realizadas duas oficinas de trabalho, respectivamente nos dias 27 e 28 de maio de 2013 e no dia 08 de novembro de 2013.

Nos dias 27 e 28 de maio de 2013, na sede da Associação do Ministério Público, foram realizadas oficinas sobre o novo Código Florestal, as quais foram ministradas pelos promotores de justiça Carlos Alberto Valera e Adriano Andrade de Souza, respectivamente dos Ministérios Públicos de Minas Gerais e de São Paulo.

As oficinas discutiram as inconstitucionalidades do novo Código Florestal e a aplicação do princípio da proibição de retrocesso, e delas participaram 16 (dezesseis) promotores de justiça com 12 (doze) horas de oficina.

No dia 08 de novembro de 2013, foi a oportunidade de discussão e apresentação aos promotores de justiça sobre o Cadastro Ambiental Rural e o Sistema de Documento de Origem Florestal (DOF). O primeiro deve ser instalado em 2014 e substituirá a averbação da reserva florestal legal e o segundo vem sendo objeto de constantes dúvidas pelos promotores de justiça quanto à persecução dos crimes de tráfico ilegal de madeira e outros produtos florestais, com a participação de 22 (vinte e dois) promotores de justiça.

- Planos de Resíduos Sólidos

Seguindo a meta de "garantir o saneamento ambiental em todos os municípios *do Estado*" prevista no Planejamento Estratégico de 2012/2016, foram realizadas mais duas reuniões de trabalho com os promotores de justiça visando o cumprimento da Lei nº12.305/2010. As reuniões ocorreram na sede do Colégio de Procuradores de Justiça nos dias 30 de agosto de 2013 e 27 de setembro de 2013.

Na primeira dessas reuniões participaram 23 (vinte e três) promotores de justiça e na segunda 25 (vinte e cinco) com os quais foram debatidas estratégias de atuação conjunta do Ministério Público sobre o tema.

Na primeira reunião, em 30/08/2013, foi apresentado um diagnóstico feito pelos técnicos do CAO-UMA e que avaliou 34 (trinta e quatro) Planos Municipais de Resíduos Sólidos.

Demonstrando a má qualidade dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos elaborados pelos prefeitos cujos mandatos se encerraram em 31/12/2012, decidiu-se pela elaboração de um pacote de modelos que incluiu ações civis por improbidade contra ex-prefeitos, fluxogramas para investigação e modelos de TACs a serem propostos aos novos prefeitos.

Até o final de 2013, foram contabilizadas a assinatura de 15 (quinze) TACs celebrados por promotores de justiça com os atuais prefeitos para a elaboração de novos Planos Municipais de Resíduos Sólidos.

Para 2014, o CAO-UMA pretende atuar sobre o tema com os promotores de justiça em pólos regionais enfatizando a implementação da Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos nos municípios com mais de 20.000 habitantes.

- Sistemas Municipais de Cultura e de Meio Ambiente

Sequenciando recomendações enviadas em anos anteriores, em 28 de junho de 2013 foi realizada reunião com os promotores tratando dos sistemas municipais de cultura e de meio ambiente.

c) Remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade

A norma prevê que o centro de apoio forneça material técnico-jurídico que subsidie a atuação dos órgãos de execução. Essa atividade vem sendo desempenhada através dos seguintes instrumentos: Notas Técnicas; Bancos de Pesquisa; Remessa espontânea de informações e atendimento a consultas.

Além do atendimento no dia-a-dia, o CAO-UMA respondeu a solicitações de pesquisa e modelos sobre matéria ambiental, foram remetidas informações técnicas de doutrina, legislação e jurisprudência por e-mail, incluindo 04 (quatro) livros, inseridos na página do CAO-UMA.

Foram elaborados 10 (dez) pareceres técnicos e 01 (um) laudo pericial atendendo consultas e solicitações de vistorias e perícias. Desses, 08 (oito) pareceres técnicos atenderam promotores de justiça em comarcas do interior do Estado do Maranhão.

A página do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente foi atualizada com a inclusão de novos julgados e legislação além da atualização do calendário de pesca e a inserção de 04 livros eletrônicos.

d) Estabelecer intercâmbio permanente com órgãos ou entidades públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções.

Renovamos o convenio firmado com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para a adesão do Ministério Público do Maranhão no projeto da Rede Ambiental Participativa, que se encontra na fase de implantação do comitê gestor.

O Centro de Apoio participou de três reuniões do Conselho Nacional dos Centros de Apoio de Meio Ambiente e Urbanismo tendo destacada atuação nas medidas relacionadas ao Código Florestal, inclusive se reunindo com o Min. Luiz Fux, no dia 07/05/2013, relator das ADINs sobre o Código Florestal que se encontram no Supremo Tribunal Federal.

Além disso, estivemos reunidos em 04/11/2013, na 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF com os técnicos do Ministério do Meio Ambiente responsáveis pela implantação do Cadastro Ambiental Rural.

e) Atividades previstas no Termo de Referência de Política Institucional e no Plano Estratégico.

As primeiras medidas relacionadas ao Planejamento Estratégico 2012-2016 se concentraram na remessa dos ofícios circulares relacionados aos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, cujos primeiros dados vem sendo compilados conforme as respostas prestadas pelos órgãos de execução.

O Ministério Público está engajado no projeto de mapeamento e análise dos Planos Municipais de Saneamento Básico capitaneado pela ABRAMPA e pelo Instituto Trata Brasil.

Além das atividades já relatadas sobre a implementação da Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos, os promotores de justiça estiveram presentes às conferências regionais de meio ambiente, notadamente em São Luís, Caxias e Imperatriz, as quais trataram de resíduos sólidos.

Ainda sobre o Planejamento Estratégico o CAO-UMA participou da oficina regional de planejamento estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público realizada em São Luís nos dias 25 e 26/04/2013, onde foi apresentado o projeto “Planos Diretores” o qual se encontra cadastrado no Banco Nacional de projetos do CNMP.

6.2.8 Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp/Consumidor)

Atividades desenvolvidas em 2013:

- Capacitação realizada em 28 de fevereiro de 2013 sobre “Mercados de GLP, Combustíveis Líquidos e Cartel” dirigido aos promotores de justiça das Comarcas do interior do Estado, em parceira com a Agência Nacional de Petróleo (ANP), Biocombustíveis e Gás Natural, Polícia Civil/MA, Corpo de Bombeiros, INMEQ-MA e PROCON/MA;

Atividade de fiscalização de posto de combustível pelo CAOp/Consumidor

- Capacitação realizada em 08 de julho de 2013 sobre “Fiscalização do transporte, fabricação e comercialização de produtos de origem animal e seus derivados”, realizado em parceria com a Agência Estadual de Defesa Agropecuária – AGED/MA, tendo como público-alvo os promotores de justiça das Comarcas do interior do Estado;
- Articulação junto a Secretaria Nacional do Consumidor da execução do projeto de municipalização dos PROCON´s;
- Fornecimento de modelos de peças jurídicas, TAC´s, informações, estudos, jurisprudência e outros materiais de apoio aos promotores de justiça das Comarcas do interior, para auxílio da consecução das atividades de execução;
- Assessoramento da procuradora-geral de justiça na formalização do Termo de Cooperação Técnica celebrado em 22 de março de 2013, entre o Ministério Público do Estado do Maranhão, a Secretaria de Estado de Segurança Pública e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão;
- Organização, em conjunto com o Ministério Público Federal, do Encontro Regional – Região Nordeste, promovido pela 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, ocorrido nos dias 13 e 14 de novembro de 2013.

7 GESTÃO DO CONHECIMENTO

A gestão do conhecimento representa a prática de agregar valor à informação e de distribuí-la, envolvendo um conjunto de processos que visa colaborar para a criação, captura e compartilhamento do conhecimento entre as pessoas que compõem o Ministério Público do Maranhão, oferecendo ferramentas que auxiliem na disseminação destes conhecimentos dentro da instituição.

7.1 Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP)

A Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, criada através da Lei Complementar nº 013 de 25 de outubro de 1991, entidade sem fins lucrativos, é um dos órgãos auxiliares do *Parquet* maranhense, destinado a realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, fórum de estudos, conferências, palestras, dentre outras atividades, visando o aprimoramento profissional e cultural dos membros da instituição bem como, a preparação de candidatos ao concurso público para ingresso na carreira.

Tem na sua estrutura um Conselho Pedagógico, um Colegiado do Programa de Pós-Graduação, uma Coordenação do Programa de Pós-Graduação, uma Coordenação do Núcleo de Pesquisa da Pós-Graduação, além de coordenações dos Cursos de Pós-Graduação e secretaria de Registro e Controle Acadêmico. No ano de 2013, teve como diretora a procuradora de justiça Themis Maria Pacheco de Carvalho, assessorada pelo promotor de justiça Cláudio Alberto Gabriel Guimarães.

Um total de 1.332 (mil, trezentos e trinta e duas) pessoas participou das atividades promovidas pela ESMP ou em parceria com demais óutros órgãos da Administração Superior do Ministério Público e parceiros.

ESMP promove discussão sobre saúde pública

a) Cursos realizados pela ESMP em 2013

Quadro 3 - Cursos realizados pela ESMP em 2013

CURSOS/CARGA HORÁRIA	REGENTES	DATA	PÚBLICO / ALVO	LOCAL
1 - XV Módulo do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais "Tópicos em Hermanêutica Constitucional Penal e do Processo Penal" **Carga horária: 45h**	Professor Msc. Américo Bedê Freire Júnior	21 a 25.01.2013	Membros e servidores do MP/ MA e outros **25 participantes**	ESMP-MA
2 - Curso de extensão em "Tópicos em Hermanêutica Constitucional Penal e do Processo Penal"	Professor Msc. Américo Bedê Freire Júnior	21 a 25.01.2013	Membros e servidores do MP/ MA e outros **13 participantes**	ESMP-MA
3 - XIX Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do MP-MA **Carga horária: 45h**	Professor Msc. Américo Bedê Freire Júnior	21 a 25.01.2013	Membros do MP-MA em vitaliciamento **06 participantes**	ESMP-MA
4 - Reunião de Trabalho na área da Saúde **Carga horária: 05h**	Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional de Defesa da Saúde	04.02.2013	Membros do MP-MA das 19 Regionais da Saúde **15 participantes**	ESMP-MA
5 - XVI Módulo do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais "Direito Processual Penal, Constitucional e Direitos Fundamentais" **Carga horária: 15h**	Professor Dr. Paulo de Tarso Brandão	21 a 23.02.2013	Membros do MP-MA das 19 Regionais da Saúde **24 participantes**	ESMP-MA
6 - XX Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do MP-MA **Carga horária: 15h**	Professor Dr. Paulo de Tarso Brandão	21 a 23.02.2013	- Membros do MP-MA em vitaliciamento **02 participantes**	ESMP-MA
7 - Reunião de Trabalho na área do Consumidor, servindo como XXI etapa de vitaliciamento **Carga horária: 08h**	Paulo Fraga, Eduardo Zana, Lúcio Vasconcelos e promotora de Justiça Lítia Cavalcanti	28.02.2013	Membros do MP-MA com atuação na área do consumidor, em vitaliciamentos e bombeiros, Inmep e Procon **50 participantes**	ESMP-MA
8 - Curso sobre "Recursos Cíveis" **Carga horária: 30h**	Dr. Cassio Scarpinella Bueno e Msc. Alexandre Reis Siqueira	11 a 15.03.2013	Membros e servidores do MP-MA, Defensores Públicos e magistrado **65 participantes**	ESMP-MA
9 - XVII Módulo do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais "Tópicos em Filosofia e Política" **Carga horária: 15h**	Professor Dr. Francisco José Araújo	04 e 05.04.2013	Membros e servidores do MP-MA e outros **25 participantes**	ESMP-MA
10 - XVIII Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais "Crimes Ambientais" **Carga horária: 15h**	Professor Msc. Cleopas Isaías Santos	25 e 26.04.2013	Membros e servidores do MP-MA e outros **23 participantes**	ESMP-MA

CURSOS/CARGA HORÁRIA	REGENTES	DATA	PÚBLICO / ALVO	LOCAL
11 - XXII Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do MP-MA **Carga horária: 15h**	Professor Msc. Cleopas Isaías Santos	25 e 26.04.2013	Membros do MP-MA em vitaliciamento **02 participantes**	ESMP-MA
12 - Curso de extensão em "Crimes Ambientais" **Carga horária: 15h**	Professor e Msc. Cleopas Isaías Santos	25 e 26.04.2013	- Servidores do MP-MA **07 participantes**	ESMP-MA
13 - Curso sobre "A atuação do Ministério Público no âmbito criminal" **Carga horária: 15h**	Promotor de justiça Dr. Ednarg Fernandes Marques	06 a 08.05.2013	Servidores do MP-MA **14 participantes**	ESMP-MA
14 - XIX Módulo do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais "Tribunal do Júri" **Carga horária: 15h**	Professor Dr. Márcio Augusto Friggi de Carvalho	23 e 24.05.2013	Membros do MP-MA em vitaliciamento **25 participantes**	ESMP-MA
15 - Curso de extensão em "Tribunal do Júri" **Carga horária: 15h**	Professor Dr. Márcio Augusto Friggi de Carvalho	23 e 24.05.2013	Membros e servidores do MP-MA **16 participantes**	ESMP-MA
16- XX Módulo do Curso de Pós-Graduação "Lei Maria da Penha" **Carga horária: 15h**	Professora Mestra Karla Adriana Holanda Farias Vieira	27 e 28.06.2013	- Membros e servidores do MP-MA **25 participantes**	ESMP-MA
17 - Curso de extensão sobre a "Lei Maria da Penha" **Carga horária: 15h**	Professora Mestra Karla Adriana Holanda Farias Vieira	27 e 28.06.2013	Membros e servidores do MP-MA **13 participantes**	ESMP-MA
18 - 3ª Reunião Ordinária do Colégio de Diretores de Escolas dos MPs do Brasil	Dra. Themis Maria Pacheco de Carvalho; Dra. Regina Lúcia de A Rocha; Dr. Mário Luiz Sarrubbo; Dr. Cássius G. Chai; Dra. Selma Regina S. Martins	27 e 28.06.2013	Membros do MP-MA e Mps do Brasil **14 participantes**	Sala do Colégio de Procuradores da PGJ-MA
19 - Curso sobre "Noções Introdutórias de Direito Constitucional e Direito Administrativo" **Carga horária: 15h**	Professor Dr. Cássius Guimarães Chai	01 a 03.07.2013	Servidores do MP-MA **20 participantes**	ESMP-MA
20 - XXI Módulo do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais "Estatuto da Criança e do Adolescente" **Carga horária: 15h**	Professor Dr. Osmair Chamma Júnior	25 e 26.07.2013	Membros e servidores do MP-MA **25 participantes**	ESMP-MA
21 - Curso de extensão sobre "Estatuto da Criança e do Adolescente" **Carga horária: 15h**	Professor Dr. Osmair Chamma Júnior	25 e 26.07.2013	Membros e servidores do MP-MA **14 participantes**	ESMP-M
22 - XXIII Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do MP-MA **Carga horária: 15h**	Professor Dr. Osmair Chamma Júnior	25 e 26.07.2013	Membro do MP-MA **01 participante**	ESMP-MA

CURSOS/CARGA HORÁRIA	REGENTES	DATA	PÚBLICO / ALVO	LOCAL
23 - Eleição do Conselho Pedagógico da ESMP-MA	Professores Cleopas Isaías Santos, Francisco José de Araújo e Roberto Mauro Gurgel Rocha	01 a 07.08.2013	Corpo docente da ESMP-MA **03 participantes**	ESMP-MA
24 - I Módulo Especial do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais "Metodologia da Pesquisa e Didática do Ensino Superior" **Carga horária: 30h**	Professor Msc. Bruno da Silva Azevedo	08 a 10.08.2013	Membros e servidores do MP-MA **08 participantes**	ESMP-MA
25- Posse do Conselho Pedagógico da ESMP-MA	Dra. Themis Maria Pacheco de Carvalho; Dr. José Antonio Oliveira Bents; Dr. Francisco das Chagas Barros de Sousa; Dra. Martha Helena Costa Ribeiro	15.08.2013	Conselheiros da ESMP-MA	Sala do Conselho do MP-MA
26 - II Módulo Especial do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais "Tópicos em Sociologia Criminal" **Carga horária: 15h**	Professor Msc. Bruno da Silva Azevedo	29 e 30.08.2013	Membros e servidores do MP-MA **16 participantes**	ESMP-MA
27 - Curso de extensão sobre "Tópicos em Sociologia Criminal" **Carga horária: 15h**	Professor Msc. Bruno da Silva Azevedo	19 e 20.08.2013	Membros e servidores do MP-MA **04 participantes**	ESMP-MA
28 - III Módulo Especial do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais "Mecanismos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos" **Carga horária: 15h**	Professor Dr. Cássius Guimarães Chai	19 e 20.09.2013	Membros e servidores do MP-MA **14 participantes**	ESMP-MA
29 - Curso de extensão sobre "Mecanismos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos" **Carga horária: 15h**	Professor Dr. Cássius Guimarães Chai	19 e 20.09.2013	Membros e servidores do MP-MA **06 participantes**	ESMP-MA

Fonte: ESMP, 2013.

b) Parcerias da ESMP com outras Instituições para oferta de Cursos, Workshops e Palestras em 2013

Quadro 4 - Atividades de Formação realizadas em parceria pela ESMP em 2013

CURSOS / CARGA HORÁRIA	REGENTES	DATA	PÚBLICO / ALVO	PARCERIA E LOCAL DE REALIZAÇÃO
1 - I Workshop para preparação do Plano Estadual pela 1ª Infância **Carga horária: 05h**	Coordenadores da BEMFAM e Bem-Estar Familiar do Brasil	01.03.2013	Coordenadores da BEMFAM, UNICEF, PLAN Internacional, CAOP, gestores públicos, sociedade civil organizada, diretores de hospitais / maternidades e outras instituições **60 participantes**	CAOP/IJ; BEMFAM ESMP-MA

CURSOS / CARGA HORÁRIA	REGENTES	DATA	PÚBLICO / ALVO	PARCERIA E LOCAL DE REALIZAÇÃO
2 - Curso de Inteligência Institucional **Carga horária: 40h**	Professor Msc. Carlos Alberto de Souza	25.03 a 20.05.2013	Membros do MP-MA **05 participantes**	Escola Virtual do CDEMP
3 - Curso de Direito Previdenciário e Acidentário **Carga horária:07h**	Gioliano Antunes Damasceno	22.03.2013	Servidores do MP-MA **02 participantes**	Escola Superior da Defensoria Pública-MA
4 - Curso sobre "Inquérito Civil: Teoria e Prática à Distância"	Professor Dr. Marcelo Sciolli	13.05.2013 a 15.07.2013	Membros e servidores do MP-MA **60 participantes**	Escola Virtual do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional da Escola Superior do MPSP
5 - Curso sobre "Formação Básica em Licitação à Distância"	Professor João Batista Nardocci Neto	13.05.2013 a 22.05.2013	Membros e servidores do MP-MA **67 participantes**	Escola Virtual do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional da Escola Superior do MPSP
6 - Oficina de Mobilização para a 10ª Edição do Prêmio ITAU / UNICEF	Eliana Almeida	20.05.2013	**60 participantes**	UNICEF-MA
7 - I Curso Modular de Criminologia e Direito Penal	Dr. Jacson Zílio	07 e 08.06.2013	Membros e servidores do MP-MA **08 participantes**	Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão
8 - Curso de Capacitação em Língua Portuguesa à distância		05.06.2013	Membros e servidores do MP-MA **104 participantes**	UFMA / UNASUS
9 - Curso "Significando a infância em documentos acostados a autos processuais"	Professor Dr. Cassius Guimarães Chai; Professora Dra. Artenira da Silva Silva Sauaia; Dra. Sara Fernanda Gama	13 e 14.06.2013	Membros e servidores do MP-MA **15 participantes**	Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão
10 - Cursos sobre "Crime de formação de cartel, fraude à licitação e crimes contra a administração pública" **Carga horária: 16h**	Dr. Pedro Abi-Eçab; Dr. Ricardo Félix Herberstrith; Dr. Felipe Leitão V. Roquete; Dr. Alexandre Coelho	24 e 25.06.2013	Membros do MP-MA **46 participantes**	Programa Nacional da Escola GNCOC / GAECO-MP-MA/ ESMP-MA
11 - Campanha institucional **"Não Aceito Corrupção"**	Dra. Regina Lúcia de A Rocha; Dra. Themis Maria Pacheco de Carvalho; Dr. Cláudio Alberto G. Guimarães; Dr. José Augusto Cutrim Gomes; Dr. Mário Luiz Sarrubbo	28.06.2013	Membros e servidores do MP-MA e outros convidados **150 participantes**	PGJ-MA / AMPEM-MA Local de realização: Auditório da PGJ-MA

CURSOS / CARGA HORÁRIA	REGENTES	DATA	PÚBLICO / ALVO	PARCERIA E LOCAL DE REALIZAÇÃO
12 - I Corrida Nacional do MP **"Não Aceito Corrupção"**	Dra. Regina Lúcia de A Rocha; Dra. Themis Maria Pacheco de Carvalho; Dr. Cláudio Alberto G. Guimarães; Dr. José Augusto Cutrim Gomes; Dr. Mário Luiz Sarrubbo	29.06.2013	Membros , servidores do MP-MA e outros convidados **200 participantes**	PGJ-MA / AMPEM-MA Local: Avenida Litorânea
13 - II Curso Modular de Criminologia e Direito Penal	Dr. Fábio Bozza	28 e 29.06.2013	Membros e servidores do MP-MA **01 participante**	Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão
14 - Curso "Violência contra a Mulher" Carga horária: 50h	Professora Dra. Valéria Diez Scarance Fernandes	09.09.2013 a 18.11.2013	Membros do MP-MA **01 participante**	Escola Virtual do CDEMP
15 - Curso Prático de Execução Penal Carga horária: 50h	Professor Dr. Pedro de Jesus Juliotti	09.09.2013 a 18.11.2013	Membros do MP-MA 05 participantes	Escola Virtual do CDEMP
16 - Projeto Cinema e Direito	Dr. Luis Armando de Menezes; Lindevânia Martins; Dr. Rômulo Sauaia Marão	23.08.2013	Membros e servidores do MP-MA **02 participantes**	Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão
17 - III Curso Modular de Criminologia e Direito Penal	Dr. Juarez Cirino	30 e 31.08.2013	Servidores do MP-MA **02 participantes**	Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão
18 - I Módulo do Curso de Mediação Comunitária **"A Cultura da Paz"**	Profª. Maria da Glória Aquino	13 e 14,.09.2013	Representantes de comunidades **22 participantes**	PGJ/ Promotoria Itinerante Local: ESMPMA
19 - II Módulo do Curso de Mediação Comunitária **"A Teoria do Conflito"**	Prof. Thiago Allisson	20 e 21.09.2013	Representantes de comunidades **22 participantes**	PGJ/ Promotoria Itinerante Local: ESMPMA
20 - III Módulo do Curso de Mediação Comunitária **"Teoria da Comunicação e Ação Comunicativa na Resolução de Controvérsia"**	Profª. Núbia da Luz	04 e 05.10.2013	Representantes de comunidades **22 participantes**	PGJ/ Promotoria Itinerante Local: ESMP
21 - IV Módulo do Curso de Mediação Comunitária **"A Mediação de Conflitos"**	Prof. Thiago Allisson	22 e 23.10.2013	Representantes de comunidades **22 participantes**	PGJ/ Promotoria Itinerante Local: ESMP
22 - V Módulo do Curso de Mediação Comunitária **"O Mediador"**	Prof. Clara Tereza Barros	08 e 09.11.2013	Representantes de comunidades **22 participantes**	PGJ/ Promotoria Itinerante Local: ESMP

CURSOS / CARGA HORÁRIA	REGENTES	DATA	PÚBLICO / ALVO	PARCERIA E LOCAL DE REALIZAÇÃO
23 - VI Módulo do Curso de Mediação Comunitária "O Mediador"	Profª. Maria da Glória	22 e 23.11.2013	Representantes de comunidades **22 participantes**	PGJ/ Promotoria Itinerante Local: ESMP
24 - VII Módulo do Curso de Mediação Comunitária "O Mediador"	Profª Hilza Maria Paixão	29 e 30.11.2013	Representantes de comunidades **22 participantes**	PGJ/ Promotoria Itinerante Local: ESMP

Fonte: ESMP, 2013.

Curso sobre Mediação Comunitária promovido pela
Promotoria Comunitária Itinerante em parceria com a ESMP

c) Preparação e aperfeiçoamento destinados ao ingresso de novos promotores de justiça - 2013

Quadro 5 - Atividades de Formação dos novos promotores de justiça

FACILITADOR (A) PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	ASSUNTO	DIA	HORÁRIO TURNO	LOCAL	HORAS LECIONADAS
RAIMUNDO NONATO DE CARVALHO FILHO	Estrutura organizacional do MP, órgãos da Administração Superior, órgãos de Administração, órgãos Auxiliares (ESMP, CAOPs, Ouvidoria Geral, Memorial), rotinas administrativas da PGJ, órgãos de Execução (1º e 2ºgraus), sistema de informação e gestão do MP, gestão de Promotorias de Justiça, Planejamento Estratégico.	06/12/13 (sexta)	Matutino 10h	PGJ-MA	06h
JOSÉ HENRIQUE MARQUES MOREIRA	Improbidade Administrativa e Recursos	09/12/13	Matutino	PGJ-MA	05h

FACILITADOR (A) PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	ASSUNTO	DIA	HORÁRIO TURNO	LOCAL	HORAS LECIONADAS
SANDRA LÚCIA M. ALVES ELOUF	Fundações, Registros Públicos e Alvarás Judiciais	03/12/13 (terça)	Matutino 10h	PGJ-MA	03h
THEMIS MARIA DE P. CARVALHO		17/12/13			
LÍTIA TERESA COSTA CAVALCANTI	Termos de Ajustamento de Conduta e Direito do Consumidor	04/12/13 (quarta)	Vespertino 14h30	Promotoria do Consumidor (Praça Dom Pedro II)	04h
MARCO AURÉLIO CORDEIRO RODRIGUES	Técnicas de investigação, tecnologia da informação e inteligência, Segurança Institucional	04/12/13 (quarta)	Matutino 9h	PGJ-MA/ GAECO	04h
CLÁUDIO ALBERTO GABRIEL GUIMARÃES	Controle Externo da Atividade Policial e Juizado Especiais Criminais	05/12/13 (quinta)	Matutino 9h	PJC	04h
JOSÉ OSMAR ALVES	Feitos da Fazenda Pública e Proteção da Ordem Tributária	10/12/13 (terça)	Matutino 09h	PJC	04h
RAIMUNDO NONATO S. CAVALCANTE	Adolescente Infrator	16/12/13 (segunda)	Matutino	PJ do Gavião Madre Deus	04h
ELYJEANE ALVES DE CARVAHO	Direitos do Cidadão e Lei Antidrogas / Audiencia de Instrução e Julgamento / Entorpercentes	17/12/13 (terça)	Vespertino 09h	PJC	04h
MARIA DE JESUS RODRIGUES ARAUJO HEILMANN	Lei Antidrogras	18/12/13	Matutino	FÓRUM	O7h
MÁRCIO THADEU SILVA MARQUES	CAOP/IJ	19/12/13	Matutino	CAOP	02h
SELMA REGINA SOUZA MARTINS	Lei Maria da Penha	19/12/13 (quarta)	Matutino 09h	PJC	02h
MARCIO THADEU SILVA MARQUES	CAOP/IJ	10/01/13	Matutino		04h

Fonte: ESMP, 2013.

d) Realização de oficinas de trabalho durante as comemorações da Semana do Ministério Público Estadual

Quadro 6 - Atividades de Capacitação realizadas durante Semana do Ministério Público

FACILITADOR (A) PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	ASSUNTO	DIA	HORÁRIO TURNO	LOCAL	HORAS LECIONADAS
DR. GERSON LUIS DAIELLO MOREIRA	Oficina de Trabalho – Platoforma de Comunicação e Colaboração Institucional	11/12/13	Matutino	PJC	02h
DR. JOSÉ CARLOS JUNIOR E CAMEL FARAH	Oficina de Trabalho – coordenada pelo GAECO	11/12/13	Vespertino	PJC	02h
ROBERTO TARDELLI		13/12/13			01h

Fonte: ESMP, 2013

7.2 Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB)

A Coordenadoria de Documentação e Biblioteca – CDB desenvolve as suas competências de acordo com os artigos 76 a 80 do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, especialmente, zelando pela gestão da política documental do Ministério Público, garantindo a guarda, a recuperação, o acesso, a segurança e a preservação de sua memória institucional, além da supervisão das ações executadas pela Biblioteca e pelas Seções de Protocolo, de Arquivo, de Pesquisa Jurídica e de Editoração e Publicação.

Na área de Gestão de Documentos, a requerimento desta unidade administrativa e com o apoio da Administração Superior do MPMA, foi custeado o curso *"Controle e Gerenciamento Documental do Protocolo ao Arquivo"*, para contemplar a permanente necessidade de aprimoramento das atividades e processos de trabalho relacionados com o gerenciamento documental, desde o seu recebimento e autuação até seu arquivamento final, classificação e eventual eliminação.

Assim, no decorrer do ano de 2013, a CDB – em consonância com a renovação institucional dos processos de trabalho implementada pela gestão da procuradora-geral de justiça, Drª Regina Lúcia de Almeida Rocha – participou de ações ligadas à disseminação seletiva do conhecimento jurídico e normativo institucional, à publicidade oficial de matérias de interesse institucional, à autuação, documentação e preservação histórica junto a nossos clientes (Membros, Servidores e comunidade em geral), através dos seguintes produtos e serviços oferecidos:

a) Gestão e Fiscalização de Contratos

Através da iniciativa e acompanhamento dos processos administrativos, que visam promover a eficiência no cumprimento dos contratos e atas de registro de preços referentes às necessidades institucionais vinculadas a esta coordenadoria:

- Aquisição de Vade Mecum de Legislação aos Membros do MPMA (Editora Saraiva, 2013 – 2º semestre);
- Atualização do Acervo Bibliográfico da Biblioteca Arcelina Mochel (PGJ) e da Biblioteca da Escola Superior do Ministério Público (ESMP);
- Assinatura e renovação de periódicos jurídicos impressos (Editoras Revista dos Tribunais, Fórum, IOB-Síntese, Consulex e Dialética);
- Assinatura e renovação de sistemas de pesquisa virtuais:
  - Boletim de Licitações e Contratos *"BLC – NDJ"*: à Assessoria/PGJ, Comissão Permanente de Licitação, à Assessoria de Controle Interno e à Assessoria Jurídica da Administração;
  - Aplicativos de Cálculos de Correção Monetária e Liquidação de Sentença Trabalhista *"Debit Atualiza" e "Debit Trabalhista"*: Ao Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa – CAOp-ProAd e à Assessoria Técnica/PGJMA);
- Fiscalização da prestação de serviço de publicidade de avisos, editais, comunicados e notas oficiais nos jornais locais;
- Fiscalização da prestação de serviço de assinatura, entrega e fornecimento de jornais locais;
- Fiscalização da prestação de serviço de guarda e gerenciamento de documentos e arquivos – Sistema GED ARQUIVAR;
- Fiscalização da aquisição de materiais gráficos (Lotes referentes às publicações institucionais).

b) Supervisão Editoral de Obras Institucionais

Objetiva suprir as necessidades de organização, publicação e divulgação dos atos e programas institucionais:

- "Revista do MPMA - *Juris Itinera* nº. 20, 2013 (anual)";
- Normalização do *"Relatório de Atividades MPMA – 2012";*
- *"Agenda MPMA 2014";*
- *"Caderno de Anotações MPMA 2014";*
- *"Calendário MPMA 2014";*
- *"Coletânea das Principais Normas Internas: Período - agosto de 2011 a julho de 2013" – Volume 2, 2013.*

Ressalta-se que esta última obra inclui o Índice de Assuntos – instru-mento de orientação na indexação de informações dos volumes 1 e 2 desta série – perfaz ferramenta de fácil consulta pelos Membros e Servidores do *Parquet* maranhense, no exercício de suas atribuições.

c) Política de Atendimento ao Usuário

Abaixo, expõe-se o comparativo anual (2012-2013) desses produtos e serviços:

Tabela 17 – Utilização de Serviços e Produtos

ATENDIMENTO AO USUÁRIO	2012	2013
Serviço de Pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência (em meio impresso e eletrônico aos membros, servidores e comunidade em geral)	1.030	1.085
Serviço de Alerta-legislação (pesquisa, seleção e envio de normas federais e estaduais de relevância aos Membros do MPMA)	421	209
Serviço de Empréstimo de livros (jurídicos, técnicos e literários)	1.238	1.939
Consultas locais ao acervo bibliográfico	309	203
Sumários Correntes (Disponibilização on line)	61	80
Serviço de Publicação de matérias do MPMA no Diário da Justiça do Estado do Maranhão (recebimento, formatação e envio à Supervisão do Diário Oficial do Maranhão)	1.961	2.069
Serviço de Publicidade de avisos e editais nos jornais locais	211	258

Fonte: CDB/PGJ, 2013.

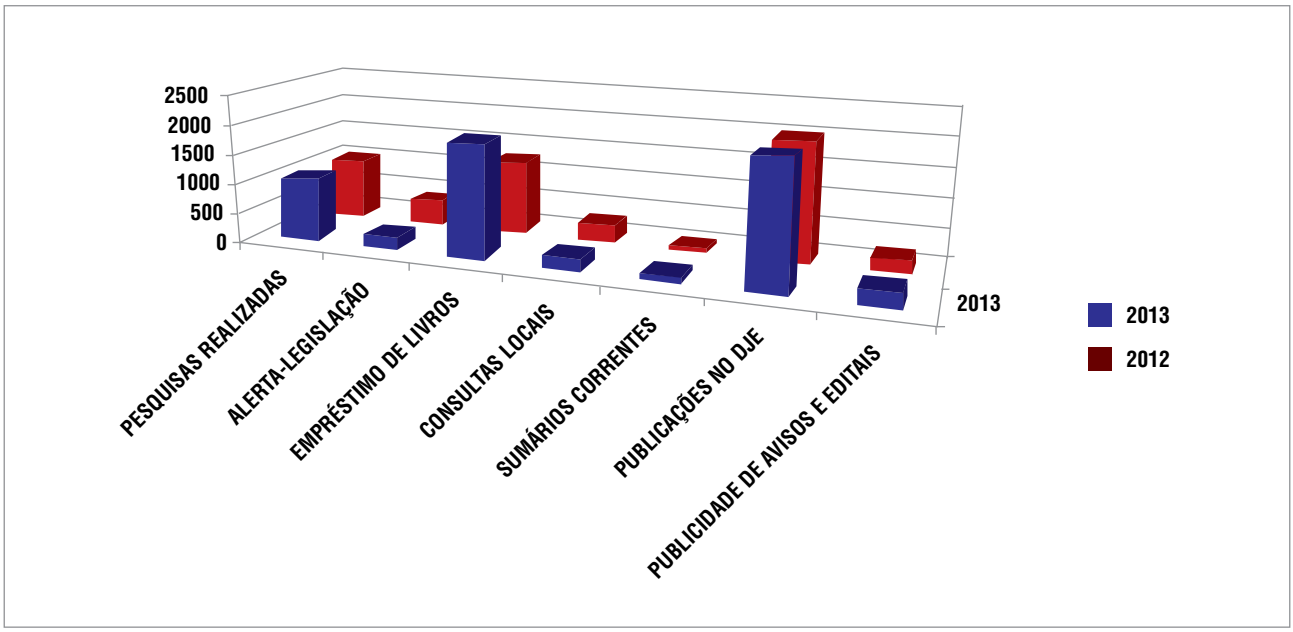


Gráfico 2 - Comparativo anual dos produtos e serviços 2012-2013

Fonte: CDB/PGJ, 2013.

d) Política de desenvolvimento e ampliação de coleções

Tabela 18 – Evolução das coleções bibliográficas

DESENVOLVIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS COLEÇÕES BIBLIOGRÁFICAS	2012	2013
Compra de Livros	622	327
Doação de Livros	209	51
Renovação de Assinaturas de Periódicos Jurídicos e Técnicos	16	16
Doação de Periódicos Jurídicos	24	20
Inclusão de Fascículos de Periódicos no Sistema de Automação de Bibliotecas (SIAB)	67	67

Fonte: CDB/PGJ, 2013.

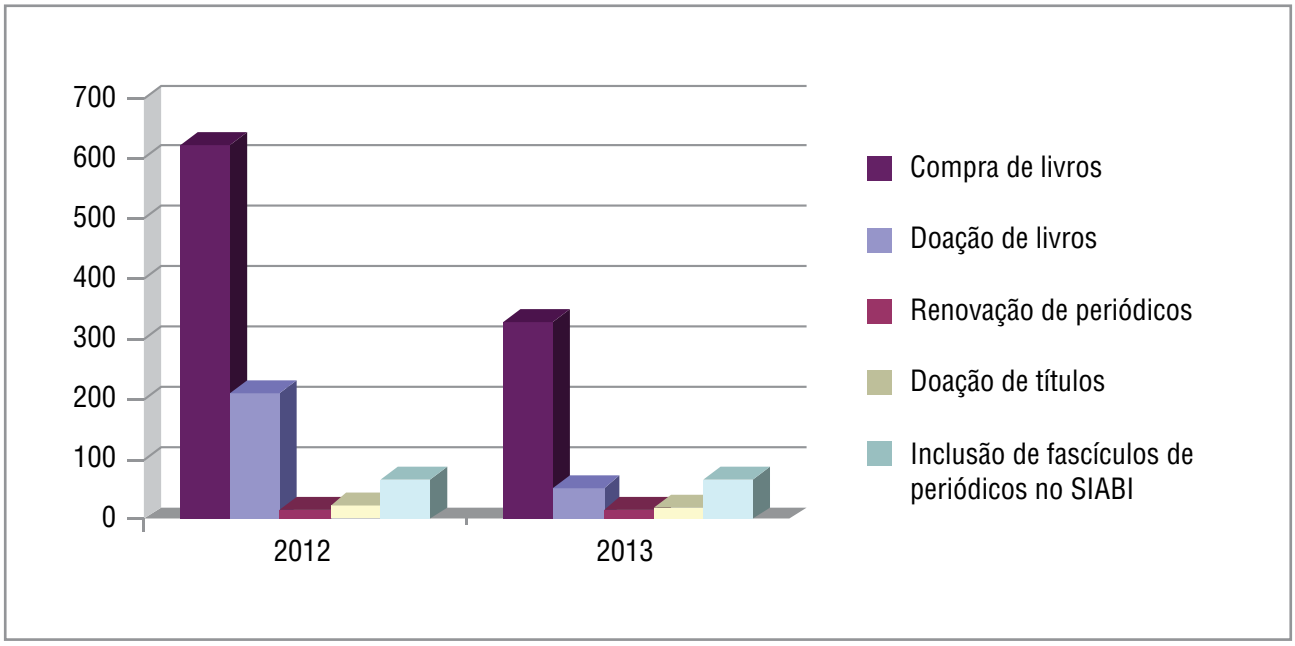


Gráfico 3 - Comparativo anual de produtos e serviços 2012-2013

Fonte: CDB/PGJ, 2013.

e) Link virtual da Biblioteca do MPMA (http://www.mp.ma.gov.br/index.php/apresentacao-biblioteca)

Em permanente atualização funcional das informações disponíveis, comprendendo, além dos informativos da Biblioteca, os seguintes serviços e produtos: a) Legislação interna; b) Sumários correntes de direito; c) Publicações institucionais; d) Diários oficiais; e) *Links* de acesso às bases de dados do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Ministério Público; f) Sugestões de leitura; g) Últimas aquisições.

f) Outras ações importantes

Tabela 19 – Ações e Iniciativas de relevo - CDB (comparativo anual)

AÇÕES DE DESTAQUE	2012	2013
Despachos em Processos Administrativos (AD) e do Conselho Superior do Ministério Público (CS)	*221*	*315*
Atualização dos Sistemas de Legislação Estadual	*620*	*87*
Atualização – Link virtual de Legislação Interna	*57*	*65*

Fonte: CDB/PGJ, 2013.

Tabela 20 – Atividades desenvolvidas pela Seção de Protocolo/PGJ (comparativo anual)

DISCRIMINAÇÃO	2013	2012
Recebimento/Autuação de Processos Administrativos (AD)	11.736	11.298
Recebimento/Autuação de Processos do Conselho Superior (CS)	2.317	2.956
Recebimento/Autuação de outros processos	265	319
Expedição de Correspondências	8.430	18.278
Expedição de Processos e Documentos por GED's	859	859

OBS.: Cabe ressaltar a sugestão da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca quanto à desconcentração dos serviços de postagem de documentos aos Correios da Seção de Protocolo para as próprias unidades administrativas emitentes, que foi implementada pela Diretoria Geral/PGJ.

Fonte: CDB/PGJ, 2013.

Tabela 21 – Atividades desenvolvidas pela Seção de Arquivo/PGJ (comparativo anual)

DISCRIMINAÇÃO	2012	2013
Recebimento de documentos das unidades administrativas, Òrgãos Superiores do MPMA (processos, pastas, caixas-arquivo, pareceres, clippings, portarias, atos, ofícios, caixas-arquivo, memorandos, dossiês e certidões).	10.903	8.341
Envio de documentos arquivados para consulta pelas unidades administrativas (processos, pastas, caixas-arquivo, pareceres, clippings, portarias, atos, ofícios, caixas-arquivo, memorandos, dossiês e certidões).	538	2.755
Remessa e solicitações de devolução de documentos para consulta (processos, pastas, caixas-arquivo, pareceres, clippings, portarias, atos, ofícios, caixas-arquivo, memorandos, dossiês e certidões) à Empresa AC Suporte e Serviços Ltda. (representante exclusivo da marca ARQUIVAR, que presta os serviços de guarda e gerenciamento de arquivos intermediários).	166	223

Fonte: CDB/PGJ, 2013.

8 APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE

Como todas as demais instituições, o Ministério Público tem de buscar formas mais adequadas e eficientes de atender o público, orientando-o como cidadão, procurando desenvolver-se dentro do espaço constitucional demarcado pelos princípios norteadores da Administração Pública. Nesse contexto, as modernas tecnologias de informação e comunicação são ferramentas valiosas que auxiliam os membros e servidores do Parquet a garantir aos cidadãos e cidadãs maranhenses um atendimento de excelência e, consequentemente, viabilizar a luta pela efetivação de seus direitos.

8.1 Ouvidoria Geral do Ministério Público

A Ouvidoria é um órgão auxiliar do Ministério Público. Foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 83, de 3 de junho de 2005, com o objetivo de contribuir para elevar continuamente os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades dos membros, órgãos e serviços auxiliares do Ministério Público do Estado do Maranhão. Sua criação decorreu de exigência da Emenda Constitucional nº 45/2004, também conhecida como Reforma do Judiciário.

No ano de 2013, a Ouvidoria Geral recebeu um total de 1.050 manifestações, sendo: 605 reclamações, 226 denúncias, 91 críticas, 2 sugestões, 110 solicitações de providência e/ou informação e 16 elogios.

a) Manifestações atendidas pela Ouvidoria Geral

Tabela 22 - Descrição dos tipos de manifestações atendidas em 2013

DESCRIÇÃO	TOTAL
Crimes / Execução penal	101
Educação	92
Saúde	81
Idoso	10
Pessoas com Deficiência	5
Eleitoral	0
Improbidade Administrativa	110
Concurso Público	10
Irregularidades Trabalhistas	10
Controle Externo da Atividade Policial	3
Demanda Alheia à Competência da Ouvidoria	48
Consultas e Dúvidas Jurídicas	361
Residência na Comarca / Lotação de Membros	0
Administração e Funcionamento do Ministério Público	10
Infração disciplinar de Membro e Servidor / Inércia ou morosidade na atuação funcional	25
Infância e Juventude	20
Lei de Acesso à Informação / Remuneração de Membros e Servidores	0
Consumidor	5
Serviços Públicos	46
Meio Ambiente	29
Outros	84

Fonte: Ouvidoria Geral do MPMA, 2013

b) Meio de Recebimento das Manifestações

Tabela 23 - Meio de Recebimento das Manifestações

MEIO DE RECEBIMENTO	TOTAL
Cadastro de Manifestação	97
Denúncias por E-mail (ouvidoria@mpma.mp.br)	557
Disque Denúncia (Disque 100 e 180)	292
Ocorrência Pessoalmente	104

Fonte: Ouvidoria Geral do MPMA, 2013

c) Quanto à Identificação

Tabela 24 - Identificação das Manifestações

QUANTO À IDENTIFICAÇÃO	TOTAL
Manifestações Identificadas	178
Manifestações Sigilosas	872

Fonte: Ouvidoria Geral do MPMA, 2013

d) Denúncias Resolvidas

Das 1.050 manifestações recebidas no período de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2013, foram resolvidas 852, correspondendo assim 81,14%.

e) Meio de Resposta

Tabela 25 - Meio de utilizado para responder às manifestações

MEIO DE RESPOSTA	TOTAL
Por Telefone	214
Por E-mail	638

Fonte: Ouvidoria Geral do MPMA, 2013

f) Destino das Manifestações

- Órgãos da Administração Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão;
- Conselho Nacional do Ministério Público;
- Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público;
- Centros de Apoio Operacional;
- Grupo de Atuação Especial no Combate a Organizações Criminosas do Ministério Público do Estado do Maranhão – GAECO;
- Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão – AMPEM;
- Promotorias de Justiça da capital e do interior do Estado do Maranhão,
- Ouvidorias de outros órgãos público do Estado e do Município;
- Secretarias Estaduais e Municipais;
- Superintendências de órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais;
- Delegacias de Polícia;
- Outros (Hospital Socorrão I, Hospital Socorrão II, Comando Geral da Policia Militar, Reitoria da UFMA, Reitoria da UEMA, Reitoria do IFMA, Reitoria da FAMA, Gerencia do Procon-MA, Corregedoria da PMMA, Corregedoria Geral de Justiça, Diretoria do DETRAN-MA, Presidente da OAB-MA, Comando Geral do Corpo de Bombeiros).

g) Participação em Eventos

- Visita à nova sede da Procuradoria Geral de Justiça e das Promotorias de Justiça da capital, bem como o Memorial do Ministério Público do Estado do Maranhão;

- Participação de toda equipe de funcionários da Ouvidoria Geral em audiência pública realizada em parceria com a Promotoria Itinerante no bairro da Vila Cruzado, em São Luís/MA;
- Abertura do Curso de Proteção às Autoridades Públicas, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;
- Encontro com Ouvidores-Gerais da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, Tribunal de Justiça, Secretaria de Segurança do Estado, Secretaria de Direitos Humanos, Coordenação dos Idosos e da Secretaria de Estado da Mulher;
- Inauguração do Centro de Apoio Integrado à Pessoa com Deficiência (CIAPD) na Sede da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, contando com a participação de várias entidades representativas dos deficientes do Estado;
- Posse solene da nova ouvidora-geral da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Maranhão;
- Campanha "Brasil contra a impunidade", realizada no auditório na Sede da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, manifestando apoio e opinião contrária a PEC 37;
- XVI Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público, na cidade de Fortaleza-CE;
- Comissão Eleitoral para escolha do novo Corregedor-Geral do Ministério Público do Maranhão;
- Abertura oficial da Campanha de Combate a PEC 37 na sede da OAB- MA;
- Reunião de ouvidores públicos do Estado do Maranhão, na Secretaria Estadual da Mulher.
- Reunião do Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação do MP ocorrido em Brasília- DF;
- Comemoração de 03 anos da Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão;
- Abertura da Semana de Combate à Violência contra o Idoso, na Defensoria Pública do Estado do Maranhão;
- Seminário Nacional de Acesso a Justiça da População em Situação de Rua, realizado pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão e Ministério da Justiça no auditório central da Universidade Federal do Maranhão;
- Audiência Pública na Associação de Moradores do Bairro Santa Efigênia, em parceria com a Promotoria de Justiça Itinerante;
- No dia 25 de junho de 2013, o trabalho da Ouvidoria- Geral do Ministério Público do Maranhão foi selecionado pelo Prêmio Innovare 2013 para representar a categoria Ministério Público;
- Apresentação e instalação do novo Sistema Tecnológico da Ouvidoria;
- Participação no lançamento da Campanha "Não Aceito Corrupção" e na I Corrida e I Passeio Ciclístico da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (AMPEM) e Escola Superior do Ministério Público (ESMP) ocorrida em julho de 2013;
- Participação no programa Estação MP no dia 06 de julho de 2013, CCOM/PGJ sobre a importância do poder público melhorar e ampliar o diálogo com a sociedade;
- 19ª Reunião do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público (CNOMP), do dia 21 ao dia 23 de agosto do corrente ano, na Cidade de Boa Vista – RR;
- Abertura do Programa Interinstitucional "Educação de Qualidade: Direito de todos os Maranhenses" realizado pela Promotoria de Justiça de Educação- Capital.

8.2 Coordenadoria de Comunicação (CCOM)

A Coordenadoria de Comunicação (CCOM) pauta sua atuação dividida em três seções: Seção de Imprensa, Seção de Comunicação Interna e Produção Gráfica.

a) Seção de Imprensa

- *Dados do clipping*

O trabalho de clipping (clipagem) visa a acompanhar a imagem de uma pessoa ou instituição nos meios de comunicação. No caso do Ministério Público do Maranhão, esse trabalho é realizado pelos profissionais da Coordenadoria de Comunicação, apenas nos jornais impressos. Com o objetivo de subsidiar o trabalho de promotores e procuradores de justiça, o clipping da instituição é amplo e engloba todas as notícias sobre fatos que possam ensejar alguma ação do Ministério Público.

Além do trabalho diário, distribuído a setores estratégicos da instituição, a Coordenadoria de Comunicação faz clippings especiais, mediante demanda de promotores ou procuradores de justiça, sobre temas e/ou períodos específicos. Esse trabalho objetiva, muitas vezes, contribuir com as ações dos membros do MPMA e embasar a atuação destes com informações estratégicas.

Por iniciativa desta Coordenadoria, encontra-se em tramitação o processo de licitação para contratação de empresa terceirizada para a realização do serviço de clipping. A contratação do serviço trará como benefícios principais a liberação de servidores para a realização de outras atividades e a expansão do material analisado, englobando jornais, rádios, programas de TV, *blogs* e sites na internet, inclusive do interior do estado.

Outro benefício da contratação é garantir aos integrantes do Ministério Público do Maranhão acesso imediato aos fatos relativos à instituição publicados nos veículos de comunicação, oferecendo possibilidade de resposta, quando for conveniente.

Atualmente, os profissionais na CCOM acompanham as notícias divulgadas em sites e *blogs*, levando ao conhecimento da Secretaria para Assuntos Institucionais (Secinst) os casos que tragam ou possam trazer problemas à imagem do Ministério Público do Maranhão.

Tabela 26 - Aparições do MPMA em mídia impressa – 2013

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Positivas	63	106	56	116	127	77	100	112	76	134	98	85	1.150
Negativas	5	14	10	8	24	11	4	2	2	7	14	5	106
Geradas	38	87	39	64	69	37	60	84	41	91	51	45	706
Espontâneas	30	33	27	60	82	51	44	30	37	50	61	45	550
Total	**68**	**120**	**66**	**124**	**151**	**88**	**104**	**114**	**78**	**141**	**112**	**90**	**1.256**

Fonte: CCOM/PGJ, 2013

- *Atendimento à imprensa*

Ao entrar em contato com a Coordenadoria de Comunicação do MPMA, o jornalista tem sua solicitação catalogada, incluindo os contatos e a emissora ou veículo de comunicação. Em seguida, a equipe faz contato com o promotor ou procurador de justiça, a fim de agendar a entrevista, quando solicitada, ou dirimir as dúvidas da imprensa.

Após o contato com o promotor/procurador, retorna-se ao jornalista para confirmar a entrevista e o local. Normalmente, quando há discordância de horário, é feito novo contato para acertar a entrevista. Também é comum o contato da imprensa solicitando a indicação de um entrevistado sobre determinado tema. A indicação é feita de acordo com as atribuições estabelecidas pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Maranhão.

A política da Coordenadoria de Comunicação não permite repassar os contatos dos membros aos jornalistas, sem prévia autorização. O objetivo é resguardar a privacidade de promotores/procuradores e garantir o atendimento com o máximo de rapidez.

Além dos pedidos de entrevista, a Coordenadoria de Comunicação é acionada, frequentemente, pela imprensa, para a elucidação de dúvidas relacionadas a aspectos jurídicos ou legais constantes nas matérias.

Da mesma forma, a Coordenadoria de Comunicação é consultada quando o departamento de produção (na maioria das vezes, pelas televisões) pretende realizar matéria mais aprofundada ou repercutir temas da agenda diária da capital maranhense. Isso reforça a credibilidade da instituição e mantém um canal permanente com os veículos de comunicação.

Como resultado prático, quando é necessário divulgar uma ação ou notícia de caráter institucional, o diálogo com produtores, repórteres e editores permite emplacar essas informações na mídia de forma bastante satisfatória.

O maior número de atendimentos é proveniente das televisões, jornais impressos, rádios e *blogs*.

Tabela 27 - Atendimentos realizados em 2013

MÊS	ATENDIMENTOS	DIAS ÚTEIS	MÉDIA DIÁRIA
JAN	50	22	2,72
FEV	45	19	2,36
MAR	55	20	2,75
ABR	63	22	2,86
MAIO	49	21	2,33
JUN	52	20	2,61
JUL	82	23	3,56
AGO	70	22	3,18
SET	77	21	3,66
OUT	98	23	4,26
NOV	90	20	4,5
DEZ	55	19	2,89
TOTAL	**786**	**252**	**3,11**

Fonte: CCOM/PGJ, 2013

Quadro 7 - Veículos atendidos em 2013

EMISSORAS DE TV		EMISSORAS DE RÁDIO	
LOCAIS	TV Assembleia	**LOCAIS**	Mirante AM
	TV Cidade		Rádio Universidade FM
	TV Mirante		Rádio Capital
	TV Difusora		Rádio Timbira
	TV Guará		Rádio Educadora
	TV Brasil		Difusora AM e FM
NACIONAIS	Rede Globo	**NACIONAIS**	Rádio Justiça
	Rede Record		
JORNAIS		**REVISTAS**	
LOCAIS	O Estado do Maranhão	**NACIONAIS**	Veja
	O Imparcial		
	Debate		
	Jornal Pequeno		
	Atos & Fatos	**PORTAIS**	
	Extra	**LOCAIS**	Imirante.com
	Aqui Maranhão		G1 Maranhão
NACIONAIS	O Estado de São Paulo		O Imparcial On Line
	Folha de São Paulo	**NACIONAIS**	Globo.com
	O Globo		Folha On Line
	JC Concursos		UOL
	Folha Dirigida		R7

Fonte: CCOM/PGJ, 2013

- *Programa Estação Ministério Público*

Para divulgar ações institucionais à sociedade, a Coordenadoria de Comunicação do Ministério Público do Maranhão produz um programa radiofônico. O Programa Estação Ministério Público vai ao ar todos os sábados na Rádio São Luís AM 1340 KHz, no horário das 9h às 10h da manhã. O espaço para veiculação do programa foi gentilmente cedido pelo grupo Zildene Falcão, proprietário da Rádio São Luís AM, sem qualquer ônus ao Ministério Público do Maranhão.

A estrutura do programa está fundada em entrevistas de um ou dois convidados, normalmente membros do Ministério Público. Esporadicamente, são convidados integrantes de outros poderes/instituições, desde

que inseridos num contexto de ação do MP. As notícias da semana do Ministério Público, campanhas institucionais e notas de utilidade pública, tais como a divulgação de telefones importantes, também são divulgadas no programa.

O programa Estação Ministério Público vem demonstrando gradativa consolidação junto à comunidade (este item pode ser comprovado pelo número de participações de ouvintes por telefone e pelo interesse da imprensa escrita) e aos membros do *Parquet* maranhense. A Ouvidoria do MP também relata crescimento do número de demandas registradas por meio do seu telefone gratuito, devido à sua divulgação em todos os programas.

Produzido pela Coordenadoria de Comunicação do Ministério Público, o programa preocupa-se com o cunho educativo e, além disso, com a diversidade, traduzida, sobretudo, pelo modo como contempla os entrevistados do MP maranhense por entrância.

O áudio de todas as edições do programa é postado no site institucional, juntamente com fotos dos entrevistados e pequeno texto de apresentação.

A tabela a seguir detalha o período de 12 de janeiro a 14 de dezembro, data em que o programa entrou de recesso. Em 2013, foram ao ar 46 edições. Apenas nas datas referentes a feriados, o programa deixou de acontecer, como no Carnaval, Corpus Christi, Semana Santa, Independência, Finados e Nossa Senhora Aparecida.

Tabela 28 - Entrevistados do Programa Estação Ministério Público

ENTREVISTADOS	ENTRÂNCIA INICIAL	ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA	ENTRÂNCIA FINAL	TOTAL
PROMOTORES	11	20	17	48
PROCURADORES				4

Fonte: CCOM/PGJ, 2013

- *Registros fotográficos*

As coberturas fotográficas são parte importante do trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Comunicação. São registrados eventos, reuniões de trabalho e inspeções, com o objetivo de garantir a divulgação das ações do Ministério Público do Maranhão.

Cabe ressaltar que os registros fotográficos foram realizados apenas em eventos de interesse institucional e que resultassem em matéria jornalística.

Tabela 29 - Registros fotográficos realizados em 2013

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Eventos	33	46	37	74	62	42	46	31	25	45	64	64	**569**
Fotos	846	1739	2240	1986	1364	802	1108	1196	541	1771	1927	1720	**17240**

Fonte: CCOM/PGJ, 2013

- *Site institucional*

O endereço eletrônico do Ministério Público do Maranhão é uma das principais ferramentas de divulgação das informações relativas à instituição. Passou por reformulação em 27 de junho de 2013, havendo mudança total de *layout*, substituindo o que existia desde 2012.

O objetivo foi dar um aspecto mais institucional ao endereço eletrônico, priorizando informações de maior relevância à sociedade e dando destaque às campanhas do Ministério Público.

O desenvolvimento do site, no entanto, é constante, estando continuamente sendo aprimorado e recebendo novos conteúdos.

Outra mudança ocorrida nesta área foi a entrada em vigor, em 28 de fevereiro de 2013, da Resolução CNMP nº 91, que dispõe sobre a utilização do domínio ".mp.br" pelo Ministério Público. Os domínios visam à identificação do respectivo órgão do MP e deverão dar acesso a todas as unidades pertencentes à sua estrutura, observando o disposto na resolução.

Abaixo, alguns dados estatísticos a respeito do site do Ministério Público do Maranhão em 2013[1]:

Tabela 30 - Dados estatísticos do Site

NOTÍCIAS	
Publicadas	975
Total de acessos	649.818
Média de acessos	666,48
Mais acessada	"Edital do concurso para promotor" (23/03 - 10.801 acessos)
AVISOS	
Publicadas	123
Total de acessos	78.308
Média de acessos	636,65
Mais acessada	"Uso da frente e verso das folhas impressas" (21/05 - 2.873 acessos)
PROGRAMA ESTAÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Publicadas	46
Total de acessos	25.974
Média de acessos	604,04
Mais acessada	"Mobilização contra a PEC 37" (17/06 - 2.483 acessos)
INFORMATIVO EM DIA	
Publicados	36

Fonte: CCOM/PGJ, 2013

b) Seção de Comunicação Interna e Produção Gráfica

Como parte das atribuições do setor, definidas em norma específica, estão:
- Clipagem diária das notícias veiculadas sobre o Ministério Público na mídia impressa;
- Suporte aos eventos internos, junto ao Cerimonial;
- Planejamento de eventos comemorativos, como Dia da Mulher, Dia das Mães, Semana do Servidor, Caminhada "Maria da Penha em Ação", Passeio ao Parque da Vale;
- Planejamento, execução e avaliação das duas edições do "Ministério Público em Ação";
- Planejamento, diagramação e produção dos informativos internos "Em Dia";
- Planejamento, execução e avaliação das campanhas institucionais;
- Atualização permanente do Facebook institucional;
- Atualização permanente dos murais da instituição.

• *Informativo Em Dia*

O Informativo Em Dia é um dos principais meios de comunicação interna com o público institucional. Com edição semanal, o informativo reúne os principais acontecimentos do Ministério Público do Maranhão.

Até dezembro de 2013, foram produzidas 36 edições do Em Dia, todas disponibilizadas no endereço eletrônico do Ministério Público do Maranhão e encaminhadas via e-mail institucional a membros e servidores do órgão.

• *Eventos Internos*

O planejamento e execução dos eventos internos são resultado de parceria entre a Coordenadoria de Comunicação e outros setores, como a Secretaria para Assuntos Institucionais e o Cerimonial.

[1] Com informações da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação; números em 15/07/2013.

Quadro 8 - Eventos realizados pela CCOM em 2013

MÊS	EVENTO
Março	Dia Internacional da Mulher
	MP em Ação (1ª edição)
Maio	Dia das Mães
Outubro	Semana do Servidor
	Passeio ao Parque da Vale
Novembro	Caminhada campanha "Maria da Penha em Ação"
Dezembro	MP em Ação (2ª edição)

Fonte: CCOM/PGJ, 2013

– Dia Internacional da Mulher

Foi comemorado na sede da Procuradoria Geral de Justiça. A programação, voltada para servidoras, promotoras e procuradoras de justiça teve início com apresentação do Coral da PGJ, que interpretou as canções "Maria, Maria", de Milton Nascimento, e "Quem ama abraça", como parte de campanha homônima que objetiva combater a violência contra a mulher.

Coral da PGJ

A programação incluiu um café da manhã oferecido às mulheres. Também foram expostos produtos das empresas Cacau Show, Mary Kay e Arezzo; e oferecidas massagens, feitas por massoterapeutas do Senac.

– MP em Ação

A inciativa surgiu da necessidade da instituição se aproximar da comunidade, especialmente, a mais carente. A primeira edição do evento aconteceu na Cidade Operária, no Colégio São José Operário. Foram firmadas várias parcerias para oferecer serviços em diversas áreas de saúde, cidadania, beleza, assistência jurídica, dentre outras.

Foram oferecidas consultas nas áreas de oftalmologia (já com a doação dos óculos, caso houvesse indicação), pediatria, clínica geral, nutrição, ginecologia (com re-

Atendimento durante Ação Social do MP

alização de exames preventivos) e odontologia (com aplicação de flúor e orientações sobre higiene bucal). O projeto Cozinha Brasil – que orienta como reaproveitar alimentos – também esteve presente.

Promotores de justiça prestaram orientação jurídica à população. No total, mais de 1.500 atendimentos foram realizados durante a primeira edição do evento.

Como parte da programação da Semana do Ministério Público, foi realizada a segunda edição do evento, que ocorreu no Centro de Ensino Gonçalves Dias, no Bairro de Fátima. Foram atendidos alunos, professores e funcionários da escola, além da população dos bairros adjacentes.

Foram oferecidas consultas nas áreas de pediatria, clínica geral, nutrição, ginecologia (com realização de exames preventivos); vacinação; aplicação de flúor e orientações sobre higiene bucal; projeto Cozinha Brasil – que orienta a reaproveitar alimentos; negociação de débitos e atualização cadastral com a CEMAR, que também orientou sobre economia de energia e riscos elétricos; emissão de carteira de identidade e corte de cabelo.

Promotores de justiça realizaram palestras educativas e atendimentos à população. Nessa edição, mais de 800 atendimentos foram realizados.

- Dia das Mães

Foram realizados dois dias de homenagens às mães que trabalham na instituição, nos dias 9 e 10 de maio. A comemoração ocorreu na sede das Promotorias de Justiça da Capital (dia 9) e na sede da Procuradoria Geral de Justiça (dia 10).

A programação incluiu oferecimento de café da manhã, distribuição de rosas às mães e sorteios de brindes. Além disso, foram montados estandes nos quais mães e filhos puderam comprar presentes.

Bazar do Dia das Mães

- Semana do Servidor

O objetivo da Semana do Servidor foi integrar e valorizar os servidores da instituição. Foi montada uma programação especial. No dia 21 de outubro, foi apresentada, no Teatro Arthur Azevedo, a comédia stand up “Em pé com Tedd Mac”. No dia 25 de outubro, a Ampem ofereceu um almoço comemorativo especial para os servidores.

Espetáculo no Teatro Artur Azevedo

Almoço na AMPEM para servidores

– Passeio ao Parque Botânico da Vale

O passeio ao Parque Botânico da Vale marcou a comemoração pelo Dia das Crianças. O objetivo foi proporcionar um momento de lazer aos filhos dos servidores da instituição. Pais e filhos participaram do passeio, que aconteceu em dois sábados de outubro. Para maior comodidade, foram oferecidos transporte e lanche para todos.

– Caminhada campanha “Maria da Penha em Ação”

Em novembro, o Ministério Público promoveu uma caminhada contra a violência. A ação fez parte da campanha “Maria da Penha em Ação”.

O evento, em alusão ao Dia Internacional de Combate à Violência Doméstica, aconteceu no bairro do Cohatrac e contou com a participação de autoridades, estudantes e professores da rede pública de ensino, além de centenas de moradores da região.

• *Campanhas institucionais*

Foram realizadas 09 (nove) campanhas institucionais com a participação da Coordenadoria de Comunicação, dentre elas destacamos: Queimadas, o fogo pega a vida acaba; Maria da Penha em Ação; e Não aceito corrupção.

– Queimadas, o fogo pega a vida acaba

Iniciativa das Promotorias de Justiça de Grajaú. Objetivou combater as queimadas na região. Para esta campanha, foram desenvolvidas identidade visual, slogan, camisas e cartazes, banner eletrônico.

– Maria da Penha em Ação

Iniciativa da 15ª e 16ª Promotorias Especializadas na Defesa da Mulher de São Luís. Objetiva abordar a formação de cidadãos mais conscientes na prevenção da violência doméstica com foco nas instituições de ensino, e contribuir para a erradicação da violência doméstica.

Para a campanha, foram desenvolvidos identidade visual, cartaz, folder, cartilha, banner impresso, banner eletrônico, camisa e vídeo.

– Não aceito corrupção

Com o objetivo de promover a reflexão sobre os efeitos devastadores da corrupção e mobilizar a sociedade, foi lançada no dia 28 de junho de 2013, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, com a participação de membros do Ministério Público, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e de representantes da sociedade civil.

Em nível nacional, a campanha é realizada pelo Movimento do Ministério Público Democrático (MPD). No Maranhão, a iniciativa é da Escola Superior do Ministério Público (ESMP) e Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem).

No dia 29 de junho de 2013, na Avenida Litorânea, foram promovidos a I Corrida Nacional do Ministério Público e um passeio ciclístico, para divulgar a campanha “Não Aceito Corrupção”.

- *Criação*

Na área de criação, entre os serviços realizados pela Coordenadoria de Comunicação está a criação de identidade visual, *layouts* para impressos e mídia eletrônica, capas de relatórios e publicações, além de projetos gráficos.

Tabela 31 - Criação e arte

TIPO	CRIAÇÕES	DIAGRAMAÇÃO	TOTAL
Campanhas	5	4	**9**
Ilustrações	36	-	**36**
Logomarcas	9	-	**9**
Programas institucionais	3	-	**3**
Web design	12	35	**47**
Outros *layout's*	-	158	**158**

Fonte: CCOM/PGJ, 2013

– Diagramação e confecção

Em 2013, para divulgação das atividades do Ministério Público, como as campanhas institucionais, Congresso Estadual, programas e projetos, foram criados, diagramados e confeccionados materiais gráficos como: folders, panfletos, banners, cartazes, *layout* para camisas, cartilhas, convites, cartões e outros.

Parte desse material foi confeccionado por empresas privadas, licitadas pelo Ministério Público ou empresas que prestam serviços a entidades parceiras da Instituição. A outra parte foi produzida na própria Coordenadoria de Comunicação.

Tabela 32 - Produção de Material Gráfico

Descrição	Layout	Quantidade impressa na CCOM	Quantidade impressa em grafica
Banner	12	-	248
Camisas	8	-	1.500
Cartaz	11	350	6.500
Cartão	8	1.100	1.000
Cartão de Visita	26	1.300	-
Certificado	18	1.200	-
Convite	29	11.000	-
Crachá	5	1.600	1.000
Faixa	8	-	8
Folder	20	10.000	16.000
Etiqueta	26	780	-

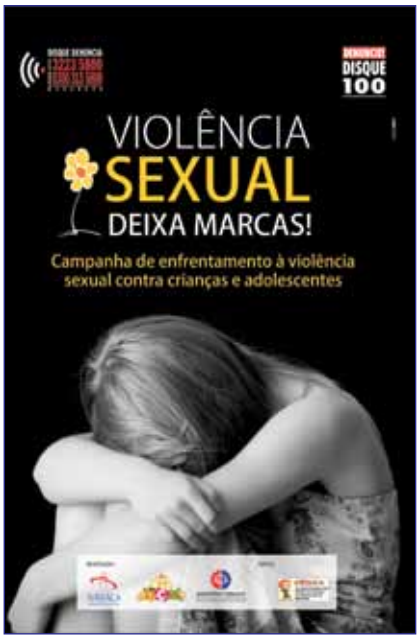
Fonte: CCOM/PGJ, 2013

CAMPANHAS

Queimadas:
o fogo pega,
a vida acaba!
Uma campanha do
Ministério Público do Maranhão
pelo fim das queimadas.
Pela preservação da vida.

Campanha permanente do Ministério Público
MARIA DA PENHA EM AÇÃO:
Prevenção da Violência Doméstica nas Instituições de Ensino
Agressão não é carinho.
Insulto não é elogio.
Violência contra a mulher:
Não perdoe. Denuncie!
DENUNCIE! LIGUE 180
ou 3223-5800 (CAPITAL)
e 0300 3135800 (INTERIOR)
AMPEM

Não aceito
corrupção!
WWW.NAOACEITOCORRUPCAO.COM.BR
AMPEM


DISQUE
100
VIOLÊNCIA
SEXUAL
DEIXA MARCAS!
Campanha de enfrentamento à violência
sexual contra crianças e adolescentes

CONTE ATÉ DEZ.
SEMPRE VENCE QUEM
LUTA PELA PAZ.
PAZ. ESSA É
A ATITUDE.

Brasil contra a IMPUNIDADE!
Poder de investigação
do Ministério Público
EU APOIO!
PEC 37
ATO PÚBLICO: 12/04, Às 9h
NA SEDE DA OAB - São Luís/Maranhão
ABERTO AO PÚBLICO
Assine a petição: www.change.org/pec37
AMPEM

MINISTÉRIO PÚBLICO
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO
e outras modalidades de crédito:
Conheça os seus riscos.
Tire suas
dúvidas sobre
empréstimo
consignado para
idosos
Participe da
Audiência Pública
"Empréstimo
Consignado e outras
modalidades de
crédito: Conheça
seus riscos!"
dia 21 de novembro de 2013, das 8h30 às 13h, no
auditório da Faculdade Atenas Maranhense - FAMA
(Rua Monte Castelo, 161, centro, Imperatriz-MA).

Campanha
Por um Ministério Público
mais seguro
"Segurança para quê?"
Palestrantes:
Camel Farah
Consultor de Segurança
Institucional / SC
Gerson Daiello
Coordenador do CPSI/CNMP
Promotor de Justiça / MPRS
José Carlos Júnior
Coordenador-Adjunto do CPSI/CNMP
Promotor de Justiça / MPGO
DATA: 11/DEZ/2013, 9H
LOCAL: AUDITÓRIO DA
PROCURADORIA GERAL
DE JUSTIÇA.
PÚBLICO-ALVO
PROCURADORES,
PROMOTORES
E SERVIDORES.
REALIZAÇÃO:
GAECO

SEMANA MUNICIPAL
DE COMBATE AO ABUSO E A
EXPLORAÇÃO SEXUAL
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
NÃO SE CALE!
DENUNCIE:
Disque
100
Dê um Basta
BRASIL

8.3 Programa Memória Institucional (PMMP)

Em 2013, com o apoio da Administração Superior do MPMA, da Diretoria Geral/PGJ e da Secretaria para Assuntos Institucionais e o auxílio da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca no desenvolvimento das atividades e na relatoria das reuniões da Comissão Gestora, foi possível implementar várias ações do Projeto de Revitalização do Programa *Memória Institucional* do MPMA, tais como:

- Publicação da Resolução nº 15/2013-CPMP, que dá nova redação ao art. 3º, caput e parágrafo único da Resolução 04/2004-CPMP, e alteração da Comissão Gestora do Programa Memória tendo como novo coordenador o procuradora de justiça, Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho;
- Revitalização do Memorial MPMA com atualização e restauração do seu acervo e reinauguração da nova sede, localizada na Rua Newton Prado, Centro. A solenidade aconteceu no dia 9 de agosto de 2013 com programação formal e artística e contou com a participação de membros e servidores do Ministério Público, além de outras autoridades estaduais;

Inauguração da nova sede do Memorial do MPMA

- Continuação das pesquisas históricas e transcrições referentes aos volumes da série "*Correspondência Ativa dos Promotores Públicos*" no período de 1888/1890 e revisão dos documentos referentes ao período de 1884/1887, feita pela Historiadora-Assessora do Programa Memória, no Arquivo Público do Estado do Maranhão;
- Desenvolvimento de site para o Programa *Memória Institucional* do MPMA, com atualizações de itens, conteúdos e arquivos, por servidora do programa em parceria com a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação/PGJ;
- Disposição de Bacharel em História (Técnico Ministerial) para contribuir com as atividades a serem desenvolvidas no Programa Memória;
- Participação de servidora do Programa Memória no IV Encontro de Memoriais do Ministério Público, realizado na Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, nos dias 22 e 23 de agosto de 2013.

8.4 Promotoria Comunitária Itinerante

Agraciado, em 2013, com o 3º Lugar na Categoria *"Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional"* da 1ª Edição do Prêmio Nacional de Programas e Projetos do Ministério Público brasileiro, concedido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o projeto "Promotoria Comunitária Itinerante - Garantindo Acesso aos Cidadãos e Cidadãs Maranhenses" nasceu da necessidade de levar o Ministério Público às comunidades mais carentes e desassistidas pelo Poder Público.

Projeto da Promotoria Comunitária Itinerante recebe Prêmio do CNMP

A Promotoria Comunitária Itinerante é um canal de aproximação do Ministério Público com a sociedade, que se instala em determinado bairro da capital maranhense, por no mínimo 90 dias, em uma estrutura móvel (ônibus), com dois promotores de justiça, um motorista e uma equipe multidisciplinar capacitada.

Ao longo desse período, trabalha com as lideranças locais na defesa dos direitos coletivos, a partir de diagnóstico da própria comunidade em audiência pública, prestando ainda orientação jurídica e resolvendo conflitos de menor complexidade através da mediação e da conciliação.

A ação da Promotoria é desencadeada a partir de um diagnóstico feito durante a audiência pública de instalação, quando os moradores e suas lideranças apresentam os principais problemas enfrentados em cada comunidade.

Segundo o promotor de justiça da Itinerante, Dr. Vicente de Paulo Silva Martins, o trabalho desenvolvido visa, sobretudo, garantir acessibilidade do cidadão aos instrumentos de controle social, indicar caminhos, pro-

por idéias e promover a participação efetiva da comunidade nas decisões de cunho público. “É um elo canalizador de idéias para encontrar soluções e ajudar a comunidade do bairro nas soluções dos seus problemas, no desenvolvimento da cidadania e na construção de um ambiente democrático”, declara.

A Promotoria começou a funcionar em setembro de 1998, contribuindo decisivamente para a efetivação de diversas políticas públicas, já ocorreram mais de 21 instalações, abrangendo cerca de 150 comunidades, nas quais contribuiu para a implementação de diversas políticas públicas e efetuou mais de 3.000 atendimentos individuais.

O órgão trabalha como mediador no encaminhamento de demandas coletivas aos gestores públicos em áreas como segurança pública, saneamento básico, pavimentação, educação e saúde. Recebe também demandas individuais como pedidos de pensão alimentícia, reconhecimento de união estável e investigação de paternidade.

Para concretização dos direitos dos cidadãos (saúde, consumidor, educação, meio ambiente, etc.) nos bairros, a Promotoria Itinerante conta com a participação dos conselhos legalmente constituídos, associação de moradores, igrejas e moradores.

Os benefícios ocasionados pela prática são que hoje o Ministério Público do Estado do Maranhão está mais resolutivo e mais próximo do cidadão. Com esta prática, evitam-se ações judiciárias e o aumento da criminalidade, os problemas da comunidade podem ser solucionados por ações administrativas e com o diálogo e no próprio local, além de melhorar substancialmente os indicadores sociais da comunidade.

Nos últimos anos, a Itinerante já percorreu os bairros do Anjo da Guarda, Vila Embratel, Jardim América, Ilhinha, Vicente Fialho, Jardim São Cristóvão, Bequimão, Pão de Açúcar, Recanto dos Pássaros, João de Deus, Coroadinho, Sol e Mar, Angelim, Vila Nova, entre outros atendendo milhares de pessoas na região metropolitana de São Luís/MA.

8.5 Portal da Transparência

Para intensificar a integração do Ministério Público com a sociedade brasileira, o *Parquet* maranhense instituiu em seu site na internet, o Portal da Transparência, ferramenta de acesso às informações sobre a gestão administrativa. Por meio dessa comunicação direta, o cidadão pode fiscalizar a utilização de bens e recursos públicos, analisar os gastos e sugerir mudanças de rumos.

O Portal da Transparência atende ao princípio da publicidade dos atos da Administração e à Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público de nº. 86.

As informações disponibilizadas foram divididas nas seguintes seções: Execução Orçamentária e Financeira; Licitações, Contratos e Convênios e Gestão de Pessoas. Em cada um desses links, os dados estão subdivididos por ano, para facilitar a navegação. O Portal da Transparência não exige senha do usuário.

Link do Portal da Transparência no sítio virtual do MPMA

9 GESTÃO ADMINISTRATIVA

A atuação administrativa reflete as atividades de gestão orçamentária, financeira, pessoal, de tecnologia da informação e de infraestrutura física do Ministério Público do Estado do Maranhão. Essas atividades são imprescindíveis para que sejam disponibilizados os meios necessários à realização das atividades finalísticas da Instituição, bem como para garantir a maior eficiência possível na utilização dos recursos existentes.

9.1 Diretoria Geral (DG)

No ano de 2013, a Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão continuou agindo em prol de uma de suas principais diretrizes, qual seja, a desburocratização dos processos, tornando-os mais céleres e eficientes, notadamente através do aperfeiçoamento das rotinas internas da PGJ.

Em janeiro de 2013, foram publicadas 15 (quinze) Ordens de Serviço, que disciplinam algumas das principais rotinas das unidades administrativas da PGJ, contendo os respectivos fluxogramas. Inclusive já está em curso a elaboração de um Manual de Rotinas Administrativas (PA nº 5998AD/2013), com todos esses normativos e que incluirá novos fluxos de processos administrativos.

Em julho, foi homologada a Ordem de Serviço nº 017/2013-DG disciplinando o uso dos veículos oficiais de representação no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão. A OS foi elaborada em função de o Ministério Público dispor de uma frota de veículos oficiais, cujo uso deve ser pautado para a satisfação exclusiva das finalidades da instituição no desempenho das atribuições de seus órgãos, assegurando probidade e transparência na gestão da coisa pública.

Outro importante normativo é a Ordem de Serviço nº 018/2013-DG, que disciplinou o prazo para autuação dos processos administrativos referentes aos certames licitatórios ou aditivos contratuais, de modo a evitar a interrupção dos serviços de natureza continuada, a prestação de serviços sem cobertura contratual ou recorrência à contratação direta.

A partir de comissão instituída pela Diretoria Geral, no dia 28.01.2013, após aprovação da Administração Superior, foi publicado o Ato Regulamentar nº 04/2013-GPGJ, disciplinando a concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento, contendo os respectivos fluxogramas que tornaram o processo menos burocrático e mais célere. Entre as melhorias destaca-se a possibilidade de concessão de adiantamento para despesas com reparo, conservação, adaptação e manutenção de bens móveis e imóveis, em caráter emergencial, devidamente justificadas e até o limite de R$ 3.000,00 (três mil reais), bem como a possibilidade de uso do adiantamento para aquisição de material permanente nos casos devidamente reconhecidos e autorizados pela Administração Superior, até o valor limite estipulado em portaria.

Reunião da Diretoria Geral com coordenadores e chefes de assessorias

No ano de 2013 foi efetivada a contratação de empresa para realização dos serviços de manutenção predial, suprindo as necessidades das unidades ministeriais da capital e interior do Estado. Também houve a contratação de empresa especializada de segurança armada para a sede da PGJ, Promotorias da Capital e algumas Promotorias do interior do Estado.

A Diretoria Geral expediu 23 (vinte e três) notificações para empresas fornecedoras de bens e/ou serviços para a Procuradoria Geral de Justiça, visando à regularização do fornecimento ou mesmo a aplicação de penalidades quando do descumprimento de condições contratuais. Três empresas foram encaminhadas para inscrição em dívida ativa em razão do não pagamento de multas impostas a título de penalidade.

Dando continuidade à política de valorização dos servidores, manteve-se um diálogo contínuo com as entidades representativas dos servidores (SINDSEMP e ASFUPEMA), encaminhando todos os seus pleitos para análise da Administração Superior, resultado dos trabalhos da comissão instituída pela Portaria nº 1138/2013-GPGJ, presidida pelo diretor-geral e que objetiva a revisão e atualização do Plano de Cargos e Salários dos Servidores (Lei nº 8.077/2004).

Reunião com as entidades representativas dos servidores (SINDSEMP e ASFUPEMA)

No decorrer do ano de 2013, a Diretoria Geral manteve seu calendário de reuniões de trabalho com as diversas unidades gestoras da PGJ, tudo com a finalidade de mantê-las sempre alinhadas com as diretrizes da Administração Superior, tais como planejamento, proatividade e compromisso com resultados.

O ano de 2013 também foi de intenso trabalho em prol da mudança do prédio das Promotorias de Justiça da Capital, concretizada em janeiro de 2014, para o novo endereço, na Rua dos Pinheiros, Loteamento Jardim Renascença, São Francisco. Trata-se de um ambiente estruturado que apresenta condições dignas de trabalho para membros e servidores, além de ser adequado para o atendimento da sociedade que utiliza os serviços do Ministério Público Estadual.

Na área de Tecnologia da Informação foram feitos investimentos na ordem de 19 (dezenove) milhões de reais para aquisição de equipamentos de armazenamento de dados e processamento eletrônico, a exemplo da estruturação do *DATACENTER*, construção de sala-cofre, aquisição de equipamentos de proteção elétrica (grupo gerador e Nobreaks de 20KVA), *storage* de armazenamento, *Blade Server*, servidor de *backup*, aquisição de licenças de *softwares* novos, serviço de comunicação baseado em nuvem, com a inclusão de novos serviços, a saber: *web* conferência, comunicador institucional de alto nível via correio eletrônico.

Também houve importante avanço no sentido de implantar novos sistemas informatizados, tais como o SIMP (Sistema Integrado do Ministério Público), E-cidade (Sistema de gestão administrativa integrada) e o Digidoc (Sistema de tramitação de processos administrativos), todos em fase de implantação.

Novos veículos foram adquiridos durante o ano de 2013, no total de 24 (vinte e quatro), renovando a frota tanto na capital quanto no interior do Estado. Outros 24 veículos serão entregues no início de 2014.

Destaca-se também que está em andamento a construção de novas sedes do Ministério Público nos municípios de Maracaçumé, Colinas, Governador Eugênio Barros, Pindaré Mirim, Imperatriz e Paço do Lumiar. Foram reformados os prédios das Promotorias de Dom Pedro, Açailândia, Santo Antônio dos Lopes, Imperatriz, Timon. Em andamento, estão as reformas de Santa Inês e Loreto.

Por fim, cabe ressaltar que a Diretoria Geral da PGJ não tem medido esforços no sentido de dotar o Ministério Público da melhor estrutura possível de trabalho e atendimento ao público, tendo em vista os importantes investimentos em tecnologia da informação, na aquisição de bens, na construção de sedes de Promotorias de Justiça no interior do Estado, bem como reformas em outras sedes, dentre várias outras ações, tudo com o intuito de fortalecer ainda mais a nossa instituição, construindo um Ministério Público moderno e resolutivo.

9.2 Assessoria Jurídica da Administração (AJAD)

Atividades desenvolvidas pela Assessoria Jurídica da Administração, referente ao exercício de 2013. O resultado obtido após a totalização das informações são os seguintes:

Tabela 40: Movimentação de Processos em 2013

Movimentação Processual	TOTAL
Processos recebidos	970
Processos devolvidos	924
Processos remanescentes	46

Fonte: AJAD/PGJ, 2013

9.3 Assessoria de Planejamento Geral (ASPLAN)

Criada pelo Ato Regulamentar nº 16/2012-GPGJ, a Assessoria de Planejamento Geral (ASPLAN) está vinculada à Diretoria Geral.

A ASPLAN desempenha importante papel no assessoramento das atividades relacionadas aos processos de trabalho e no controle da exe-cução dos planos de gestão, avaliando resultados e oportunidades de melhoria, tendo por base uma gestão estratégica focada em resultados.

Dentre as principais atividades desenvolvidas pela ASPLAN em 2013 estão:

- Reunião de trabalho com o diretor-geral, a secretária para Assuntos Institucionais, os promotores de justiça da Comarca de Timon, Eduardo Borges Oliveira e Elda Borges, e o representante da empresa 3GEN que elaborou o Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão, com o objetivo de identificar documentos para a revisão do referido planejamento;
- Produção do Relatório Anual de Atividades do MPMA de 2012;
- Participação no 3º CONAGESP - Congresso Nacional de Gestão Pública, realizado em Brasília/DF;
- Participação no curso Gestão da Estratégia com BSC – Balanced Scored Card;
- Participação no ato público contra a PEC 37, ocorrido no auditório da OAB-MA;
- Reunião de trabalho com a secretária para Assuntos Institucionais, o procurador de justiça e coordenador do CAOp/Saúde e a equipe de coordenação da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS) ligada à Universidade Federal do Maranhão (UFMA) para discussão de implementação de um projeto de capacitação de membros, servidores do MPMA e de conselheiros e gestores municipais de saúde, visando ao aperfeiçoamento do controle social e combate à corrupção;
- Inscrição de 15 projetos desenvolvidos por membros do MPMA no Banco de Projetos do CNMP e na 1ª edição do Concurso Nacional de Projetos do Ministério Público brasileiro;
- Participação nas reuniões de trabalho do Fórum Nacional de Gestão do CNMP;
- Participação na organização do II Encontro Estadual de Educação do MPMA - Educação de Qualidade: Direito de todos os maranhenses, ocorrido no Rio Poty Hotel, em São Luís/MA;
- Participação no Curso de Operadores do SICONV – Sistema de Convênios do Governo Federal, realizado pela Escola de Governo do Estado do Maranhão (EGMA);
- Participação na solenidade de entrega do Prêmio do CNMP, em Brasília/DF, criado para dar visibilidade aos programas e projetos do Ministério Público brasileiro que mais se destacaram na concretização dos objetivos do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público. Na solenidade, o Projeto da Promotoria Comunitária Itinerante recebeu o prêmio de 3º lugar na categoria “Unidade de Eficiência e Atuação Institucional e Operacional”;

- Participação no curso à distância de Introdução ao Gerenciamento de Projeto, ministrdao pela equipe do MPMG;
- Participação no 4º Congresso Brasileiro de Gestão do CNMP, em Brasília/DF;
- Participação na organização e lançamento do Programa Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão na área da Saúde – Direito à Saúde: Prevenção, controle e combate à corrupção, no município de Imperatriz/MA, reunindo todos os promotores de Justiça da Região Tocantina;
- Participação na capacitação sobre Sistema de Informações do SUS, ministrada pelo Supervisor do DATASUS/RJ, Norberto Peçanha, destinada aos membros e servidores do MP e conselheiros e gestores municipais de saúde da Região Tocantina, em Imperatriz/MA.
- Realização de oficinas e palestras sobre Controle Social e Direitos da Criança e do Adolescente, a pedido dos promotores de Justiça das comarcas de Codó, Lima Campos, Pedreiras, Colinas.

10 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Gestão Orçamentária e Financeira trata do ciclo da gestão pública, sob o enfoque da execução das despesas e receitas do Ministério Público do Maranhão, de modo a permitir o efetivo controle e avaliação da execução orçamentária, sempre obedecendo ao princípio da transparência que rege as instituições públicas. A atuação orçamentária e financeira envolve a elaboração e aprovação do orçamento que passa pela receita, despesas e sistema de controle, escrituração contabilística, execução de orçamento e prestação de contas.

10.1 Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF)

A Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF) realizou suas funções regimentais de planejamento, execução e controle orçamentário e financeiro, conforme a LOA 2013, com orçamento aprovado, mais suplementações, no valor de R$ 339.002.930,00.

Do total aprovado, 75,04% foram destinados a despesas com *Pessoal e Encargos*; 17,29% a *Outras Despesas Correntes*, e 7,67% com *Investimento*. No exercício de 2013, foram executados 89,77% do Orçamento desta PGJ, sendo 72,37% com Pessoal e Encargos Sociais; 16,19% com Outras Despesas Correntes, e 11,44% com Investimento, considerando os valores liquidados, de acordo com o detalhamento abaixo:

Tabela 34 - Detalhamento da Despesa – 2013

Descrição	R$
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	**364.547.016,94**
PROGRAMA: 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça **Objetivo: Garantir a atuação de forma resolutiva do Ministério Público Estadual.**	**329.521.033,94**
Ação: 2963 – Coordenação das Ações Essenciais à Justiça Finalidade: Garantir ao MPE recursos suficientes destinados a cobrir despesas administrativas de seu programa	279.371.632,00
Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense	23.605.315,00
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	25.544.086,94
Ação: 4426 – Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça Finalidade: Promover de forma integrada a qualificação do pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e altos índices de produtividade.	1.000.000,00
PROGRAMA: 0411 - Apoio Administrativo **Objetivo: Garantir ao servidor público estadual, direitos previdenciários de acordo com a legislação**	**23.394.755,00**
Ação: 0900 - Contribuição á Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	19.604.069,00
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	3.790.686,00
PROGRAMA: 0499 - Operação Especial **Objetivo: Garantir ao servidor público estadual, direitos previdenciários de acordo com a legislação**	**11.631.228,00**
Ação: 0904 – Ação de Indenização Finalidade: Garantir o cumprimento de sentenças judiciais	11.631.228,00

Fonte: COF/PGJ, 2013

Do valor total autorizado para a concretização desses programas, o Ministério Público executou **89,77%,** demonstrado a seguir por programas e ainda por projeto/atividade.

Tabela 35 - Execução do Orçamento por Programa/Atividade em 2013

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROGRAMA/ATIVIDADE			
Descrição	**Autorizado R$**	**Empenhado R$**	**% Execução**
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	**364.547.016,94**	**327.248.785,26**	**89,77**
0337 - Gestão de Ações Essenciais à Justiça	**329.521.033,94**	**292.459.450,75**	88,75
0411 - Apoio Administrativo	**23.394.755,00**	**23.166.929,92**	99,03
0499 - Operação Especial	**11.631.228,00**	**11.622.404,61**	99,92
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROJETO/ATIVIDADE			
Descrição	**Autorizado R$**	**Empenhado R$**	**% Execução**
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	**364.547.016,94**	**327.248.785,26**	**89,77**
PROGRAMA: 0337 – Gestão da Cidadania Objetivo: Assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.	**329.521.033,94**	**292.459.450,75**	**88,75**
Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria Geral de Justiça	279.371.632,00	256.509.701,24	91,82
Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense.	23.605.315,00	18.992.465,95	80,46%
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	25.544.086,94	16.295.102,43	63,79%
Ação: 4426 – Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça Finalidade: Desenvolver ações para implantação e implementação da gestão e melhoria contínua da Instituição.	1.000.000,00	662.181,13	66,22%
PROGRAMA: 0411 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado Objetivo: Garantir ao servidor público estadual, direitos previdenciários de acordo com a legislação	**23.394.755,00**	**23.166.929,90**	**99,03%**
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	19.604.069,00	19.380.470,92	98,86%
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	3.790.686,00	3.786.458,98	99,89%
PROGRAMA: 0499 - Operação Especial Objetivo: Garantir ao servidor público estadual, direitos previdenciários de acordo com a legislação	**11.631.228,00**	**11.622.404,61**	**99,92%**
Ação: 0904 – Ação de Indenização Finalidade: Garantir o cumprimento de sentenças judiciais	11.631.228,00	11.622.404,61	99,92%

Fonte: COF/PGJ, 2013

Para execução desses programas, o orçamento foi distribuído em grupos de despesas, conforme demonstração a seguir.

Tabela 36 - Distribuição do Orçamento por Grupo de Despesa

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR GRUPO DE DESPESA					
Descrição	Autorizado	Empenhado (B)	Liquidado (C)	%B/A	% C/A
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	**364.547.016,94**	**327.248.785,26**	**293.831.351,30**	**89,77**	**80,60**
1 - PESSOAL E ENCARGOS	254.380.414,00	236.829.739,35	236.829.789,35	93,10	93,10
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	58.617.201,00	52.974.192,76	47.925.428,32	90,37	81,76
4 - INVESTIMENTOS	51.549.401,94	37.444.803,15	9.076.133,63	72,64	17,61

Fonte: COF/PGJ, 2013

O orçamento detalhado por elemento de despesa foi assim executado:

Tabela 37 - Execução do Orçamento por Elemento de Despesa

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR ELEMENTO DE DESPESA		
Descrição	Empenhado	Liquidado
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	**327.248.785,26**	**293.831.351,30**
07 - CONTRIBUICÃO AO FEPA E AO FUNBEN	19.380.470,92	19.380.470,92
09 - SALARIO-FAMILIA	4.929,57	4.929,57
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	170.247.374,71	170.247.374,71
13 - OBRIGACOES PATRONAIS	3.786.458,98	3.786.458,98
14 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	900.123,09	900.123,09
16- AJUDA DE CUSTO	10.107,96	10.107,96
30 - MATERIAL DE CONSUMO	2.717.995,94	2.313.932,42
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	547.573,11	527.988,55
36 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.430.409,21	1.471.399,21
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.380.818,38	2.340.298,38
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	16.366.296,74	11.781.700,38
46 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	17.896.676,62	17.896.676,62
51 - OBRAS E INSTALACOES	24.570.134,04	4.609.019,91
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.858.997,94	4.462.768,72
91 - SENTENÇA JUDICIAL	11.642.940,83	11.642.940,83
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	34.108.820,03	34.097.493,86
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.848.874,89	6.848.874,89
94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.508.792,30	1.508.792,30

Fonte: COF/PGJ, 2013

A seguir demonstramos alguns indicadores decorrentes da execução orçamentária 2013.

Tabela 38 - Indicadores da Execução Orçamentária em 2013

INDICADORES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Descrição	%
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	89,77
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM PESSOAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	93,10
Despesa Realizada com Pessoal / Despesa Total Realizada	72,37
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	90,37

Despesa Realizada com Outras Despesas Correntes / Despesa Total Realizada	16,19
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM IMOBILIZAÇÕES	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	72,64
Despesa Realizada com Capital / Despesa Total Realizada	11,44

Fonte: COF/PGJ, 2013

Através de sua home page, o Ministério Público do Estado do Maranhão mantém de forma transparente a execução orçamentária e extra orçamentária dos recursos recebidos por suas duas unidades gestoras, a Procuradoria Geral de Justiça e o Fundo Especial do Ministério Público Estadual.

RELAÇÃO DE DIRIGENTES RESPONSÁVEIS E ORDENADORES DE DESPESAS DO FEMPE

NOME	ENDEREÇO	CARGO	CARGO EFETIVO	PERÍODO DE GESTÃO	CPF	MATRÍCULA	Nº E DATA DA PUBLICAÇÃO (NOMEÇÃO)	Nº E DATA DA PUBLICAÇÃO (EXONERAÇÃO)
Regina Lúcia de Almeida Rocha	R. Eng. Rui Mesquita, Nº 4, Lt 4 e 5, Qd. 07, Apto 1301, Ed. Bérgamo – Calhau	Procuradora-Geral de Justiça	Procuradora de justiça	15/05/2012 até a presente data	106.710.803-34	240622	094-15/05/2012	-
Luiz Gonzaga Martins Coelho	Av. dos Holandeses, Rua Boninas, Qd 03, Apto T600, ED José Tárcito de Almeida Andrade -Ponta D'Areia.	Diretor Geral da Procuradoria Geral de Justiça	Promotor de justiça	15/06/2012 até a presente data	235.096.943-68	651919	118-19/06/2012	-
Abelardo Teixeira Balluz	Rua dos Magistrados,18 – Olho D'Água	Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira	-	15/06/2012 até a presente data	272.632.073-20	1070873	118-19/06/2012	
Tatiana Alves de Paula	Rua Projetada,234,Casa -08, Condomínio Gran Village- São Luís	Coordenadora de Orçamento e Finanças	Analista Ministerial	04/07/2005 até a presente data	304.349.983-20	470179	086-05/05/1995	-
Fabíola Fernandes Faheina Ferreira	R. Mitra, 18 Bloco B, Apto 404 – Renascença II	Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais	Promotor de justiça	15/06/2012 até a presente data	434.115.333-15	1060177	118–19/06/2012	-
José Antônio Oliveira Bents	Av. dos Holandeses, Nº 215, Ap. 901, Edifício Osvaldo Silva Sousa	-	Procuradora de justiça	06/10/2005 até a presente data	884.544.368-04	263863	Portaria 4099/2012– 25/07/2012	-
Marcos Valentim Pinheiro Paixão	Av. dos Holandeses, Qd A- nº 03 - Apto 100, Ed José Tácito de Almeida	-	Promotor de justiça	25/07/2012 até a presente data	409.099.993-68	657213	Portaria 4099/2012– 25/07/2012	-

11 GESTÃO DE PESSOAS

Fazer frente às demandas da sociedade impõe mudanças, revisão de prioridades e ampliação de ações. Assim, em 2013, a Administração Superior do MPMA avançou significativamente em questões relativas ao seu maior ativo, seu quadro de pessoal, reestruturando-o, fortalecendo-o e ampliando-o conforme a necessidade.

11.1 Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)

Dentre as principais ações destacam-se:

- Criação de 29 cargos de promotor de justiça (21 de Entrância Final, 05 de Entrância Intermediária e 03 de Entrância Inicial) pela Lei Complementar nº 155, de 01 de agosto de 2013;
- Criação de 14 cargos de Técnico Ministerial (08 na área administrativa e 06 na área de Execução de Mandados) pela Lei nº 9.885, de 02 de agosto de 2013;
- Criação de 29 (vinte e nove) cargos comissionados de Assessor de promotor de justiça pela Lei nº 9.885, de 02 de agosto de 2013;
- Reajuste salarial no percentual de 6% para os servidores a partir de 01 de janeiro de 2013 (Lei nº 9.809/2013, DO 30/04/13);
- Realização do Concurso Público para provimento de 108 cargos efetivos do Quadro de Apoio Técnico-administrativo do MPMA (22 Analistas Ministeriais, 50 Técnicos Ministeriais – área Administrativa, 32 Técnicos Ministeriais – área Execução de Mandados e 04 Técnicos Ministeriais – área Edificações) com a contratação da Fundação Carlos Chagas.
- Nomeação de todos os candidatos aprovados dentro das vagas do referido Concurso Público para servidores e mais uma convocação pela vacância ocasionada na forma do disposto no art. 39, X da Lei 6.107/94, conforme atos de nomeação de nº 709/2013 a 817/2013-GPGJ, de 23 de dezembro de 2013, publicados no Diário da Justiça de 26/12/13.
- Lançamento do Concurso Público para o provimento de 25 cargos de promotor de justiça Substituto a ser realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme Edital nº 01/2013, de 27 de agosto de 2013 e Resolução nº 03/2013-CSMP;
- Realização do 2º Concurso de Remoção com a oferta de 21 cargos de Técnicos Ministeriais, sendo 11 na área Administrativa e 10 na área de Execução de Mandados, em 12 comarcas localizadas na Capital e no interior, conforme Edital de Remoção nº 01/2013, de 05/12/13 e de Retificação nº 01/2013, de 23/12/13.
- Instituição do Adicional de Qualificação – AQ, de caráter permanente, destinado aos servidores estáveis do quadro de apoio técnico-administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do Art. 17-B, "caput" da Lei nº 8.077/2004, e regulamentada por esta Procuradoria Geral de Justiça pelo Ato Regulamentar nº 14/2013-GPGJ, de 02 de outubro de 2013;
- Concessão do Adicional de Qualificação – AQ a 338 servidores, correspondendo a 73% do quadro atual de 464 cargos efetivos providos;

Tabela 39 - Perfil dos atendidos pela CGP/PGJ em 2013

Vinculação	TOTAL	%
Membros	301	17,62
Servidores Efetivos	464	27,17
Exclusivamente Comissionados	427	25
Requisitados	329	19,26
Aposentados /Pensionistas	172	10,07
Estagiários não obrigatórios	15	0,88
TOTAL	**1.708**	**100**

Fonte: CGP/PGJ, 2013

As tabelas abaixo refletem os atos de provimento e vacância no quadro de pessoal registrados em 2013:

Tabela 40 - Quadro de Pessoal 2010-2013

NOMEAÇÕES – CARGOS EFETIVOS	Quantidade de Nomeações			
	2013	2012	2011	2010
Promotor de justiça	**3**	2	33	23
Analista Ministerial	**23**	-	-	7
Técnico Ministerial	**86**	-	-	32
Auxiliar Ministerial	**-**	-	-	-
TOTAL	**112**	**2**	**33**	**62**

Fonte: CGP/PGJ, 2013

Tabela 41 - Nomeações de Cargos Comissionados de que trata a Lei nº 8.824/2008

NOMEAÇÕES – CARGOS COMISSIONADOS	Quantidade de Nomeações			
	2013	2012	2011	2010
De indicação da Procuradora-Geral de Justiça	**37**	114	37	52
De indicação de procuradora de justiça	**87**	33	44	37
De indicação de Promotor de justiça	**132**	193	22	86
TOTAL	**256**	**340**	**103**	**175**

Fonte: CGP/PGJ, 2013

Tabela 42 - Vacâncias Cargos Efetivos

CARGOS EFETIVOS	Quantidade de Vacâncias			
	2013	2012	2011	2010
Procuradora de justiça	**1**	1	-	2
Promotor de justiça	**4**	7	3	3
Analista Ministerial	**1**	-	3	6
Técnico Ministerial	**6**	7	12	29
Auxiliar Ministerial	**-**	1	1	1

Fonte: CGP/PGJ, 2013

Tabela 43 - Movimentação na Carreira de Membros

Movimentação	2013	2012	2011	2010
Promoção para procuradora de justiça	**2**	-	-	2
Promoção de promotor de justiça	**23**	47	2	2
Titularidade de promotor de justiça	**1**	26	22	16
Remoção	**35**	59	18	25

Fonte: CGP/PGJ, 2013

Tabela 44 - Movimentação na Carreira - Servidores

Movimentação na Carreira	2013	2012	2011	2010
Homologação de estágio probatório	**34**	17	38	182
Promoções e Progressões	**437**	528	325	403
Remoções	**9**	16	10	24

Fonte: CGP/PGJ, 2013

Tabela 45 - Escolaridade dos Servidores Efetivos 2013

Cargo efetivo e escolaridade mínima exigida		Analista Ministerial (Graduação)	Técnico Ministerial (Ensino Médio)	Auxiliar Ministerial (Ensino Fundamental)	TOTAL	%
Escolaridade Apresentada	**Graduação**	18	150	3	**171**	36,85
	Especialização	73	90	5	**168**	36,21
	Ensino Médio		96	14	**110**	23,71
	Mestrado	8	3		**11**	2,37
	Ensino Fundamental	-	-	3	**3**	0,65
	Doutorado	1	-	-	**1**	0,22
Total de cargos providos		**100**	**339**	**25**	**464**	**100**

Fonte: CGP/PGJ, 2013

Tabela 46 - Gestão do Estágio Não-Obrigatório

Descrição	Nº de Estagiários 2013	Nº de Estagiários 2012	Nº de Estagiários 2011	Nº de Estagiários 2010
	Ato Regulamentar 03/2013	Ato Regulamentar 14/2011	Ato Regulamentar 02/2010	Ato Regulamentar 02/2010
Vagas para Estagiários	**132**	132	91	91
Admitidos	**4**	29	69	41
Renovação de Estágio	**19**	36	26	44
Desligados	**41**	61	64	33
Qt de estagiários em exercício em dezembro	**15**	52	86	79

(Obs. Não houve processo seletivo em 2012 e 2013).

Fonte: CGP/PGJ, 2013

Tabela 47 - Capacitação de Membros e Servidores

Quantidade	2013*	2012*	2011	2010
Nº Membros / Servidores Treinados	**374**	207	966	1.529

(* não considera os treinados pela ESMP).

Fonte: CGP/PGJ, 2013

Tabela 48 - Composição atual dos Servidores (todas as categorias)

Descrição	TOTAL	%
Cargos Efetivos	593	38,68
Cargos Comissionados	611	39,86
Cedidos de outros Órgãos	329	21,46
TOTAL	**1.533**	**100**

Fonte: CGP/PGJ, 2013

Ginástica laboral com servidores

Tabela 49 - Programa de Qualidade de Vida

AÇÃO	2013	2012	2011
Vacinação	**305**	72	211
Atendimento Médico - consultas	**2.501**	1.688	1.763
Atendimento Odontológico – nº pacientes	**961**	558	421
Atendimento Odontológico – nº procedimentos	**3.603**	1.601	2.192
Análise de Processos Administrativos	**711**	606	745
Exames admissionais/rotina	**185**	150	63

Fonte: CGP/PGJ, 2013

Tabela 50 - Analistas Ministeriais distribuídos por Especialidades em 2013

ANALISTAS MINISTERIAIS POR ESPECIALIDADE		Distribuição		
ÁREAS	Especialidade	São Luís	Interior	Total
Administrativo = 28	Administrativo	21	1	22
	Administração	4	2	6
Economia/Contabilidade = 25	Auditoria	1	0	1
	Contábil	14	0	14
	Economia	10	0	10
Engenharia = 9	Arquitetura	2	0	2
	Engenharia Civil	6	0	6
	Engenharia Elétrica	1	0	1
Processual Direito = 11	Processual Direito	8	3	11
Assistente Social = 15	Assistente Social	6	9	15
Comunicação = 8	Comunicação - Jornalismo	4	1	5
	Comunicação - Relações Públicas	2	0	2
	Comunicação - Radialismo	1	0	1

Informática = 12	Analista Sistema Programador	4	0	4
	Analista Sistema Suporte	3	0	3
	Banco de Dados	1	0	1
	Rede e Infraestrutura	1	0	1
	Segurança da Informação	1	0	1
	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	1	0	1
	Teste e Qualidade de Software	1	0	1
Biblioteconomia = 5	Biblioteconomia	5	0	5
Médica = 5	Medicina	2	0	2
	Odontologia	2	0	2
	Pericia Criminal - Medicina	1	0	1
Meio Ambiente e Urbanismo = 2	Eng Sanitária e Ambiental	1	0	1
	Pericia urbanismo	1	0	1
Pedagogia = 1	Pedagogia	1	0	1
Psicologia = 2	Psicologia	2	0	2
Total de Analistas		**107**	**16**	**123**

Fonte: CGP/PGJ, 2013

Tabela 51 - Resumo de Cargos Comissionados MPMA 2013

DESCRIÇÃO	CARGOS CRIADOS	%
CARGOS DE INDICAÇÃO MEMBROS (Lei nº 8.824/2008)	469	76,76
DEMAIS CARGOS COMISSIONADOS	142	23,24
TOTAL DE CARGOS COMISSIONADOS	**611**	**100**

Fonte: CGP/PGJ, 2013

11.2 Coordenadoria de Folha de Pagamento (CFP)

a) Número de servidores

De modo a ilustrar o crescente aumento na demanda dos serviços da Coordenadoria de Folha de Pagamento, demonstramos a seguir a evolução do número de servidores.

Tabela 52 - Evolução do Número de Servidores

ANO	MES	CATEGORIA	SERVIDORES	Obs: Em 2010	CRESCIMENTO MÊS
2013	JAN	Comissionado	372	127	-
2013	JAN	Efetivo	472	499	-
2013	JAN	Membro	304	251	-
2013	JAN	Requisitado	266	227	-
TOTAL			**1414**	**1104**	**-**
2013	DEZ	Comissionado	423	128	13,71%
2013	DEZ	Efetivo	465	499	-1,48%
2013	DEZ	Membro	301	275	-0,99%
2013	DEZ	Requisitado	330	224	24,06%
TOTAL	1519	1126	7,43%		
CRESCIMENTO ANUAL:			**105**		**7,43%**

Fonte: CFP/PGJ, 2013

Observa-se um crescimento no número de servidores durante o ano de 2013 na ordem de 7,43%, aumentando consideravelmente o número de demandas à folha de pagamento, como manutenção da folha, lançamentos, consignações etc, só relativo à folha principal.

b) Contracheques

- *Impressos*

Em 2013 alcançamos a meta de disponibilizar 100% dos contracheques gerados pela Folha de Pagamento do Ministério Público no sítio eletrônico da instituição, tendo que imprimir uma quantidade ínfima de documentos dessa natureza.

- *Contracheques Online*

Tabela 53 - Estatísticas de acesso no ano de 2013

MÊS	Dados	Consulta liq	Contra-cheque 2ª via	Demons. IRPF	Ficha financeira	Mostra IRPF tre	Rel margem	Transp. folha ativos	Transp. folha inativos	Total Resultado
1	Soma - Servidores	714	948	49	195		4	14	1	**1.925**
	Soma - Acessos	4.425	3.235	70	401		8	23	1	**8.163**
2	Soma - Servidores	738	920	414	193		2	13	1	**2.281**
	Soma - Acessos	4.502	2.995	674	432		2	20	1	**8.626**
3	Soma - Servidores	700	941	520	203	62	1	9		**2.436**
	Soma - Acessos	3.919	2.726	843	429	94	1	17		**8.029**
4	Soma - Servidores	782	1.015	528	244	124	1	13		**2.707**
	Soma - Acessos	4.835	3.809	817	625	186	1	19		**10.292**
5	Soma - Servidores	855	1.003	55	146	7	1	12		**2.079**
	Soma - Acessos	6.437	3.283	84	362	8	2	38		**10.214**
6	Soma - Servidores	807	975	37	131	7	2	17		**1.976**
	Soma - Acessos	4.132	2.846	51	301	13	6	26		**7.375**
7	Soma - Servidores	673	894	31	131	4	2	11		**1.746**
	Soma - Acessos	2.857	2.726	43	292	4	3	15		**5.940**
8	Soma - Servidores	649	881	32	143	3	2	1		**1.711**
	Soma - Acessos	3.089	2.578	46	382	9	3	1		**6.108**
9	Soma - Servidores	685	910	26	174		1	8	1	**1.805**
	Soma - Acessos	3.487	2.664	33	568		1	14	1	**6.768**
10	Soma - Servidores	927	1.067	42	457	1	3	13		**2.510**
	Soma - Acessos	6.718	3.847	62	2.892	2	5	29		**13.555**
11	Soma - Servidores	814	910	32	232		2	3		**1.993**
	Soma - Acessos	5.257	2.768	46	882		3	5		**8.961**
12	Soma - Servidores	717	974	22	180	1	1	2		**1.897**
	Soma - Acessos	3.336	3.656	35	438	1	4	4		**7.474**
Total Soma – Servidores		**9.061**	**11.438**	**1.788**	**2.429**	**209**	**22**	**116**	**3**	25.066
Total Soma - Acessos		**52.994**	**37.133**	**2.804**	**8.004**	**317**	**39**	**211**	**3**	101.505

Fonte: CFP/PGJ, 2013

Em comparação ao ano anterior (2012), onde observamos um total de 87.657 acessos, houve um aumento de 13.848 acessos, ou cerca de 15,79%. Ou seja, um número cada vez maior de servidores utiliza o portal da folha online para acessar contracheques, fichas financeiras e demais documentos relativos à pagamento, com observância relevante ao portal da transparência. Com isso, alcançamos os seguintes resultados:

- Economia cada vez maior de papel, sendo desnecessária a impressão desse tipo de documento;
- Acesso rápido e comodidade cada vez maior para o servidor, principalmente no interior do estado;
- Transparência nos lançamentos de folha;
- Segurança institucional;
- Acompanhamento em tempo real por parte do servidor da confecção de sua folha, minimizando erros.
- Transparência para o público em geral, em cumprimento à Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

c) Consignações

- *Consignações Ativas (com base no último mês do ano):*

Tabela 54 - Consignações realizadas em 2013

#	Empresa	Lançamentos	Valor
1	ABEM - BRADESCO	8	371,13
2	AMPEM	404	234.702,71
3	ASFUPEMA	624	30.958,33
4	BANCO BMG S/A	2	343,48
5	BANCO CRUZEIRO DO SUL	66	41.519,00
6	BANCO DO BRASIL S/A	577	507.343,67
7	BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A	8	9.965,24
8	BRADESCO S/A	6	2.869,88
9	CAPEMISA	1	603,07
10	CEF / AQ.ANTEC/PAR	2	345,09
11	CEF / CASA PROPRIA	24	4.427,36
12	CEF / EMPRESTIMO	216	280.949,40
13	COOMAMP	319	198.166,66
14	FABIANO, FÁBIO E FABIANO ADV. ASS.	442	41.311,66
15	FEPA (PROGRAMA MINHA CASA)	2	711,94
16	FUNBEN (SFH/GEMOR)	2	196,35
17	GBOEX	2	248,84
18	GOV.EST.P.PR.GRANDE	1	107,00
19	HSBC BANK BRASIL SA	12	6.463,84
20	ITAÚ UNIBANCO S.A.	12	7.154,01
21	MONGERAL	7	1.067,75
22	RSPP PREVIDÊNCIA	15	276,27
23	SIN. VIGILANTE - SFPVEMA	1	1,36
24	SINDSEMP/MA	345	17.402,50
25	SINTSEP	1	87,40
26	SOASB	1	50,00
TOTAL VOLUME MENSAL		**3.100**	**1.387.643,94**

Fonte: CFP/PGJ, 2013

- *Evolução das Consignações*

Tabela 55 - Evolução das Consignações realizadas em 2013

MÊS	Lançamentos	Valor	Crescimento Lançamentos	Crescimento Valores
Jan	3.159	**1.379.537,56**	-%	-%
Dez	3.100	**1.387.643,94**	-1,90%	0,58%
TOTAL	**-**	**2.767.181,50**	**-1,90%**	**0,58%**

Fonte: CFP/PGJ, 2013

O volume de consignações permaneceu praticamente inalterado. Isso demonstra o controle rigoroso com a questão da margem consignável, além da estabilidade do nível de endividamento do servidor, que está dando prioridade ao pagamento de dívidas antigas ao invés de contrair novas.

d) Evolução da Folha

- *Valores do Ano*

Tabela 56 - Demonstrativo da Folha de Pagamento de 2013

Mês	Bruto Folha	Patronal INSS	Patronal Supsec	Patronal Ass. Saúde	Patronal FEPA	Patronal Funben	Salário Família	Verbas Exerc Anterior / Dec. Judiciais	TOTAL BRUTO (PESSOAL + ENCARGOS)	Auxílio Alimentação	TOTAL FOLHA
Jan	12.524.237,89	229.740,28	1.398,66	5.077,46	1.441.477,23	18.019,29	403,02	969.268,05	15.189.621,88	1.012.200,86	16.201.822,74
Fev	12.720.002,29	235.105,63	1.239,46	4.853,92	1.432.652,95	17.799,59	404,43	969.268,05	15.381.326,31	1.500.914,74	16.882.241,05
Mar	13.601.755,89	234.083,62	1.398,66	4.928,92	1.444.419,11	17.882,68	403,02	969.268,05	16.274.139,95	1.499.318,57	17.773.458,53
Abr	13.685.292,40	239.809,25	1.398,66	5.219,57	1.443.401,59	17.763,87	407,25	969.268,05	16.362.560,64	1.522.207,22	17.884.767,86
Mai	14.885.556,65	304.573,15	1.398,66	6.284,96	1.551.515,09	21.393,87	408,66	969.268,06	17.740.399,09	1.514.605,88	19.255.004,97
Jun	20.784.777,26	266.122,97	1.398,66	5.131,73	1.466.191,99	18.597,41	411,72	969.268,06	23.511.899,80	1.520.500,87	25.032.400,67
Jul	13.279.196,39	253.803,29	1.398,66	5.080,97	1.457.396,71	17.851,96	415,95	969.268,06	15.984.411,99	1.520.405,05	17.504.817,05
Ago	13.289.379,34	264.845,95	1.398,66	5.319,84	1.458.153,34	17.894,08	413,13	969.268,06	16.006.672,39	1.532.953,19	17.539.625,58
Set	13.398.837,64	298.612,02	1.398,66	6.203,72	1.460.108,82	17.515,19	414,54	969.268,06	16.152.358,65	1.557.843,40	17.710.202,05
Out	14.479.001,52	434.091,95	1.398,66	7.765,72	1.470.324,00	18.168,33	415,95	969.268,06	17.380.434,18	1.556.762,31	18.937.196,49
Nov	13.929.883,59	357.070,18	1.398,66	6.013,76	1.493.124,64	18.899,04	414,54	969.268,06	16.776.072,48	1.562.045,69	18.338.118,16
Dez	16.427.505,85	371.201,30	1.398,66	5.707,70	1.492.458,60	19.273,19	417,36	969.268,06	19.287.230,72	1.563.349,81	20.850.580,53
13	6.784.520,86	283.535,12	1.398,66	0	1.480.600,09	0	0	0	8.550.054,73	0	8.550.054,73
TOTAL	179.789.947,57	3.772.594,71	18.023,38	67.588,24	19.091.824,16	221.058,50	4.929,57	11.631.216,68	214.597.182,81	17.863.107,60	232.460.290,40

Fonte: CFP/PGJ, 2013

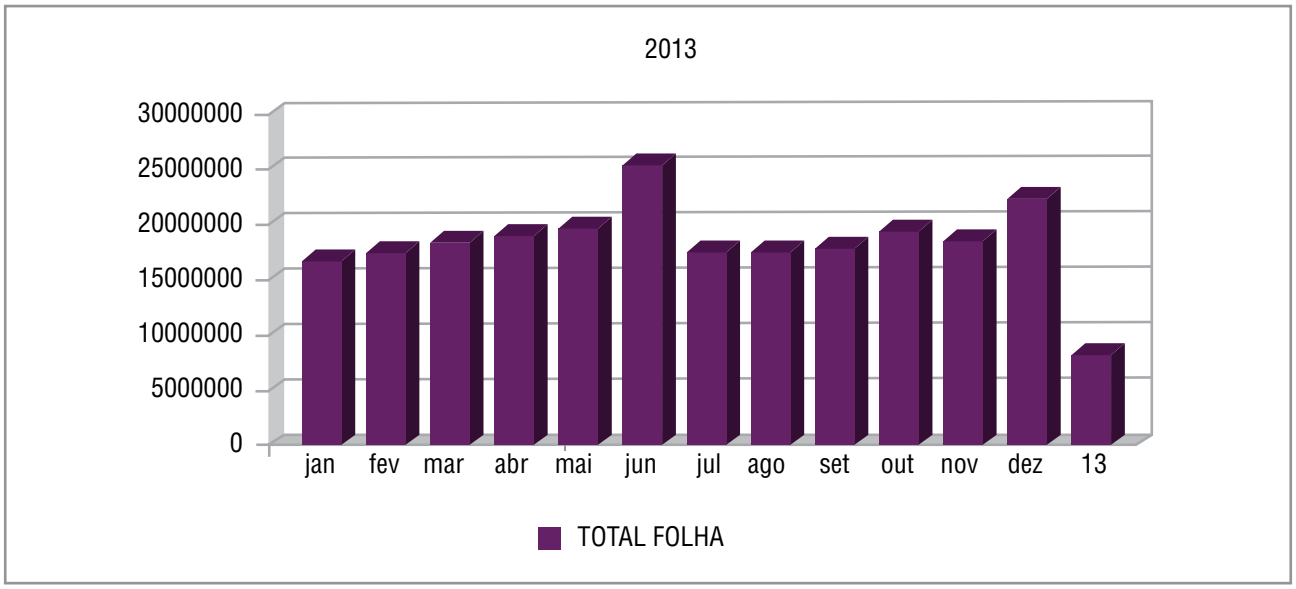


Gráfico 4 - Demonstrativo da Folha de Pagamento 2013

Fonte: CFP/PGJ, 2013

- *Evolução da Remuneração*

Tabela 57 - Evolução da Remuneração em 2013

Categoria	Valor Jan	Valor Dez	% Aumento
Comissionado	1.051.500,44	1.284.619,40	22,17%
Efetivo	3.424.648,16	4.039.011,26	17,94%
Membro	8.214.699,26	10.387.169,66	26,45%
Requisitado	408.589,02	435.692,70	6,63%
TOTAL	**13.099.436,88**	**16.146.493,02**	**23,26%**

Fonte: CFP/PGJ, 2013

Foi considerada toda a remuneração dos mesmos servidores presentes tanto na folha de janeiro quanto na folha de dezembro, desconsiderando-se a verba de terço constitucional de férias.

- Evolução dos Vencimentos

Tabela 58 - Evolução dos Vencimentos em 2013

Categoria	% Aumento ao longo do ano
Comissionado	27,20%
Efetivo	6,00%
Membro	5,00%
Requisitado	-
TOTAL	**38,20%**

Fonte: CFP/PGJ, 2013

Aos comissionados foi concedido reajuste geral anual de 6% mais aumento de 20%.

e) Folhas Extras

- *Auxílio-Moradia Aposentados*

Tabela 59 - Folhas de Pagamento extras

Ano	Mês	Membros	Valor
2013	**1**	105	384.019,24
2013	**2**	106	386.917,69
2013	**3**	106	386.917,69
2013	**4**	106	386.917,69
2013	**5**	107	386.917,70
2013	**6**	108	389.711,34
2013	**7**	108	389.711,34
2013	**8**	108	389.711,34
2013	**9**	108	389.711,34
2013	**10**	108	389.711,34
2013	**11**	110	396.492,15
2013	**12**	110	396.492,15

Fonte: CFP/PGJ, 2013

- *Bolsa-Estágio*

Tabela 60 - Demonstrativo de Remuneração da Bolsa-Estágio

Ano	Mês	Estagiários	Valor	% Crescimento Estagiários	% Crescimento Valores
2013	1	51	36.681,20	-	-
2013	2	46	33.952,00	-10,87%	-8,04%
2013	3	44	33.528,00	-4,55%	-1,26%
2013	4	45	31.800,80	2,22%	-5,43%
2013	5	42	30.276,80	-7,14%	-5,03%
2013	6	40	30.759,40	-5,00%	1,57%
2013	7	40	26.365,20	0,00%	-16,67%
2013	8	32	20.955,00	-25,00%	-25,82%
2013	9	24	18.262,60	-33,33%	-14,74%
2013	10	24	15.138,40	0,00%	-20,64%
2013	11	19	13.817,60	-26,32%	-9,56%
2013	12	17	10.718,80	-11,76%	-28,91%
TOTAL			**302.255,80**	**-7,14%**	**-9,56%**

Fonte: CFP/PGJ, 2013

- *Policiais Reserva*

Tabela 61 - Demonstrativo de Remuneração dos Policiais

Ano	Mês	Servidores	Valor	% Crescimento	% Crescimento
2013	1	16	28.692,67	-	-
2013	2	15	27.082,88	-6,67%	-5,94%
2013	3	16	28.469,69	6,25%	4,87%
2013	4	18	30.314,33	11,11%	6,09%
2013	5	18	31.177,12	0,00%	2,77%
2013	6	17	30.972,31	-5,88%	-0,66%
2013	7	17	31.384,39	0,00%	1,31%
2013	8	17	30.067,26	0,00%	-4,38%
2013	9	16	29.261,86	-6,25%	-2,75%
2013	10	16	30.022,71	0,00%	2,53%
2013	11	16	29.261,86	0,00%	-2,60%
2013	12	16	29.261,86	0,00%	0,00%
TOTAL			**355.968,94**	**0,00%**	**0,00%**

Fonte: CFP/PGJ, 2013

- *Parcela Autônoma de Equivalência (PAE)*

Tabela 62 - Demonstrativo de Pagamento do PAE

Ano	Mês	SERVIDORES	Valor
2013	1	0	0,00
2013	2	0	0,00
2013	3	0	0,00
2013	4	307	3.000.000,25
2013	5	1	10.345,11
2013	6	0	0,00
2013	7	0	0,00
2013	8	0	0,00
2013	9	0	0,00
2013	10	308	5.999.999,93
2013	11	308	5.999.999,93
2013	12	308	8.000.000,08
TOTAL			**23.010.345,30**

Fonte: CFP/PGJ, 2013

12 GESTÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO

Processo é um conjunto de recursos e atividades inter-relacionadas e interativas que transformam insumos (entradas) em resultados para a Instituição. A Gestão de Processos de Trabalho visa otimizar as rotinas de trabalho e, consequentemente, aumentar a qualidade dos serviços prestados pelo Ministério Público do Maranhão, bem como estabelecer práticas que permitam gerir e acompanhar tais rotinas, para aperfeiçoá-las.

12.1 Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG)

A Coordenadoria de Serviços Gerais compreende a Seção de Manutenção e Serviços Gerais, a Seção de Transporte, a Seção de Segurança e a Seção de Análise de Custos.

Compete a este setor coordenar, acompanhar, fiscalizar, orientar e controlar a execução das atividades ligadas à gestão dos recursos logísticos e dos serviços gerais, tais como: portaria, vigilância, zeladoria, conservação e manutenção da Procuradoria Geral de Justiça, Promotorias de Justiça da Capital e Promotorias de Justiça do interior do Estado do Maranhão. Esta CSG coordena as atividades de contratação de serviços, de administração, ampliações e adaptações de bens imóveis, assim como elaboração de termos de referência na sua área de atuação.

Para proporcionar um melhor ambiente de trabalho, esta Coordenadoria inspeciona periodicamente as condições das instalações físicas, elétricas, hidráulicas e sanitárias dos prédios, executa pequenos consertos e reparos de bens patrimoniais, bem como elabora, propõe, implanta e mantém o sistema interno de telecomunicação, e impõe um rígido controle para zelar pela guarda, manutenção e conservação de fotocopiadoras, máquinas de reprografia, fax, bebedouros, telefones, dentre outros aparelhos.

Esta Coordenadoria efetua a fiscalização dos serviços prestados por terceiros, no que se refere à limpeza, consertos e manutenção de máquinas, equipamentos e aparelhos, jardinagem, vigilância interna e externa do prédio-sede da Procuradoria Geral de Justiça e Promotorias de Justiça da Capital, bem como controla e gerencia as atividades de recepção e escalas de plantões dos vigilantes, manutenção de centrais de ar condicionado, manutenção de elevadores, locação de máquinas fotocopiadoras, fornecimento de luz e água, serviços de telefonia fixa e móvel, serviço de postagem, manutenção de central telefônica etc.

Compete ao Setor de Transporte, seção vinculada à CSG, as seguintes atividades: manter regularizada a documentação da frota, bem como sua conservação, manutenção e recuperação, efetuar abastecimentos, controlar gastos com combustível, lubrificantes e peças, gerir e fiscalizar o contrato de locação de mão-de-obra (motoristas terceirizados) e também acompanhar e controlar o uso diário dos veículos oficiais.

Para a Seção de Análise de Custos fica atribuída a função de comparar gastos mensais ao longo do exercício com o objetivo de baixar custos, viabilizar as consultas pelos interessados acerca de despesas, informar a Administração Superior das medidas tomadas para redução dos custos, elaborar relatórios contendo as atividades trimestrais para melhor examinar os gastos, examinar as faturas mensais numa ação preventiva, evitando o aumento abusivo de valores faturados que comprometam o orçamento da Instituição.

A Coordenadoria de Serviços Gerais procurou atingir todas as metas e demandas surgidas em seu planejamento financeiro para o exercício de 2013, entretanto algumas atividades não foram concluídas devido a não contratação em tempo hábil, através de licitação, de serviços como instalação de forros e divisórias, serviços de segurança armada e limpeza de conservação predial para o interior, entre outros.

Com relação às atividades de manutenção, reestruturação, readaptação, conserto e reparo, houve um aumento bastante significativo de demandas com pinturas e reformas de salas administrativas e gabinetes; descupinização e dedetização na capital e interior; reforma estrutural nos prédios da PGJ e Promotorias de Justiça do interior, conserto de portas e janelas de vidros, conserto de fax, telefone, fragmentadoras, cafeteiras, entre outros, fornecimento e instalação de portão de alumínio automatizado, fornecimento e instalação de grades de ferro e alumínio, fornecimento e instalação de persianas, solicitação de instalação de processos licitatórios (placas de sinalização, película, chaves e carimbos, serviços gerais, motoristas, fotocopiadoras, segurança armada, gerenciamento de frota de veículos, locação de novos imóveis com melhor estrutura para abrigarem e funcionarem as Promotorias de Justiça do interior do Estado que ainda não possuem sede própria etc).

Tabela 63 - Demonstrativo de Despesas Fixas– 2013

DESPESAS FIXAS	VALOR
Contrato de Locação de Imóveis	2.156.368,49
Serviço de Limpeza e Conservação	1.023.772,13
Serviço de Motorista	1.163.519,88
Manutenção de de Central de Ar Condicionado	204.999,96
Manutenção de Elevadores	13.800,00
Locação de Máquinas Fotocopiadoras	288.489,96
Fornecimento de Luz	1.023.570,99
Fornecimento de Água e Esgoto	195.391,13
Serviço de Telefonia Fixa	752.931,83
Serviço de Telefonia Móvel	564.597,49
Serviço de Postagem	383.008,85
Manutenção de Central Telefônica	103.999,71
Serviço de Seguro Total de Veículos	128.220,83
Fornecimento de Combustível	331.709,45
Despesa seguro obrigatório (licenciamento) veículos da PGJ	11.138,17
TOTAL DESPESAS FIXAS	**8.334.380,70**

Fonte: CSG/PGJ, 2013

Tabela 64 - Demonstrativo de Despesas Variáveis – 2013

DESPESAS VARIÁVEIS	VALOR
Manutenção de Veículos	385.953,82
Serviços: Elétrico, Pintura, Pedreiro. Hidráulico	3.158,14
Confecção de Placas de Inauguração e Identificação	51.675,78
Confecção de Chaves e Carimbos	94.207,70
Conserto de Fax, Telefone, Fragmentadora e Cafeteira	22.794,30
Fornecimento e Instalação de Portão de Alumínio Automatizado	6.744,00
Fornecimento e Instalação de Grades de ferro e Alumínio	2.177,74
Recuperação de Forro de Gesso	75,00
Conserto e Reparo do Poço Artesiano – PGJ	250,00
Serviço de Dedetização, Desbaratização e Descupinização	66.879,90
Instalação e Conserto de Ar Condicionado: Split e ACJ, Capital e Interior	21.962,50
Serviço de película	8.920,80
Serviços de personalização de veículos oficiais	12.900,00
Etiquetas	2.000,00
Suporte e manutenção extintores de incêndio	7.677,00
Fornecimento e Instalação de Persianas	31.019,61
TOTAL DE DESPESAS VARIÁVEIS	**718.396,29**

Fonte: CSG/PGJ, 2013

Tabela 65 - Despesas com Veículos em 2013

DESPESAS – VEÍCULOS	VALOR
Despesa seguro obrigatório (licenciamento) veículos da PGJ	11.138,17
Manutenção de Veículos (serviços)	171.251,56
Aquisição de Peças	214.702,26
Fornecimento de Combustível	376.161,34
Serviço de Seguro Total de Veículos	128.220,83
TOTAL DE DESPESAS VEÍCULOS	**901.474,16**

Fonte: CSG/PGJ, 2013

- Dos veículos

Em 2013, o Ministério Público operou com 121 veículos, assim distribuídos:

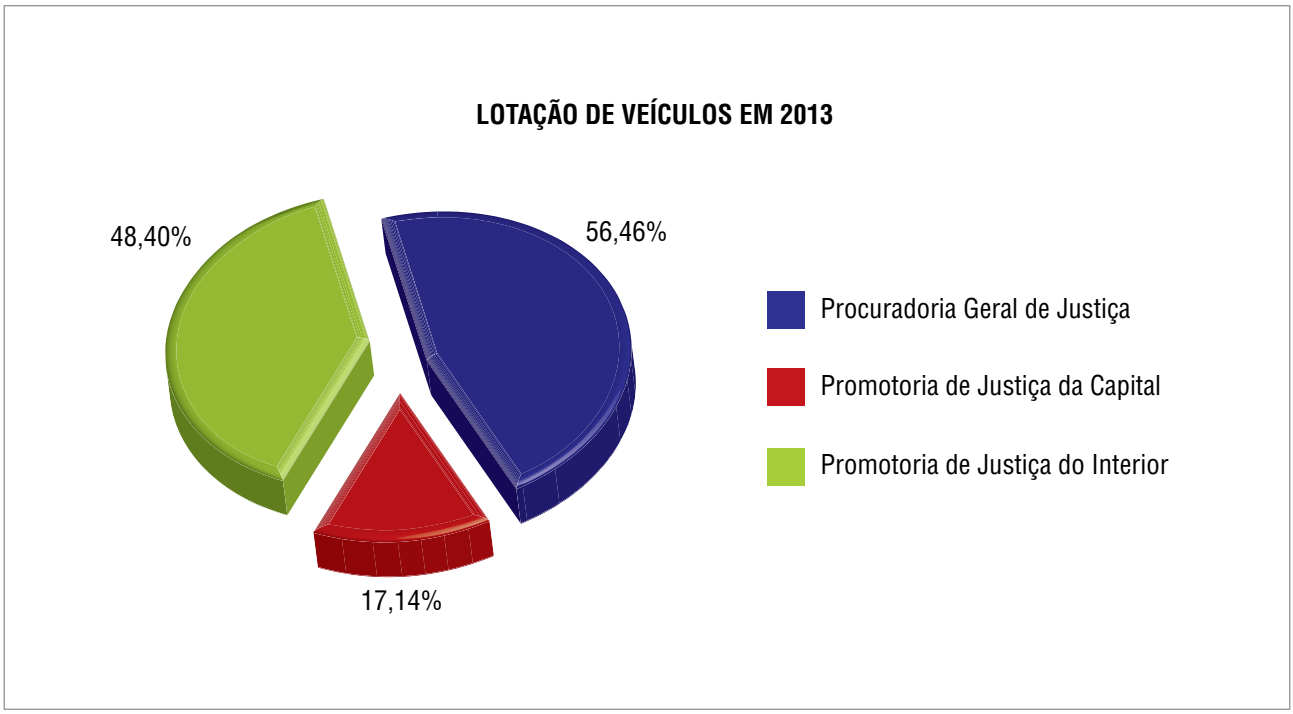


Gráfico 5 - Distribuição de veículos da PGJ-MA
Fonte: CSG/PGJ, 2013

12.2 Assessoria Técnica (AT)

Em 2013, a Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça registrou 444 manifestações, conforme gráfico a seguir:

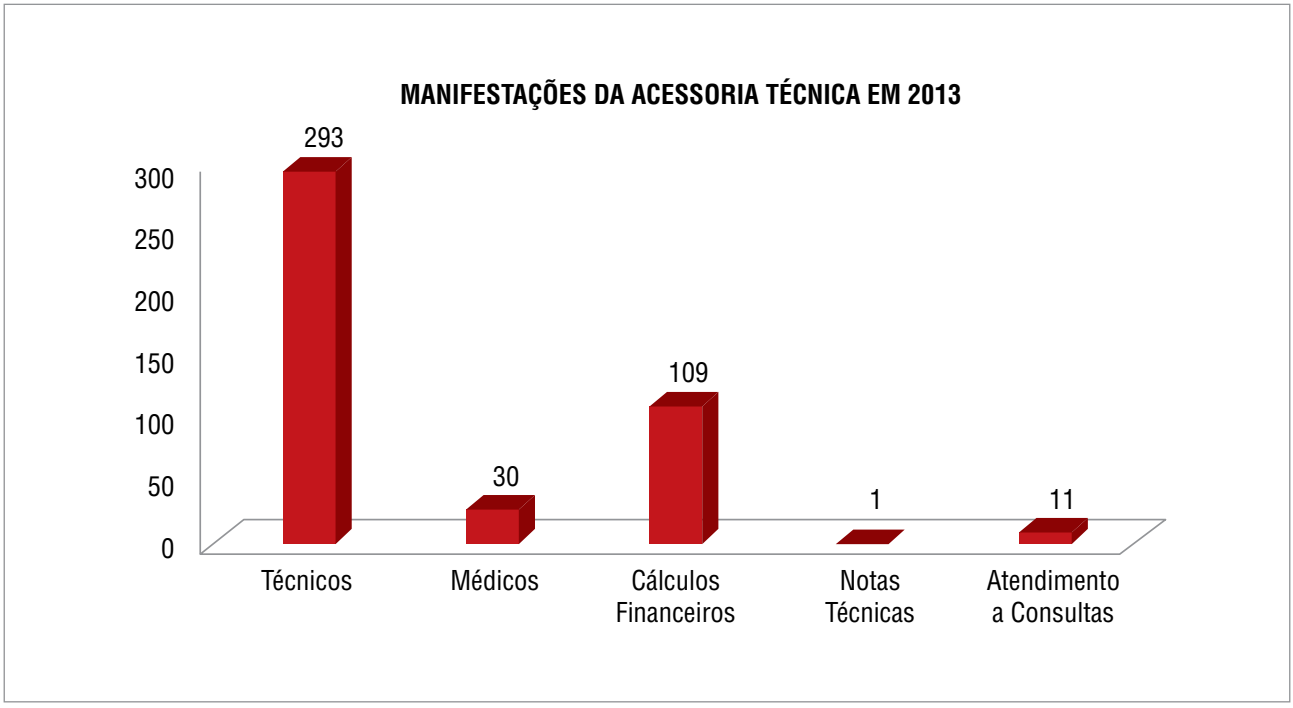


Gráfico 6 - Manifestações da Assessoria Técnica da PGJ-MA
Fonte: Assessoria Técnica/PGJ, 2013

12.3 Assessoria de Controle Interno (ACI)

Em 2013 foram emitidas pela Assessoria de Controle Interno, 1.765 (mil setecentas e sessenta e cinco) manifestações acerca da regularidade de processos administrativos, sobre os mais variados objetos: prestação de contas dos recursos recebidos a título de suprimento de fundos (adiantamento), abono de permanência; aditivos / reajustes contratuais; ajuda de custo; empenho de despesas e pagamento à fornecedores; locação de imóveis; licitação (fase inicial / dispensa / inexigibilidade / adesão de ata de registro de preço); solicitação de gratificações, auxílios e adicionais a membros e a servidores efetivos e à disposição; incorporação/averbação de tempo de contribuição previdenciária; requisição de servidores; verbas indenizatórias; entre outros.

Tabela 66 - Manifestações emitidas por grupo de análises em 2013

GRUPO	QUANTIDADE	%
Execução Orçamentária	1102	62%
Gestão de Pessoas	375	21
Licitações	276	16
Outros	12	1
TOTAL	**1765**	**100**

Fonte: Assessoria Controle Interno/PGJ, 2013

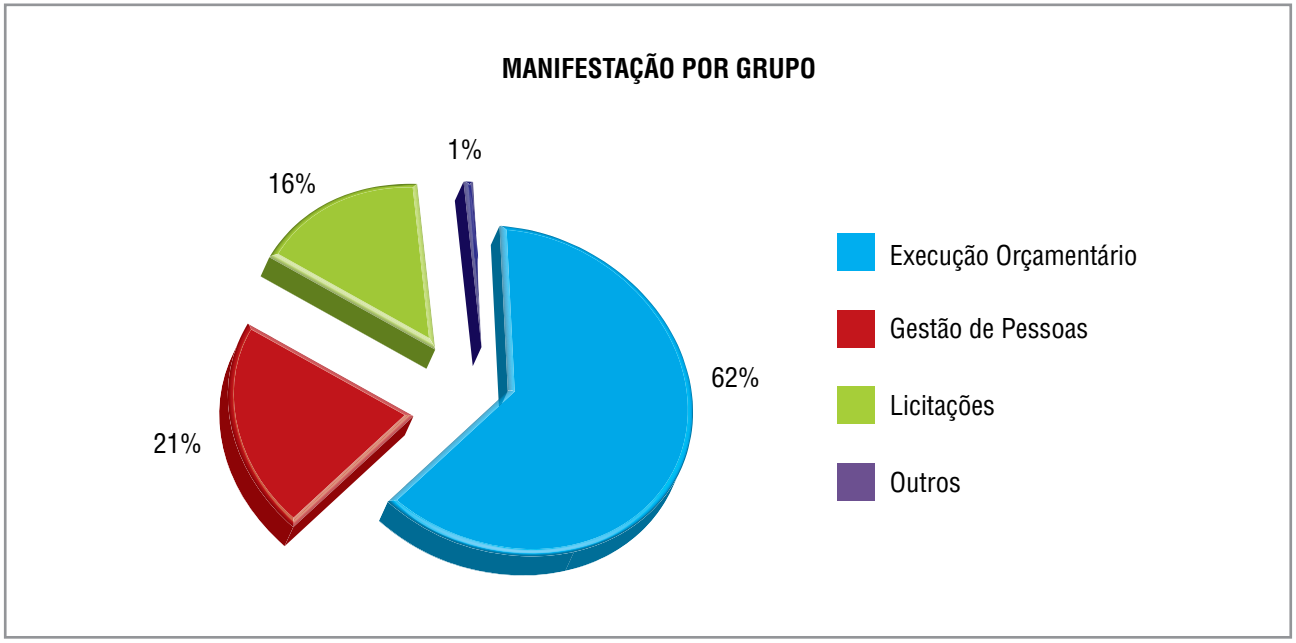


Gráfico 7 - Manifestações por grupo da Assessoria de Controle Interno da PGJ-MA

Fonte: Assessoria Controle Interno/PGJ, 2013

A seguir, manifestações que tiveram como objeto de análise processos administrativos relativos à Gestão de Pessoas.

Tabela 67 - Análise de processos administrativos relativos à Gestão de Pessoas

ASSUNTO	QUANTIDADE
Verbas Indenizatórias	157
Graticiações, Auxílios e Adicionais	78
Requisição de Servidores	75
Progressão Funcional e Promoção	24
Abono de Permanência	12
Incorporação e Averbação de Tempo de Serviço	8
Ajuda de Custo	6

Reajuste de vencimento-base e de gratificação de servidor à disposição	5
Reconsideração de Aposentadoria	4
Desconto em Folha de Pagamento e Insenção de IR	4
Remoção e Recondução	2
TOTAL	**375**

Fonte: Assessoria Controle Interno/PGJ, 2013

Tabela 68 - Processos administrativos relativos à licitação

ASSUNTO	QUANTIDADE	%
Inexigibilidade de Licitação	87	32
Licitação (Fase Interna)	62	22
Aditivos Contratuais	47	17
Locação de Imóveis	26	9
Dispensa de Licitação	24	9
Reajustes e Repactuações Contratuais	16	6
Adesão Registro de Preços	14	5
TOTAL	**276**	**100**

Fonte: Assessoria Controle Interno/PGJ, 2013

Abaixo, o quantitativo de manifestações acerca da regularidade de processos administrativos relativos à execução orçamentária.

Tabela 69 - Regularidade de processos administrativos relativos à execução orçamentária

ASSUNTO	QUANTIDADE	%
Pagamento	529	48
Adiantamento	395	36
Empenho	170	15
Prestação de Contas mensal do FEMPE	8	1
TOTAL	**1102**	**100**

Fonte: Assessoria Controle Interno/PGJ, 2013

12.4 Assessoria de Auditoria Interna (AUDIT)

A Assessoria de Auditoria Interna, enquanto unidade diferenciada na estrutura administrativa da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão - PGJ/MA, foi criada e estruturada apenas no exercício de 2012, pelo Ato Regulamentar nº. 002/2012-GPGJ (Diário Oficial, Poder Judiciário, 14/02/2012), que alterou o Ato Regulamentar nº. 020/2008-GPGJ (Regimento Interno da PGJ/MA).

A existência de uma auditoria interna eficiente, atuante e com reais condições de trabalho contribui sobremaneira para a melhoria dos mecanismos de controle existentes e ajuda a prevenir erros e fraudes que podem levar a Instituição a dificuldades financeiras e operacionais.

Outrossim, é inexorável concluir que um trabalho adequado de auditoria interna é fundamental para que a Instituição mantenha o foco em seus objetivos, porquanto impulsiona-a rumo a suas metas, minimizando reveses, reduzindo os riscos de perda de ativos e ajudando a assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras e sua conformidade com as leis e regulamentos.

As principais atividades desenvolvidas por esta Assessoria de Auditoria Interna, ao longo do exercício de 2013.

- Elaboração e submissão à apreciação da Administração Superior, do Plano Anual de Auditoria Interna - 2013, bem como do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - 2012;
- Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, dos Relatórios de Auditoria Interna relativos as Áreas de Licitações, Contratos Administrativos, Gestão de Pessoas, Folha de Pagamento, Gestão Patrimonial, com recomendações visando sanar as pendências verificadas ou aperfeiçoar os mecanismos de controle afins;

Reunião da Auditoria Interna com a Coordenadoria de Gestão de Pessoas

- Emissão de 03 (três) Notas de Auditoria, pertinentes às áreas de licitações e contratos administrativos, folha de pagamento e gestão de pessoas, visando sanar inadequações identificadas.
- Realização de reuniões técnicas, visando à aferição da situação de implementação das recomendações expedidas nos Relatórios de Auditoria Interna com o objetivo maior de promover o aperfeiçoamento das atividades inerentes às áreas auditada.;
- Prestação de orientações e esclarecimentos a diversas unidades administrativas da Procuradoria Geral de Justiça, acerca das constatações e recomendações resultantes dos trabalhos de auditoria realizados ou em andamento;
- Participação nos estudos e atividades da comissão designada pela Portaria nº. 0871/2013-GPGJ, contribuindo para o aperfeiçoamento da regulamentação interna vigente, objetivando racionalizar as ações de controle, notadamente quanto à revisão do Ato Regulamentar nº. 003/2007-GPGJ, que dispõe sobre os procedimentos e rotinas na contratação de bens e serviços, nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, o que resultou na publicação do Ato Regulamentar nº. 09/2013-GPGJ, disciplinando a matéria em questão;
- Participação nos estudos e atividades da comissão designada para o aperfeiçoamento da regulamentação atinente aos procedimentos e rotinas a serem adotados na contratação ou prorrogação contratual relativa à prestação de serviços de natureza continuada (PA nº. 947AD/2013), o que resultou na publicação do Ato Regulamentar nº. 10/2013-GPGJ, disciplinando a matéria em questão;
- Participação na revisão do Termo de Cooperação entre este Ministério Público e a Secretaria de Estado de Gestão e Previdência, visando garantir, sem interrupção, o devido processamento e efetivação dos pagamentos de proventos de aposentadoria aos membros e servidores aposentados deste Órgão Ministerial;
- Colaboração na edição de instrumentos normativos, tais como: Ato Regulamentar nº. 04/2013-GPGJ (dispõe sobre a concessão, a aplicação e a prestação de contas de adiantamento); Ordem de Serviço nº. 001/2013-DG (obtenção e tratamento dos dados necessários à retenção e recolhimento de ISS quando da contratação para realização de obras e serviços de engenharia nos municípios do Estado do Maranhão); Ordem de Serviço nº. 012/2013-DG (padronização dos processos administrativos referentes ao pagamento de verbas indenizatórias a membros e servidores); e Ordem de Serviço nº. 018/2013-DG (autuação tempestiva de processos administrativos relativos a certames licitatórios ou aditivos contratuais, aperfeiçoamento da redação dos termos contratuais, metodologia de contagem de prazos etc.);

- Acompanhamento e assessoramento dos trabalhos de auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão junto a esta Instituição, conduzidos pelo Auditor Estadual de Controle Externo Franklin Eduardo dos Santos Figueiredo, considerando a NOTA DE INSPEÇÃO Nº. 01/2013;
- Participação nos trabalhos da comissão designada pela Portaria nº. 5908/2013-GSPGJAAD, que determinou a instauração de Tomada de Contas Especial, na forma ali descrita; e
- Expedição de 58 (cinquenta e oito) memorandos versando sobre diversos assuntos, tais como solicitações à Administração Superior para melhor estruturar esta Assessoria, encaminhamento de documentos e relatórios àquela e realização de diligências diversas junto aos setores competentes visando subsidiar os respectivos trabalhos de auditoria.

12.5 Comissão Permanente de Licitação (CPL)

As licitações realizadas contemplaram as modalidades de Pregão na forma Eletrônica e Presencial e Concorrência, além das contratações decorrentes de dispensa e inexigibilidade de licitação e adesão a Ata de Registro de Preços, objetivando a aquisição de bens e execução de obras e serviços. No quadro abaixo está demonstrada a participação de cada modalidade, no total de procedimentos licitatórios realizados no ano de 2013:

Tabela 70 - Licitações Realizadas no ano de 2013

MODALIDADE	QUANTIDADE
Pregão Eletrônico	28
Pregão Presencial	3
Concorrência	8
Total	**39**

Fonte: CPL/PGJ, 2013

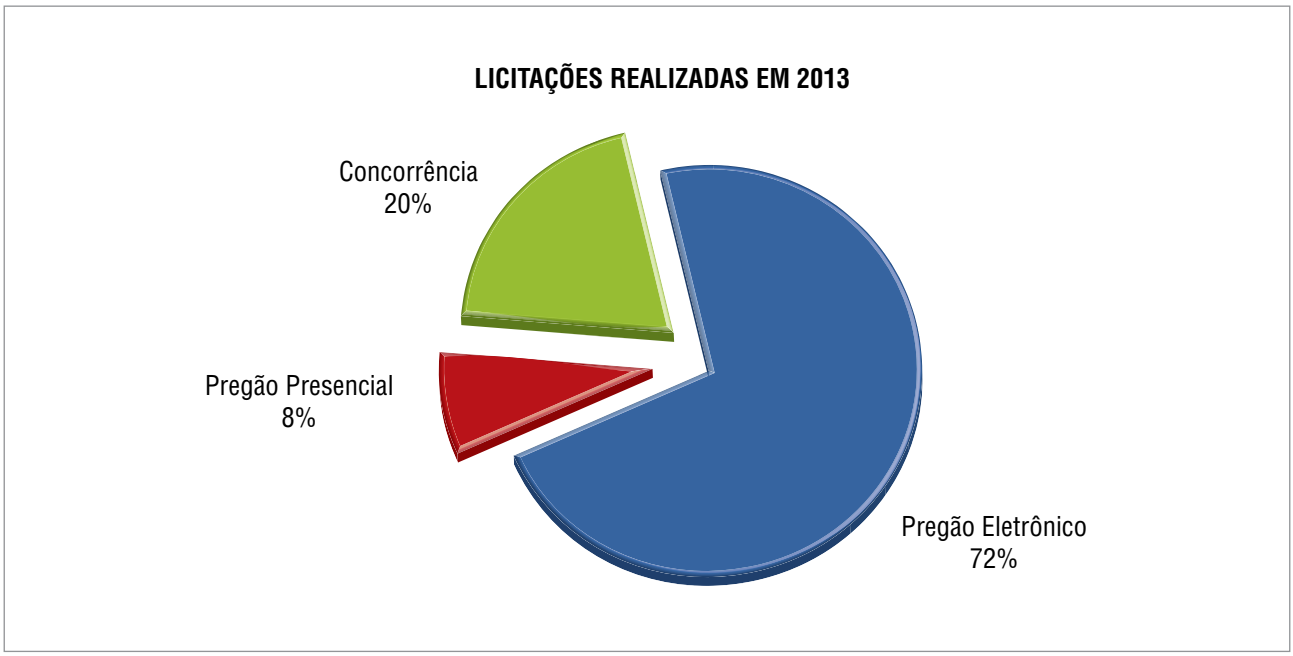


Gráfico 8 - Licitações realizadas pela CPL

Fonte: CPL/PGJ, 2013

Dos procedimentos licitatórios realizados no ano de 2013, foram concluídas 39 (trinta e nove) licitações. Desse total 28 (vinte e oito) foram na modalidade Pregões na forma Eletrônica; 03 (três) Pregões na forma Presencial, 08 (oito) Concorrências. Tivemos ainda 01 (uma) licitação fracassada.

As licitações concluídas, bem como as dispensas e inexigibilidades autorizadas e ainda as adesões feitas pela Procuradoria Geral de Justiça (carona), resultaram na formalização de 17 (dezessete) Contratos Administrativos e 54 (cinquenta e quatro) Atas de Registros de Preços.

Tabela 71 - Valores contratados por meio dos procedimentos licitatórios em 2013

Modalidade	Qtde.	Valor Estimado (R$) - (A)	Valor Ofertado (R$) - (B)	Economia (valor absoluto – R$) - (C)	Economia (valor relativo - %)
Pregão Eletrônico	28	46.550.644,33	32.541.250,66	14.009.393.67	30.09%
Pregão Presencial	3	6.690.102,00	5.349.830,00	1.340.272,00	20.03%
Concorrência	8	11.531.303,84	10.346.509,93	1.184.793,91	10.27%
TOTAL	**39**	**64.772.050,17**	**48.237.590,59**	**16.534.459.58**	**25.52%**

Fonte: CPL/PGJ, 2013

Conforme se verifica, na tabela acima, a economia orçamentária para este Órgão Ministerial foi da ordem de R$ 16.534.459,58 (dezesseis milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), o que equivale 25,52% (vinte e cinco virgula cinquenta e dois centésimos por cento) do valor total que se disponibilizou para as contratações, possibilitando à Instituição a realização de novos projetos no exercício de 2013.

A Lei de Licitações e Contratos determina como regra a contratação precedida de licitação, permitindo algumas exceções através da contratação direta por dispensa ou inexigibilidade.

A CPL no ano de 2013 realizou 25 (vinte e cinco) enquadramentos de contratações por dispensa (Artigo 24 da Lei nº 8.666/93), num total de R$ 57.177,08 (cinquenta e sete mil, cento e setenta e sete reais e oito centavos), e 82 (oitenta e dois) por inexigibilidade de licitação (Artigo 25 da Lei nº 8.666/93), compreendendo o valor estimado de R$ 1.452.040,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e dois mil e quarenta reais) destinados a fornecimento de água e energia elétrica, e R$ 333.793,48 (trezentos e trinta e três mil, setecentos e noventa e três reais e quarenta e oito centavos) para outros e serviços, tais como licenças de software, aulas, treinamentos e cursos de capacitação de membros e servidores, além de 03 (três) adesões à Atas de Registro de Preços, concedidas por outros Órgãos, no valor de R$ .2.792.258,00 (dois milhões, setecentos e noventa e dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais).

Para atender e melhorar as atividades precípuas do Órgão, desempenhadas nas Promotorias de Justiça do Estado, foram locados 43 (quarenta e três) imóveis entre novos e renovações. A Procuradoria Geral de Justiça conta ainda com 26 (vinte e seis) contratos de locação em plena vigência, para funcionamento das Promotorias de Justiça no interior, bem como da Escola Superior do Ministério Público, das Promotorias de Justiça da Capital e do Almoxarifado Central da PGJ, perfazendo o total de 68 (sessenta e oito) contratos de locação de imóveis.

12.6 Chefia de Cerimonial (CER)

A Chefia de Cerimonial tem-se firmado como importante agente na viabilização dos eventos do Ministério Público do Maranhão, tendo participação garantida nas ações estratégicas da Administração Superior, desde o planejamento até a implementação das ações e a avaliação dos resultados alcançados, dando importantes contribuições e, principalmente, tendo suas sugestões amplamente consideradas pela Administração Superior na definição das estratégias a serem aplicadas, na realização de suas ações e no estabelecimento e consolidação de importantes relações com membros, servidores, estagiários, prestadores de serviços, autoridades e a sociedade em geral.

Atividades desenvolvidas no período:

- Planejamento, organização e execução de diversos eventos, tais como: solenidades de posses, inaugurações, audiências públicas, atos de assinaturas de documentos, cursos, conferências, congressos, seminários, simpósios, workshops, encontros, semanas, palestras, dentre outros;
- Estruturação e organização do espaço físico e recursos necessários à realização de eventos em geral;
- Requerimento de ornamentação (flores) para eventos, recursos materiais e outros que se fizerem necessários;
- Confecção e expedição dos convites;
- Articulação com o cerimonial de órgãos externos nos âmbitos municipal e estadual, realizando contatos prévios, principalmente quando da participação de autoridades do Ministério Público em eventos externos, enfatizando as questões protocolares;
- Recepção, acompanhamento e organização protocolar de visitas oficiais de autoridades;
- Acompanhamento da agenda de eventos de iniciativa do Ministério Público;

- Manutenção e atualização de etiquetas de autoridades para envio de correspondência;
- Acompanhamento e assessoramento à Procuradora-Geral de Justiça e demais membros do Ministério Público nas diversas solenidades, eventos e atos oficiais e protocolares externos de que participem institucionalmente, informando sobre todos os dados complementares à organização e programação e fazendo a defesa da Instituição no que diz respeito à precedência e posição na composição de mesa de honra/diretora;
- Contato com fornecedores de serviços e materiais e acompanhamento da montagem de estrutura e ambientação;
- Organização e montagem de mesas de honra e diretora, obedecendo as regras de precedência e a forma de tratamento correspondentes a cada personalidade e providências relativas a reserva dos assentos, assim como a identificação e recepção de autoridades e convidados;
- Elaboração de roteiros e scripts das cerimônias;
- Confecção de cartões de nominata;
- Orientação do Mestre de Cerimônia contratado;
- Recepção e acomodação das autoridades durante o decorrer dos eventos e conferência da lista das autoridades presentes e encaminhamento da mesma à Presidência da Mesa;
- Coordenação e supervisão de pessoal de apoio, como recepcionistas, garçons, seguranças, motoristas, entre outros;
- Contato prévio com os departamentos e serviços de apoio envolvidos ou participantes dos eventos da organização;
- Correspondência eletrônica;
- Desempenho de outras atribuições compatíveis com o seu âmbito de atuação.
- Emissão de Passagens Aéreas.

Tabela 72 - Comparativo de Eventos (2012-2013)

EVENTOS	2012	2013
(Seminários, Lançamentos, Solenidades, Titularização, Aberturas, Congressos, Eleições, Encontros, Palestras, Oficinas, Campanhas)	27	-
Ação Social	-	2
Solenidades	-	3
Encontros, Simpósios, etc.	-	9
Campanhas	-	9
Concurso	-	1
Caminhada	-	1
Eleição	-	3
Reunião	4	30
Pedra Fundamental	3	-
Posses	7	3
Inauguração/Reformas (Promotorias no Interior, Memorial, etc)	6	5
Audiências Públicas	14	11
Comemorações	8	5
Cursos, palestras, oficinas, fóruns e capacitações.	2	26
Acompanhamentos Externos	14	12
TOTAL GERAL	**84**	**120**

Fonte: Chefia de Cerimonial/PGJ, 2013

Tabela 73 - Quantitativo de Eventos (2012-2013)

QUANTITATIVO DE EVENTOS REALIZADOS EM 2013	
Eventos internos	108
Acompanhamentos a eventos externos	12
TOTAL	**120 Eventos (43% > 2012)**

Fonte: Chefia de Cerimonial/PGJ, 2013

Tabela 74 - Emissão de passagens áreas em 2013

MÊS	BILHETES EMITIDOS			TOTAL MENSAL
	MEMBROS	SERVIDORES	OUTROS	
Janeiro	0	0	0	0
Fevereiro	12	4	2	18
Março	35	15	4	54
Abril	26	18	0	44
Maio	29	27	5	61
Junho	22	13	1	36
Julho	18	13	0	31
Agosto	34	14	0	48
Setembro	34	12	11	57
Outubro	38	15	23	76
Novembro	28	17	10	55
Dezembro	10	0	1	11
TOTAL ANUAL	**286**	**148**	**57**	**491**

Fonte: Chefia de Cerimonial/PGJ, 2013

Tabela 75 - Comparativo de emissão de passagens aéreas (2012-2013)

QUANTITATIVO DE PASSAGENS AÉREAS	
Passagens em 2012 **(Agosto a Dezembro)** *	200
Passagens em 2013 **(Agosto a Dezembro)**	247
Total Geral de Passagens em 2013	**491**

Fonte: Chefia de Cerimonial/PGJ, 2013.

* Período que passou para a Chefia de Cerimonial, representando um aumento de 23,5% de emissão de bilhetes.

13 GESTÃO DE INFRAESTRUTURA

13.1 Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA)

a) Acompanhamento de obras e serviços

- Construções e Reformas concluídas.
  - Recuperação estrutural da sede das Promotorias de Justiça da Capital;
  - Construção da sede da Promotoria de Justiça de São Bento;
  - Reforma de Sede das Promotorias de Justiça de Timon;
  - Reforma de Instalações elétricas Santo Antônio dos Lopes;

- Construções parcialmente executadas
  - Nova Sede da Procuradoria Geral de Justiça – 93%
  - Reajustes na nova Sede da PGJ;

Novo Prédio da PGJ em construção

  - Nova sede das Promotorias de Justiça de Maracaçumé – 76,56%;
  - Nova sede da Promotoria de Justiça de Pindaré-Mirim – 42,86%;
  - Nova sede da Promotoria de Justiça de Gov. Eugênio Barros – 30,73%;
  - Nova sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz – 0,00% (aguardando emissão de documentação para início das obras: Alvará, Licenças etc.).

- Reformas parcialmente executadas
  - Instalações elétricas e lógicas Promotorias de Justiça de Santa Inês – (aguardando mudança do prédio sede para outro imóvel);

– Instalações elétricas do prédio sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz – 73,77%;
– Aditivo Instalações elétricas do Predio sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz.

• Reformas por Manutenção Predial da Capital
– Prédio sede da PGJ (pinturas de paredes e forro de vários ambientes, aplicação de piso e revestimento em banheiros, aplicação de vaso sanitário, substituição de torneiras e execução de pontos hidro-sanitários, recolocação de esquadrias, retirada de divisórias, revisões e instalação de pontos elétricos de luz e força, Revisão de toda cobertura com correção de vazamentos);
– Sala para Motoristas;
– Memorial do Ministério Público;
– PJECCA;
– GAECO;
– Corregedoria do Ministério Público;
– 2ª Promotoria da Infância e Juventude (Madre Deus);
– Promotorias de Justiça de São José de Ribamar.

• Reformas por Manutenção Predial do Interior
– Promotorias de Justiça de Santo Antônio dos Lopes, Açailândia, Caxias, Santa Luzia, Icatu, Rosário, Santa Rita, Montes Altos, Estreito, Grajaú, Arari, Buriticupu, Itapecuru-Mirim, Anajatuba e Anexo Promotoria de Justiça de Imperatriz.

• Serviços de Engenharia
– Consultoria especializada em obra de reabilitação estrutural PHD Engenharia LTDA;
– Levantamentos planialtimétricos e sondagem de terreno para construção das promotorias de justiça de: Coelho Neto, Governador Eugênio Barros, Colinas, Barra do Corda, Pindaré Mirim, Maracaçumé, São Bento, São João Batista e Paço do Lumiar.

b) Projetos Elaborados

• Projeto de Reformas e Construções de Sede de Promotorias
– Construção da nova sede das Promotorias de Justiça de Paço do Lumiar (em licitação);
– Construção da nova sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz (licitado);
– Construção de nova sede da Promotoria de Justiça de Governador Eugênio Barros (em Construção);
– Construção da nova sede das Promotorias de Barra do Corda (incompleto);
– Construção da nova sede de Pindaré-Mirim (em construção);
– Construção da nova sede das Promotorias de Colinas (em construção);
– Reforma do prédio sede da Promotoria de Loreto (revisão do Projeto Básico);
– Reforma do prédio sede da Promotoria de Dom Pedro;
– Revisão Geral do Leiaute e Projeto Elétrico da Nova Sede da PGJ (em elaboração);
– Reforma Geral da Sede das Promotorias de Justiça da Capital (em licitação).

c) Vistorias realizadas

• Avaliação de valor locativo de imóveis (municípios)
– Timbiras, São Vicente Férrer, São Pedro da Água Branca, Loreto, Morros, São Luís (Escola Superior do MP), Santa Inês, Zé Doca, Poção de Pedras, Paulo Ramos, Itinga do Maranhão, Senador La Roque, Casas do Lusitana (Promotorias da Capital), Hotel Panorama Palace (Promotorias da Capital), Magalhães de Almeida, Pedreiras, Poção de pedras e Coroatá.

• Levantamentos para Elaboração de Laudo de Perícias
– Ilha de Tauá Mirim (Rede Elétrica)
– Avenidas de Paço do Lumiar
– Acessibilidade em Terminais de Integração
– Acessibilidade em Escola Maple Bear Canadian School
– Acessibilidade em Edifício Office Tower

– Acessibilidade Escola Crescimento
– Acessibilidade DETRAN
– Vistoria em Casa de Detenção (CADET) São Luís
– Vistoria em CCPJ Anil
– Contrato de Locação de Galpão da SEDUC (Imperatriz-MA)

- Levantamentos de situação de instalações elétricas
  – Promotorias de Justiça de Santa Rita, Tutóia, Itapecuru-Mirim, São José de Ribamar, Vagem Grande, Chapadinha, Urbano Santos, São Bernardo e Sede da PGJ São Luís.

- Vistorias de obras em execução durante o ano
  – Recuperação Estrutural do Prédio Sede das Promotorias de Justiça da Capital

Recuperação do Prédio Sede das Promotorias de Justiça da Capital

– Novo prédio sede da Procuradoria Geral de Justiça
– Promotorias de Justiça de São Bento, Timon, Maracaçumé, Gov. Eugênio Barros, Pindaré-Mirim e Sistema de Abastecimento de Água da Promotorias de Justiça de Açailândia (Poço).

14 GESTÃO DE BENS PATRIMONIAIS

A Gestão de Bens Patrimoniais engloba as atividades de controle, utilização, guarda e conservação dos bens permanentes do Ministério Público, tanto os bens móveis quanto os imóveis, compreendendo, ainda, o planejamento de aquisição e reposição de materiais de consumo, ambos através da abertura do competente procedimento administrativo ou, em caráter excepcional, mediante compra direta; elaboração de mapas de cotação; realização de recebimento de materiais.

14.1 Coordenadoria de Administração (CAD)

De acordo com os arts. 69 e ss. do Ato Regulamentar nº 02/2008-GPGJ, a Coordenadoria de Administração é a unidade administrativa incumbida de coordenar e acompanhar a execução das atividades de: aquisição, recebimento, controle, guarda e distribuição de materiais, abrangendo o registro, cadastramento e alienação de bens móveis e imóveis; elaboração dos termos de referência e responsabilidade na sua área de competência; bem como diversas outras atribuições compatíveis com a natureza de suas atividades.

Cumpre, igualmente, à Coordenadoria de Administração, prestar, no âmbito de suas atribuições, informações e assistência à comissão permanente de licitações; organizar, controlar o consumo de materiais e estabelecer níveis de estoque adequados; emitir relatórios para controle de consumo de materiais e velar pela manutenção do almoxarifado.

Almoxarifado Geral do MPMA

Registre-se, outrossim, importante incumbência da Coordenadoria de Administração, consistente na orientação das demais unidades operacionais, quanto à forma de requisição e utilização de materiais; fornecendo descrições completas de materiais, facilitando a realização dos pedidos.

Importante ainda destacar a tarefa de identificação dos bens móveis, com afixação de plaquetas, para fins de inventário; a deflagração e acompanhamento de processos administrativos tendentes a viabilizar a alienação de tais bens, considerados em desuso ou inservíveis, nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012-GPGJ; além da orientação sobre a utilização dos materiais permanentes.

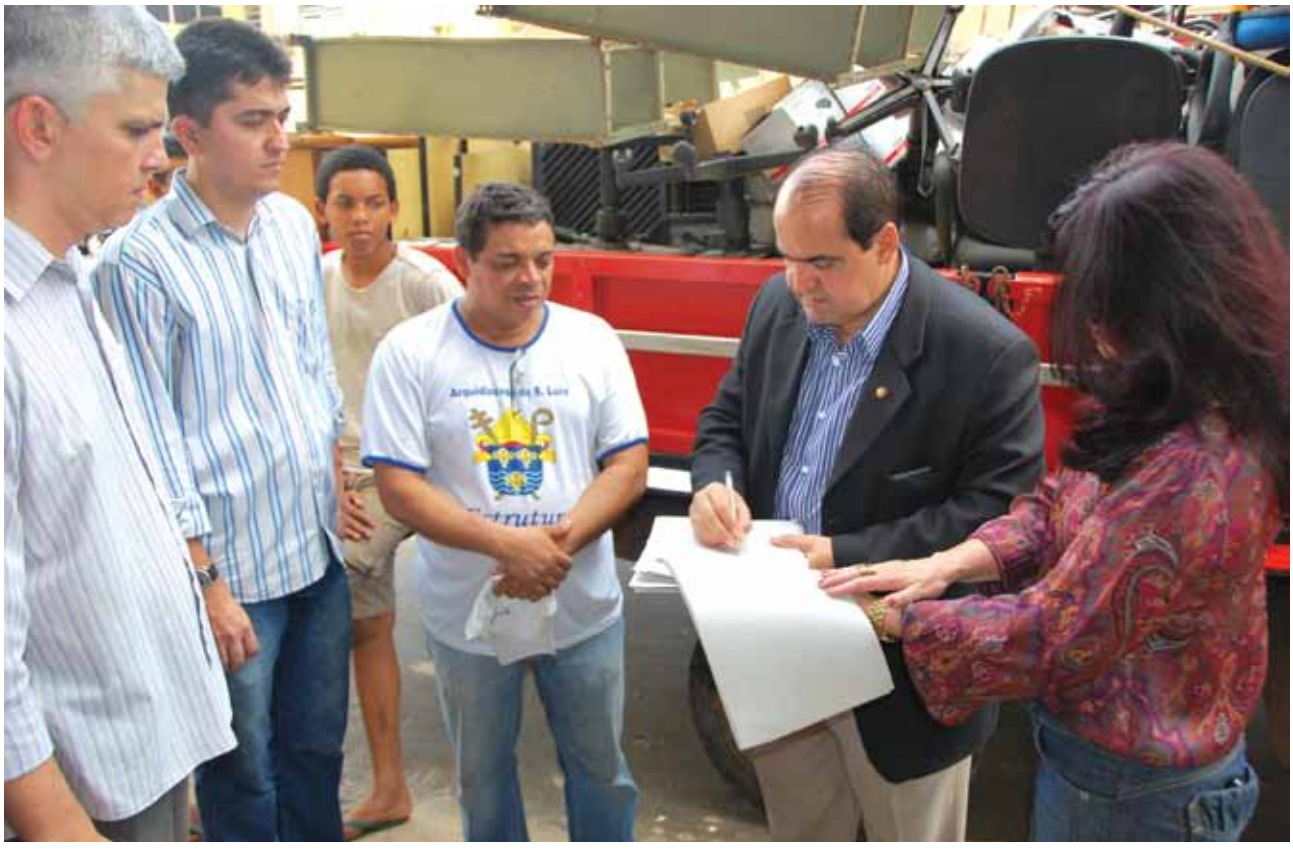
a) Dos recursos financeiros despendidos em 2013

Visando-se a plena desincumbência dos misteres institucionais regimentalmente acometidos à Coordenadoria de Administração, foram empregados, durante o exercício financeiro de 2013, recursos orçamentários da ordem de R$ 6.980.585,14 (seis milhões, novecentos e oitenta mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos) para a aquisição de materiais permanentes, e o montante de R$ 2.583.066,23 (dois milhões, quinhentos e oitenta e três mil, sessenta e seis reais e vinte e três centavos) para materiais de consumo.

b) Das melhorias implementadas em 2013

Almejando o cumprimento das metas previstas para o exercício de 2013, a Coordenadoria de Administração buscou viabilizar o suprimento das necessidades de materiais de consumo e permanente das novas sedes da Procuradoria Geral de Justiça e Promotorias de Justiça da Capital, das Promotorias de Justiça de entrância inicial, intermediária e final, assim como às Procuradorias de Justiça e diversas unidades administrativas sediadas no prédio da Procuradoria Geral de Justiça.

No presente exercício financeiro, a Coordenadoria de Administração, em parceria com a Diretoria-Geral da Procuradoria Geral de Justiça, e dos membros do Ministério Público detentores de carga patrimonial, atuantes nas Unidades de Execução situadas na capital e interior do Estado, em conformidade com as disposições da Ordem de Serviços nº 01/2012-GPGJ, publicada em 16 de agosto de 2012, conferiu plena eficácia à política institucional de desfazimento de bens inservíveis, dando um salto qualitativo e quantitativo sem precedentes.



Doação de móveis para Organizações Não-Governamentais

Apenas para ilustrar o avanço obtido, antes do advento do ato normativo acima citado, da criação da Seção de Patrimônio, que passou a acompanhar diariamente a tramitação dos procedimentos administrativos relacionados ao desfazimento de bens, instruindo-os com a documentação necessária para a sua apreciação por parte da Instituição Ministerial, e da criação da Assessoria Jurídica da Administração, alguns destes chegavam a tramitar por vários meses, e em casos extremos, até mesmo anos.

Todavia, o quadro até então instalado, sofreu drásticas transformações no final do exercício financeiro de 2012, valendo registrar, que com o aperfeiçoamento dos tramites processuais pertinentes, somente no exercício financeiro de 2013, cerca de 24 (vinte e quatro) procedimentos administrativos deflagrados para o viabilizar o desfazimento de bens inservíveis, foram inaugurados e concluídos já no mesmo exercício, havendo ainda vários outros em vias de serem concluídos, tendo sido doados a instituições beneficentes, mais de 1.000 (mil) itens, contemplando, até este momento, 24 (vinte e quatro) instituições beneficentes, o que resulta em uma média superior à de 02 (dois) procedimentos administrativos instaurados e concluídos por mês, algo jamais ocorrido no âmbito desta Procuradoria Geral de Justiça.

A agilidade implementada no trâmite dos procedimentos administrativos relacionados ao desfazimento de bens inservíveis traz vários benefícios não apenas para a Instituição Ministerial, como para toda a sociedade, pois que libera as Promotorias de Justiça espalhadas por todo o estado do ônus de manter em suas sedes materiais sem qualquer utilização, o mesmo podendo ser dito quanto ao espaço útil dos galpões destinados ao funcionamento dos almoxarifados da instituição, cuja retirada de materiais inservíveis implica em melhor eficiência na armazenagem de novos materiais, facilitando até mesmo o planejamento da aquisição de materiais, especialmente os de natureza permanente que ocupam quantidade significativa de espaço. Beneficia ainda entidades de interesse social, com a entrega, mediante doação, de bens passíveis de serem utilizados no atingimento de suas funções estatutárias, em total sintonia com o interesse público primário.

Acresça-se, ainda, o fato de que as Promotorias de Justiça do Interior passaram a ter autonomia para designar comissões presididas pelos respectivos Diretores, encarregadas da avaliação e classificação dos bens a serem doados, além da destinação dos mesmos a entidades beneficentes situadas nas próprias comarcas, sem a necessidade de prévia remessa de tais bens para guarda nos almoxarifados da capital e posterior destinação a entidades beneficentes aqui instaladas.

No presente exercício financeiro, foi dado continuidade aos trabalhos de inventários de materiais de consumo e permanente, conforme estabelece o art. 58 da Ordem de Serviço nº 012/2005, que regulamenta a realização de inventários no âmbito do Ministério Público, com especial destaque à regularização da documentação relativa aos bens imóveis de propriedade de nossa instituição, tendo sido envidados esforços no sentido de obtenção das escrituras públicas de doação de imóveis, renovação de contratos de cessão de uso e assinatura de novos instrumentos congêneres a este último.

Tabela 76 - Renovações de cessão de uso efetuadas entre o final do exercício de 2012 e o exercício 2013.

ITEM	COMARCA	PRAZO DA CESSÃO
1	**ANAJATUBA**	Cessão de Uso por 5 anos em 14/08/13
2	**COROATÁ**	Cessão de Uso por 5 anos em EM 14/08/2013
3	**JOÃO LISBOA**	Cessão de Uso por 5 anos em em 16/01/2013
4	**TIMBIRAS**	Cessão de Uso por 5 anos em 19/07/2013
5	**MIRADOR**	Cessão de Uso por 5 anos em 14/08/2013
6	**PASTOS BONS**	Cessão de Uso por 5 anos em 15/07/2013
7	**PORTO FRANCO**	Cessão de Uso por 5 anos em 16/01/2013
8	**SÃO JOAO BATISTA**	Cessão de Uso por 5 anos em 01/08/2013
9	**LORETO**	Cessão de Uso por 5 anos em 19/07/2013
TOTAL		**09 (nove) cessões de uso renovadas em 2013**

Fonte: CAD/PGJ, 2013

Por fim, ainda no que diz respeito a inventários, a Seção de Patrimônio praticamente concluiu o trabalho de envio, recebimento e processamento de informações constantes dos formulários de pré-inventários dos bens pertencentes a todas as unidades de execução e administrativas integrantes da estrutura do Ministério Público do Maranhão, culminando no levantamento da situação patrimonial de mais de 40.000 (quarenta mil) itens de material permanente, e atualização dos registros patrimoniais do SIAGEM, etapa essa de funda-

mental importância para o cumprimento das Novas Normas de Contabilidade Pública, sobretudo no que diz respeito à realização de depreciação de bens.

c) Aquisição de Material Permanente

A Procuradoria Geral de Justiça, atendendo a toda demanda institucional (PGJ, Promotorias da Capital e Interior), adquiriu e tombou 4.522 (quatro mil, quinhentos e vinte e dois itens, valendo destacar a aquisição de 828 (oitocentos e vinte e oito) itens mobiliários (poltronas e cadeiras); 915 (novecentos e quinze) livros e revistas; 03 (três) elevadores; 500 (quinhentos computadores); 383 (trezentos e oitenta e três estabilizadores); 502 (quinhentos e dois) nobreaks; 89 (oitenta e nove) condicionadores de ar; 15 (quinze) veículos, 300 (trezentos) estrados de plástico; 01 (um) gerador de energia elétrica; 386 (trezentos e oitenta e seis) impressoras; 67 (sessenta e sete) racks/informática, dentre outros.

Tabela 77 - Materiais permanentes adquiridos em 2013

TRIMESTRES	EQUIP. DE INFORM.	EQUIP. ELETRO-ELETRÔN.	MOBÍLIA	VEÍCULOS	DIVERSOS
1°	843.250,00	87.656,00	214.926,90	175.900,00	70.425,96
2°	380.818,00	57.593,76	170.061,08	0	16.781,80
3°	1.693.400,00	57.920,00	622.758,76	428.706,50	0
4°	1.463.444,00	81.509,70	175.433,00	396.380,00	43.619,68
TOTAL	**4.380.912,00**	**284.679,46**	**1.183.179,74**	**1.000.986,50**	**130.827,44**
TOTAL GERAL R$					**6.980.585,14**

Fonte: CAD/PGJ, 2013

Tabela 78 - Detalhamento dos materiais permanentes adquiridos em 2013

MATERIAIS PERMANENTES ADQUIRIDOS 2013		
ITEM	QTD.	VALOR GERAL
AR CONDICIONADO	89	88.584,00
ARMÁRIO	10	7.080,00
ARQUIVO	5	3.750,00
BOMBA SUBMERSA	1	180, 00
CADEIRAS/LONGARINA	245	153.896,00
CENTRAL TELEFONICA	21	20.816,70
CERCA ELÉTRICA	2	9.003,00
COMPUTADOR	500	1.660.000,00
ELEVADOR	3	600.000,00
ESTANTE	18	6.168,00
ESTABILIZADOR	383	122.560,00
ESTRADO DE PLÁSTICO	300	29.904,00
FAX/TELEFONE	270	60.140,00
FRAGMENTADORA	15	35.100,00
GERADOR	1	67.500,00
IMPRESSORA	386	308.077,00
LEITOR CÓDIGO DE BARRAS	5	700,00
LIVROS/REVISTA	915	109.495,75
LIXEIRA	6	1.855,00
MESA	2	478,00
NOBREAK	502	298.800,00
POLTRONA	583	373.568,08
PORTÃO/MOTOR/CONTROLE	2	2.400,00
QUADRO	25	1.708,10

RACK	67	688.403,00
SERVIDOR DE APLICAÇÃO DE 1U	10	428.820,00
STORAGE	22	447.974,00
SWITCH	12	329.674,00
TELA DE PROTEÇÃO	2	2.370,00
TELEVISÃO	2	2.180,00
TOLDO/PERSIANA	91	21.154,25
UNIDADE DE FITA MAGNETICA	2	95.904,00
VEÍCULOS	15	1.000.986,50
VENTILADOR	12	1.355,76
TOTAL	**4.522**	**6.980.585,14**
VEICULOS ADQUIRIDOS EM 2013		
ITEM	QTD.	VALOR GERAL
PALIO WEEKEND	10	428.706,50
RANGER	3	291.000,00
SW4	1	175.900,00
VAN	1	105.380,00
TOTAL	**15**	**1.000.986,50**

Fonte: CAD/PGJ, 2013

d) Aquisição de Material de Consumo

Foram empregados durante o exercício de 2013, para a aquisição de materiais de consumo, com vistas ao atendimento das necessidades da Procuradoria Geral de Justiça, Promotorias da Capital e Interior, recursos no montante de R$ 2.583.066,23 (dois milhões, quinhentos e oitenta e três mil, sessenta e seis reais e vinte e três centavos, sendo: R$ 31.607,79 (trinta e um mil, seiscentos e sete reais e setenta e nove centavos) em alimentos e bebidas; R$ 370.014,28 (trezentos e setenta mil, quatorze reais e vinte e oito centavos) em combustíveis e lubrificantes; R$ 509.137,60 (quinhentos e nove mil, cento e trinta e sese reais e sessenta centavos) em expediente; R$ 51.377,10 (cinquenta e um mil, trezentos e setenta e sete reais e dez centavos) em impressos; R$ 990.123,29 (novecentos e noventa mil, cento e vinte e três reais e vinte e nove centavos) na compra de suprimentos de informática; R$ 206.048,00 (duzentos e seis mil e quarenta e oito reais) para compra de peças para veículos; além de R$ 424.758,17 (quatrocentos e vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta e oito reais e dezessete centavos) para aquisição de outros materiais de consumo.

Tabela 79 - Lista de Materiais de Consumo adquiridos em 2013

TRIM.	ALIM. E BEBIDAS	COMB. E LUBRIF.	EXPED.	IMPRESSOS	SUPRIM. DE INFORMÁTICA	OUTROS MAT. DE CONSUMO	PEÇAS PARA VEÍCULOS
1°	4.400,92	69.787,93	27.606,10	3.730,00	142650	86.641,80	33.838,00
2°	12.186,76	98.852,35	83.966,00	30.584,20	28.233,30	59.897,19	34.056,00
3°	4.259,91	97.251,00	166.951,50	13.483,95	85.175,00	217.985,96	81.543,00
4°	10.760,20	104.123,00	230.614,00	3.578,95	734.064,99	60.233,22	56.611,00
SUB-TOTAL	**31.607,79**	**370.014,28**	**509.137,60**	**51.377,10**	**990.123,29**	**424.758,17**	**206.048,00**
TOTAL GERAL							**2.583.066,23**

Fonte: CAD/PGJ, 2013

15 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Gestão da Tecnologia da Informação ou Gestão da TI é a administração da infraestrutura de hardware, software, banco de dados, telecomunicações e pessoas, visando alinhar essa infraestrutura (TI) às atividades fins do Ministério Público, reduzindo seus custos e a depender do core business alcançar vantagem competitiva ou prestar melhores serviços.

15.1 Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI)

A Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação - CMTI tem como atribuições regimentais planejar e coordenar a gestão dos recursos de tecnologia da informação relacionados ao software e serviços de infraestrutura digital, sistemas de informação, banco de dados, redes de comunicação, segurança de informação, qualidade dos serviços tecnológicos, suporte e relacionamento com os usuários, bem como desenvolver e implantar sistemas de informações e de controle, coordenar a execução de contratos e convênios de serviços relacionados à tecnologia de informações, e coordenar o assessoramento técnico na elaboração de políticas, normas e pareceres na especificação de sistemas de informações e de redes de comunicações.

a) Da Coordenadoria

- Processos Licitatórios, Adesões e Aquisições

Acompanhamento de processos licitatórios, adesões a Atas de Registro de Preços e aquisições:

Aquisição de baterias seladas para nobreaks de pequeno porte – PA 814AD/2013
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.
Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Empenho emitido. Material já recebido e utilizado nos nobreaks dos desktops.
Impactos: Garantia de qualidade na energia fornecida a desktops utilizados no MPMA.

Aquisição de 200 carteiras funcionais para Membros – PA 1036AD/2013
Resultado(s) obtido(s): Processo concluído. Empenho emitido. Em fase de coleta de informações atualizadas de membros para emissão das carteiras.
Impactos: Carteiras com tecnologia nova que inclui novo padrão ICP-BRASIL (V2) e sensor de proximidade.

Contratação de Serviços Fábrica de Software – PA 1152AD/2013
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Contrato celebrado. Empenho emitido. Inicio dos trabalhos visando a implantação do Sistema de DIGIDOC, sistema virtual de procedimentos administrativos.
Impactos: Melhoria no Desenvolvimento de sistemas informatizados.

Celebrado 2º Aditivo ao Contrato n. 037/2011 (Rede de dados INFOVIA) – PA2241AD/2013
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Contrato celebrado. Empenho emitido.
Impactos: Garantia da contectividade e bom andamento de serviço essencial para as atividades das áreas meio e fim do MPMA.

Aquisição de 05 leitores de código de barras – PA 1402AD/2013
Beneficiário(s): Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Empenho emitido. Aguardando entrega dos leitores.
Impactos: Melhoria no atendimento às demandas da sociedade para com a Promotoria de Justiça.
Contratação de serviços de comunicação baseado em SMS Institucional – PA 2537AD/2013

Resultado(s) obtido(s): Aguardando conclusão de certame licitatório.
Impactos: Melhoria no alcance das informações institucional através de canal de comunicação baseado em mensagens SMS.

Aquisição de 383 (trezentos e oitenta e três) impressoras e tonners – PA 10068AD/2012
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.
Resultado(s) obtido(s): Impressoras e tonners devidamente entregues pela CONTRATADA. Equipamentos já distribuídos aos setores requisitantes, em atendimento ao Ato Regulamentar n. 04/2012-GPGJ.
Impactos: Melhoria dos serviços prestados.

Aquisição de Equipamentos de InfraEstrutura de TI – PA 8428AD/2012
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.
Resultado(s) obtido(s): Concluída licitação. Equipamentos devidamente recebidos, com base nos pedidos realizados através dos PAs 4358AD/2013, 4359AD/2013 e 4362AD/2013, configurados e em fase de entrega e instalação dos softwares gerenciais e de controle (DIGIDOC e SIMP).
Impactos: Melhoria da experiência dos usuários na utilização dos sistemas institucionais e dos serviços da área fim do Ministério Público através de mecanismos de armazenamento para grandes volumes de dados.

Aquisição de Impressoras do Tipo Plotter – PA 7260AD/2012
Beneficiário(s): Coordenadoria de Obras Engenharia e Arquitetura, Grupo Estadual de Combate a Organizações Criminosas, e CMTI;
Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Equipamentos devidamente recebidos através do PA 5478AD/2013, já instalados e em pleno funcionamento no GAECO, COEA e na CCOM.
Impactos: Melhoria dos serviços prestados e economia de tempo e financeira (impressões de plantas AUTOCAD em A0 eram feitas através de adiantamento).

Serviços de Comunicação e Colaboração baseada em nuvem - PA 378AD/2013
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.
Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Serviço já contratado, migrado e em pleno funcionamento. Realizada migração de todas as contas de e-mails de membros e servidores, além da ampla divulgação no site do MPMA, além de palestra proferida em Dez/2013, durante a semana nacional do Ministério Público.
Impactos: Melhoria da disponibilidade dos serviços de e-mail, comunicação interna, videoconferência, armazenamento de arquivos Institucionais e, por consequência, a disponibilidade e continuidade dos serviços disponibilizados em ambiente colaborativo baseado em nuvem.

Aquisição de Grupo Gerador – PA 616AD/2013
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.
Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Equipamento devidamente recebido através de solicitação formal oriunda do PA 6613AD/2013 (Ata de Registro de Preços), já instalado e em pleno funcionamento na subestação do prédio sede da PGJ.
Impactos: Melhoria da disponibilidade da Infraestrutura do datacenter da Procuradoria Geral de Justiça e, por consequência, dos serviços de tecnologia da informação disponibilizados por estes.

Contratação de empresa para implantação do Sistema de Informação do Ministério Público (SIMP) – PA 2620AD/2013
Beneficiário(s): Membros e Servidores do MPMA, e sociedade em geral.
Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Serviço contratado. Aguardando assinatura do contrato para início das atividades.
Impactos: Virtualização de processos judiciais e extrajudiciais garantindo maior confiabilidade, segurança, celeridade e controle de informações judiciais e extrajudiciais no âmbito do Ministério Público do Maranhão.

Aquisição de 2000 carteiras funcionais para Membros – PA 2885AD/2013
Beneficiário(s): Membros e Servidores do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Gerada Ata de Registro de Preços. Pedidos para confecção das carteiras funcionais já iniciado.
Impactos: Carteiras com tecnologia nova que inclui novo padrão ICP-BRASIL (V2) e sensor de proximidade.

Aquisição de Licenças de Software ORACLE – PA 2889AD/2013
Beneficiário(s): Membros e Servidores do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Feito o primeiro pedido com base na Ata de Registro de Preços gerada. Aguardando o envio das licenças solicitadas.
Impactos: Segurança, confiabilidade e disponibilidade de informações judiciais e extrajudiciais através de armazenamento em sistema de gerenciamento de banco de dados de grande porte.

Aquisição de baterias seladas para nobreak de grande porte – PA 3040AD/2013
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.
Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Baterias entregues e já instaladas nos nobreaks, atualmente em funcionamento no GAECO e nas Promotorias de Justiça da Capital.
Impactos: Garantia de qualidade na energia fornecida aos equipamentos de tecnologia da informação das centrais das Promotorias de Justiça da Capital e GAECO.

Aquisição de nobreak trifásico para DataCenter – PA 3549AD/2013
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.
Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Material entregue e devidamente instalado, estando em pleno funcionamento.
Impactos: Garantia de qualidade na energia fornecida ao datacenter da Procuradoria Geral de Justiça, possibilitando a instalação dos equipamentos de grande porte recém instalados.

Data Center PGJ

Elaboração de Projeto Executivo de Cabeamento Estrutura, CFTV, Elétrica de TI, Controle de Acesso e Sonorização In Door para o novo prédio sede da PGJ– PA 4980AD/2013
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.
Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Aguardando assinatura do contrato.
Impactos: Garantia de qualidade na elaboração dos projetos executivos, necessários para construção e instalação do ambiente de CFTV, segurança institucional, controle de acesso, elétrica de TI e sonorização indoor do novo prédio sede da PGJ/MA.

Aquisição de licenças Windows Server e Sql Server para DataCenter– PA 5218AD/2013
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Licenças já disponibilizadas e em fase de instalação.
Impactos: Garantia de disponibilidade de serviços computacionais para manutenibilidade na qualidade dos serviços de tecnologia da informação.

Aquisição de baterias seladas para nobreak de pequeno porte – PA 6236AD/2013
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.
Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Aguardando assinatura da Ata de Registro de Preços.
Impactos: Garantia de qualidade na energia fornecida aos equipamentos desktops que funcionam nas promotorias e setores do MPMA.

- Processos, demais documentos e ações administrativos

Tabela 80 - Movimentação Processual

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL EM 2013	
Processos Recebidos	**571**
Processos Despachados	**566**
Processos em andamento	**36**
Ofícios enviados	**689**
Memos enviados	**398**
Despachos encaminhados	**514**
Chamados abertos para atendimento a usuários	**2516**
Chamados encerrados para atendimento a usuários	**2526**

Fonte: CMTI/PGJ, 2013

- Outros procedimentos gerenciais

Cadastramento do MPMA junto a ACJUS – Autoridade Certificadora do Judiciário e Ministério Público – 3159AD/2013
Beneficiário(s): Membros e Servidores do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Efetivação do Cadastramento e autorização do MPMA para fazer uso dos certificados AC-JUS.
Impactos: Melhoria na identificação de membros e servidores no mundo virtual, através de uma autoridade certificadora que adiciona informações como função, lotação, matrícula e órgão, funcionando como uma identidade funcional digital.

Notificação – Descumprimento de Cláusulas Contratuais (Empresa DATAVOICE - PE) – PA 3329AD/2013
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.
Resultado(s) obtido(s): Notificação encaminhada e aplicação de multa contratual.
Impactos: Melhoria na experiência e cumprimento das obrigações pactuada em contrato.

Rescisão de Contrato e aplicação de multa e sanções administrativas – Descumprimento de cláusulas contratuais (Empresa RG Sistemas) – anexado aos autos do PA 7599AD/2012 – vol 02.
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.
Resultado(s) obtido(s): Contrato rescindido. Solicitada aplicação de todas as sanções administrativas e multa no valor de 30% do contrato.
Impactos: Melhoria na experiência e cumprimento de ações inerentes às obrigações contratuais.

Formalização da necessidade de elaboração de termo de cooperação técnica visando interoperabilidade de dados com a Secretaria de Segurança Pública do Estado PA – 3763AD/2013
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.
Resultado(s) obtido(s): Encaminhado para a SECINST.

Impactos: Garantia da confiabilidade das informações encaminhadas pela Secretaria de Segurança, de forma online, através do SIMP.

Estudo acerca do uso do MS Project por parte da COEA
Beneficiário(s): Servidores da COEA e Administração Superior do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Análise realizada. Aguardando resultados de certames licitatórios para tomada de decisões.
Impactos: Rapidez e qualidade no fornecimento de informações acerca do andamento das obras e construções no âmbito do MPMA.

Participação da III Mostra de Software do CNMP
Beneficiário(s): O Ministério Público como um todo, e sociedade.
Resultado(s) obtido(s): Durante a reunião foram apresentadas diversas soluções de softwares utilizadas pelos Ministérios Públicos.
Impactos: Troca de informações e experiências adquiridas.

Participação de reunião no CPTI – Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do CNMP
Beneficiário(s): O Ministério Público como um todo.
Resultado(s) obtido(s): Definidas ações para o grupo de interoperabilidade, com a criação de questionário para mapeamento das realidades ministeriais.
Impactos: Padronização das ações do Ministério Público Brasileiro.

Telefones inteligentes – 5580AD/2013
Beneficiário(s): Membros do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Aguardando a disponibilização de aparelhos telefônicos com tecnologia android.
Impactos: Melhoria na comunicação e colaboração entre membros do MPMA.

Requisitos operacionais para implantação do E-CIDADE – PA 5634AD/2013
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Notificação para que os setores administrativos que utilizarão o E-CIDADE detalhem os requisitos mínimos para o uso do sistema por parte dos referidos setores. Requisitos elaborados pelos setores e disponibilizados em termo de referência.
Impactos: Melhoria e otimização das rotinas administrativas da área meio do MPMA.

Coleta de sugestões para possíveis melhorias e adaptações do DIGIDOC – PA 6913AD/2013.
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.
Resultado(s) obtido(s): Envolvimento de cada setor detentor do conhecimento específico do negócio oportunizando manifestações acerca de adequações e da inclusão de novas funcionalidades ou eventuais correções necessárias para a operação segura e adequada do sistema eletrônico de processos administrativos DIGIDOC.
Impactos: Melhoria na experiência e cumprimento de ações inerentes às obrigações contratuais.

Solicitação de Providências referente à problema elétrico no prédio sede da PGJ – 7022AD/2013
Beneficiário(s): Servidores do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Solicitação de apuração das responsabilidades junto aos gestores do contrato face ao evento de sobrecarga ocorrida na manhã do dia 19/08/2013, resultado da manutenção corretiva ocorrida, onde uma série de equipamentos de informática foram danificados, a saber: 04 (quatro) placas-mãe de computadores positivo; 12 (doze) nobreaks de pequeno porte; e, 01 (um) nobreak de grande porte utilizado no datacenter do GAECO.
Impactos: Garantia da qualidade da energia elétrica fornecida.

Estudo acerca da Adoção da Orientação Técnica TI CONTROLE n. 01/2010
Beneficiário(s): Administração Superior do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Proposta encaminhada para a Procuradora Geral de Justiça. Em fase final de análise.
Impactos: Rapidez na coleta de propostas comerciais válidas, proporcionando maior celeridade na elaboração de termos de referência.

Solicitação de espaço em estacionamento da PGJ/MA e reparo na estrutura de cabeamento lógico
Beneficiário(s): O Ministério Público como um todo.
Resultado(s) obtido(s): Possibilitou a instalação e funcionamento do grupo gerador adquirido.
Impactos: Melhoria na qualidade da energia elétrica fornecida ao DataCenter da PGJ, além de uma maior qualidade na transmissão de informações através da rede lógica interna.

Participação no 4º Congresso de Gestão do MP e da reunião no CPTI – Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do CNMP
Beneficiário(s): O Ministério Público como um todo.
Resultado(s) obtido(s): Apresentada a resolução 162/CNMP, além das definições de ações para os grupos que compõe o CPTI.
Impactos: Padronização das ações na área de gestão do Ministério Público Brasileiro.

Carteiras funcionais para Membros e Servidores – Aprovação de *Layout*
Beneficiário(s): O Ministério Público como um todo.
Resultado(s) obtido(s): Aprovado novo *layout*. Solicitação inicial de 160 (cento e sessenta) carteiras para Membros. Aguardando assinatura de contrato para confecção das referidas carteiras.
Impactos: Melhoria no uso de certificados digitais e na identidade funcional de Membros e Servidores.

b) Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas

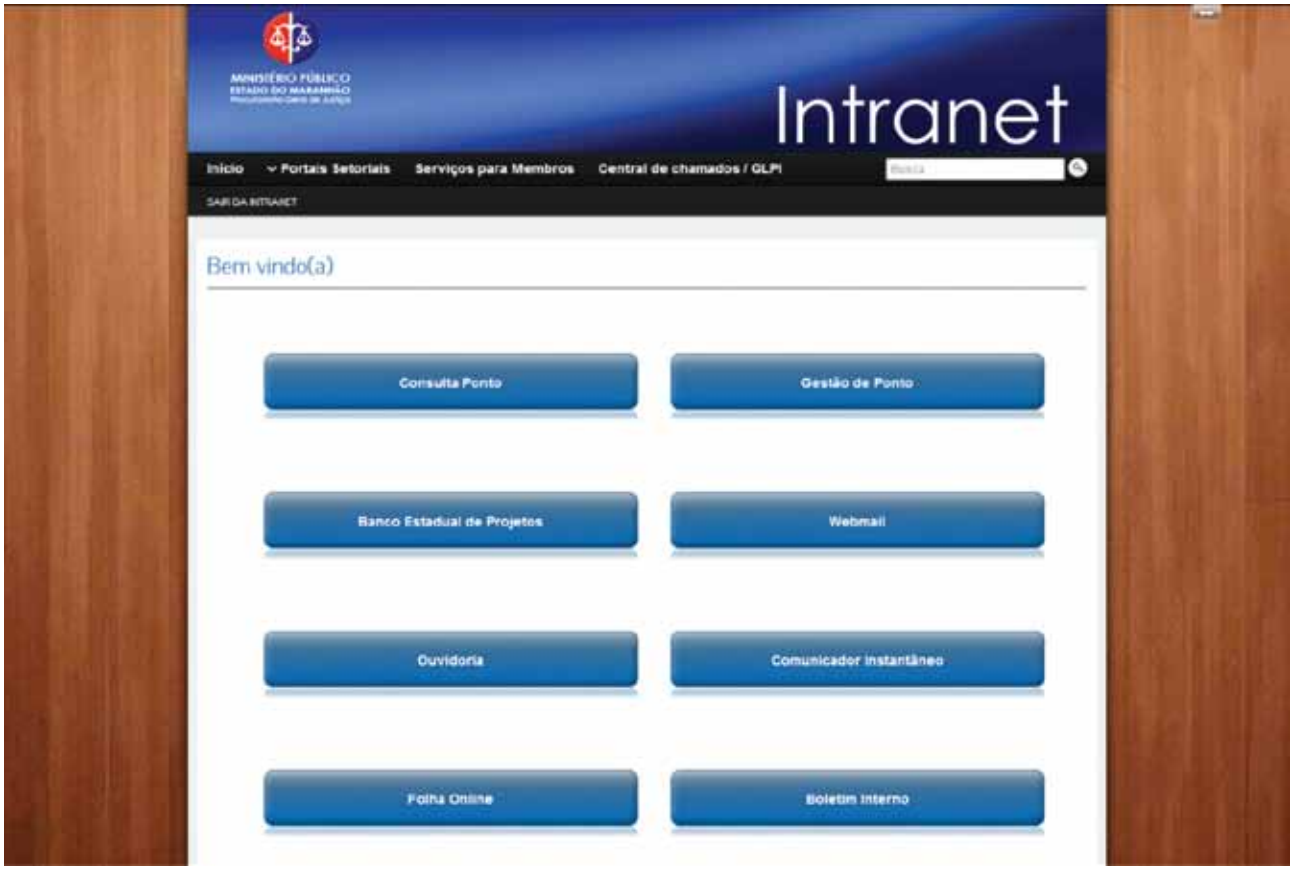
Sistema de OUVIDORIA
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.
Resultado(s) obtido(s): Sistema desenvolvido, e em pleno funcionamento.
Impactos: Melhoria e qualidade no atendimento e acompanhamento das demandas dos cidadãos, e integração com demais ouvidorias no âmbito do Ministério Público brasileiro, viabilizando o compartilhamento de informações.

Reformulação do Portal Institucional
Beneficiário(s): Membros, Servidores e sociedade em geral.
Resultado(s) obtido(s): Disponibilizada nova identidade visual mais objetiva e enxuta.
Impactos: Objetividade no fornecimento de informações para a sociedade.

Mudança do domínio mp.ma.gov.br para mpma.mp.br
Beneficiário(s): Membros, servidores e sociedade em geral.
Resultado(s) obtido(s): Domínio totalmente migrado, com a mudança nos endereços de todos os sistemas *web*, portal institucional, intranet, e contas de e-mail.
Impactos: Melhor acessibilidade, identificação virtual independente, e atendimento à Resolução CNMP nº 91/2013.

Criação do Formulário eletrônico CNMP – Questionário do Grupo de Trabalho Interoperabilidade
Beneficiário(s): Ministério Público brasileiro.
Resultado(s) obtido(s): Formulário eletrônico desenvolvido. Encaminhado para representante de TI de cada Ministério Público. Aguardando coleta de informação dos representantes para consolidação dos dados e apresentação de diagnóstico.
Impactos: Melhoria e padronização na troca de informações entre os Ministérios Públicos e o Judiciário.

Nova intranet – http://apps.mp.ma.gov.br/intranet/
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Disponibilizado em ambiente de produção, conforme determinação da SECINST.
Impactos: Melhoria da comunicação interna e da disponibilização de novos serviços institucionais.



Novo *layout* da Intranet Institucional

Portais setorias – http://apps.mp.ma.gov.br/cmti/
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Criados portais setoriais para cada unidade da área meio do MPMA. Realizado treinamento com todos os representantes de cada área.
Impactos: Melhoria da comunicação interna e da disponibilização dos serviços institucionais.

Criação de Hotsite – Fórum permanente do MPMA
Beneficiário(s): Membros do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Hotsite criado. Formulário de inscrições online. Incluído informações sobre a PEC37 e novo formato do Fórum permanente, conforme informações repassadas pela SECINST.
Impactos: Melhoria na troca de experiências entre membros do MPMA e debate acerca das situações atuais.

Criação de Hotsite – Oficina sobre Improbidade Administrativa realizada entre MPMA e CGU
Beneficiário(s): Membros do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Hotsite criado. Formulário de inscrições online. Incluído informações acerca da oficina.
Impactos: Melhoria na troca de experiência entre Membros do MPMA e CGU.

Sistema de E-CIDADE
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Elaborado termo de referência contendo todos os requisitos demandados formalmente pelo setores administrativos que receberão o referido sistema.
Impactos: Melhoria e integração das ações de execução e controle das informações de compras, financeiro, licitação, folha de pagamento e recursos humanos.

Sistema de Controle de Portarias e Substituição de Membros
Beneficiário(s): Membros, Corregedoria do MPMA e Coordenadoria de Gestão de Pessoas.
Resultado(s) obtido(s): Desenvolvimento em fase de conclusão.
Impactos: Melhoria no controle das ações internas do MPMA.

DIGIDOC
Beneficiário(s): Membros e Servidores.
Resultado(s) obtido(s): Criação da comissão responsável pela implantação do sistema DIGIDOC; revisão das tabelas de assuntos e mapeamento de fluxo inicial; e, disponibilização de ambiente de homologação.
Impactos: Melhoria e celeridade na tramitação de processos administrativos.

Aquisição de Certificado Digital A1 para Servidor (Equipamento)
Beneficiário(s): Membros, servidores e sociedade em geral.
Resultado(s) obtido(s): Em fase de assinatura de contrato para fornecimento por parte do SERPRO.
Impactos: Melhoria no uso do sistema de interceptação telefônica.

Implantação do Sistema Integrado do Ministério Público – SIMP
Beneficiário(s): Ministério Público brasileiro.
Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Aguardando assinatura de contrato.
Impactos: Melhoria e controle informatizado dos processos judiciais/extrajudiciais recebidos e encaminhados pelas Promotorias de Justiça.

Aquisição de Licenças e Serviços ORACLE
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Aguardando assinatura de contratos.
Impactos: Melhoria no gerenciamento das bases de dados dos sistemas informatizados da Instituição.

Protocolo de Inquéritos Policiais
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Concluído. Aguardando homologação da Secretaria para Assuntos Institucionais.
Impactos: Melhoria no gerenciamento e controle entre as promotorias de justiça e delegacias.

c) Outras implementações

Outras demandas foram atendidas com a melhoria de sistemas, correção de erros e desenvolvimento de outras aplicações:

Quadro 9 - Outras demandas da CMTI em 2013

SISTEMAS	DEMANDA	USUÁRIO
Requisição de Materiais de Consumo	Criação de Relatório de Notas Fiscais Emitidas; inclusão de novos parâmetros nos relatórios de pedidos detalhados e pedidos recebidos no setor.	CAD
Catálogo de Móveis	Criação, no portal setorial da CAD, de relatório contendo informações e fotos de todos os móveis disponíveis para entrega.	CAD
Distribuição de processos das Promotorias da Capital	Alteração e Melhorias no sistema de protocolo para atendimento ao Ato nº 195/2012- GPGJ referente à Resolução nº09/2012-CPMP	P. Capital
Implantação do sistema GAECO Atua	Sistema desenvolvido para atividades inerentes ao GAECO.	GAECO
Banco nacional de projetos CNMP	Disponibilização de Sistema de Cadastro de Projetos do CNMP	Membros do MPMA
Sistema de Registro de Ocorrências	Registro de ocorrências relacionadas a lei maria da penha.	16ª Promotoria Especializada de Defesa da Mulher
Procedimento de Inquérito Policial	Criação de ambiente para início dos trabalhos de desenvolvimento do referido sistema.	Membros do MPMA
Requisição de Materiais de Consumo	Disponibilização de página informativa e desativação do sistema de requisição de materiais, durante período de inventário.	CAD

Internet	Estatística de notícias do ano de 2013 do site do MPMA para elaboração do relatório de atividades da CCOM;	CCOM, SECINST e CGP
	Inclusão de matérias no site do MPMA solicitadas pela Coordenadoria de Comunicação (Rodrigo/Colombo/ Diniz) incluindo páginas do programa de rádio;	
	Inclusão de novos relatórios de obras em andamento do MPMA na página da transparência;	
	Inclusão de novos documentos na página de concursos de servidores;	
	Elaboração e publicação de páginas referente à semana nacional do MP e Escala de plantão durante período de recesso.	

Fonte: CMTI/PGJ, 2013

d) Seção de Segurança e Rede de Computadores

- Atividades desenvolvidas em 2013:

VPN GAECO - SEMIT
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.
Resultado(s) obtido(s): Conclusão e implantação da rede virtual entre o MPMA e a Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação.
Impactos: Melhorias na experiência de ações preventivas.

Suporte aos 118 (cento e dezoito) links de dados ativos
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Links supervisionados e mantidos, destacando-se as atividades de detecção de problemas, abertura e acompanhamento de reparos nos mesmos, solicitação e acompanhamento de alteração de configuração em roteadores da rede do *Parquet*, solicitação e acompanhamento de mudança de endereços de links de Promotorias de Justiça (recentemente, Morros, São Pedro da Água Branca, Timbiras, Cururupu, São Bernardo, Cedral, Timon, Tasso Fragoso, etc).
Impactos: Manutenção das condições de trabalho quanto à conexão de dados de todos os setores do Ministério Público.

Preparação de DataCenter para Instalação física dos novos equipamentos adquiridos (Blade e Storage)
Beneficiário(s): Servidores e Membros do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Equipamentos devidamente instalados e configurados. Aguardando a aquisição dos softwares de virtualização e licenças microsoft para ativação e utilização em ambiente de produção.
Impactos: Melhoria na qualidade dos serviços de tecnologia da informação.

Elaboração de estudo, Termos de Referência, análise de Atas de Registro de Preços e solicitação de propostas para a aquisição de Sistema de Grupo Gerador, Serviço de comunicação e colaboração baseado em nuvem, projetos executivos para construção da infraestrutura de rede lógica (cabeamento estruturado), elétrica de TI, CFTV, Controle de acesso e sonorização “in door”, nobreaks trifásicos
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.
Resultado(s) obtido(s): Termos de referência elaborados e já encaminhados. Solicitação de realização de certame licitatório.
Impactos: Melhoria da disponibilidade dos serviços e qualidade dos equipamentos servidores e, por consequência, da disponibilidade e continuidade das ações das áreas meio e fim do MPMA.

Mudança de Endereço da Infraestrutura do circuito de dados (INFOVIA) que serve as Promotorias de Justiça da Capital
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Solicitação de mudança de endereço junto a CONTRATADA devidamente realizada. Recebimento de informação, por parte da CONTRATADA, acerca de cobrança para realização de

mudança de endereço, no valor de R$ 20.000,00. Encaminhamento da situação para a Administração Superior do MPMA tomar as devidas providências. Aguardando retorno quanto ao prazo para conclusão dos serviços.
Impactos: Melhoria na experiência dos usuários quanto a utilização dos sistemas institucionais e dos serviços da área meio e fim do MPMA.

INSTALAÇÃO DE CIRCUITO EM MAGALHÃES DE ALMEIDA
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.
Resultado(s) obtido(s): Disponibilização de serviço de conectividade através de link satélite. Solicitação de instalação de circuito na localidade (em andamento).
Impactos: Melhorias na comunicação e colaboração.

Suporte aos 118 (cento e dezoito) links de dados ativos
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Links supervisionados e mantidos, destacando-se as atividades de detecção de problemas, abertura e acompanhamento de reparos nos mesmos, solicitação e acompanhamento de alteração de configuração em roteadores da rede *Parquet*, solicitação e acompanhamento de mudança de endereços de links de Promotorias de Justiça (recentemente, Loreto, ...etc).
Impactos: Manutenção das condições de trabalho quanto à conexão de dados de todos os setores do Ministério Público.

Suporte aos diversos setores do MPMA (PGJ e Promotorias da Capital e Interior)
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Setores atendidos com suporte local (apoio à instalação de novos pontos de rede, configurações equipamentos, etc.) e remoto aos usuários na solução de problemas.
Impactos: Manutenção das condições de trabalho quanto à infraestrutura de tecnologia da informação de todos os setores do Ministério Público.

Migração das Caixas Postais do e-mail Institucional Expresso para o Office365
Beneficiário(s): Servidores e Membros do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Caixas postais migradas; e, preparação para uso do gerenciador de domínios AD (Microsoft).
Impactos: Melhoria na qualidade da comunicação e colaboração interna de Membros e Servidores.

Elaboração de estudo, Termo de Referência, análise de Atas de Registro de Preços e solicitação de propostas para a execução da infraestrutura de rede lógica (cabeamento estruturado), elétrica de TI, CFTV, Controle de acesso e sonorização “in door” para o novo prédio sede da PGJ
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.
Resultado(s) obtido(s): Aguardando a elaboração e entrega do Projeto Executivo por parte da Contratada.
Impactos: Melhoria da disponibilidade dos serviços e qualidade dos equipamentos servidores e, por consequência, da disponibilidade e continuidade das ações das áreas meio e fim do MPMA.

Rede lógica do Prédio Sede das Promotorias de Justiça da Capital (Hotel Panorama)
Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.
Resultado(s) obtido(s): Concluída a infraestrutura de rede lógica com base em estudo previamente definido pela CMTI; e, Realizada a instalação e preparação dos switches. Aguardando a mudança de endereço.
Impactos: Melhoria na experiência e funcionamento da rede lógica interna das Promotorias de Justiça da Capital.

e) Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos e Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário

Tabela 81 - Equipamentos que se encontram em estoque e aquisições

EQUIPAMENTOS	DISTRIBUÍDOS	ESTOQUE
Scanner	16	0
Impressoras Laser	76	375
Plotter	3	0
Monitor LG	56	22
Computadores DELL	226	375
Nobreaks	102	449
Estabilizadores	177	385
Switch 8 portas	15	16
Switch 24 portas	1	8
Switch 26 portas	4	6
Switch 50 portas	0	27
Access Point (Roteador Wireless)	3	60
Grupo Gerador	1	0
Leitor de Código de Barras	5	0
Servidor de Aplicação 1U	10	0
Storage e Unidade de Expansão	22	0
Unidade de Fita Magnética (Backup)	02	0

Fonte: CMTI/PGJ, 2013

f) Atendimento a usuários em 2013

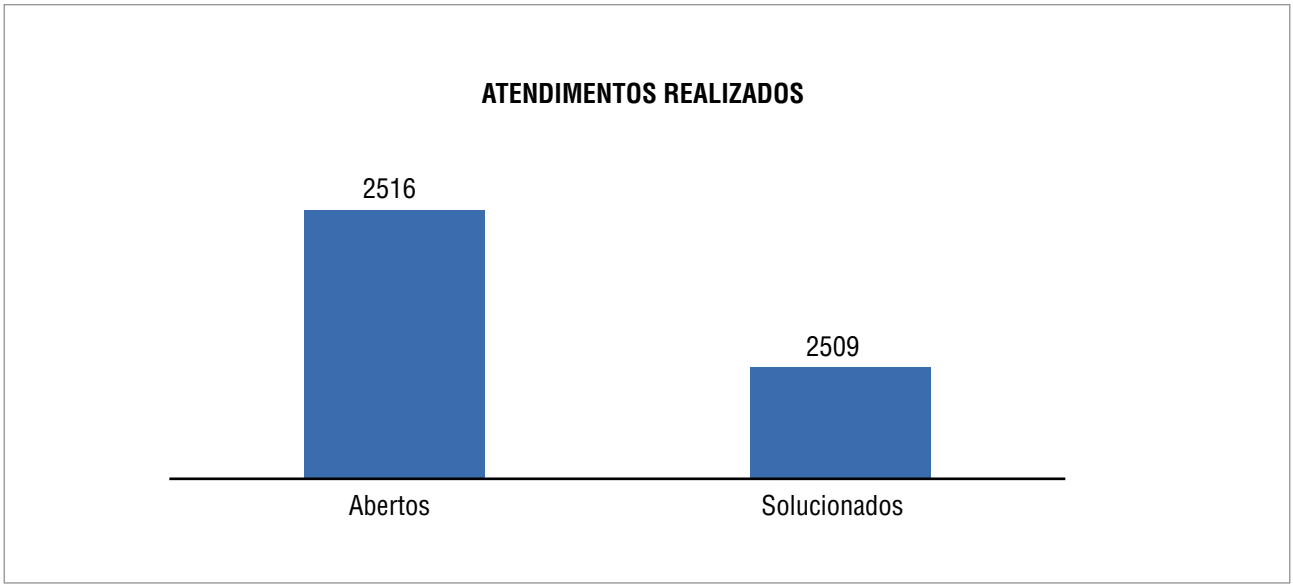


Gráfico 9 - Atendimentos realizados em 2013

Fonte: CMTI/PGJ, 2013

16 ATOS NORMATIVOS - 2013

LEIS - INSTITUCIONAIS

LEI COMPLEMENTAR Nº 155, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 - Cria cargos de promotor de justiça, altera o Anexo Único da Lei Complementar Estadual n° 13/1991 (Lei Orgânica do Ministério Público) e dá outras providências.

LEI Nº 9.808, DE 30 DE ABRIL DE 2013 - Adequa os subsídios dos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão ao novo subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em conformidade com art. 108, da Lei Complementar Estadual nº 13/91.

LEIS - SERVIDORES

LEI Nº 9.925, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013 - Altera dispositivos da Lei Estadual nº 8.077/2004, de 7 de janeiro de 2004, fixa os valores dos cargos comissionados e das funções de confiança no Ministério Público do Maranhão e dá outras providências.

LEI Nº 9.885, DE 2 DE AGOSTO DE 2013 - Cria cargos do quadro de apoio técnico-administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, alterando o Anexo II e o Anexo VI da Lei Estadual nº 8.077/2004 e dá outras providências.

LEI Nº 9.809, DE 30 DE ABRIL DE 2013 - Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores do quadro de apoio técnico-administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão para o exercício de 2013, altera anexos da Lei nº 8.077/2004, e dá outras providências.

LEI Nº 9.785, DE 3 DE ABRIL DE 2013 - Altera dispositivos das Leis Estaduais nºs 9.397/2011, de 14 de junho de 2011 e 9.517/2011, de 6 de dezembro de 2011, e dá outras providências. (Redenominação de cargos).

RESOLUÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 020/2013 - CPMP, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013. Altera a Resolução Nº 06/1998-CPMP, de 1º de julho de 1998, e a Resolução Nº 05/2003-CPMP, de 23 de março de 2003, que dispõem sobre o Grupo de Apoio aos promotores de justiça com Atuação no Tribunal do Júri.

RESOLUÇÃO N° 019/2013-CPMP, DE 05 DE SETEMBRO DE 2013. Dispõe sobre reorganização das atribuições das Promotorias de Justiça de Entrância Final, altera e revoga dispositivos e Anexos das Resoluções n°(s) 04/2010, 02/2011, 05/2011, 07/2012, todas do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 18/2013 - CPMP, DE 29 DE AGOSTO DE 2013. Dispõe sobre a eleição destinada à composição da lista tríplice para escolha do Ouvidor do Ministério Público, para o biênio 2013/2015.

RESOLUÇÃO Nº 17/2013 - CPMP, DE 29 DE AGOSTO DE 2013. Dispõe sobre a eleição destinada à escolha dos integrantes do Conselho Superior do Ministério Público, para o biênio 2013/2015.

RESOLUÇÃO Nº 16/2013 - CPMP, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012. Dá nova redação ao artigo 3º, caput, da Resolução 09/2010- CPMP e art. 5º, caput, da resolução nº 11/2010-CPMP.

RESOLUÇÃO Nº 15/2013 - CPMP, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012. Dá nova redação ao artigo 3º, caput e parágrafo único da Resolução 04/2004 - CPMP. (Programa Memória)

RESOLUÇÃO Nº 14/2013 - CPMP, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Disciplina o processo de escolha do Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão para 2013

RESOLUÇÃO Nº 13/2013 - CPMP, DE 16 DE JANEIRO DE 2013. Cria, na estrutura administrativa da Procuradoria Geral de Justiça, o Gabinete de Integração Operacional, institui a Câmara de Coordenadores dos CAOP's e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 12/2013 - CPMP, DE 15 DE JANEIRO DE 2013. Cria o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação e dá outras providências.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 02/2013 - CSMP, DE 16 DE JANEIRO DE 2013. Aprova, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o pagamento da Gratificação por Prestação de Serviço Extraordinário de que trata o art. 74, XIV da Lei Estadual nº 6.107/94.

RESOLUÇÃO Nº 003/2013 - CSMP, DE 08 DE JULHO DE 2013. Aprova o Regulamento do Concurso para promotor de justiça Substituto

ATOS REGULAMENTARES

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 01/2013 - GPGJ/CGMP, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013. Dispõe sobre a criação e funcionamento do Grupo de promotores de justiça Itinerante - GPI, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 18/2013-GPGJ, DE DEZEMBRO DE 2013. Estabelece os procedimentos de segurança aproximada de Membros, de seus familiares e de servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão. ÓRGÃO EMISSOR: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão - PGJMA. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Ato Regulamentar é indeterminado, a partir da data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 17 de dezembro de 2013. TEREZINHA DE JESUS GUERREIRO BONFIM Procuradora-Geral de Justiça, em exercício.

ATO REGULAMENTAR Nº 17/2013 - GPGJ, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013. Estabelece os critérios para pagamento da Direção de Promotoria aos Membros do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do art. 134-A, da Lei Complementar Estadual nº 13/91, com a redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 148/2012, de 05 de setembro de 2012.

ATO REGULAMENTAR Nº 14/2013-GPGJ, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013. Dispõe sobre o Adicional de Qualificação – AQ, de caráter permanente, destinado aos servidores estáveis do quadro de apoio técnico-administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do art. 17-B, "caput" da Lei 8.077/2004.

ATO REGULAMENTAR Nº 13/2013-GPGJ, DE 10 DE SETEMBRO DE 2013. Proceder as adaptações devidas, relativamente às designações das Promotorias de Justiça de Entrância Final, da Comarca da Capital, havidas em decorrência da nova distribuição de atribuições, por força da Resolução nº 19/2013 - CPMP, conforme disposto no Anexo Único, parte integrante deste Ato.

ATO REGULAMENTAR Nº 12/2013 - GPGJ, DE 09 DE AGOSTO DE 2013. Disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor das Promotorias de Justiça da Capital - anuênio 2013/2014.

ATO REGULAMENTAR Nº 11/2013 - GPGJ, DE 08 DE AGOSTO DE 2013. Dispõe sobre a regulamentação do Processo de escolha para Direção das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 10/2013 - GPGJ, DE 11 DE JULHO DE 2013. Dispõe sobre os procedimentos e rotinas a serem adotados na contratação ou prorrogação contratual relativa à prestação de serviços de natureza continuada.

ATO REGULAMENTAR Nº 09/2013 - GPGJ, DE 11 DE JULHO DE 2013. Dispõe sobre os procedimentos e rotinas na contratação de bens e serviços, nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 07/2013 - PGJ, DE 25 DE ABRIL DE 2013. Dispõe sobre a organização dos órgãos administrativos e de execução do Ministério Público Estadual.

ATO REGULAMENTAR Nº 06/2013 - GPGJ, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013. Altera o Ato Regulamentar Conjunto n° 01/2008-GPGJ/CGMP que dispõe sobre as regras e procedimentos a serem adotados pelos órgãos da Procuradoria Geral de Justiça para a concessão, a suspensão, a interrupção e a alteração da escala de férias dos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão, e dá outras providências. (VER ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 01/2008-GPGJ)

ATO REGULAMENTAR Nº 05/2013 - GPGJ, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2013. Fixa o valor do auxílio-alimentação destinado aos Membros do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do art.132-A, da Lei Complementar Estadual nº 13/91, com a redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 148/2012, de 05 de setembro de 2012.

ATO REGULAMENTAR Nº 04/2013 - GPGJ, DE 23 DE JANEIRO DE 2013. Regulamenta a forma da concessão, da aplicação e da prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 03/2013 - GPGJ, DE 15 DE JANEIRO DE 2013. Disciplina o programa de estágio não obrigatório para estudantes de ensino superior e de ensino profissional, no que se refere a vagas, seleção, investidura, direitos e deveres, vedações, bolsa e dispensa no Ministério Público Estadual e dá outras providências (art. 46, da Lei Complementar nº 013/91).

ATO REGULAMENTAR Nº 02/2013 - GPGJ, DE 02 DE JANEIRO DE 2013. Dispõe sobre o cumprimento do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Maranhão, objetivando agilização de procedimentos investigativos, mediante a utilização do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias(SIMBA).

ATO REGULAMENTAR Nº 01/2013 - GPGJ, DE 02 DE JANEIRO DE 2013. Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2013 e dá outras providências.

ORDENS DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/2013-DG, DE 21 DE JANEIRO DE 2013. Determina à Coordenação de Obras, Engenharia e Arquitetura obter informações necessárias à aferição, retenção e recolhimento do ISS.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Dispõe sobre o afastamento de membros por até 3 dias - diárias e passagens.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 03/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Dispõe sobre o afastamento de membros - licenças de direito/especial e particular.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 04/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Trata de licença médica de membros.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 05/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Trata das férias de membros.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 06/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Dispõe sobre diárias cumulativas para membros.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 07/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Dispõe sobre o afastamento de servidores - licenças.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 08/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Trata de licença médica de servidores.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 09/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Trata de férias de servidores.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 10/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Dispõe sobre a avaliação de desempenho / aprovação em estágio probatório de servidores.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 11/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Dispõe sobre progressão e promoção funcional de servidores.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 12/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Dispõe sobre verbas indenizatórias a membros e servidores.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 13/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Dispõe sobre contratação de bens e serviços por dispensa e inexigibilidade de licitação.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 14/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Dispoõe sobre pagamento decorrente da contratação de bens e serviços.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 15/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Dispõe sobre licitação para contratação de bens e serviços.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 16/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Dispõe sobre locação de imóvel para funcionar como unidade ministerial.

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2013-GPGJ, DE10 DE JULHO DE 2013. Dispõe sobre requerimento a ser realizado nas audiências de instrução e julgamento de crimes de roubo cometidos no interior do transporte coletivo urbano nas Comarcas de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, visando a reunião de acervo probatório a ser encaminhado à Procuradoria Regional do Trabalho – 16ª Região.

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2013, DE 28 DE AGOSTO DE 2013. Dispõe sobre reorganização das atribuições das Promotorias de Justiça de Entrância Fi- nal, altera e revoga dispositivos e Anexos das Resoluções n°(s) 04/2010, 02/2011, 05/2011, 07/2012, todas do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

RECOMENDAÇÃO Nº 003/2013, DE 28 DE AGOSTO DE 2013. OBJETO: Reiteração dos termos do Provimento nº 01/1999 – CGMP.

RECOMENDAÇÃO Nº 004/2013, DE 28 DE AGOSTO DE 2013. OBJETO: Procedimento para gozo de férias.

RECOMENDAÇÃO Nº05/2013, DE 04 DE SETEMBRO DE 2013. Recomenda aos promotores de justiça das Promotorias de Justiça de Infância e Juventude, com atribuições nos feitos de atos infracionais e de execução de medida socioeducativa, para que adotem as providências em face do acompanhamento dos atos obrigatórios no processamento dos atos infracionais e do processo de execução das medidas socioeducativas.

17 ANEXO

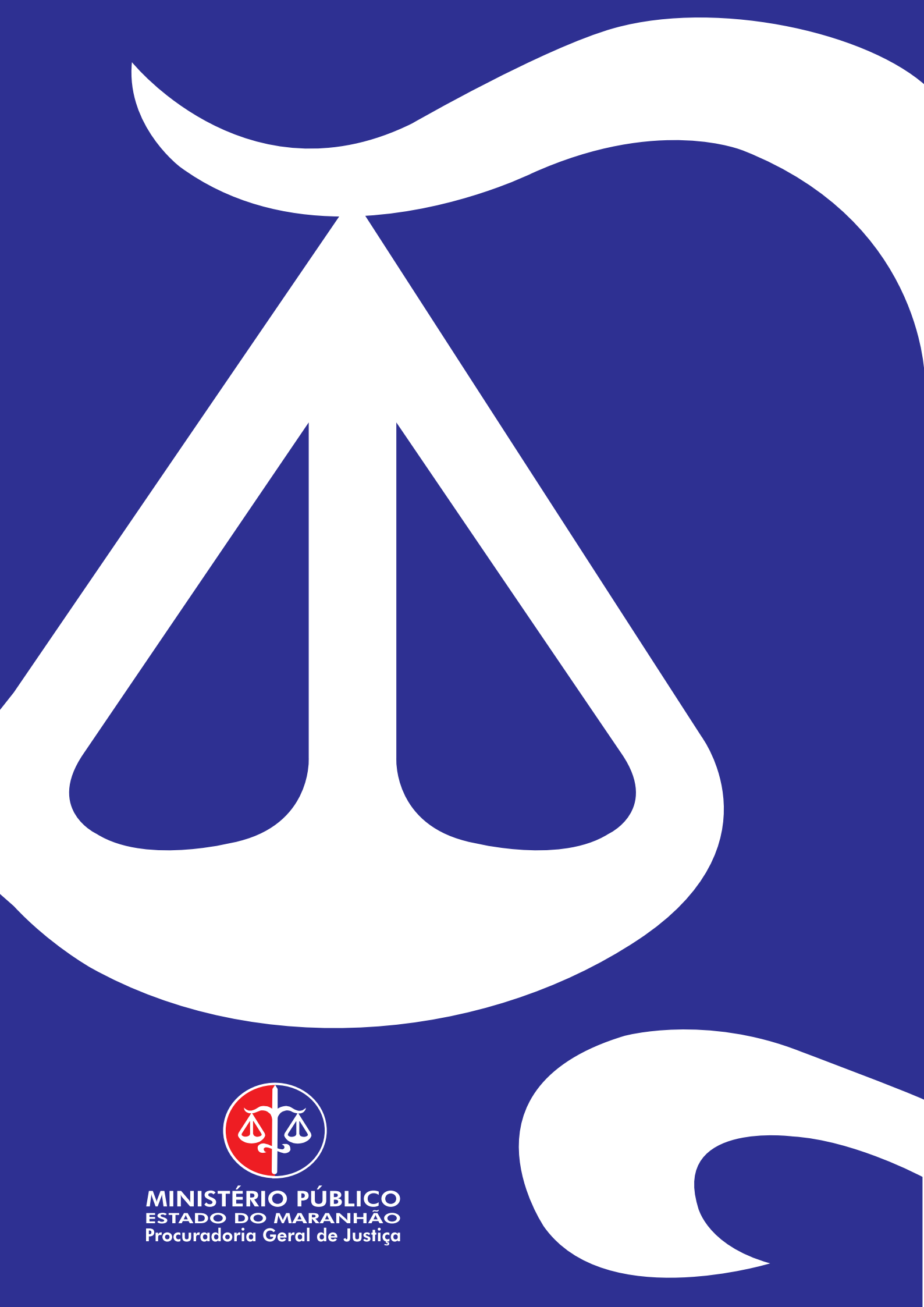
ANEXO A – Informações ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) - Resolução nº 74/2011

ANO 2013	
I – GESTÃO DE PESSOAS	RESPOSTAS
I – 1 - N.º de cargos de MEMBROS DE 1º INSTÂNCIA existentes	351
I – 1.1 - N.º de cargos de MEMBROS DE 1º INSTÂNCIA providos	270
I – 2 - N.º de cargos de MEMBROS DE 2º INSTÂNCIA existentes	31
I – 2.1 - N.º de cargos de MEMBROS DE 2º INSTÂNCIA providos	31
I – 3 - N.º de cargos de MEMBROS DE 3º INSTÂNCIA existentes	0
I – 3.1 - N.º de cargos de MEMBROS DE 3º INSTÂNCIA providos	0
I – 4 - N.º de cargos de Servidores de carreira existentes	579
I – 5 - N.º de cargos de Servidores de carreira providos	464
I – 6 - N.º de Cargos em Comissão existentes	582
I – 7 - N.º de Cargos em Comissão providos	551
I – 8 - N.º de cargos providos com outros servidores que não de carreira ou cargo em comissão	317
I – 9 - N.º de vagas existentes para estagiários (Direito)	86
I – 10 - N.º de vagas existentes para estagiários (outras áreas)	46
I – 11 - N.º de Membros inativos	91
I – 12 - N.º de Servidores inativos	20
I – 13 - Remuneração média de Membros ativos	22.515
I – 14 - Remuneração média de Membros inativos	22.208
I – 15 - Remuneração média de Servidores ativos	4.052
I – 16 - Remuneração média de Servidores inativos	3.616
II – GESTÃO ESTRUTURAL	RESPOSTAS
II –1 - Área total ocupada pelo Ministério Público	84.950
II –2 - N.º de sedes do Ministério Público:	
II –2.1 – Locadas	70
II –2.2 – Cedidas	17
II –2.3 – Próprias	38
III – DADOS ORÇAMENTÁRIOS	RESPOSTAS
III –1 - Orçamento do Estado/União	13.079.221.314
III –2 - Despesa executada pelo Estado/União	
III –3 - Orçamento do Ministério Público - Receitas próprias – Fundos	1.368.906,49
III –4 - Orçamento do Ministério Público - Recursos previstos na Lei Orçamentária	364.547.016,94
III –5 - Despesa total executada pelo Ministéro Público	327.248.785,26
III –6 - Despesa de custeio executada pelo Ministério Público	52.974.192,76
III –7 - Despesa de custeio - DIÁRIAS executada pelo Ministério Público	900.123,09
III –8 - Despesa de capital executada pelo Ministério Público	37.444.803,15
III –9 - Despesa de capital - Tecnologia da Informação executada pelo Ministério Público	6.066.252,83
III –10 - Despesa de pessoal executada pelo Ministério Público	236.829.789,35
III –11 - Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 1º quadr.	1,62
III –12 - Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 2º quadr.	1,69
III –13 - Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 3º quadr.	1,79
IV – GESTÃO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	RESPOSTAS
IV - 1 - Governança de Tecnologia da Informação:	

IV – 1.1 - Possui Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (1 = sim e 0 = não)	0
IV – 1.2 - Possui Plano Diretor de Tecnologia da Informação (1 = sim e 0 = não)	0
IV – 1.3 - Possui Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 1.4 - Possui Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (1 = sim e 0 = não)	0
IV - 2 - Recursos alocados em Tecnologia da Informação:	
IV – 2.1 - Orçamento alocado em Tecnologia da Informação	13.744.955
IV – 2.2 - Valor investido em capacitação em Tecnologia da Informação	80.110
IV - 3 - Equipe de TI	
IV – 3.1 - Suporte a usuários	6
IV – 3.2 - Quantidade de servidores efetivos	4
IV – 3.3 - Quantidade de terceirizados	0
IV – 3.4 - Quantidade de comissionados	2
IV – 3.5 - Quantidade de cedidos a outros órgãos	0
IV - 4 - Suporte à infraestrutura	
IV – 4.1 - Quantidade de servidores efetivos	4
IV – 4.2 - Quantidade de terceirizados	0
IV – 4.3 - Quantidade de comissionados	0
IV – 4.4 - Quantidade de cedidos a outros órgãos	0
IV - 5 - Desenvolvimento de sistemas	
IV – 5.1 - Quantidade de servidores efetivos	5
IV – 5.2 - Quantidade de terceirizados	0
IV – 5.3 - Quantidade de comissionados	1
IV – 5.4 - Quantidade de cedidos a outros órgãos	0
IV - 6 - Banco de dados	
IV – 6.1 - Quantidade de servidores efetivos	0
IV – 6.2 - Quantidade de terceirizados	0
IV – 6.3 - Quantidade de comissionados	0
IV – 6.4 - Quantidade de cedidos a outros órgãos	0
IV - 7 - Segurança	
IV – 7.1 - Quantidade de servidores efetivos	0
IV – 7.2 - Quantidade de terceirizados	0
IV – 7.3 - Quantidade de comissionados	0
IV – 7.4 - Quantidade de cedidos a outros órgãos	0
IV - 8 - Qualificação	
IV – 8.1 - Quantidade de servidores com nível médio	3
IV – 8.2 - Quantidade de servidores com nível superior	12
IV – 8.3 - Quantidade de servidores com pós-graduação (lato sensu)	3
IV – 8.4 - Quantidade de servidores com mestrado	2
IV – 8.5 - Quantidade de servidores com doutorado	0
IV - 3 - Infraestrutura	
IV – 3.1 – Internet	
IV – 3.1.2 - Quantidade de sedes com link de velocidade menor que 1MB	106
IV – 3. 1.3 - Quantidade de sedes com link de velocidade entre 1MB e 16MB	12
IV – 3. 1.4 - Quantidade de sedes com link de velocidade maior que 16MB	2
IV – 3. 1.5 - Quantidade de sedes sem acesso à internet	3
IV – 3. 1.6 - Quantidade de sedes com acesso compartilhado	1
IV – 3.2 - Parque computacional	
IV – 3.2.1 – Microcomputadores	2.438
IV – 3.2.1.2 - Quantidade de microcomputadores com menos de 4 anos	1500

IV – 3.2.1.3 - Quantidade de microcomputadores com mais de 4 anos	938
IV – 3.3 - Servidores de rede	
IV – 3.3.1 - Quantidade de servidores de rede com menos de 4 anos	10
IV – 3.3.2 - Quantidade de servidores de rede com mais de 4 anos	10
IV – 3.4 - Equipamentos portáteis	
IV – 3.4.1 - Quantidade de portáteis com menos de 4 anos	696
IV – 3.4.2 - Quantidade de portáteis com mais de 4 anos	234
IV – 3.5 - Quantidade de impressoras jato de tinta	0
IV – 3. 6 - Quantidade de Impressoras laser	1.123
IV – 3. 7 - Quantidade de multifuncionais	37
IV – 3. 8 - Quantidade de ativos de rede	156
IV – 3. 9 - Quantidade de scanners	413
IV – 3. 10 - Quantidade de unidades de storage	3
IV – 3. 11 - Quantidade de certificados digitais distribuídos	87
IV - 4 - Sistemas de Informação	
IV – 4. 1 - Sistemas de Apoio	
IV – 4.1.1 - Apoio ao funcionamento interno	
IV – 4. 1.1.1 - Sistema de Atendimento ao Usuario (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.1.2 - Sistema de Controle de Atividades (1 = sim e 0 = não)	0
IV – 4. 1.1.3 - Sistema de Controle de Visitas (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.1.4 - Controle de Acesso (1 = sim e 0 = não)	0
IV – 4. 1.1.5 - Questionário Eletrônico (1 = sim e 0 = não)	0
IV – 4. 1.1.6 - Controle de Processos Administrativos (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.1.7 - Mala Direta (1 = sim e 0 = não)	0
IV – 4. 1.1.8 - Sistema de Controle de Arquivo (1 = sim e 0 = não)	0
IV – 4.1.2 - Sistemas para Gestão de Pessoas	
IV – 4. 1.2.1 - Controle de Pagamento de Pessoal (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.2.2 - Folha de Pagamento (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.2.3 - Contracheque na Intranet (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.2.4 - Controle do auxilio alimentação (1 = sim e 0 = não)	0
IV – 4. 1.2.5 - Ponto Eletrônico (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.2.6 - Controle de Férias (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.2.7 - Controle de Frequência (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.3 - Evolução Funcional	
IV – 4. 1.3.1 - Alocação e Movimentação (1 = sim e 0 = não)	0
IV – 4. 1.3.2 - Acompanhamento de Carreira, Remoções e Promoções (1 = sim e 0 = não)	0
IV – 4. 1.3.3 - Avaliação de Desempenho (1 = sim e 0 = não)	0
IV – 4. 1.3.4 - Cadastro de Atividades Funcionais (1 = sim e 0 = não)	0
IV – 4. 1.3.5 - Registro de Capacitação (1 = sim e 0 = não)	0
IV – 4. 1.3.6 - Gestão de Concursos (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.3.7 - Controle dos estagiarios (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.3.8 - Ficha Conceito e Ficha Conceito Estágio Probatório (1 = sim e 0 = não)	0
IV – 4. 1.3.9 - Gastos com Passagens Aéreas e Hotéis (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.3.10 - Procedimentos relativos a improbidade administrativa (1 = sim e 0 = não)	0
IV – 4. 1.4 - Sistemas para Gestão de Patrimonio	
IV – 4. 1.4.1 - Ativo imobilizado (1 = sim e 0 = não)	0
IV – 4. 1.4.2 - Coletor de Dados Patrimoniais (1 = sim e 0 = não)	0
IV – 4. 1.4.3 - Sistema de Controle de Equipamentos (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.4.4 - Gerenciamento de ativos, internet, link e servidores (1 = sim e 0 = não)	1

IV – 4. 1.4.5 - Sistema de Almoxarifado e Materiais (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.4.6 - Sistema de Controle de Frotas (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.4.7 - Licitações (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.4.8 - Sistema de Controle de Convênios (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.4.9 - Sistema de Controle de Contratos (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.4.10 - Controle de Gastos com Combustíveis e Manutenção de Veículos (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.5 - Sistemas para Gestão Financeira	
IV – 4. 1.5.1 – Orçamento	1
IV – 4. 1.5.2 - Gestão de Custos (1 = sim e 0 = não)	0
IV – 4. 1.5.3 - Gestão de Contratos (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.5.4 - Contabilidade (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.6 - Sistemas para Gestão de Acervos	
IV – 4. 1.6.1 - Biblioteca (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.6.2 - GED (1 = sim e 0 = não)	0
IV – 4. 1.7 - Sistema de Votação Eletrônica (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4. 1.8 - Sistema para Gestão do Planejamento Estratégico (1 = sim e 0 = não)	0
IV - 2 - Ferramentas de automação de escritórios	
IV – 2.1 - Editor de textos, planilha eletrônica (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 2.2 - Correio Eletrônico (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 2.3 - Mensagem Instantâneas (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 2.4 - Ferramenta de colaboração (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 2.5 - Agenda integrada e compartilhada (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 3 - Portal Intranet (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 4 - Portal Internet (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 5 - Portal da transparência (1 = sim e 0 = não)	1
IV – 6 - Ferramentas de Pesquisa / Indexação (1 = sim e 0 = não)	0
IV – 7 - Sistemas de BI e Gerenciais (1 = sim e 0 = não)	0
IV – 8 - Ferramentas para Desenvolvimento de Sistemas (1 = sim e 0 = não)	0
IV – 9 - Ouvidoria (1 = sim e 0 = não)	1



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça